

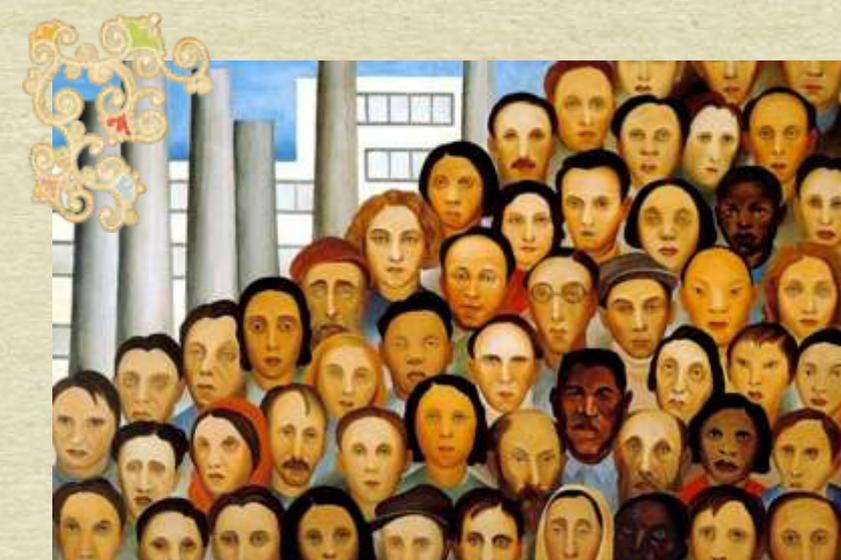
Esse estudo de caso apresenta algumas potencialidades do uso de fontes para empreender a pesquisa e o ensino da História. Ao abordar esse tema, o autor busca apresentar e disponibilizar aos professores um conjunto de documentos que permitem a identificação de uma das facetas ainda pouco abordadas no ensino escolar da História vinculada às questões de diversidade, o que possibilita o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem nas escolas. A referida obra ainda tem como objetivo realizar uma maior aproximação entre as atividades acadêmico-científicas desenvolvidas nas universidades e àquelas promovidas na sala de aula dos Ensinos Fundamental e Médio.

Dra. Francisca Carla S. Ferrer  
Doutora em História Social-USP

## Diversidades, identidades e o ensino da História

Francisco das Neves Alves

Volume 2



Francisco das Neves Alves



Diversidades, identidades e o ensino da História





Curso de Produção de  
**Material Didático**  
para a **Diversidade**

**Reitora**

Cleuza Maria Sobral Dias

**Vice-reitor**

Danilo Giroldo

**Pró-Reitora de Extensão e Cultura**

Angélica da Conceição Dias Miranda

**Pró-Reitor de Planejamento e Administração**

Mozart Tavares Martins Pinto

**Pró-Reitor de Infraestrutura**

Marcos Antônio Satte de Amarante

**Pró-Reitora de Graduação**

Denise Maria Varella Martinez

**Pró-Reitor de Assuntos Estudantis**

Vilmar Alves Pereira

**Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas**

Claudio Paz de Lima

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Ednei Gilberto Primel

**EDITORA DA FURG**

**Coordenador**

João Raimundo Balansin

**Divisão de Editoração**

Luiz fernando C. da silva

**Comissão editorial**

Adriana Kivanski de Senna (FURG)

Carmem G. Burgert Schiavon (FURG)

Francisco das Neves Alves (FURG)

Gianne Zanella Atalah (UFPEL)

Júlia Silveira Matos (FURG)

Laisa dos Santos Nogueira (IF-SUL)

Maria de Fátima Santos da Silva (FURG)

**Parecerista Ad Hoc**

Fca. Carla dos Santos Ferrer (USP)

**Promoção**

Secretaria da Diversidade e Inclusão - SECADI

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Profissional em História - PPGH

Secretaria de Educação a Distância - SEaD

Francisco das Neves Alves



Diversidades, identidades e o ensino da História



FURG  
2013

@ Francisco das Neves Alves

**COLEÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA E DIVERSIDADE**

ISBN: 978-85-7566-278-2

Núcleo de Design e Diagramação:

Responsáveis: Lidiane Fonseca Dutra e Zélia de Fátima Seibt do Couto

Capa: Lidiane Dutra sobre a imagem *Operários*, de Tarsíla do Amaral

Projeto Gráfico: Bruna Heller e Lidiane Dutra

Diagramação: Alex Cristiano de Sena Garcia

Núcleo de Revisão Linguística:

Responsável: Rita de Lima Nóbrega

Revisores: Christiane Regina Leivas Furtado, Gleice Meri Cunha Cupertino, Henrique Magalhães Meneses, Ingrid Cunha Ferreira, Kellen Estima, Micaeli Nunes Soares, Raquel Laurino Almeida, Rita de Lima Nóbrega

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Me. Márcia Rodrigues, CRB 10/1411.

A474d Alves, Francisco das Neves  
Diversidades, identidades e o ensino da História / Francisco das Neves  
Alves. - Rio Grande : Ed. da FURG, 2013. -  
250 p. : il. ; 21 cm. - (Coleção ensino de história e diversidade). -

ISBN: 978-85-7566-289-2

1. História - Estudo e ensino. 2. Brasil - História. I. Título. II. Série.

CDU, 2.ed. : 94:37

Índice para o catálogo sistemático:

1. História - Estudo e ensino	94:37
2. Brasil - História	94(81)

Editora Associada à  
**ABEU**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

**EDUNI-SUL**  
ASSOCIAÇÃO DAS EDITORAS  
UNIVERSITÁRIAS DA REGIÃO SUL



## SUMÁRIO

<b>O olhar estrangeiro e as diversidades/identidades brasileiras .....</b>	<b>11</b>
<b>As primeiras impressões: cartografia, iconografia e a carta de Caminha .....</b>	<b>15</b>
<b>O olhar do cronista europeu sobre o Brasil: um estudo de caso .....</b>	<b>33</b>
<b>A república brasileira sob o prisma da imprensa portuguesa .....</b>	<b>69</b>
<b>Os anos da II Guerra Mundial: nas asas do pan-americanismo .....</b>	<b>87</b>
<b>Um desenho animado televisivo "vê" o Brasil .....</b>	<b>107</b>
<b>Algumas ideias práticas para ensinar História .....</b>	<b>127</b>
<b>Estudando uma revolta no alvorecer do Brasil sulino .....</b>	<b>131</b>
<b>Um lugar para ensinar e entender a História - a Biblioteca Rio-Grandense .....</b>	<b>153</b>
<b>Aprendendo História em praça pública - articulações entre patrimônio cultural, ensino de História e turismo. ....</b>	<b>169</b>
<b>Como estudar a História de uma revolução esquecida.....</b>	<b>193</b>
<b>Para conhecer e ensinar a História de uma cidade portuária: a questão do "tempo histórico" .....</b>	<b>221</b>
<b>A caricatura como fator de motivação para entender um microcosmo da ação do imperialismo no Brasil .....</b>	<b>239</b>





## **PARTE I**







# O olhar estrangeiro e as diversidades/ identidades brasileiras



Desde a incorporação do Brasil ao modelo colonial, na virada do século XV ao seguinte, progressivamente foram realizadas descrições e interpretações e emitidas opiniões sobre a sua terra e a sua gente. Revelava-se, assim, desde o início, um olhar estrangeiro sobre a colônia, depois império e república brasileira. Tanto os habitantes originais, os indígenas, quanto depois com a ampla miscigenação que deu origem à população brasileira, mantendo-se a presença daqueles com o acréscimo dos negros e portugueses em maior escala, além de outros europeus, e, mais tarde ainda, imigrantes oriundos de outros lugares, todos acabariam sendo alvos daquela visão emanada do exterior.

Nesse sentido as muitas diversidades e identidades que caracterizaram tal povo, intrínsecas à sua historicidade, acabariam sendo metabolizadas a partir daquela perspectiva externa e várias delas se transformariam em verdadeiras imagens mentais padronizadas que refletiam por vezes conceitos demasiadamente simplificados, generalizadores e reducionistas acerca dos brasileiros. Dessa forma, a partir das primeiras descrições e ao longo das centúrias seguintes, as visões construídas acerca do Brasil perpassaram por certas recorrências que chegaram a servir para plasmar estereótipos a respeito das pessoas e de seus hábitos e costumes, valores e modos de vida.

Muitas dessas imagens ganhariam tamanha força e repercussão que se transformariam em verdadeiros arquétipos, fossem positivos ou extremamente pejorativos, o que contribuiu

para a criação de identidades acerca dos brasileiros, cujas diversidades, várias vezes foram tratadas, exploradas e até potencializadas como excentricidades. Dentre esses vários olhares estereotipados criados acerca do Brasil, podem ser destacados: uma terra paradisíaca de riqueza e exuberância natural; um lugar de amplas possibilidades de exploração e enriquecimento; uma sociedade muito afeita à sensualidade e à sexualidade; um povo excêntrico, malevolente e "esperto" - mas não necessariamente muito honesto -; e um país do carnaval e do futebol.

Tais ópticas vislumbradas a partir do estrangeiro estiveram presentes já nas primeiras representações acerca do Brasil à época dos "descobrimientos", nas descrições dos viajantes estrangeiros, na imprensa escrita e nas amplas manifestações dos vários meios de comunicação de massa. Diante dessa grande amplitude de possibilidades, na primeira parte deste livro são apresentados alguns estudos de caso voltados às primeiras impressões cartográficas, iconográficas e escritas; às perspectivas dos cronistas europeus; às opiniões da imprensa escrita acerca da mudança na forma de governo brasileira ao final do século XIX; às visões formadas a partir das tendências pan-americanas à época da II Guerra Mundial; e às imagens construídas a partir de um desenho animado televisivo. Trata-se, assim, de apenas uma pequena amostragem, mas que serve a contento para observar o quanto as diversidades/identidades brasileiras seriam estereotipadas a partir do olhar estrangeiro.





## **As primeiras impressões: cartografia, iconografia e a carta de Caminha**



Já nas primeiras informações/interpretações entabuladas a respeito das terras brasileiras e de seus habitantes originais ficavam refletidas algumas das caracterizações que marcariam futuramente o Brasil. Evidentemente que eram as primeiras impressões e, portanto, não tinham por alvo o espaço delimitado territorialmente daquilo que viria a ser um país, bem como as observações eram acerca dos primeiros contatos com os indígenas que ainda não poderiam ser definidos estritamente como "brasileiros". Entretanto, alguns pontos essenciais daqueles olhares lançados sobre aquelas terras tropicais viriam a contribuir com as imagens que, paulatinamente, seriam construídas a respeito do Brasil. Os registros que chegavam ao velho continente eram oriundos de homens cujas visões de mundo ainda se encontravam enraizadas no medievo, mas que se aventuraram oceano afora em busca de riquezas e, após um longo período de privações, angústias e medos, em suas embarcações, encontravam aquele "paraíso tropical", cheio de diversidades em relação ao seu modo de vida, as quais foram encaradas como exotismos e novidades que precisavam ser descritas. Os primeiros registros cartográficos e iconográficos e a carta elaborada pelo escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral corroboram com tais perspectivas.

A transição dos tempos medievais para a modernidade caracterizou-se como uma época de profundas transformações nas sociedades humanas, mormente a partir das mudanças ocorridas em vários países da Europa ocidental e, destes, expandindo-se para algumas das

regiões mais longínquas do mundo. De modo imbricado, estas modificações se fizeram sentir no campo social, político, econômico, cultural, religioso e ideológico, levando, no seu conjunto, à alteração do status quo do ocidente europeu medieval. Nesse sentido, a transição do feudalismo para o capitalismo, um processo lento e gradual, teve em cada um de seus elementos constitutivos um fator essencial para a efetivação prática dessa conjuntura de transformações, ou seja, a formação dos Estados Nacionais Modernos; a implementação dos modelos absolutistas; a ascensão da burguesia e as novas relações com a aristocracia; o renascimento cultural, intelectual e artístico; as reformas na cristandade e a contrarreforma católica; e a expansão marítima e colonial europeia atuaram de maneira articulada e interagiram entre si numa mútua relação de "causa e efeito".

Dentre essas transformações, uma das que mais contribuiu diretamente para espriar tal contexto de mudanças às mais distantes partes do mundo foi a expansão marítimo-comercial europeia. Movidos pelas novas necessidades econômico-sociais e pelos avanços tecnológicos, através das "grandes navegações", os europeus chegaram a regiões remotas do globo, ampliando de forma indelével as noções a respeito da superfície terrestre até então registradas. Do mundo mediterrâneo, os europeus lançaram-se ao Mar Tenebroso, contornaram a África, alcançando à Ásia e chegaram à América, implementando, ao longo desses trajetos, um processo de conquista, dominação e colonização que, através da política colonial-mercantilista, levaria a riqueza a várias regiões da Europa ocidental, fortalecendo alguns dos novos Estados Nacionais e, com variações no espaço/tempo e de país para país, promoveria a afirmação do sistema capitalista.

Os "périplos" europeus ao longo do Oceano Atlântico, promovidos através das inovações tecnológicas e do acúmulo de documentação cartográfica, estimularam os conhecimentos de natureza geográfica, ligados à expansão mercantil dos fins do medievalismo, o que ampliou o chamado "mundo conhecido" de então. Essa ampliação atingiria seu limite maior quando, no fim do século XV, Vasco da Gama chegava à Índia, após contornar a África, abrindo roteiros que, no século seguinte, tornar-se-iam conhecidos. Além disso, essa foi a época em que Colombo chegou à América e Cabral ao Brasil, em um quadro no qual portu-

gueses e espanhóis - holandeses, ingleses e franceses depois - devassaram o Oriente, além do que, Fernão de Magalhães dava a volta ao mundo. As formas de representação da superfície terrestre também evoluíram nesse contexto, acompanhando os próprios avanços das mais variadas áreas do conhecimento humano, como a astronomia e a física, além do lançamento de certos pressupostos que se constituiriam, durante os séculos seguintes, nos rudimentos de diversas das ciências<sup>1</sup>.

Nesse cenário, os tempos modernos caracterizaram-se como uma primeira e decisiva fase de mundialização dos horizontes humanos, refletindo-se progressivamente tal ampliação do "mundo conhecido" numa relação diretamente proporcional à evolução quanto às formas de representação da superfície terrestre. Dessa maneira, a descoberta do continente americano e a posterior viagem de circunavegação reestruturavam definitivamente a concepção de espaço, pois os cálculos corretos de longitude e de latitude permitiram que, ao longo do século XVI, se exercitasse uma percepção quantificável dos territórios descobertos, além do que a matemática e a geometria desenvolviam o pensamento racional, criando especialistas cada vez mais aptos a descrever e medir todo o globo. A partir de tal conjuntura, a racionalidade transformava-se lentamente, garantindo a hegemonia do pensamento cristão, e o mapeamento do mundo foi uma prova de força de domínio absoluto da Europa sobre os "outros" habitantes do globo, de modo que a universalidade histórica tão desejada pelo cristianismo encontrava na navegação - uma arte que favoreceu o domínio da natureza - e nos descobrimentos um sólido suporte<sup>2</sup>.

Ocorreria, dessa forma, após longos séculos de estabilidade nos conhecimentos geográficos, uma transformação rápida, no espaço de algumas décadas, da representação da Terra, de maneira que os ensinamentos teóricos da nova geografia propagaram-se por toda a Europa com uma rapidez espantosa e foram adotados sem resistência consciente<sup>3</sup>. Essas novas formas

---

<sup>1</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia (geografia e ideologia). 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 21-22.

<sup>2</sup> SILVA, Janice Theodoro da. Descobrimientos e colonização. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 43.

<sup>3</sup> RANGLES, W.G.L. Da Terra plana ao globo terrestre: uma rápida mutação epistemológica (1480-1520). Lisboa: Gradiva, 1990, p. 121.

de representação resultariam em um verdadeiro processo de aritmetização do real<sup>4</sup>, pelo qual o homem viria a situar-se no espaço, ao passo que inventava os instrumentos para nele operar, graças aos quais o reconstruía pela referenciação de posições, medida de distâncias, determinação de formas, isto é, configurações, proporção de dimensões, onde o espaço mítico, construído pela função simbolizadora, desagregava-se para ceder lugar ao espaço da função do real<sup>5</sup>. Esse processo de reconstrução do espaço geográfico sob o prisma europeu foi traduzido por um dos "descobridores", ao descrever um dos objetivos de seu empreendimento. Nesse sentido, em uma de suas correspondências, Cristóvão Colombo afirmava aos soberanos patrocinadores de sua empreitada que pretendia descrever cada noite, tendo a intenção de traçar nova carta de navegação, na qual colocaria todo o mar e todas as terras do "Mar Oceano" em seus devidos lugares, sob os respectivos ventos, bem como comporia um livro e estabeleceria toda a analogia em pintura, por latitude do equinócio e longitude do Ocidente<sup>6</sup>.

Assim, poucas épocas históricas ilustraram tão bem o íntimo relacionamento entre mentalidades, imaginário e espaço geográfico quanto a Europa durante o período áureo das "grandes navegações", ocorrido entre o final do século XV e meados do século XVI. Nessa época, graças às viagens marítimas de exploração e conquista, o mundo conhecido dos europeus alargou-se em proporções inéditas, praticamente dobrando de tamanho. Esse alargamento do mundo refletiu-se na confecção dos mapas de então, pois, à medida que as viagens marítimas ocorriam, os mapas europeus registravam novas terras, ilhas e mares, recortavam acidentes ao longo dos litorais, redesenhavam continentes, incorporavam nomes exóticos, recalculavam distâncias e acrescentavam acidentes geográficos. Assim, desvendou-se para a Europa aquela metade oculta do globo, de maneira que, pouco a pouco, a "geografia da imaginação" da Idade Média foi-se misturando e cedendo lugar à "geografia da experiência" dos navegantes, comerciantes e reis da época moderna<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> ALMEIDA, A. A. Marques de. Aritmetização do real na sociedade portuguesa. In: DOMINGUES, F.C.; BARRETO, L.F. (Orgs.). A abertura do mundo: estudos de história dos descobrimentos europeus. Lisboa: Presença, 1986. v. 1, p. 153-164.

<sup>5</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. Os descobrimentos e a economia mundial. 2.ed. Lisboa: Presença, 1984. v. 1, p. 24.

<sup>6</sup> COLOMBO, Cristóvão. Diários da descoberta da América. 4.ed. Porto Alegre: L&PM, 1987, p. 31-2.

<sup>7</sup> AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. No tempo das caravelas. Goiânia: CEGRAF-UFG; São Paulo: Contexto, 1992, p. 39.

Os mapas e as gravuras sobre o "mundo novo" não traduziam apenas os conhecimentos cartográficos acerca das regiões conquistadas, mas refletiam também a visão de mundo dos europeus daquela época, a qual marcava fundamentalmente as formas de representação dos homens e da natureza encontrados nas "terras descobertas". Dessa forma, as primeiras imagens que a Europa teve da América refletiram muito do imaginário dos artistas e narradores europeus, que carregavam dentro de si todas as referências e códigos culturais de seu continente. Nessa linha, as primeiras imagens europeias não expressaram com fidelidade o que os europeus encontraram na América, mas sim representaram a construção, a invenção de um mundo, um "outro geográfico", segundo as categorias próprias das ideologias predominantes na Europa, as quais refletiam - e acabaram consolidando - a própria identidade da "civilização europeia". Esse "outro geográfico" passou a inserir-se no seio do mundo europeu, assimilado à moda da casa e a serviço de seus próprios interesses, pois, para os europeus, a Europa era o umbigo do mundo, o seu velho conhecido mundo, o seu "Eu", prevalecendo o eurocentrismo. Em função disso, o resto era o misterioso e nebuloso desconhecido, o remoto, o longínquo, o selvagem e "novo mundo", ou seja, o "outro geográfico", passível de fantasias e invenções, por vezes frutos de profunda ignorância<sup>8</sup>.

Pouco a pouco, o espaço que compreendia parte daquilo que viria a ser conhecido como Brasil foi incorporado aos registros elaborados pelos europeus. Um dos grandes destaques nas formas de representação de tal região vinculava-se às suas potencialidades quanto às formas de exploração econômica. Exemplo disso foi o mapa *Terra brasilis*, de 1519, que apresentava uma pormenorizada descrição do território conhecido da colônia lusa na América do Sul. Nele aparecia uma série de características do pensamento mercantilista e colonialista que então orientava a metrópole europeia, transpondo para o interior daquele conjunto espacial as características típicas do litoral brasileiro, com destaque à exuberância da terra, da fauna, da flora e dos homens, em um conjunto a serviço dos interesses coloniais,

---

<sup>8</sup>AMADO; FIGUEIREDO, p. 121-3.

no caso, a extração do pau-brasil. Já as bandeiras demarcadoras de posse no extremo norte (atual Guiana) e sul (atual Argentina) demonstravam o conhecimento pouco preciso e/ou o desrespeito quanto às determinações de Tordesilhas, em uma alusão ao que viria marcar a presença histórica portuguesa na América e suas ambições quanto à expansão das fronteiras setentrionais e meridionais do território colonial<sup>9</sup> [Figura 1].

Outro exemplo de uma verdadeira alegoria da conquista europeia sobre a América foi o representado no mapa América Meridional, de 1550, do francês Pierre Desceliers. Nesse mapa são demonstrados alguns dos modos pelas quais os europeus viam o "primitivismo" dos habitantes originais do Brasil, ressaltando suas formas de vida rudimentares, ao passo que apresentava também o poder político-militar, a ação de conquista e a superioridade bélica e da própria civilização europeia que lutava para submeter os "selvagens". Também na década de cinquenta foi elaborada a Carta de Sebastião Lopes (1558), cartógrafo português que, na representação de parte do mundo colonial luso, mostrava o Brasil exatamente com uma gravura que traduzia a exploração colonial, ou seja, a extração do pau-brasil feita por um indígena<sup>10</sup>. O alargamento das fronteiras além-Tordesilhas, desde o Maranhão até o Rio da Prata, e o corte do pau-brasil foram também representados em um mapa português de 1583<sup>11</sup>[Figuras 2, 3 e 4].

Reflexos de uma sociedade em transição, do medieval ao moderno, as construções dos europeus acerca da América e dos habitantes desta constituíram um misto das tradições religiosas do medievo e das inovações intelectuais do renascimento cultural, de modo que a tendência era de buscar-se uma precisão cada vez maior quanto aos conhecimentos cartográficos. Tais estudos eram essenciais para as conquistas e rivalidades coloniais, ao passo que as descrições quanto ao elemento humano do novo continente permaneciam calcadas em profundo preconceito eurocêntrico. Para os europeus, pragmaticamente convencidos de sua "missão civilizatória" - bem como da sua "superioridade" espiritual, cultural e

---

<sup>9</sup>DREYER-EYMBCKE, Oswald. O descobrimento da Terra. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1992, p. 149.

<sup>10</sup>MAPAS HISTÓRICOS BRASILEIROS. São Paulo: Abril, 1973. Mapas 12 e 14.

<sup>11</sup>Cartografia antiga: o Brasil, Ramúsio, Delle navigationi e viaggi, 1583. In: GODINHO. v. 4. p. 16 e 353.

religiosa e, por conseguinte, do seu próprio papel progressivo na história, da sua função como instrumento divino, a que nada poderia resistir <sup>12</sup>-, os homens e a natureza das terras conquistadas, ambos vistos como "coisas", deveriam ser moldados "à europeia" e colocados a serviço de seus novos senhores.

Nesse sentido, tanto os seres humanos, quanto a fauna e a flora do "mundo novo" eram englobados em um único conjunto, selvagem e exótico, paradoxal em relação ao modo de vida europeu <sup>13</sup>. Dessa maneira, sem qualquer preocupação em entender e explicar os motivos das diferenças, os europeus do século XVI criaram estereótipos sobre os homens encontrados, praticantes de condutas inaceitáveis para os padrões da sociedade europeia, daí a propalada necessidade de "humanizá-los" e "civilizá-los", argumento legitimador a contento para a conquista e/ou a aniquilação. Tanto a arte cartográfica quanto as gravuras entabuladas pelos europeus acerca da América no século XVI expressavam tais preconceitos, bem como o destaque do exótico, do estranho e, portanto, não aceitável pela cultura europeia. Exemplo dessas características foi o mapa Kunstmann III (nome derivado do atlas em que foi publicado), de feitura portuguesa, entre 1503 e 1506 <sup>14</sup>. Nele aparecia parte do território brasileiro e o símbolo humano para representá-lo era constituído por uma figura em plena prática antropofágica [Figura 5].

Ainda no final do século XVI, persistiam as visões europeias baseadas no caráter paradoxal e exótico das sociedades do "mundo novo", caso das ilustrações elaboradas por Théodore de Bry, em sua obra sobre a América, denominada *Grand Voyage*, de 1596. Apesar de nunca ter estado no continente americano, incorrendo em uma série de imprecisões nas suas descrições, as gravuras do autor conquistaram ampla popularidade, uma vez que traduziam exatamente o modo de pensar europeu de então. De Bry sabia muito bem o que sua freguesia europeia queria ver, ainda que tenha denunciado certas facetas da crueldade dos conquista-

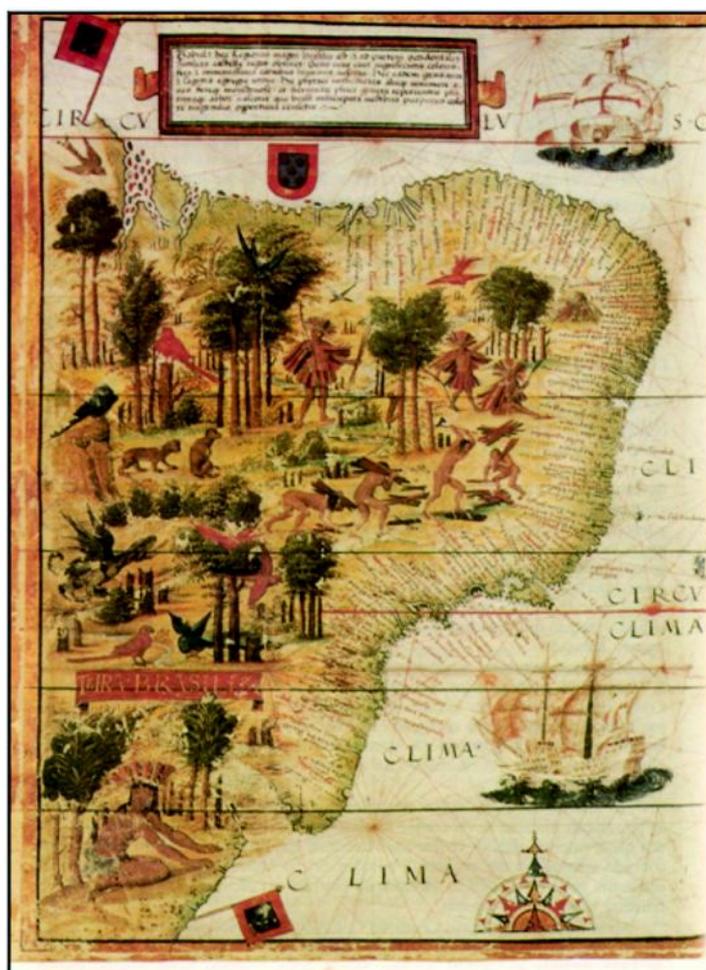
---

<sup>12</sup> KRIPPENDORFF, Ekkehart. História das relações internacionais. Lisboa: Antídoto, 1979, p. 52.

<sup>13</sup> Um exemplo de tal descrição de um mundo "selvagem" (humano e natural) foi entabulado por Américo Vespúcio em diversas de suas correspondências, como pode ser observado em: VESPÚCIO, Américo. Novo Mundo: cartas de viagens e descobertas. Porto Alegre: L&PM, 1984. p. 69-73.

<sup>14</sup> MAPAS HISTÓRICOS BRASILEIROS. São Paulo: Abril, 1973. Mapa 3.

dores, ele desenhou os nativos como apreciadores da carne humana. Deste modo, nos desenhos, que tiveram grande sucesso nas quermesses da época, apareciam canibais selvagens retalhando, assando e degustando corpos humanos de acordo com os rituais de uma "arte culinária macabra". Nesse contexto, tais desenhos e textos se tornaram tão populares em todas as línguas europeias que acabaram por se transformar em pretexto oportuno para o extermínio implacável dos povos nativos, como foi o caso das gravuras que representavam um prisioneiro a receber golpes e o preparo de um corpo para cozimento <sup>15</sup>[Figuras 6 e 7].



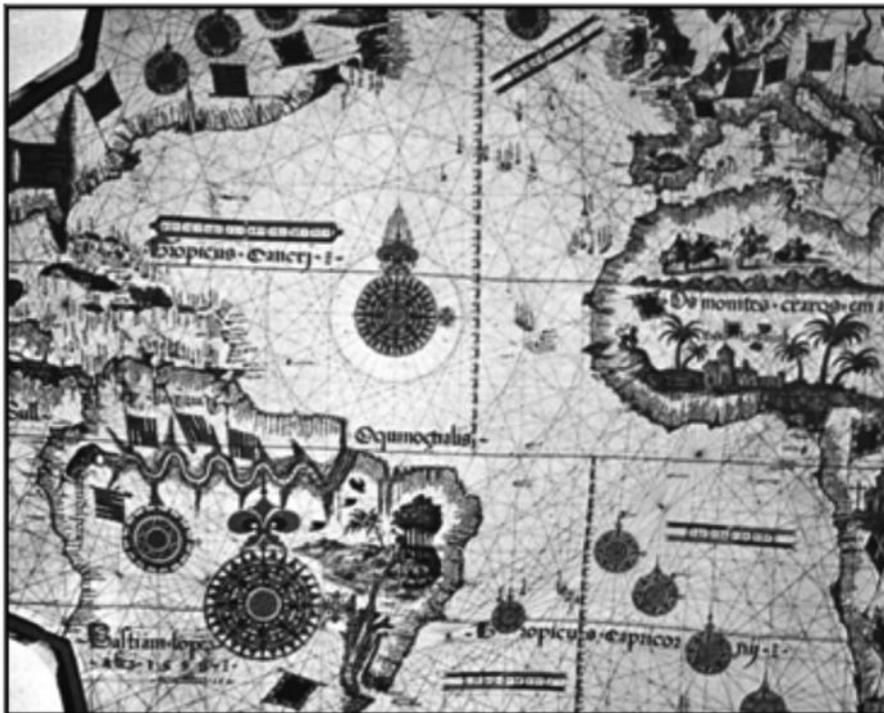
- Figura 1 -

---

<sup>15</sup>DREYER-EIMBCKE, p. 159-160. Texto adaptado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. Visões do mundo novo: breve introdução a uma geo-história dos tempos modernos. In: ALVES, F. N. (Org.). Brasil 2000 - quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas. Rio Grande: FURG, 2000, p. 109-123.



- Figura 2 -



- Figura 3 -

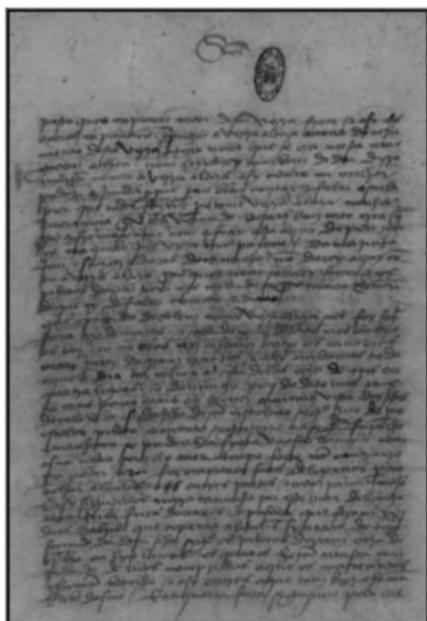


- Figura 4 -



- Figura 5 -

Um dos primeiros registros textuais sobre o Brasil - o qual, por vezes, chega a ser denominado de "certidão de nascimento" dos brasileiros - é a carta elaborada por Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota do "descobridor" Pedro Álvares Cabral <sup>8</sup> [Figura 8]. Em tal correspondência são também encontrados alguns dos pressupostos que viriam a se cristalizar como estereótipos acerca da colônia lusa na América do Sul. As descrições presentes nesse relato lusitano revelavam um misto de surpresa e curiosidade, mas preponderantemente a cobiça por riquezas e a estranheza diante dos hábitos dos habitantes originais das terras "descobertas". O espírito geral da missiva era



- Figura 8 -

o de anunciar a chegada naquele território, dando as boas novas aos soberanos lusos, além de vir a compor

uma série de atitudes e procedimentos que serviriam para legitimar a posse portuguesa na região.

Dentre os tantos elementos constitutivos presentes na correspondência, um dos que mais se destacou foi as trocas realizadas com os nativos, o que revela as diferentes concepções de propriedade e valor no que tange a europeus e



- Figura 6



- Figura 7 -

<sup>16</sup>Todas as referências à carta foram extraídas de: CORTESÃO, Jaime. A carta de Pero Vaz de Caminha. Lisboa: Portugalia Editora, 1967.

indígenas. Assim, o relato de tais permutas foi recorrente ao longo da narrativa, como no caso do primeiro contato no qual não houve entendimento de proveito, tendo em vista o ruído do mar quebrando na costa, mas já naquele momento se estabeleceria a troca original, quando os índios receberam um barrete vermelho, uma carapuça de linho e um sombreiro preto, ao passo que um deles deu um sombreiro de penas compridas de ave com uma copazinha pequena de cor vermelha e parda como de papagaio, e outro deu um ramal grande de continhas brancas. A fácil negociação com os silvícolas era também destacada, ao afirmar que a uns se dava um cascavel, a outros uma manilha, de maneira que, com aquele engodo, eles quase queriam dar a mão aos portugueses, a quem davam arcos com setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que alguém lhes quisesse dar.

Dentre os hábitos dos nativos que causavam espécie aos portugueses, um dos mais notados foi a ausência de roupas. No que tange aos indígenas do sexo masculino, o escrivão comentava que os homens tinham a feição de pardos e de maneira avermelhados, com "bons" rostos e narizes, e andavam tonos nus, sem coisa ou cobertura alguma, sem fazer o menor caso de encobrir ou exhibir as próprias vergonhas, tendo nisso tanta inocência como em mostrar o rosto. Já quanto ao sexo feminino, os lusos se mostravam mais afeitos à observação dos corpos nus, demonstrando até certa lascívia. Nessa linha, Caminha descrevia algumas moças bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas e com as vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharem, os lusos acabavam por não ter nenhuma vergonha.

No mesmo sentido, a carta destacava a presença de uma índia que era toda tingida de baixo a cima de tintura, mostrando-se "tão bem feita e tão redonda", bem como a sua vergonha - que ela não possuía no sentido moral - era tão graciosa, que a muitas mulheres lusitanas, vendo-lhe tais feições, sentiriam vergonha, por não terem a sua como ela. Mais adiante, ele se referia a outras mulheres moças, igualmente pintadas e adornadas, e cujas vergonhas estavam tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia vergonha alguma. Ainda quanto ao tema, o escritor concluía que a inocência daquela gente era tal, que a de Adão não seria maior, quanto à vergonha. O jogo de palavras entabulado com o termo "ver-

gonha", repetido diversas vezes e com sentidos variados - o púbis, o sentimento moral, a timidez, o acanhamento e o ato indecoroso - revelava por vezes o estranhamento e, em outras, alguma excitação por parte dos marinheiros lusos que, em síntese, viam com ressalvas a nudez masculina, entretanto, consideravam desfrutável a nudez das mulheres.

Os lusos enxergavam ainda os indígenas como uma gente alegre e faceira, sempre pronta a participar de atividades lúdicas. Nesse sentido, o escrivão contava que um gaiteiro lusitano, com seu instrumento, metera-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos, e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita, de modo que, ao longo do dia, andavam, dançavam e bailavam sempre com os portugueses, ao som de um tamboril, de maneira que se mostravam muito mais amigos dos europeus, do que estes deles. Além disso, Pero Vaz de Caminha considerava que os nativos eram pessoas de fácil convencimento, ao enfatizar que eles eram gente de tal inocência que, se o homem europeu os entendesse e a recíproca fosse verdadeira, seriam logo cristãos, vindo a crer na santa fé cristã, pois eles, ao que parecia, não tinham, nem entendiam nenhuma crença. Dessa maneira, concluía que aquela gente era boa e cheia de simplicidade, de modo que se poderia imprimir-lhe ligeiramente qualquer cunho que se quisesse dar.

A ânsia e a ambição por riquezas também eram uma constante na narrativa do escrivão português, como no caso que descrevia a ação de um índio que vira umas contas brancas de rosário e acenou para que lhe dessem, folgando muito com elas, lançando-as ao pescoço, para depois tirá-las e enrolá-las no braço, acenando para a terra e de novo para as contas e para o colar do capitão, como dizendo que daria ouro por aquilo. Em outro episódio, destacava que alguns nativos vieram ver o capitão que se encontrava bem vestido, com um colar de ouro muito grande ao pescoço, o qual chamou muito a atenção deles, que começaram a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que dizendo que ali havia ouro. Teriam os indígenas feito o mesmo quando olharam para um castiçal de prata, mais uma vez acenando para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata. Apesar da decepção por não terem encontrado ouro, prata, ferro ou outro metal valioso, Caminha ressaltava as belezas e as possibilidades daquela terra, considerando-a muito "chã e

formosa", com abundância de águas e "bons ares", concluindo com a frase que se tornaria uma das mais conhecidas de sua narrativa, referindo-se à graciosidade daquelas novas terras, nas quais, em se querendo aproveitar, tudo poderia dar. A seu modo, era o aval para incorporação daquele quinhão territorial, o que demonstra as potencialidades que futuramente viriam a ser exploradas através do sistema colonial.

Esses são apenas alguns pouquíssimos exemplos do imenso universo das representações europeias acerca da terra e dos habitantes do Brasil original, no entanto, servem a contento para representar a estranheza e até o caráter preconceituoso e, por vezes, de intolerância com as diversidades encontradas, que marcava a maneira de pensar e agir dos conquistadores europeus de então. Essas formas de representação dos homens e da natureza, junto à cartográfica, traduziam em si a mundialização levada a efeito pelos europeus, em um processo de assimilação, apropriação e transformação das sociedades e do ambiente encontrados, todos moldados para satisfazer os interesses do conquistador. Seguindo os pressupostos do mercantilismo, eram dados os primeiros passos em direção à criação de um sistema mundial que, a partir das relações colonizador-colonizado, originariam uma crescente divisão internacional do trabalho. Nascia a "economia-mundo", ainda modesta, pois afetava apenas uma fina película de homens, de riquezas, de espaços costeiros, mas, incorporada à economia europeia, entrava por sua vez na "respiração secular"<sup>17</sup>, em um caminho sem volta em relação à implementação do capitalismo.

Assim, nessa época dava-se apenas a etapa inicial dessa lei da moderna política internacional - mas o significado estrutural desta, como paradigma da identidade na transformação do sistema internacional, teria uma importância fundamental. Nessa linha, com a ultrapassagem do limiar da internacionalização da base econômica da sociedade, com o comércio e o mercado mundiais, começava, em consequência, uma época histórica qualitativamente nova, não de interdependência abstrata, mas de interdependência nas contradições e nos conflitos sócio-políticos transversalmente às próprias sociedades<sup>18</sup>. Dessa forma, organizar

---

<sup>17</sup> CHAUNU, Pierre. Expansão europeia do século XIII ao XV. São Paulo: Pioneira, 1978, p. 50.

<sup>18</sup> KRIPPENDORFF, p. 56 e 59.

o espaço passava a ser uma das funções primordiais dos grandes impérios coloniais de então<sup>19</sup>, de modo a garantir a hegemonia e sobrepujar os adversários na corrida colonial. As representações da superfície terrestre e das características intrínsecas das novas terras conquistadas passavam, nesse quadro, a também constituir-se em informações valiosas e estratégicas em uma clara emanção de que o conhecimento poderia ser muito bem um sinônimo de poder.

As representações descritivas, cartográficas, ilustrativas e simbólicas dos europeus a respeito do "mundo novo" refletiam o fato de que estes se apropriaram das terras, dos homens e da natureza das regiões conquistadas, ao transformá-los, adaptá-los e moldá-los ao seu modelo vida. Na concepção europeia, o mundo pertencia aos países expansionistas, para que eles seguissem a sua propalada missão civilizatória e efetiva função colonizadora, em uma clara manifestação da perspectiva pela qual os europeus se consideravam como os novos "donos do mundo", uma vez que as terras "descobertas e por descobrir" bem como os habitantes destas estavam à sua disposição para a posse e para a mais ampla e irrevogável utilização/exploração<sup>20</sup>. A Terra brasilis, no olhar dos europeus, aparecia como um lugar aprazível, de gente exótica que tanto poderia praticar a antropofagia, como ser facilmente desfrutável física, moral e espiritualmente, e, essencialmente como um espaço que poderia vir a ocupar seu lugar na construção do exploratório e coercivo modelo colonial.

---

<sup>19</sup> BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II. Lisboa: Martins Fontes, 1983, p. 418.

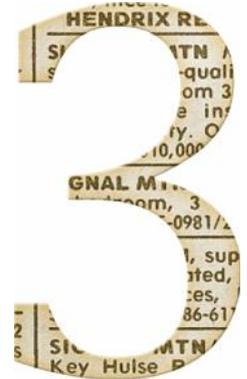
<sup>20</sup> ALVES, p. 124-125.







# O olhar do cronista europeu sobre o Brasil: um estudo de caso



Definitivamente incorporado ao sistema mercantilista, o Brasil passaria seus três primeiros séculos atrelado à condição de colônia portuguesa, mas as transformações mundiais da virada dos Setecentos à centúria seguinte também fariam sentir seus efeitos nestas terras da América do Sul. A vinda da família real em fuga da Europa, tomada pelas guerras napoleônicas, e as transformações em nosso país daí advindas no contexto brasileiro, como a abertura dos portos, os tratados comerciais com a Inglaterra e a elevação a Reino Unido levariam a um caminho sem volta em direção ao processo emancipacionista. Fatos que resultariam na independência política e na formação de um império nos trópicos que, após as agitações iniciais, obteria uma etapa de esplendor e estabilidade, notadamente durante o II Império. Esse Brasil que surgia do passado colonial, ao guardar várias características dessa época, foi objeto de análise e descrição de uma enorme quantidade de visitantes estrangeiros que andaram por todas as partes do país, redigindo escritos sobre sua formação humana e territorial.

Os relatos de cronistas estrangeiros constituem uma das mais fundamentais fontes para o estudo histórico da terra e da gente brasileira. Nesse sentido, os testemunhos sobre o Brasil, elaborados por visitantes de outros países em formatos variados, como diários de viagens, relatórios, correspondências, reportagens, estudos científicos, registros iconográficos, entre outros, viriam a constituir importante repositório de informações/opiniões sobre a

sociedade de épocas variadas da vida brasileira. Esses documentos traduziam nacionalidades diversas, com ampla predominância europeia. Indivíduos que possuíam diferentes formações profissionais e intenções distintas de visitas, além de tempos variáveis de permanência no país. Essa estadia poderia ir desde rápidas passagens, ou algum período maior, até a adoção dos trópicos como um novo lugar de morada. Tais viajantes e/ou residentes de origem externa apresentaram em seus relatos aspectos conjunturais/estruturais, ou mesmo detalhes circunstanciais e vivências do cotidiano dos habitantes do Brasil.

Muitas vezes, tais testemunhos expressaram uma perspectiva calcada nos moldes do "progresso" e da "civilização" ocidental, trazendo em seu âmago uma visão eurocêntrica, como não poderia deixar de ser, por serem, na maior parte, europeus. Assim, vindos de terras onde os avanços civilizatórios se faziam sentir, vários deles observaram alguns atrasos e anacronismos no Brasil, bem como deram amplo destaque às diversidades brasileiras, ao considerá-las, muitas vezes, como excentricidades, exotismos e extravagâncias, vistas num misto de admiração, surpresa e preconceito. Esse olhar eurocêntrico, ou ainda de uma possível superioridade dos países mais desenvolvidos, entretanto, não diminui a relevância desses depoimentos como fontes históricas, uma vez que possíveis interpretações mais esdrúxulas ou preconceituosas podem ser filtradas e depuradas, ou mesmo vir a constituir alvo da própria análise de natureza histórica, bastando ao pesquisador um conhecimento aprofundado do seu objeto de estudo.

Dentre os elementos constitutivos fundamentais que servem para valorizar as crônicas elaboradas por estrangeiros sobre o Brasil, podem ser destacados o caráter de "testemunho ocular" dos fatos, ou seja, as vivências do autor em relação ao meio visitado; a narração do cotidiano, normalmente sem maiores preocupações ou compromissos formais; a alternativa que representam em relação à documentação oficial/governamental; a descrição detalhada dos modos de agir e pensar do povo visitado; a oferta de informações sobre períodos ou detalhes, por vezes obscuros da formação brasileira; entre outros aspectos. Os estrangeiros abordaram o Brasil em descrições que variavam do mais simples pragmatismo, passando pela narrativa informal, até o estudo mais técnico e "cientí-

fico", segundo os padrões de então. Esses textos e desenhos foram impressos e fartamente divulgados, fosse através de livros, fosse por meio de artigos publicados em revistas e jornais. A partir dos meios de comunicação da época e de tais testemunhos, a imagem do Brasil era reconstruída e difundida pelo mundo a partir dos meios de comunicação da época.

Diante da enorme quantidade de relatos, um estudo de caso serve como amostragem exemplificativa das maneiras pelas quais os europeus "olharam" a nação que nascia na América do Sul. Tal estudo recai sobre Jean Baptiste Debret, um dos mais relevantes estrangeiros que registrou textualmente e iconograficamente a vida no Brasil dos primórdios do século XIX. Debret marcou sua presença no país à época da formação do Estado Nacional, ao elaborar uma das mais completas obras pictóricas sobre o país daquele momento. O pintor se fez presente no Brasil em um período de amplas transformações, acompanhando os episódios concernentes à época joanina, ao processo da independência e ao I Reinado. As obras mais conhecidas de Debret são aquelas que enfocam cenas típicas do Rio de Janeiro, no entanto, o artista francês realizou inúmeras visitas a outras províncias brasileiras, das quais pintou cenários e flashes do cotidiano.

Jean Baptiste Debret pertencia a uma família burguesa culta e esclarecida, amadora de ciência e arte. O pai, Jacques Debret, além de escrivão do tribunal de Paris, era um curioso de história natural e de arte. Os filhos também herdaram esse gosto pelas belas artes: Jean, pintor, nascido em Paris em 18 de abril de 1768, e François, nascido em 1777, foi um dos mais célebres arquitetos restauradores de sua geração.

Jean Baptiste realizaria seus estudos secundários no Colégio Louis Le Grand e, terminados estes, se dedicaria à pintura, entrando para a escola de um parente seu, Louis David, com o qual fez uma viagem de estudos à Itália, voltando em 1785 para ingressar na Academia de Belas Artes. Com o advento da guerra, os esforços nacionais se destinaram ao contexto bélico, e vários alunos da Academia tiveram de ingressar na Escola de Pontes e Calçadas, para se dedicarem ao estudo das fortificações, Debret esteve dentre eles. Mais tarde, seria organizada a Escola Politécnica, no intento de formar engenheiros

militares e Debret passou a frequentar seus cursos, vindo a se distinguir como aluno de desenho, acabando por lecionar a cadeira<sup>21</sup>.

A partir de então, a carreira de Jean Baptiste Debret entraria em franca ascensão, de modo que realizaria uma exposição em 1798, quando, inclusive, teria um quadro premiado. Tornava-se celebridade e passava a receber encomendas do governo, expondo grandes quadros históricos de assuntos romanos e cenas da "epopeia napoleônica", em vários salões, até 1814. Entretanto, a perda de um filho representaria um momento de inflexão na vida do pintor que entrou em estado de apatia completa. Receberia sugestões de uma nova viagem à Itália, ou ainda que participasse de uma missão de artistas franceses à Rússia, para reverter esse quadro. Ao mesmo tempo, a pedido de D. João, se organizava uma missão francesa para o Brasil e Debret decidiu partir para a América, embarcando a 26 de janeiro de 1816. No Brasil, o pintor prestaria auxílio na criação da Escola de Belas Artes, na qual atuou como docente, pintou uma série de retratos de membros da família real, diversos quadros históricos e uma infinidade de estudos e esboços que, mais tarde, seriam inclusos no seu livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, editado entre 1834 e 1839. Por quinze anos Debret permaneceu no Brasil, partindo após a renúncia de D. Pedro I, afastando-se das lutas políticas e com a saúde abalada. Em 1837, foi-lhe concedida uma pensão de parte do governo brasileiro, tendo em vista seus serviços prestados ao país. Mais tarde, em 1839, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o elegeu sócio. Quase uma década depois, a 28 de junho de 1848, o pintor francês viria a falecer<sup>22</sup>.

A missão francesa, na qual esteve incluso Debret, fazia parte do projeto joanino de transpor para os trópicos fragmentos da dita "civilização europeia", no intuito de garantir à família real e ao segmento da corte que se deslocara ao Brasil, ao menos, parte do conforto,

---

<sup>21</sup>MORAES, R. B. de. Jean Baptiste Debret. In: DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1940. t.1. v.1. p. IX.

<sup>22</sup>MORAES, 1940, p. IX-XI.

da cultura e dos quadros burocrático-administrativos de que dispunham em território europeu. Assim, a Missão Artística Francesa de 1816 partiu da ideia e do esforço de Joachim Le Breton, antigo secretário perpétuo da Classe de Belas Artes do Instituto de França. Essa iniciativa foi compreendida e apoiada pelo Conde da Barca e por D. João que auxiliaram na viagem do grupo, constituído pelo citado Le Breton, crítico de arte, por N. A. Taunay, pintor paisagista, o próprio Debret, pintor histórico, Auguste Grandjean de Montigny, arquiteto, A. M. Taunay, escultor, C. S. Pradier, gravador, F. Ovide, professor de mecânica, além de três mestres de ofício. Ao fim do ano, chegariam ainda um escultor e um gravador de medalhas<sup>23</sup>.

A obra de Debret no Brasil se coadunaria com este caráter civilizatório da missão francesa, prevalecendo o olhar do europeu e, portanto, o eurocêntrico, sobre as terras e a gente brasileira, o que não poderia ser diferente, com especial atenção àquilo que representava o diferente, o inédito, o esdrúxulo e, enfim, o não civilizado. Nesse sentido, no trabalho de Debret, comprometido com o registro documental de uma realidade estranha, a atenção aos detalhes sugere, a um só tempo, o interesse pela diversidade do mundo e o empenho em homogeneizá-lo através da prática civilizatória<sup>24</sup>. No entanto, tais elementos constitutivos intrínsecos à obra não lhe reduziram o papel de fonte histórica, de modo que, os registros estabelecidos por Debret, através de suas célebres gravuras e textos explicativos, constituem significativo valor, não somente artístico, como também documental<sup>25</sup>. Este se consistiu, portanto, em uma fonte de valor incomparável para o estudo da época em que viveu em terras brasileiras<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup>BARATA, M. As artes plásticas de 1808 a 1889. In: HOLANDA, S. B. (Dir.). História geral da civilização brasileira - O Brasil Monárquico (reações e transações). 3.ed. São Paulo: DIFEL, 1976. t.2. v.3. p. 412.

<sup>24</sup>SIQUEIRA, V. B. Aquarelas do Brasil: a obra de Jean Baptiste Debret. In: ROCHA, J. C. de C. Nenhum Brasil existe - pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: UniverCidade, Topbooks, UERJ, 2003. p. 111.

<sup>25</sup>OBERACKER, C. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, S. B. (Dir.). História geral da civilização brasileira - O Brasil Monárquico (o processo de emancipação). 4.ed. São Paulo: DIFEL, 1976. t.2. v.1. p. 130.

<sup>26</sup>MORAES, 1940, p. XI.

Ao elaborar seu livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Debret definiria alguns de seus intentos no país. Sobre seu ingresso na missão francesa, afirmava que dera tamanha importância à vantagem de poder admirar a beleza do ambiente brasileiro e, principalmente, à glória de propagar o conhecimento das belas artes entre um povo ainda na infância. Desse modo, não hesitara em se associar aos "artistas distintos", seus compatriotas, que, sacrificando por um instante suas afeições particulares, formaram aquela pitoresca expedição, a qual pretendia estudar uma natureza inédita e imprimir marcas profundas e úteis naquele mundo novo. Destacava ainda que, graças ao seu hábito da observação, natural em pintores de história, fora levado a apreender espontaneamente traços característicos dos objetos que o envolviam. Dessa maneira, seus esboços reproduziam especialmente as cenas nacionais ou familiares do povo entre o qual passara mais de década e meia. O pintor pretendia, assim, empreender uma "verdadeira obra histórica" brasileira, ao abordar uma "civilização" que já estaria a honrar o povo brasileiro, naturalmente dotado das mais preciosas qualidades. Estas seriam o bastante para merecer um paralelo vantajoso com as nações mais brilhantes do antigo continente <sup>27</sup>.

Em outras palavras, sinteticamente, o objetivo de Jean Baptiste Debret se constituía, segundo ele próprio, em um plano ditado pela lógica, quer seja, o de acompanhar a "marcha progressiva da civilização no Brasil"<sup>28</sup>. Segundo sua concepção, cabia-lhe - naquela narrativa dos acontecimentos acumulados em quinze anos e cujo resultado poderia ser comparado ao de vários séculos em outros países -, como testemunha estrangeira e pintor de história, colher dados exatos e de primeira ordem para uma arte dignamente consagrada a salvar a verdade do esquecimento. Chamando atenção para seus registros iconográficos, Debret ressaltava que suas pinturas e, posteriormente, seu livro iriam mostrar de relance, graças à litografia, mil detalhes que escapavam a uma descrição escrita, a qual para não ser aborrecida não poderia deixar de ser sucinta <sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> DEBRET, 1940, t.1. v.1. p. 5-6.

<sup>28</sup> DEBRET, 1940, t.1. v.2. p. 85.

<sup>29</sup> DEBRET, 1940, t.2. v.3. p. 8.

Foram muitos os elementos constitutivos marcantes da vida brasileira retratados pelo artista francês que, como "pintor histórico", apresentou obras variadas sobre os vários personagens que moldavam as estruturas do novo país. Porém, ao mesmo tempo, registrou imagens do urbano e do rural, da fauna e da flora, do econômico e social, do político e do ideológico, do religioso e do cultural. De acordo com o recorrente interesse e a curiosidade dos europeus para com as diversidades brasileiras, vistas pelo olhar da admiração e da estranheza, um dos aspectos mais marcantes na obra de Debret foi o amplo destaque dado às sociedades indígenas e às vivências dos negros e escravos. Refletia-se em tal abordagem, a demanda existente na Europa para os trabalhos que traziam o diferente e o exótico para serem consumidos pelo público leitor.

Assim, um dos segmentos da sociedade brasileira mais retratado pelo pintor francês foi o dos indígenas, o que refletiu um dos mais importantes enfoques do conjunto da obra do artista. Sem dúvida, o índio brasileiro foi um dos grandes alvos da pintura de Debret, dedicando-lhe especial atenção através de uma série de pranchas que reproduzia tipos físicos, objetos e cenas da vida indígena. O material referente aos nativos foi obtido não só no Rio de Janeiro, local visitado amiúde por grupos de diferentes tribos e por reunir coleções etnográficas, mas também em viagens que empreendeu a florestas<sup>30</sup>. O próprio artista destacava suas formas de contato com os hábitos e costumes dos "selvagens", ou seja, através do encontro direto com índios no Rio de Janeiro, do contato com objetos de origem indígena acumulados na corte, ou ainda por meio da participação em expedições às selvas. Sobre suas incursões, informava que era no centro das imensas florestas virgens do Brasil que o observador deveria procurar essas antigas famílias de indígenas conservadas em seu estado primitivo. Esses grupos eram felizes por viver sob uma temperatura suave e de confundir as estações, a qual lhes oferecia, sem interrupção, frutas, raízes e caça abundantes<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> SCHADEN, Egon; PEREIRA, João Baptista Borges. Exploração antropológica. In: HOLANDA, S. B. (Dir.). História geral da civilização brasileira - O Brasil Monárquico (reações e transações). 3.ed. São Paulo: DIFEL, 1976. t.2. v.3. p. 425-6.

<sup>31</sup> DEBRET, 1940, t.1. v.1. p. 7-8. A respeito das expedições às florestas, o pintor destacava: como seria possível ao viajante não se sentir cheio de respeito e de admiração diante deste milagre de fecundidade? Convicto da impotência de seus meios físicos, o homem, tão audaz alhures, ali se faz tímido. Vê-se obrigado a transformar os sulcos formados pelas águas em caminhos que o conduzam à beira do rio. E pode considerar-se ainda muito feliz se, ao chegar, à baixada, após as fadigas de uma descida íngreme e sempre perigosa, lhe for possível aproveitar, a fim de atingir as florestas que deseja penetrar, alguma vereda aberta no matagal pelos animais selvagens (p. 9).

Ainda no que tange aos índios, os objetivos civilizatórios da missão francesa vinham à tona na descrição de Debret, ao afirmar que tudo o que o espírito humano concebera como ideias filosóficas elevadas, admiráveis ou mesmo estranhas, encontrava-se, em princípio, e, em germe, no índio selvagem, com sua aplicação determinada apenas pelos impulsos do instinto ou da inspiração. Em outras palavras, era o "homem da natureza", com seus meios intelectuais primitivos, quem o pintor pretendia mostrar em face do "homem da civilização", armado com todos os recursos da ciência<sup>32</sup>. Debret descrevia ainda, genericamente, o contato entre o europeu e o indígena, explicando que uma "secreta simpatia" os atraía mutuamente e, logo, a candura do indígena se entregaria à sedução do europeu, de modo que os presentes e os serviços recíprocos estabeleceram os primeiros vínculos. A gratidão já os teria fundido quase completamente, quando a cobiça dos soberanos da Europa jogara no novo ambiente forças militares que destruíram em um instante vários anos de relações sociais, fazendo referência às perseguições e dizimações das populações indígenas<sup>33</sup>.

Sobre tal temática, o artista se referia à legislação acerca dos índios, ao historiar as formas pelas quais elementos constitutivos da sociedade brasileira vinham sendo tratados desde a época colonial, de modo a destacar leis ao longo dos séculos XVI a XVIII e enfatizar que, nos primeiros anos da conquista, nenhum dispositivo preciso emanou da metrópole para proteger os índios ou opor-se à sua destruição. Desse modo, durante as guerras com os portugueses, eles eram frequentemente escravizados e enviados de uma capitania para outra, em um intuito de segurança, o que poderia ser considerado uma espécie de tráfico. Quanto a tal assunto, Debret citava que, posteriormente, surgiram várias determinações que consideravam os indígenas livres da escravidão, mas que, em muito, foram descumpridas, mantendo-se certo espírito de hostilidade para com eles, o que só viria a ser solucionado, segundo a sua concepção, após a independência nacional. Momento em que o imperador teria

---

<sup>32</sup> DEBRET, 1940, t.1. v.1. p. 13.

<sup>33</sup> DEBRET, 1940, t.1. v.2. p. 85. Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Imagens da Província: o Rio Grande do Sul sob o prisma europeu no século XIX*. Rio Grande: FURG, 2009. p. 12-8.

nomeado governantes capazes de estimular a civilização, a fim de utilizar prontamente esses braços aclimados, tão preciosos para a agricultura da qual dependia a prosperidade da pátria<sup>34</sup>.

Muitas das formas de sobrevivência, hábitos e costumes dos indígenas em várias partes do Brasil foram alvos da atenção de Jean Baptiste Debret. Quanto a essas sociedades, registrou iconográfica e textualmente tanto o nativo aculturado, ou "civilizado", como preferia denominá-lo, quanto o que chamava de índio "selvagem". Referindo-se a este último, o pintor descrevia os traumas do contato com o europeu e as maneiras de expressar a resistência de parte dos silvícolas. Destacando uma "tribo selvagem" brasileira, por ele denominada de "camacãs-mongoiós", que habitavam as matas do sertão contíguas a Minas Gerais, o artista descrevia que tais nativos se encontravam retirados no fundo das florestas sombrias, onde foram esconder sua vergonha e seus desesperos, após a inútil, mas corajosa e tenaz, defesa de seu território invadido pelos portugueses. Diante desse cenário, apesar de muito disseminados, os indígenas continuaram sempre ciosos dos "encantos da independência"<sup>35</sup>.

Ao mesmo respeito, o escritor descrevia que os sentimentos de inquieta desconfiância, de amor à liberdade e ao solo natal eram ainda tão fortes entre tais índios que evitavam, apavorados, uma simples visita às regiões civilizadas, não separando nunca a ideia do homem branco da de tirania. Encontravam-se assim isolados, sob seus tetos rústicos, fremindo ainda diante da lembrança das invasões europeias, o que constituiu uma tradição de desconfiância e de ódios que foi transmitida de geração a geração e se fortaleceu através dos séculos. A partir dessa perspectiva, ao ver aproximar-se um viajante estrangeiro, o primeiro cuidado desses silvícolas era o de esconder as crianças, principalmente os "machos", permanecendo "hereditariamente temerosos" das crueldades das centúrias passadas<sup>36</sup> [Figura 1].

---

<sup>34</sup> DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: Círculo do Livro, 1985. v.2. p. 370.

<sup>35</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 31.

<sup>36</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 31; 4.

Ainda na categoria dos "índios selvagens" e em referência a um caráter belicoso, Debret citava também os "bororenos", chamados de bugres pelos habitantes da parte sul do Brasil, os quais eram temidos por suas atividades guerreiras, uma vez que realizavam frequentemente excursões, sempre funestas para as habitações rurais. Segundo o pintor, essas expedições eram sinistras e desastrosas para os proprietários, pois, além de suas armas tradicionais, como o arco e flecha e o tacape, os índios, com "incrível intrepidez", além de usar de seu "gênio malfazejo", perpetravam seus ataques com uma máquina incendiária que haviam inventado. Assim, davam vazão ao seu "instinto cruel" e "sempre fértil" em ardis de guerra<sup>37</sup> [Figura 2].

Nessa mesma direção, o autor apontava ainda para a "famigerada raça" dos bugres, ao descrever suas estratégias de luta em tempo de guerra e ao detalhar que, acostumados a atirar em objetos imóveis, quando queriam imolar um passante, deixavam-no se afastar até certa distância. Em seguida, faziam com que ele parasse, chamando sua atenção com certos ruídos e, no momento previsto em que o viajante se imobilizava, apontavam e matavam-no infalivelmente. Outra tribo destacada pelo pintor francês era a dos charruas, que viviam na porção sul-brasileira, e eram descritos como selvagens, vivendo em terras pantanosas, de modo que era no meio dos caniços, quase deitados dentro da lama, que realizavam seus "repugnantes festins". Em relação a tais indivíduos, Debret citava a "extrema sujeira", que criara em torno deles mil anedotas exageradas que o autor se absteria de contar, embora andassem em todas as bocas da região. Mesmo assim, apontava para as qualidades dos mesmos como caçadores<sup>38</sup> [Figuras 3 e 4].

Os "indígenas selvagens", chamados de "guaicurus" que se encontravam nas províncias de Goiás, Mato Grosso, e à margem do Uruguai, também eram ressaltados pelo artista que enfatizava sua habilidade em domar cavalos selvagens. Nesse sentido, afirmava que sua

---

<sup>37</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 44-5.

<sup>38</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 47-9; 62-3.

principal ocupação consistia no comércio de diferentes espécies de animais que se reuniam nas vastas pastagens onde costumavam construir suas habitações. Debret chamava também atenção para as táticas de guerra de tais nativos, as quais consistiam em reunir uma tropa numerosa de cavalos selvagens, lançados na frente sem cavaleiros, misturando-se, os índios, aos últimos animais. Além disso, para se esconderem do inimigo, eles imaginaram um ardil que dava bem a ideia de sua destreza e de sua perícia de cavaleiros, de modo que, cada guerreiro apoiado unicamente no estribo direito, segurava a crina com a mão esquerda e, assim, se mantinha suspenso e deitado de lado no sentido do corpo do animal. Dessa forma, conservava tal atitude até chegar ao alcance da lança, quando se erguia na sela, combatia com vantagem, em meio à desordem provocada pelo ataque tumultuoso<sup>39</sup> [Figuras 5, 6 e 7].

Um hábito ancestral dos nativos brasileiros, narrado desde os primeiros contatos, a antropofagia, era também destacado por Debret. Assim, ele mostrava cabeças que eram encontradas em elevada quantidade as aldeias indígenas e que consistiam em troféus militares, as quais atestavam o número de prisioneiros de guerra e a ferocidade dos vencedores. Sendo assim, o autor explicava que todo o prisioneiro de guerra se destinava a ser comida, havendo festejos entre os vitoriosos, que, nesses ritos, transformavam-se em canibais. No momento escolhido, a vítima era amarrada a um cepo, a fim de ser abatida a flechadas ou golpes de tacape; depois de morta, cortavam todas as suas partes carnudas, enquanto se acendia o fogo que serviria para assá-las, diante do que toda a população esfomeada se reunia e o "festim" começava com as mais "turbulentas demonstrações" de uma "alegria atroz"<sup>40</sup>.

Na narrativa do artista, continuava a descrição do ritual, de modo que a cabeça cortada, que ficara intacta, era logo suspensa a um cepo por meio de cordas, as quais eram enfiadas

---

<sup>39</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 66-9.

<sup>40</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 93.

pelo orifício das orelhas e saíam pela boca, sendo colocada numa posição que demonstraria aprovação. Isso ocorria, ao passo que o grupo alegre de selvagens dançava em volta, atirando-lhe flechas e insultando-a "covardemente" e "sem piedade". Ressaltava também que, terminada a festa, um dos vencedores tinha o direito de se apropriar da cabeça da vítima ainda sangrenta, a fim de conservá-la como propriedade sua, retirando-lhe os olhos e o cérebro, com suficiente habilidade para não mutilar o crânio nem a pele, de modo a introduzir nela uma substância corrosiva, para secá-la ao sol. Tal prática era encerrada com a substituição dos olhos por fragmentos de conchas brancas fixadas ao centro de uma grande bola de resina, destinada a encher a cavidade orbital, além da colocação de uma cordinha de algodão trançado, cujas extremidades eram presas ao orifício da boca, igualmente cheio de resina. Com isso, se formava uma espécie de anel alongado do qual o índio se servia com orgulho para suspender a múmia à cinta durante os festejos guerreiros<sup>41</sup> [Figura 8].

Já no que tange à categoria dos indígenas aculturados, Debret esclarecia que comumente se dava o nome genérico de caboclo a todo "índio civilizado", isto é, batizado. Foram várias as referências aos nativos "civilizados", como no caso de uma verdadeira forma de exibição de habilidades, na qual os nativos demonstravam suas destrezas aos visitantes. Nesse sentido, o narrador chamava atenção para a "extraordinária atividade" de um "índio flechador", que ficava de costas e lançava com todo vigor uma flecha, de maneira quase incrível para os europeus, em uma atitude que, para o caboclo, não passava de um simples exercício de destreza, oferecido à contemplação dos viajantes estrangeiros<sup>42</sup>.

Essa "acrobacia" era descrita pelo pintor, ao afirmar que o indígena escolhia sempre o menor de seus arcos para mostrar sua habilidade. Em seguida, a fim de continuar a atrair a admiração dos espectadores, levantava-se e, com o corpo extremamente recurvado, arremessava sua flecha perpendicularmente, por cima da cabeça, de maneira que recaía a seus pés, no interior de um círculo traçado no chão, em torno dele. Destacava ainda que os prati-

---

<sup>41</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 93-5.

<sup>42</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 39.

cantes desses "exercícios sempre perfeitos" eram muito procurados pelos naturalistas estrangeiros, para serem utilizados como companheiros indispensáveis nas excursões através das florestas virgens. Essa prática era realizada com o intuito de obter animais selvagens, cujos hábitos os silvícolas conheciam perfeitamente e para prover a alimentação da caravana, bastando para pagamento dividir com eles uma pequena provisão de aguardente <sup>43</sup> [Figura 9].

No que tange à aculturação dos nativos, o artista francês apresentou também uma cena em que viajantes europeus eram introduzidos numa aldeia de caboclos, explicando que a pantomina das mulheres exprimia um movimento de pudor que lhes era natural em semelhantes circunstâncias. Desse modo, uma escondia o busto, cobrindo-o com seus longos cabelos negros puxados para frente, enquanto a outra, sentada perto da primeira, se esforçava, por modéstia, para aproximar o pé da parte que desejava subtrair ao olhar dos estranhos e, ainda, uma terceira permanecia imóvel amamentando seu filho, sacrificando todos os seus sentimentos ao dever materno<sup>44</sup> [Figura 10]. Os séculos de aculturação levariam a mais uma mudança de hábitos, surgindo entre as nativas a vergonha de "suas vergonhas", aspecto não notado à época do contato original como descrevera o escrivão Caminha.

O indígena que atuava como peão no Rio Grande do Sul também foi retratado por Debret, mostrando "índios charruas civilizados"<sup>45</sup>. Estes caracterizavam bem o primitivo "gaúcho de faca na bota", vestindo, entre outras peças, o chiripá ao redor da cintura, o tirador curto, pala à meia espalda ou atado ao redor do corpo, boleadeiras às mãos, além da bota de garrão de potro atada no bico e esporas, o lenço e o chapéu cônico <sup>46</sup>. Também do sul, o artista destacava a nação indígena dos guaranis, uma das que primeiro teria se sujeitado ao domínio da "civilização" europeia. Em relação a tal grupo indígena, o francês apresentou um

---

<sup>43</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 39-41.

<sup>44</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 42-3.

<sup>45</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 64-5.

<sup>46</sup> SCLIAR, Salomão; CORTES, J. C. Paixão. O homem, a terra e os usos e costumes da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul em 18 gravuras de Jean Baptiste Debret. Porto Alegre: Paniel Editora, s/d. fl.4.

"índio guarani civilizado"<sup>47</sup>, que aparecia em trajes dominicais, com um rebenque na mão direita enquanto, com a outra, segurava as rédeas da montaria. Havia ainda na gravura, em último plano, uma elevação e no vale aparecia outro índio endomingado, a cavalo, sendo igual à figura do primeiro plano, com a diferença de estar montado em cavalo também ajaezado<sup>48</sup>.

Ainda sobre os guaranis, o pintor explicava que, antigamente, eles haviam sido "vassallos" dos jesuítas, que os empregavam como trabalhadores de todos os ofícios na construção de suas igrejas e fazendas e na cultura de suas terras, de modo que ainda se encontravam nos "resíduos de sua raça" vestígios de tais conhecimentos industriais. Ele mostrava também uma índia guarani<sup>49</sup>, sem qualquer motivo de decoração, "[...], na pintura, havia um pequeno um pequeno arbusto com grama e, além de uma serra no fundo, havia duas outras índias em vestes de cerimônia, em plano subsequente<sup>50</sup> [Figuras 11, 12 e 13]. O autor preocupou-se em descrever outros hábitos e costumes dos indígenas brasileiros, como as formas de habitação, as máscaras, os toucados de plumas, os desenhos por eles gravados em rochedos, os diferentes vegetais utilizados nos colares, nas tatuagens e na alimentação, os cetros, as vestimentas, a cerâmica e as armas ofensivas.

---

<sup>47</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 82-3.

<sup>48</sup> BARRETO, Abeillard. Bibliografia sul-rio-grandense. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. v.1. p. 397.

<sup>49</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 84-6.

<sup>50</sup> BARRETO, 1973. v.1. p. 397.



- Figura 1 -



- Figura 2 -



- Figura 3 -



- Figura 4 -



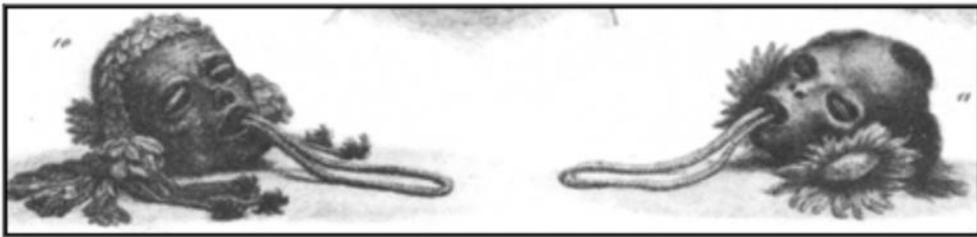
- Figura 5 -



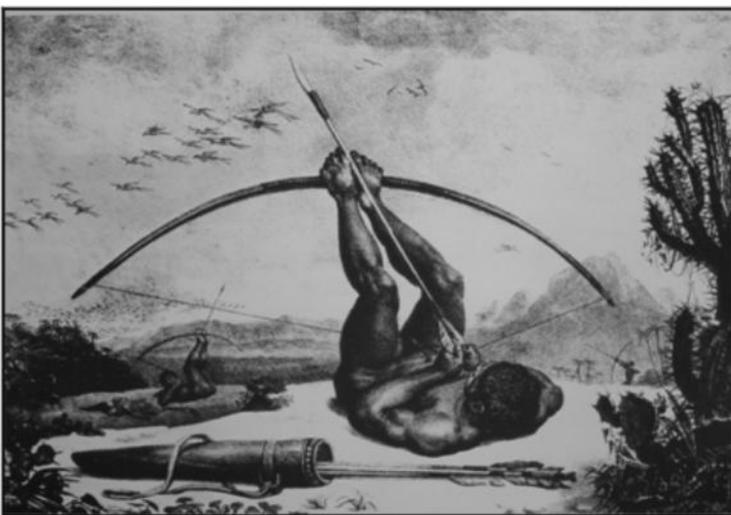
- Figura 6 -



- Figura 7 -



- Figura 8 -



- Figura 9 -



- Figura 10 -



- Figura 11 -

Além dos indígenas, Jean Baptiste Debret também dedicou especial atenção ao elemento negro. Segundo o pintor, no Brasil, tudo se assentava no trabalho do escravo negro, uma vez que, na roça, ele regava com seu suor as plantações do agricultor. Na cidade, o comerciante fazia com que ele carregasse pesados fardos, no caso de pertencer ao "capitalista", atuava como operário, ou na qualidade de moço de recados que aumentava a renda do senhor. Sobre as más condições de vida do escravo, o artista afirmava que o mesmo era sempre mediocrementemente alimentado e maltratado, exposto a castigos físicos - considerados revoltantes para um europeu -, os quais eram, muitas vezes, seguidos da venda do punido aos habitantes do interior, lugar no qual o infeliz viria a morrer a serviço do mineiro <sup>51</sup>.

Assim, um dos enfoques mais recorrente na obra do artista relacionado aos negros estava ligado à questão do trabalho. Foram muitas as ocupações de escravos e de negros livres por ele retratadas de maneira iconográfica e textual. Dentre essas, o caso de barbeiros ambulantes e em lojas, serradores de tábuas, caçadores. Esses serviços foram retratados também em moendas, em sapatarias, no transporte de carne de corte, bem como cozinheiras, calceteiros, artífices em



- Figura 12 -



- Figura 13 -

---

<sup>51</sup> DEBRET, 1940, t.1. v.2. p. 85-6.

madeira, cirurgiões, açougueiros e lavadeiras, além de vendedores de cestos, aves, palmito, samburás, milho, carvão, sapé, capim seco, leite, alho, cebola, aluá, limões-doces, cana, manuê, sonhos, ataçaça, angu, pó de café torrado, pão de ló, entre tantos outros.

Exemplificativamente, dentre todos esses trabalhos representados na arte do pintor, estava um mais vinculado ao espaço urbano, o qual tinha forte interação com os brancos, como era o caso do vendedor de flores. Nessa linha, o autor descrevia um criado de uma casa rica, parado à porta de uma igreja, no domingo, para vender flores em benefício do patrão, enquanto acrescentava por conta própria a venda a varejo de pedaços de coco, iguaria econômica da classe média. O autor chamava atenção para o cuidado com que o vendedor mantinha a frescura das flores, fincando-as num talo de bananeira, que servia ao mesmo tempo de bandeja. Destacava ainda que a senhora, ao sair da igreja, escolhia uma das flores que seria paga pela negra, sua criada de quarto, permanecendo as outras duas pacientemente imóveis<sup>52</sup> [Figura 14].

Ao lado do trabalho urbano, Debret apresentava também as durezas do emprego de escravos nas lides do campo, como foi o caso daqueles que atuavam nas atividades pecuárias no Rio Grande do Sul. Em uma das representações do artista, aparecia o peão negro, quer seja, o trabalho escravo rural, no caso, envolvido com o transporte de gado. No desenho, a figura principal vai a cavalo, com chapéu de palha de aba larga, havendo outra, a distância, sobre um burro, com chapéu sem aba, ambos conduzindo uma grande tropa de mulas<sup>53</sup>. O autor descrevia minuciosamente as agruras dos serviços nas charqueadas e mostrava também cenas de captura, abate e corte de gado, realizados por peões em geral, bem como a partir do trabalho escravo [Figuras 15 e 16].

Outras formas de emprego da mão de obra escrava traziam uma proximidade subser-viente em relação aos brancos, como na execução do transporte dos mesmos. Exemplo disso

---

<sup>52</sup> DEBRET, 1985, v.2. p. 488-9.

<sup>53</sup> BARRETO, 1973, v.1. p. 398-9.

foi o caso da representação de uma senhora na sua cadeirinha a caminho da missa, gravura na qual o autor descrevia a utilização de tal meio de transporte no Rio de Janeiro e na Bahia, a qual chamava atenção para os detalhes da mesma, notadamente quanto à simplicidade ou ao excesso de ornatos, existindo as próprias e as de aluguel. O ponto em comum da cadeirinha era a utilização de escravos para carregá-las, salientando que, no caso das "mulheres honestas", que evitavam a exposição, mantendo as cortinas fechadas, eram acompanhadas por uma de suas criadas de quarto, que marchava ao lado da liteira, carregando a bolsa, o livro da missa e transmitindo as ordens aos escravos <sup>54</sup> [Figura 17].

Ainda no que tange ao transporte, o artista francês fazia referência à opulência de um proprietário rural que era carregado por escravos em uma rede, a qual ostentava o seu luxo. Tal fator estava presente também nos próprios criados, descritos como bem-apegoados, gordos e limpíssimos, com uma indumentária que se compunha de um calção e uma camisa de algodão brancos que eles deveriam manter limpos. A vestimenta dos cativos era completada por uma espécie de cobertura que servia tanto de manto nas doenças como de cobertor no sono, além de acompanhar as variações de temperatura. O quadro de ostentação de riqueza era ainda notado pelo rebuscamento dos acessórios, na qualidade da rede e na presença de um negrinho que carregava um indispensável guarda-sol. Uma variação de tal meio de transporte era uma liteira para viajar pelo interior, em caminhos impraticáveis ao carro de boi, a qual era puxada por muares, mas conduzida igualmente por um trabalhador escravo<sup>55</sup> [Figuras 18 e 19].

O trabalho escravo doméstico foi também retratado pelo artista que o considerava bem mais leve que as demais ocupações dos cativos. Nesse sentido, afirmava com certo exagero que ninguém era mais feliz do que o escravo de uma casa rica no Brasil. Este se limitaria à prática de um serviço especial, podendo até "gozar tranquilamente" de horas de lazer, como

---

<sup>54</sup> DEBRET, 1985, v.2. p. 485-6.

<sup>55</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 203-5.

seria o caso de negros que ficavam à frente da residência de seu senhor, esperando a hora de servi-lo, enquanto aproveitavam o tempo livre para confeccionar chapéus de palha, com os quais poderiam praticar lucrativo comércio que lhes proporcionaria os meios de "se divertir" com seus amigos e ainda de sustentar suas amigas, cuja "faceirice e gulodice" não deixavam de ser muito dispendiosas. Outra atividade doméstica apresentada por Debret mostrava a cena de um jantar preparado e servido por negros escravos aos seus senhores. Apareciam ainda na gravura uma escrava cujo trabalho era espantar os insetos e duas crianças pequenas negras que, tal qual animais de estimação, recebiam petiscos dos comensais <sup>56</sup>[Figuras 20 e 21].

Alguns dos hábitos e tradições dos brancos eram também repassados, ainda que de forma menoscabada, aos negros. Era o caso das festividades natalinas e de reis, nas quais eram distribuídos os mais variados presentes, caso de comestíveis, caça, aves, leitões, doces, compotas, licores, vinhos, entre outros, levados de um lugar para outro pelos escravos [Figura 22]. Diante desse cenário de fartura, o pintor francês fazia a ressalva que para a "classe inferior", composta de mulatos e negros livres, as comemorações eram diferentes, havendo um "carnaval improvisado". A referida classe fantasiada, em pequenos grupos escoltados por músicos, percorria as ruas da cidade, chegando a prolongar sua excursão pelos arrabaldes quando a noite fosse bela, o "desfile" acabava em uma venda e ali permaneciam até o nascer da aurora. Outros, ao contrário, preferiam organizar pequenos salões de baile, onde se divertiam ruidosamente, dançando uma espécie de lundu, "pantomina indecente" que provocava os alegres aplausos dos espectadores, durante toda a noite<sup>57</sup>.

Debret retratou também a cena de negras novas a caminho da igreja para o batismo, explicando que era raro encontrar-se um negro que não fosse cristão. Questão que carregava em si um pragmatismo do ponto de vista político, pois o "freio religioso" servia também

---

<sup>56</sup> DEBRET, 1985, v.2. p. 524-525.; v.1. p. 172-6.

<sup>57</sup> DEBRET, 1985, v.2. p. 563-4.

como garantia para os senhores obrigados a dirigir uma centena de escravos reunidos. Segundo ele, naquele tipo de batizado, era o escravo mais antigo que servia de padrinho e, nas casas mais ricas, tal honra era concedida ao mais virtuoso, havendo também igrejas servidas por padres negros. Descendo às minúcias, o artista descrevia que, de acordo com a antiga tradição brasileira, a exagerada cerimônia do batismo exigia que se jogasse um enorme volume de água sobre o catecúmeno, com uma imensa concha de prata, sendo o negro empurrado pelo pescoço com força pelo padre ou padrinho. O indivíduo batizado quase nunca ousava se adiantar suficientemente para receber o jato de água benta, que lhe escorria pela cabeça e pelo peito, antes de tornar a cair, em cascata, na pia batismal. Na concepção do autor, tal cena, embora bem cristã, deixava uma impressão de barbárie para o estrangeiro, já desconcertado com o colorido uniformemente preto de todos os assistentes. O padrinho também era descrito, vestia, cerimoniosamente, uma calça de seda herdada de seu senhor, chapéu e bengala, vindo ele a apresentar-se respeitosamente ao seu compatriota capelão, ao passo que a atitude da madrinha era de reserva discreta e de resignação, inspirada pela proximidade da igreja <sup>58</sup>[Figura 23].

O carnaval também foi alvo da descrição do pintor francês, notadamente quanto à participação dos negros. Dizia ele que, com água e polvilho, o negro exercia impunemente nas negras que encontrava toda a tirania de suas grosseiras facécias. Os rostos eram pintados de branco, e, no caso das negras mais velhas, considerava que elas aparentavam uma "feiúra monstruosa" difícil de descrever, ao passo que a "face achatada" do negro, naquelas condições, perdia suas saliências e sua expressão. Nesses dias de alegria, ressaltava que, mesmo os mais turbulentos, mantinham-se sempre respeitosos para com os brancos, reunindo-se depois do jantar nas praias e nas praças, em torno dos chafarizes, a fim de se inundarem de água, mutuamente, ou de nela mergulharem uns aos outros por brincadeira. Em tais banhos, a vítima ao sair da água pulava e fazia "contorções grotescas", com as quais dissimulava, às vezes, o seu amor-próprio ferido <sup>59</sup>[Figura 24].

---

<sup>58</sup> DEBRET, 1985, v.2. p. 495-8.

<sup>59</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 268-9.

Ainda que retratasse tais momentos de maior suavidade em suas existências, Debret não deixou de ressaltar os maus tratos a que eram submetidos os escravos. As penúrias dos cativos, tratados como mercadorias, eram reproduzidas na cena de um mercado de escravos, praticamente todos com problemas de saúde e magérrimos pela inanição. Mostrou também um negro sofrendo um castigo, cujo instrumento de suplício era uma palmatória, descrita como uma espécie de férula com furos de modo a não comprimir o ar e dar maior força ao golpe e, de acordo com a gravidade da falta, eram empregados de uma a três dúzias de "bolos" seguidos. Em outra cena, apresentava um feitor castigando um escravo que, depois de ter as mãos amarradas, tinha de sentar-se sobre os calcanhares, passando as pernas entre os braços, de modo a permitir que uma vara fosse enfiada entre seus joelhos para servir de entrave. Em seguida, era facilmente derrubado com um pontapé, conservando uma posição de imobilidade que permitia ao feitor saciar a sua cólera, e, se ousasse articular uns gritos de misericórdia, só ouvia como resposta a expressão "cala a boca, negro" <sup>60</sup> [Figuras 25, 26 e 27].

Também no que tange aos castigos infligidos aos negros, o artista francês chamou atenção para o colar de ferro, aplicado ao negro que fugia. Este consistia em uma peça com vários braços em forma de ganchos, não somente no intuito de torná-lo ostensivo, mas ainda para poder agarrar mais facilmente o fugitivo em caso de resistência, pois, apoiando-se vigorosamente sobre o gancho, a pressão inversa se produzia do outro lado do colar, levantando com força o maxilar do preso, provocando uma dor horrível e fazendo cessar qualquer resistência, principalmente quando a pressão era renovada por sacudidelas. Mostrava ainda o negro submetido ao castigo do açoite, descrevendo o trajeto dos condenados da prisão ao pelourinho. Neste local, sob os olhares do público, recebia sua punição, para retornarem ao cativeiro onde eram submetidos a uma segunda prova, não menos dolorosa, com a lavagem das chagas com vinagre e pimenta, operação sanitária destinada a evitar a infecção dos ferimentos. Outra forma de suplício apresentada era o tronco, antigo instrumento de castigo formado por duas peças de madeira, presas a uma das extremidades por uma dobradiça de

---

<sup>60</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 229-31; 236-7; 250-1.

ferro e munidas na outra de um cadeado, contendo buracos redondos, nos quais eram presos os escravos torturados pelos punhos, pelas pernas ou pelo pescoço <sup>61</sup> [Figuras 28, 29 e 30].

Quanto a tais formas de tratamento, o autor esclarecia que as penas eram rigorosas, mas havia outras ainda mais bárbaras, como a que condenava à morte o negro fugitivo preso como chefe de quilombo: líder de um grupo de negros que constituía uma pequena aldeia escondida nas florestas virgens, abastecendo-se por meio de roubos efetuados em excursões noturnas. Debret se referia também à pena de trabalhos forçados e concluía que, apesar da influência das ideias filantrópicas que honravam as nações mais importantes do mundo, as leis sobre a escravidão, de origem remotíssima e transmitidas de geração em geração, prevendo privilégios e castigos, se encontravam ainda sem alterações no Brasil, apesar desse país ser considerado como a parte mais moderna do novo mundo<sup>62</sup>.



- Figura 14 -

---

<sup>61</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 309-11; 320-3.

<sup>62</sup> DEBRET, 1985, v.1. p. 320-1; 323.



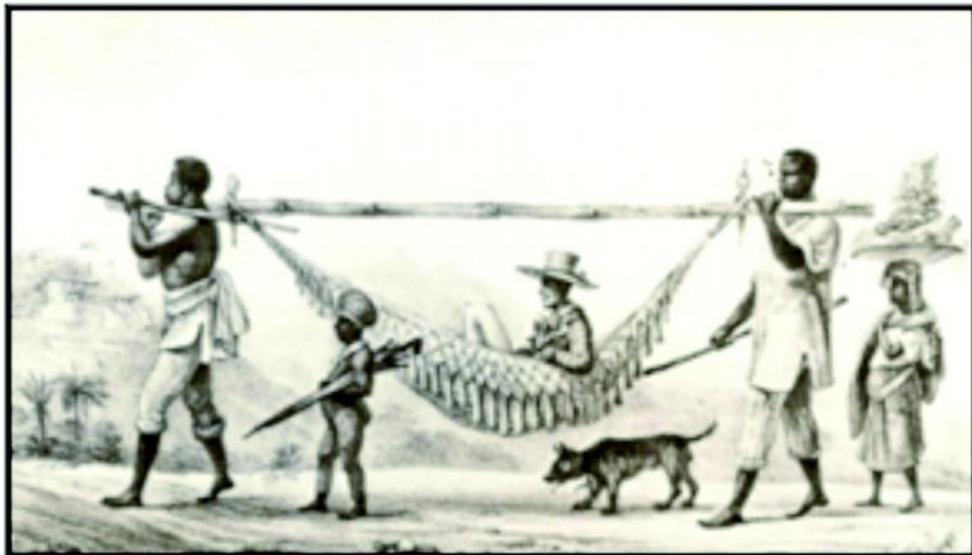
- Figura 15 -



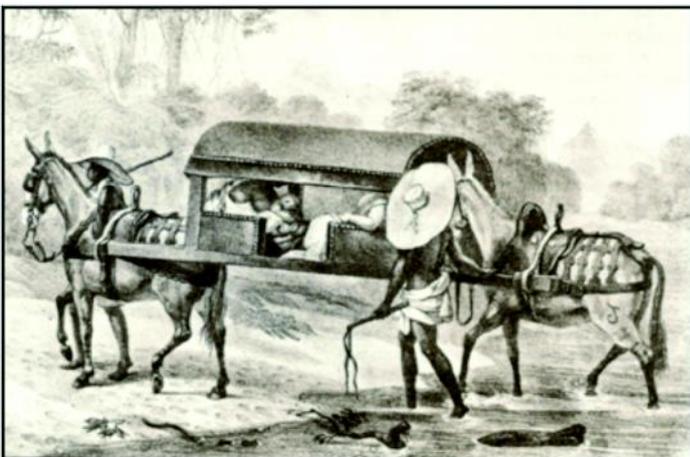
- Figura 16 -



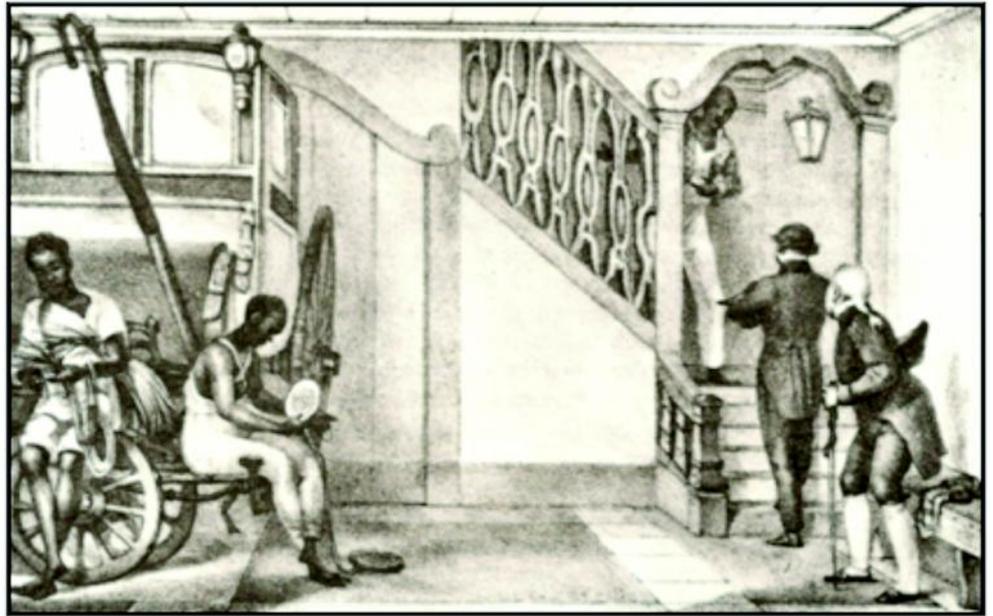
- Figura 17 -



- Figura 18 -



- Figura 19 -



- Figura 20 -



- Figura 21 -



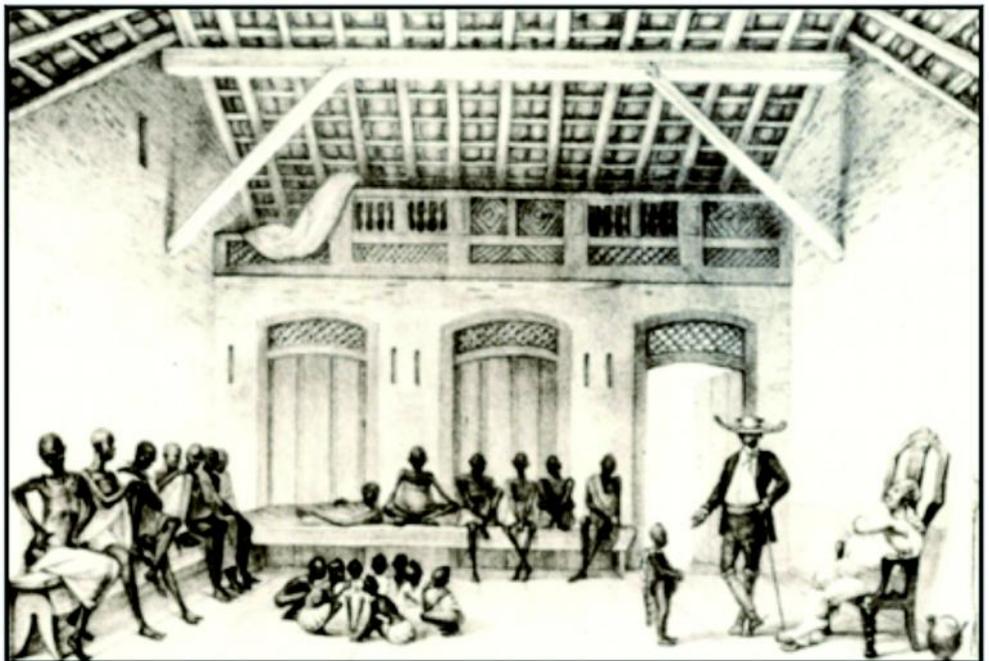
- Figura 22 -



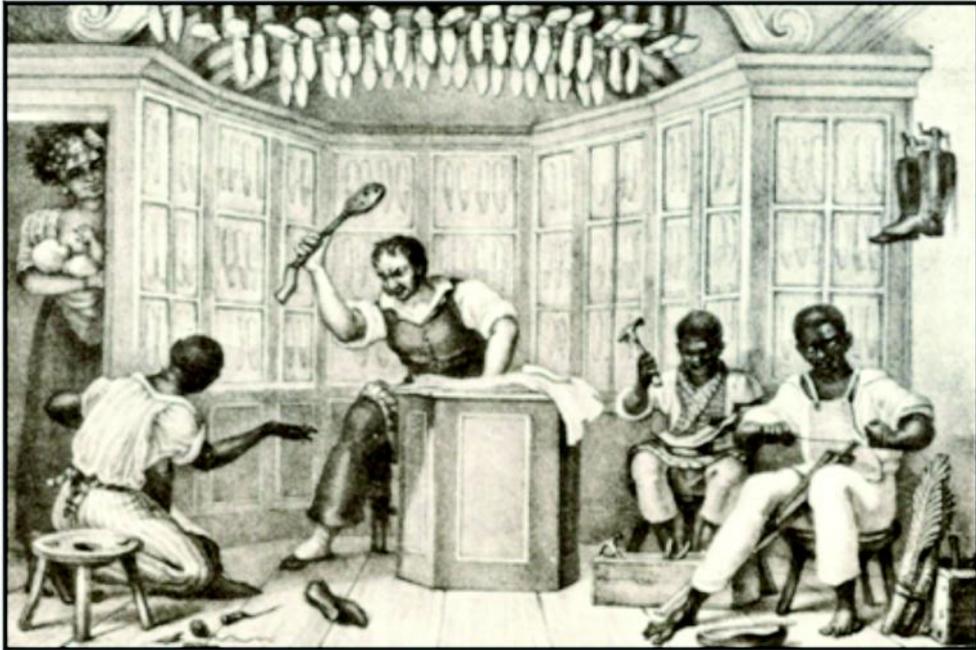
- Figura 23 -



- Figura 24 -



- Figura 25 -



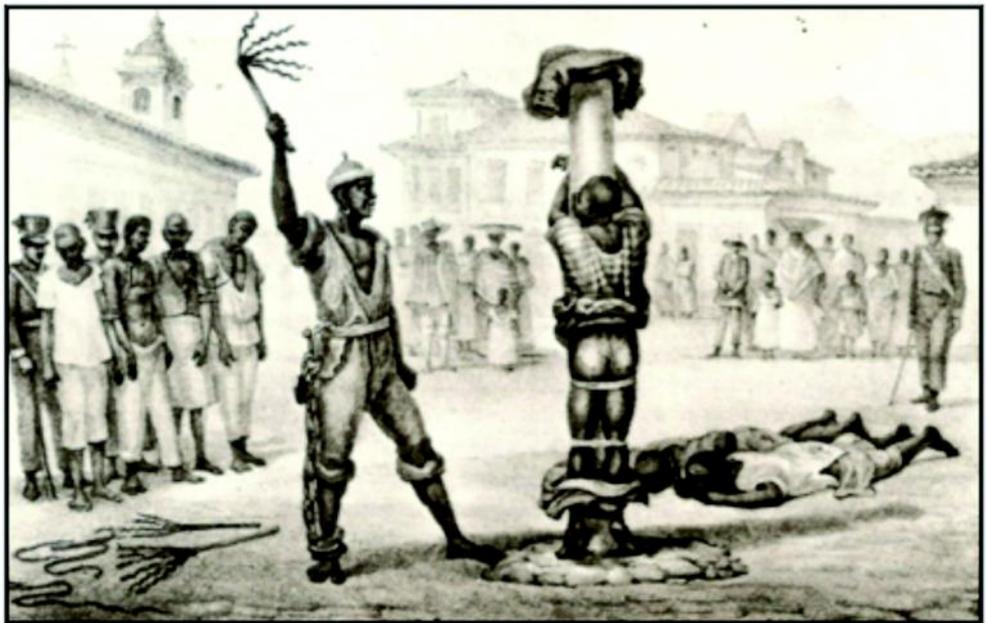
- Figura 26 -



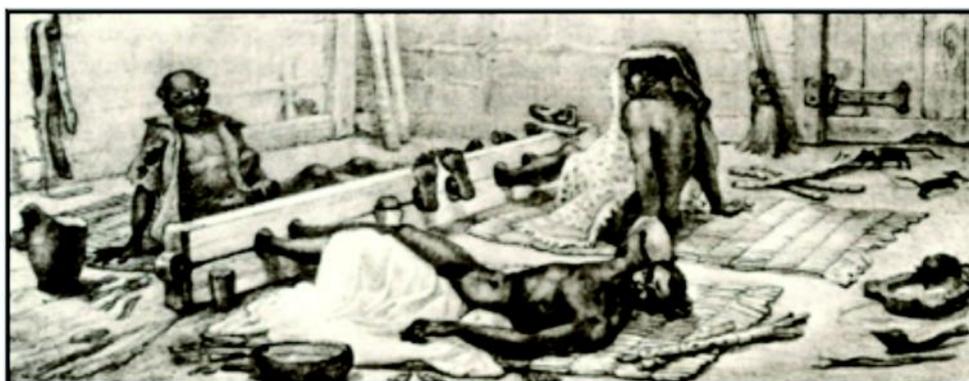
- Figura 27 -



- Figura 28 -



- Figura 29 -



- Figura 30 -

Dessa maneira, Debret elaborou uma das mais completas obras pictóricas sobre o contexto brasileiro dos primórdios do século XIX<sup>63</sup>, a qual traz em si um significado visual e possibilidades de apreensão de conhecimento extremamente relevantes, ainda mais quando o artista trabalhava a imagem, forma de percepção até então pouco usual e extremamente eficaz na transmissão de informações. Não necessariamente se confirma em absoluto o axioma segundo o qual "uma imagem vale mais que mil palavras". No entanto, os registros iconográficos do artista francês têm servido a contento como fonte histórica ao abrir constantes perspectivas de pesquisas reveladoras sobre o passado brasileiro. Ainda que atuasse como um "pintor histórico", que registrou vários dos acontecimentos que determinaram os destinos políticos do Brasil, um dos pontos altos da sua narrativa era um olhar sobre a sociedade brasileira. Seu livro abordou os diversos segmentos sociais, inclusive os oligárquicos, ainda assim deu amplo destaque aos índios e aos negros - tão afeitos à representação do exótico de acordo com os padrões europeus e sobre os quais Debret manteria visão extremamente atenta, os primeiros, em seu "estado selvagem" e os já aculturados, e os demais, mormente nas suas fatigantes labutas e vivências<sup>64</sup>. Seu trabalho refletia uma época de grande interesse

---

<sup>63</sup> ALVES, Francisco das Neves. Debret. In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. Visões do Rio Grande: a vila/cidade na óptica europeia (1809-1887). Rio Grande: FURG, 2008. p. 107.

<sup>64</sup> ALVES, 2008, p.19-20.

pelos trópicos, manifesto pelas incursões individuais e coletivas de viajantes e acadêmicos ansiosos por descobrir uma parte do mundo até então pouco conhecida para eles<sup>65</sup>.

O realce a indígenas, negros e escravos revelava um prisma específico da visão do autor que saíra de uma Europa "civilizada" e vivera por década e meia num império tropical em que a ampla maioria da população era de origem africana e encontrava-se dominada por uma minoria de brancos. Sua curiosidade o moveria também em direção ao estudo dos nativos brasileiros, tanto os que já haviam se rendido ao processo civilizatório, quanto àqueles que ainda resistiam, encontrando-se em estado de "selvageria". O artista, assim, levantava seus olhos com maior atenção para uma realidade completamente ímpar em relação ao seu continente de origem, tentando apresentá-lo no indelével registro da história. Além disso, ao escrever sua Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, Debret demonstrava que ainda se mantinha no velho mundo, mesmo que mais de três séculos depois do "descobrimento", um público ávido por leitura acerca do extraordinário e do excêntrico que seriam imanentes às terras e à gente brasileira, reforçando, portanto, os tantos estereótipos que o olhar estrangeiro continuava formando a respeito do Brasil.

---

<sup>65</sup> COSTA, Wilma Peres. Viajantes europeus e o escrever da nação brasileira. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE, D. H. (Orgs.). Nacionalismo no novo mundo: a formação dos estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 301.







# A república brasileira sob o prisma da imprensa portuguesa



Ao final do século XIX, o império brasileiro beirava chegar à sua sétima década de existência. Passados os anos iniciais, com as agitações do período pós-independência e, principalmente, o das regências, o país monárquico se estabilizaria política e economicamente e viveria seu apogeu, pelo menos, até o final dos anos sessenta. A partir de então, uma série de fatores como os conflitos externos, o acirramento das disputas político-partidárias, a insatisfação dos militares e, finalmente, a abolição da escravatura levariam a um constante desgaste do regime vigente e o recrudescimento de um movimento republicano. Nesse sentido, os últimos decênios daquela centúria demarcariam um processo histórico de decadência que levaria ao derruir definitivo da monarquia brasileira em 15 de novembro de 1889.

No exterior, aquele império sul-americano parecia ainda razoavelmente estável e, embora se noticiasse o crescimento e a organização dos defensores do ideário republicano, acreditava-se que a monarquia ainda sobreviveria no Brasil, pelo menos, enquanto vivesse o já adoentado D. Pedro II. Os países europeus, na sua ampla maioria monárquicos, viam com bons olhos a sobrevivência daquele império tropical, forma de governo para a qual haviam inclusive contribuído para a sua implantação, à época do reconhecimento da independência. Dessa maneira, a notícia da Proclamação da República brasileira pegaria a muitos de surpresa no "velho mundo" e se transformaria em tema extremamente recorrente nos debates e noticiários promovidos por meio da imprensa. Os "acontecimentos do Brasil" se tornaram

praticamente pauta obrigatória do jornalismo europeu no final de 1889, sendo publicada grande quantidade de informações e/ou opiniões sobre o evento. Dentre os países da Europa, aquele em que mais fortemente repercutiu o fim da Monarquia foi Portugal, tendo em vista as inter-relações, tradições e raízes históricas em comum entre os dois países, de modo que a novel república foi debatida à extenuação no seio do jornalismo lusitano, fosse pelo viés político-ideológico, noticioso ou crítico-opinativo.

Nessa época, a imprensa portuguesa passava por uma fase de ampla expansão quantitativa e qualitativa, guardando padrões editoriais comuns ao jornalismo que se desenvolvia em termos mundiais, ao mesmo tempo em que mantinha especificidades intrínsecas no modo como evoluíam as suas práticas jornalísticas<sup>66</sup>. Tal avanço, da arte tipográfica, proporcionaria uma verdadeira febre de jornais representativos dos mais variados matizes político-ideológicos e socioeconômicos<sup>67</sup>, de modo que o periodismo se transformara em um elemento constitutivo inerente à sociabilidade, convertendo-se em um instrumento de primacial importância no intercâmbio e na reciprocidade das relações humanas<sup>68</sup>. O epicentro do jornalismo luso foi a cidade de Lisboa, seguida pelo Porto, mas, progressivamente, ele se espalhou por todo o país, alargando-se a massa de leitores ao longo do território nacional<sup>69</sup>.

Progressivamente, o gênero jornalístico predominante viria a ser o de cunho noticioso. Nesse sentido, em substituição ao jornalismo de maior engajamento político, surgia outro, que se tornava também uma indústria com importantes capitais e avanços tecnológicos con-

---

<sup>66</sup> QUINTERO, Alejandro Pizarroso. O estudo da história da imprensa. In: QUINTERO, A. P. (Coord.). História da imprensa. Lisboa: Planeta Editora, 1996, p. 11.

<sup>67</sup> ARANHA, Pedro W. de Brito. Rapport de la Section Portugaise - 1er. Congrès International de la Presse (1894 - Anvers). Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894. p. 12-3; ARANHA, Pedro W. de Brito. Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900. p. 5; 47.

<sup>68</sup> CUNHA, Alfredo da. Periódicos e relações, periodistas e noticiaristas. Lisboa: Otosgráfica Ltda., 1942. p. 23.

<sup>69</sup> TENGARRINHA, José. Imprensa. In: SERRÃO, J. (dir.) Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, 2000. v.3. p. 261-70.; RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela. Jornais e revistas portuguesas do século XIX. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001-2002. v. 2; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, A. P. (Coord.). História da imprensa. Lisboa: Planeta Editora, 1996. p. 361.

sideráveis<sup>70</sup>, dando-se, assim, um quadro pelo qual se desenvolvia uma imprensa consideravelmente imbuída pela notícia, em oposição à anterior hegemonia do jornalismo de opinião<sup>71</sup>. Dessa maneira, o aprimoramento das tecnologias de impressão, a multiplicação dos exemplares, as melhores condições técnicas de distribuição e a constante busca pela ampliação do número de leitores seriam a tônica das práticas jornalísticas. Desse modo, as notícias, cada vez mais, convertiam-se também em uma mercadoria a ser vendida ao público leitor e, os periódicos, em significativa parte, intentavam manter um veio predominantemente informativo, escudando-se para tal em propaladas tendências de isenção, neutralidade e independência<sup>72</sup>.

Ao lado desta "grande imprensa", formada por jornais diários de significativa longevidade, constantes e regulares em termos de circulação e distribuição, constituindo verdadeiras empresas jornalísticas, que buscavam pautar-se como isentos e independentes em nome de uma neutralidade informativa, havia ainda espaço para uma "pequena imprensa", essencialmente crítica e opinativa e com estruturas organizacionais bem díspares em relação àquela.

Tais folhas sustentavam manifestações calcadas no humor e na ironia, explorando o cotidiano político, econômico e social, em um quadro pelo qual o leitor poderia se sentir inserido ou mesmo como um protagonista da realidade retratada. Caricatos, humorísticos, satíricos e recreativos foram publicações que mantiveram um tom jocoso, acidamente crítico e ferinamente irônico em suas páginas, usando, por vezes, até uma linguagem mais desabrida.

A estabilidade político-econômica do império brasileiro e a sua propalada riqueza foram temas recorrentes junto ao periodismo lusitano. Desse modo, um dos estereótipos cria-

---

<sup>70</sup> CUNHA, Alfredo da. *La presse périodique en Portugal: bref mémoire présenté au cinquième congrès international de la presse à Lisbonne*. Lisboa: Imprimerie Universelle, 1898. p. 7.

<sup>71</sup> ALVES, José Augusto dos Santos. *O poder da comunicação*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005. p. 164.

<sup>72</sup> TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. p. 213-5, 219-22; 231.

dos já há séculos a respeito do Brasil se reproduzia também no seio da imprensa portuguesa, quer seja, a monarquia tropical continuava sendo vista como uma "terra da promessa", de exuberância, belezas infinitas e riquezas desfrutáveis.

Diante desse cenário, não é para menos que uma das maiores colônias lusas no exterior iria se formar exatamente ao longo do território brasileiro e o dinheiro enviado por tais colonos, com o passar do tempo, viria a ser fundamental para a cada vez mais cambaleante economia de Portugal, envolvida em uma crise que se agravava ano a ano. Tais inter-relações socioeconômicas faziam com que as interfaces entre os dois países fossem ainda mais íntimas, movendo o jornalismo português a ter cada vez maior interesse em divulgar os acontecimentos no Brasil.

Apenas a título de exemplificação da forma pela qual a imprensa lusa tratava das "belezas e fortunas" existentes no império brasileiro, pode-se citar uma matéria publicada a respeito do Brasil em um semanário lisboeta. Como na maioria das vezes, o país tropical era representado pelo seu centro político-administrativo e cultural, a cidade do Rio de Janeiro, ressaltado em sua formosura natural e em suas potencialidades, cuja vista da entrada de seu porto era apresentada na forma de gravura que servia para ilustrar o texto [Figura 1]. Tal porto era considerado como "magnífico", um dos melhores, mais frequentados e espaçosos do mundo, bem como um dos mais resguardados de contratempos, não só pelas suas condições naturais, mas também pelo que a arte lhe tinha acrescentado, dando-lhe um incessante movimento marítimo-comercial, pois seria o ponto de reunião dos navios que navegam no Atlântico. O pequeno golfo em que se encontrava a cidade era destacado como umas das paragens mais encantadoras da terra, comentando-se que a descrição minuciosa daquelas margens encantadoras exigiria diversos textos. A cidade era ainda caracterizada como um "prodígio da natureza" e uma "maravilha do criador" que extasiava os viajantes<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> ARQUIVO PITORESCO. Lisboa. Ano 1. n.1, p. 1-3, 1 jul. 1857.



- Figura 1 -

Aquele império cheio de belezas naturais e riquezas ditas intermináveis parecia sem fim, entretanto, de maneira surpreendente para muitos viria a ruir em 1889. Uma significativa agitação se espalharia pela Europa, mormente em Portugal. Não se tratava de imaginar que, com a queda da coroa, aquela "magnificência" e farturas exploráveis viessem a desaparecer. Em geral, a maior preocupação era com as possíveis agitações que a transformação institucional pudesse vir a trazer, e, porventura, viesse a atingir algum interesse de súditos europeus em terras brasileiras. No caso português, tal preocupação era ainda mais intensa e direcionada tanto ao bem-estar dos colonos lusos no Brasil, quanto aos capitais por eles enviados para ajudar no abastecimento dos já esfacelados cofres lusitanos.

Essas inquietações, precauções e prevenções quanto aos destinos do Brasil republicano

se manifestariam em larga escala nas páginas dos jornais portugueses. Em linhas gerais, a imprensa lusitana estabeleceria construções discursivas segmentadas no que tange à discussão/informação acerca dos acontecimentos do Brasil. Por um lado se deu um amplo debate entre as folhas que defendiam o status quo monárquico e aquelas propugnadoras do ideário republicano. Nesse sentido, as primeiras folhas manifestaram verdadeira ojeriza em relação à mudança na forma de governo brasileira e almejavam que este jamais se repetisse no contexto português, enquanto as outras aplaudiam peremptoriamente a nova república sul-americana, considerando-a como o grande exemplo a ser seguido pelo povo luso. Outro conjunto de periódicos iria preferir a busca por uma isenção diante dos episódios no Brasil, propalando uma postura "neutra" e "independente", calcada no caráter informativo. Um outro grupo, ainda, se caracterizaria por um jornalismo mais abertamente crítico-opinativo, utilizando-se do humor, da ironia e do tom jocoso ao referir-se à queda da monarquia brasileira.

Dentre as variadas construções discursivas estabelecidas pela imprensa portuguesa em relação à república no Brasil, uma das mais constantes foi aquela entabulada pelos jornais de cunho monarquista. Em linhas gerais, esses periódicos, apesar de estrategicamente afirmarem que os povos seriam livres para escolher sua forma de governo, criticavam asperamente os brasileiros por terem promovido aquilo que denominaram como "aventura republicana". A mudança de regime também foi apontada como um pronunciamento militar que atraíçara o imperador, o qual teria sofrido com a "ingratidão" do povo brasileiro. As folhas monarquistas ressaltavam ainda as propaladas qualidades da monarquia e do monarca, os malefícios trazidos pela república, para a qual o Brasil ainda não estaria preparado, e os constantes riscos de militarização, ditadura, revoluções, guerras civis e desagregações territoriais aos quais poderia estar submetido o país. Ademais as publicações de matiz monárquico destacavam os prejuízos que a nova forma de governo brasileira poderia trazer aos interesses da nação lusitana e de sua colônia presente na América, além de sustentarem ardoroso conflito discursivo com os periódicos republicanos que viam no Brasil um modelo para uma possível transformação institucional também em Portugal. Ao combater seus adversários e tecer pro-

fundas críticas à jovem república, tais folhas tinham um intento bem mais profundo: a defesa exacerbada da monarquia portuguesa, que sofreria ainda maiores contestações a partir da transformação ocorrida no Brasil <sup>74</sup>.

Por outro lado, a Proclamação da República no Brasil constituiria verdadeiro motivo de júbilo para as publicações republicanas portuguesas, que passaram a desenvolver uma série de estratégias discursivas no sentido de aprofundar os questionamentos e as críticas ao status quo luso daquele final de século. Encarada como uma "festa da república", a mudança institucional brasileira se transformaria em verdadeiro mote essencial à construção discursiva entabulada pelo republicanismo através dos periódicos. Dessa forma, buscava criar um clima de otimismo e euforia para com aquela vitória, estabelecer um verdadeiro conflito discursivo ao combater ardorosamente as ideias expressas por meio das folhas monarquistas e, fundamentalmente, demonstrar que aquela jovem república deveria servir como um exemplo a ser seguido pela sociedade portuguesa. Tal transição institucional serviria como verdadeiro catalisador na propagação do ideário antimonárquico em Portugal, com um aprofundamento da propaganda e o aumento das esperanças dos partidários de tal transformação<sup>75</sup>.

Alguns jornais portugueses iriam preferir seguir um caminho diferenciado em relação àqueles que adotaram uma postura claramente partidarista diante da transição brasileira. Desse modo, ao contrário de outras folhas engajadas com uma determinada causa e cruzando armas em nome da monarquia ou da república, esses periódicos optaram por um compromisso eminentemente informativo. Mesmo que tivessem posições menos ou mais conservadoras ou progressistas, preferiram seguir o caráter noticioso, falando em nome de uma suposta neutralidade. Ainda que não houvesse condições de uma publicação ser total e expressamente neutra, as estratégias discursivas estiveram mais ligadas a privilegiar a infor-

---

<sup>74</sup> ALVES, Francisco das Neves. Olhares impressos - a república brasileira sob o prisma da imprensa lusitana: repercussões e ruptura diplomática (1889-1895). Lisboa: Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2012. p. 75.

<sup>75</sup> ALVES, 2012. p. 108; 121.

mação ou ainda a abraçar um posicionamento mais moderado, ao invés de emitir opiniões mais exacerbadas. A tendência geral foi a da aceitação da república brasileira, ora plenamente, ora com ressalvas, sobretudo a da manutenção da forma monárquica em Portugal. Nesse sentido, o caráter noticioso ou moderado representou uma postura intermediária entre as publicações mais engajadas em prol da monarquia ou da república, intentando-se atingir a moderação - que significava, pelo menos, aceitar a república no Brasil, sem necessariamente deixar de ser monarquista - ou ainda a pretendida neutralidade informativa <sup>76</sup>.

Os periódicos caricatos, humorísticos, satíricos e recreativos apresentaram a república brasileira a partir de uma óptica jocosa, praticando um jornalismo eminentemente crítico. Refletindo os comentários do dia a dia, em verdadeiros fragmentos do cotidiano, esses jornais traziam ao público uma versão diferenciada dos acontecimentos no Brasil. Com uma linguagem que normalmente rompia com a formalidade da maioria das publicações ditas sérias, essas folhas aproximavam-se dos modos de expressão mais populares, demonstrando, inclusive, uma maior aproximação com seus leitores. Seja através das incisivas caricaturas, seja dos textos carregados de ironia e bom-humor, essa imprensa trouxe a lume outros olhares sobre a transformação institucional no Brasil. Gracejos, pilhérias, deboches e cáusticas interpretações foram apenas alguns dos recursos discursivos pelos quais repercutiria a república brasileira junto à imprensa humorística e satírica lusa <sup>77</sup>.

Junto a todos esses segmentos da imprensa lusa se fez presente a construção de estereótipos a respeito do Brasil, retomando tradições já recorrentes tanto na opinião pública quanto no discurso do senso comum em Portugal. A predisposição a considerar o Brasil como uma terra afortunada e bela, cheia de potencialidades e riquezas, continuava firme nas manifesta-

---

<sup>76</sup> ALVES, 2012. p. 95-6; 107-8.

<sup>77</sup> ALVES, 2012. p. 122; 145.

ções sobre a conjuntura brasileira. Para as folhas identificadas com o pensamento monarquista, o império brasileiro transformara-se em um país esplendoroso graças à forma de governo monárquica, e manifestavam seu acirrado receio de que a implantação da república levasse a um derruir de tais avanços. Já os jornais republicanos concordavam que o Brasil era um país de progressos, mas que poderia ter crescido mais ainda e só não o fizera por causa da sua forma de governo, mas, com a transição à república, os avanços viriam a ser consideráveis. Enquanto isso, para os periódicos que optavam pela proposta de uma isenção informativa, havia uma concordância quanto às riquezas nacionais da jovem república e o desejo de que a estabilidade caracterizasse a transformação institucional de modo a garantir a continuidade do progressismo do país.

A maioria de tais jornais mantinha uma linha de seriedade em suas construções discursivas, não havendo, em linhas gerais, espaço para tiradas jocosas ou pilhérias. Os representantes da pequena imprensa portuguesa, representada principalmente por folhas caricatas, satíricas e humorísticas, entretanto, estabeleceram uma visão diferenciada a respeito dos fatos no Brasil, carregando seus discursos em manifestações que variavam da fina ironia, à piada bem humorada, até a mais chula chalaça. Foi nesse tipo de publicação que apareceram, mais amiúde, vários dos estereótipos construídos acerca do Brasil ao longo do tempo. Essas folhas traziam em suas páginas as discussões mais cotidianas, as conversas triviais, o debate do dia a dia travado em linguagem coloquial, ou seja, elas muitas vezes expressavam fragmentos de pensamentos recorrentes a respeito do contexto brasileiro, em geral suprimidos nos periódicos ditos sérios, mas que refletiam enraizadas impressões que muitos dos portugueses, e por extensão europeus, tinham a respeito do país sul-americano e de sua gente.

Uma dessas perspectivas se relacionava às facilidades com que se derrubara uma monarquia, como foi o caso do semanário caricato Pontos nos ii que publicou um conjunto caricatural intitulado "Como se proclama uma república", na qual um republicano de barrete frígio - o político brasileiro Quintino Bocaiúva - informava a D. Pedro II sobre a proclamação enquanto este ia se despojando dos trajes imperiais e determinando ao criado que arrumasse

suas malas. Já na praia, D. Pedro despedia-se de Bocaiúva e, cabisbaixo navegava num barquinho de papel, propositadamente confeccionado com a folha de um jornal republicano. Diante da cena, a publicação concluía, sintetizando os acontecimentos no Brasil, ao dizer que, afinal, tudo se reduzira a isto - um imperador que saía no momento histórico em que um general entrava, e eis, enfim, simplificando, o problema da evolução. Ao mesmo respeito, mostrava D. Pedro cabisbaixo com suas malas e um militar, de barrete frígio à mão, radiante com a chegada ao poder <sup>78</sup>[Figura 2].

Na mesma linha ia A Comédia Portuguesa que, com graça, dizia que o monarca brasileiro recebera uma ordem de passeio até a Europa e opinava que não havia memória na história de coisa tão grande, feita com tanto sossego e simplicidade. Nesse sentido, a "revolução brasileira" era apresentada de maneira sintética, afirmando que um general resolvera se revoltar, uns amigos usaram a ideia e disseram a outros amigos para todos se aproveitarem e fazer a grande mudança do governo. O general prosseguia, dizendo que em seguida eram avisadas as províncias de um dia para outro e era negócio decidido. Em quinze minutos estava tudo feito, estava proclamada a república, revoltaram-se o general "D." e com ele a marinha, o exército, os pretos e os mulatos, as capoeiras e os



- Figura 2 -

<sup>78</sup> PONTOS NOS ii. Lisboa, 21 nov. 1889. Ano 5. n.225. p. 4-5.

comendadores. O imperador o que fizera diante de tudo isso - as malas - vindo para a Europa, deixando um império colossal, com a mesma sem-cerimônia com que se deixavam umas botas velhas em um hotel <sup>79</sup>.

Muitos dos arquétipos e estereótipos preconceituosos criados acerca do Brasil também apareciam nas manifestações da imprensa humorística e satírica lusa. O governo provisório, instituído para administrar a república brasileira, foi alvo de piadas por parte do Pontos nos ii que representou tal interinidade governativa de modo jocoso, com o destaque de que ela estaria até na flora e na fauna, sendo apresentadas figuras envolvendo bananas, papagaios e macacos - todos de barrete frígio. Nesse sentido, surgia a afirmação de que essa situação



- Figura 3 -

daria origem a erros gravíssimos de interpretação, já que, em Lisboa, por exemplo, ninguém fazia ideia do que fosse o governo provisório, muitos supondo que ele era um espantalho com roupa de militar e outros, um negro de barrete frígio à cabeça e armado, com clara presença de alguns clichês preconceituosos em relação ao Brasil. Diante dos atos de aceitação da república e abandono da figura do imperador, Pedro II era, mais uma vez, personagem dos desenhos e, com o "chapéu do exílio" à cabeça, aparecia de mãos dadas a um símio, sobre a afirmação: "Moralidade do imperador - Quanto mais conheço eles, mais gosto de macaco!" <sup>80</sup>[Figuras 3, 4, 5 e 6].

A exemplo dos demais jornais, que buscavam transmitir ao público impressões sobre a viagem da família imperial brasileira, o Pontos nos ii também o fez sob o prisma do humor. Em uma das historietas, a

---

<sup>79</sup> A COMÉDIA PORTUGUESA. Lisboa, 21 nov. 1889. Ano 2. n.5. p. 2.

<sup>80</sup> PONTOS NOS ii. Lisboa, 28 nov. 1889. Ano 5. n.226. p. 7-8.

folha contava que o imperador, já em alto-mar, tinha colocado uma mensagem num pombo-correio em direção ao Brasil, entretanto, na concepção de um pensamento da imperatriz, tal ato não teria um bom termo, pois, ao chegar o animal em terras brasileiras, o governo provisório se reunira e, após longa deliberação, resolvera "por unanimidade, menos um", que se deveria comer o pombo com arroz, extraíndo-lhe do suco dos peitos uma confortativa canja, que seria batizada com o nome de *canja dos Estados Unidos do Brasil*, interpretando destarte os sentimentos democráticos do povo brasileiro<sup>81</sup>. Não deixava de ser uma "piada de brasileiro" contada em Portugal, tal qual no Brasil, costumava-se contar "piadas de português" [Figuras 7 e 8].

A mudança política no Brasil foi também apresentada por meio de um jogo de desenhos chamado "Transformação nas fórmulas do Brasil e seus destinos", insistindo na colocação de uma fruta para simbolizar tais acontecimentos. Dessa forma, o advento da república seria representado como uma figura que começava pela forma de um caju, passando por uma coroa que viria a cair, substituída pelo barrete frígio, colocado à cabeça de Quintino Bocaiúva, o qual teria formado, a partir de então, uma fortuna, como indicava a folha, usando ironicamente o título do jornal por ele editado. A legenda denunciava: "Há pouco era ainda a velha castanha de caju que governava. Deu uma reviravolta, deixou cair a coroa, e o país adicionou-lhe "um tope e uma cara". Diante do que, concluía: "Eis tudo: por



- Figura 5 -



- Figura 6 -

---

<sup>81</sup> PONTOS NOS ii. Lisboa, 12 dez. 1889. Ano 5. n.228. p. 3.



- Figura 7 -



- Figura 8 -

para baixo o que estava para cima - e então - *Viva o que estava para baixo, como ontem era viva o que estava para cima*, e assim se irá fazendo tranquilamente a fortuna do país"<sup>82</sup> [Figura 9].

Outras perspectivas estereotipadas e até preconceituosas eram levantadas em relação ao Brasil, como o caso de *A Comédia Portuguesa*. Esta, entre várias anedotas, narrava que a colônia brasileira em Portugal teria festejado a deposição do imperador com copos de champanhe, ao que retrucava, chamando os brasileiros de pouco patrióticos, afinal eles deveriam usar o licor por excelência e tipicamente nacional, ou seja, a cachaça. Também usando chistes, o periódico fazia sugestões de como deveria ser o novo pavilhão brasileiro, propondo que se conservasse a esfera, as cores e os símbolos da velha bandeira, tirando-lhe a coroa e a substituindo por uma banana, um preto a dançar a cachucha, um papagaio de cujo bico curvo saísse a inscrição: "Que

passa? É o senhor Quintino que vai para a caça", ou ainda qualquer coisa que recordasse o Brasil<sup>83</sup>.

O índio foi uma tradicional forma da caricatura brasileira simbolizar o povo e o próprio país, notadamente, à época da Monarquia. O Pontos nos ii aproveitando tal inspiração, ou ainda insistindo na visão recorrente de que a nação brasileira era formada essencialmente por negros e indígenas, apresentou um Brasil na forma de um índio debochado, denominando a caricatura de "Maneira de tirar dentes sem dor". Nela, eram mostrados, em um primei-

---

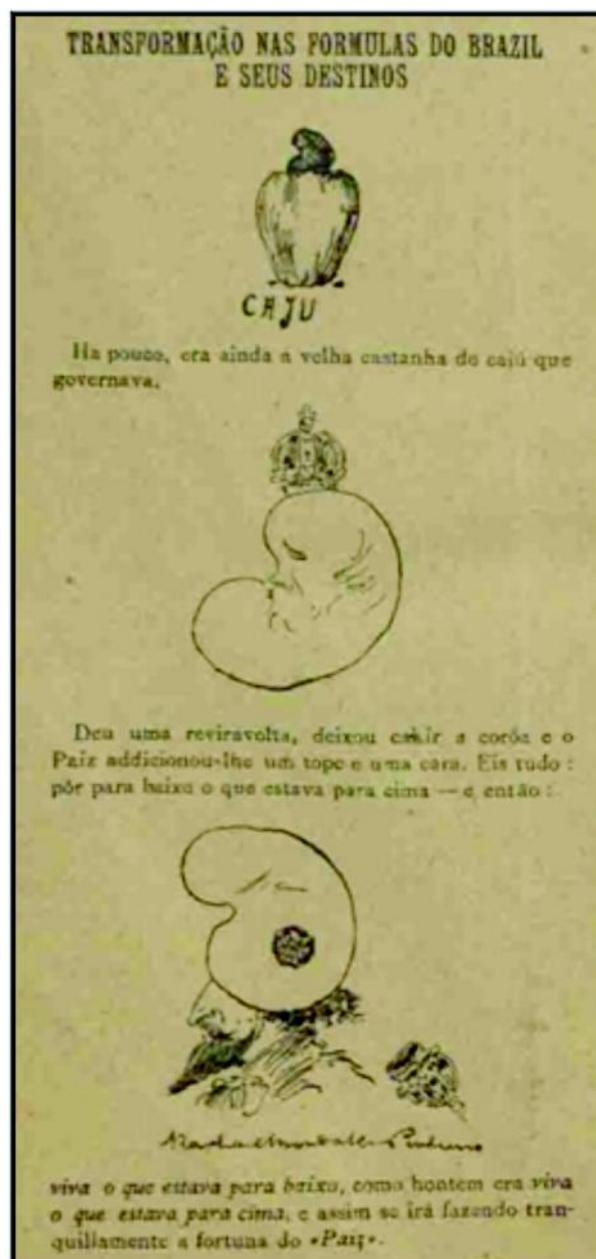
<sup>82</sup> PONTOS NOS II. Lisboa, 5 dez. 1889. Ano 5. n.227. p. 6.

<sup>83</sup> A COMÉDIA PORTUGUESA. Lisboa, 21 nov. 1889. Ano 2. n.5. p. 6; 19 dez. 1889. Ano 2. n.9. p. 3.

ro desenho, dois membros do governo brasileiro a arrancar um dente do índio. Segundo os "dentistas", o segredo era não mexer nas gengivas, tirando o dente sem as tocar, evitando a dor, em clara alusão à transformação sem violências ocorrida no Brasil.

Embora os governantes tenham chegado à triste conclusão de que "o dente era bom e são, o pior eram as raízes". No desenho seguinte, era o "índio-Brasil" quem mostrava um dente coroado com as feições de Pedro II a um soberano, simbolizando o continente europeu. Enquanto o indígena assegurava que a extração fora feita sem dor, a "Europa" dizia que só tinha uma gengiva inflamada, que era a França, exatamente, o sítio que mais lhe doía<sup>84</sup> [Figura 10].

Ao manter o tom jocoso e cheio de estereótipos, a folha satírica, O Mal-Amanhado, sob o título "Marselhesa... de lá", narrava que os brasileiros acabavam de demonstrar, por maneira eloquente, que iriam mudar as suas vozes de comando. Estas seriam modificadas em um quadro pelo qual o exército, a armada, o povo, o clero e a nobreza, a qual remontava aos "troncos tupinambá e tapuio", uniram-se fraternal-



- Figura 9 -

<sup>84</sup> PONTOS NOS ii. Lisboa, 5 dez. 1889. Ano 5. n.227, p. 1; 4-5.



- Figura 10 -

mente entoando o hino francês com um arrego, que não era de papa-bananas<sup>85</sup>. Seguindo a mesma linha preconceituosa, ao insistir na visão reducionista de que o Brasil era formado por um "bando de índios", o *Correio do Inferno* narrava que o "imperador dos tapuios, quer dizer dos brasileiros", já deveria estar em Lisboa, onde contava entusiásticos súditos, que decerto passariam a lhe virar as costas, como "bons vassalos" que eram <sup>86</sup>.

Assim, por ocasião da Proclamação da República, à parte do predominante debate político ideológico entre monarquistas e republicanos e da busca pela imparcialidade noticiosa de algumas publicações, permaneceram junto ao jornalismo português várias das imagens construídas ao longo do tempo. A mais recorrente delas era o realce às riquezas do Brasil e as possibilidades de absorção, ao menos de parte delas, principalmente, no caso lusitano. Já a pequena imprensa não refreava o ímpeto de colocar em suas páginas as piadas, os trocadilhos e os ditos populares, que passavam de boca em boca no âmago do povo luso. Lá estavam, ora latentes, ora bem declarados, outros estereótipos construídos acerca do

---

<sup>85</sup> O MAL-AMANHADO. Lisboa, 24 nov. 1889. Ano 1. n.13, p. 1.

<sup>86</sup> CORREIO DO INFERNO. Lisboa, 12 dez. 1889. Ano 1. n.2. p. 2.

Brasil na Europa.

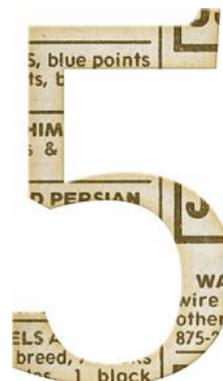
A rapidez e as facilidades de execução do processo de mudança de forma de governo eram vistas como uma manifestação do "espírito de improviso" e de "pacífica aceitação/acomodação de parte dos brasileiros". Além disso, muitas visões preconceituosas também se faziam presentes, como as constantes referências a frutas tropicais, mormente, bananas, e elementos da fauna, em especial, papagaios e macacos e, essencialmente, a grande recorrência aos elementos negro e indígena, a fim de caracterizar a nação brasileira, sob um olhar reducionista que até superava o preconceito comum, beirando o racismo.

Nesse sentido, foram comuns figuras e expressões variadas para apregoar tais impressões. Entre elas, apareceram bananas, papagaios e capoeiras de barrete frígido; ou, ainda, a afirmação de que a república brasileira foi feita por elementos como "marinha, exército, pretos e mulatos, capoeiras e comendadores"; ou a sugestão de que a bandeira da jovem república ostentasse "uma banana, um preto a dançar a cachucha, um papagaio de bico curvo"; ou, mesmo, a "qualquer coisa que recordasse o Brasil"; ou fazer referência a uma "nobreza que remontava aos troncos tupinambá e tapuio"; ou a um "imperador dos tapuios, quer dizer dos brasileiros". Era já a virada do século XIX ao XX, o Brasil mudava a forma de governo, entretanto, as recorrências quanto ao olhar estrangeiro sobre o país dos trópicos permaneciam bem firmes e eram muito a contento expressas na imprensa portuguesa, quase que como uma extensão do imaginário europeu formado ao longo das últimas centúrias.





## Os anos da II Guerra Mundial: nas asas do pan-americanismo



A partir da nova forma de governo, proclamada em 1889, se iniciaria um processo irreversível de mudança de posição do Brasil no cenário internacional. Paulatinamente, o país deixaria de fazer parte da área de influência britânica para se alojar na estadunidense. Tal fato se desenvolveu desde os primeiros tempos republicanos, quando ocorreria uma "americanização" das relações exteriores no plano discursivo, o que visaria uma reaproximação com o continente como um todo, mas, pragmaticamente, significando uma íntima proximidade dos Estados Unidos. Este, cada vez mais, tornar-se-ia o grande consumidor do "astro-rei" da economia brasileira da época, oriundo dos cafezais, cujos proprietários passariam a ocupar o poder e a orientar o aparelho do Estado em prol de seus interesses. Ao longo da República Velha, tal proximidade ganharia corpo com certas nuances de diferenciação. Durante o período em que o Barão do Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912), as relações com a potência do norte se orientaram no sentido de um pragmatismo, com vistas a atender os interesses de uma república estabilizada política e economicamente, cujos detentores do poder estavam satisfeitos com o modelo agroexportador calcado na cafeicultura. Os sucessores de Rio Branco, entretanto, viriam a confundir a tendência pragmática com um alinhamento automático aos Estados Unidos, o qual perduraria até os anos trinta.

A partir da Revolução de 1930 e o início da Era Vargas, os novos governantes, em um

primeiro momento, não tinham um direcionamento melhor elaborado para a política exterior. A marca registrada dos grupos que haviam formado a Aliança Liberal e, posteriormente, articulado o processo revolucionário, que levou à derrocada do modelo oligárquico, era a busca pela modernização do país. Assim, modernizar passava a ser a ordem do dia, fosse politicamente, através da reforma do sistema eleitoral, com a implantação de uma justiça eleitoral e o estabelecimento do voto secreto; socialmente, com a progressiva criação de uma legislação trabalhista; ou ainda economicamente, a maior das ambições, vinculada à tentativa de vencer o tradicional modelo agroexportador e lançar o Brasil nos rumos da industrialização. A ideia central era a busca do progresso por meio do desenvolvimento, o qual somente seria possível a partir da implantação de uma indústria de base. A consolidação de tais planos acabaria por acontecer sob um regime de exceção e autoritário, com a instituição da Ditadura Estado-Novista.

Foi durante o Estado Novo que o Brasil passou por outra etapa de políticas alternativas em relação ao alinhamento automático aos Estados Unidos. Não se tratava de uma ruptura com a tradicional aproximação que já se desenvolvia há mais de três décadas, e sim de tentar demonstrar que havia um possível viés alternativo no que tange ao pleno alinhamento. De concreto, os donos do poder queriam obter o financiamento para o seu plano de implantação da indústria pesada no país e, para tanto, buscaram negociar com as potências que se oporiam durante a segunda conflagração mundial. Sendo assim, de um lado ficaria a Alemanha, do outro os Estados Unidos; o Brasil praticaria uma política externa que oscilava entre um e outro na busca de quem realmente viria a bancar a sua modernização. No seio do governo, o presidente Getúlio Vargas tinha dentre seus assessores tanto simpatizantes dos modelos nazifascistas, que intentavam a aproximação com os germânicos, quanto outros que defendiam a aliança com as liberais-democracias e, portanto, com os Estados Unidos.

A participação mais direta dos Estados Unidos na II Guerra Mundial representaria um momento de inflexão na política externa brasileira, pois, precisando do apoio estratégico das nações sul-americanas, notadamente, o Brasil tendo em vista sua posição litorânea em relação à África, a potência do norte aceitou patrocinar o projeto de industrialização nacio-

nal, bem como um propalado reaparelhamento das forças armadas brasileiras. Já a Alemanha prometeu tal apoio para depois da guerra, no caso de uma vitória, ao passo que os Estados Unidos mostraram maior cacife e atenderam mais a contento os interesses imediatistas dos governantes brasileiros. A partir de então, os norte-americanos estabeleceram bases militares e exploraram matérias-primas no território brasileiro em nome de um esforço de guerra em comum, do qual o Brasil participaria, inclusive, com o envio de tropas, a partir da criação da Força Expedicionária Brasileira<sup>87</sup>.

Desde a participação do Brasil na II Guerra Mundial, o processo, o qual começaria à época da Proclamação da República, consolidar-se-ia com um alinhamento da política externa brasileira aos Estados, que se agudizaria ainda mais logo após o Estado Novo. Com isso, efetivar-se-ia uma ampla penetração econômica, política, ideológica e cultural da potência norte-americana no Brasil. Este era praticamente um caminho sem volta, o qual iria em direção a uma verdadeira aculturação brasileira em relação ao modo de vida americano. Tal fenômeno, entretanto, não ocorreria de forma natural e espontânea, havendo um intenso projeto estadunidense nesse sentido. À época da II Guerra, o governo norte-americano criaria o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, um escritório especializado em assuntos latino-americanos com a função de atuar diretamente na ideologização dos vizinhos continentais.

Esse "birô" tinha várias divisões, visando atender diversos segmentos nos países da América Latina, como nos campos político-ideológico, socioeconômico e cultural, de modo a levar ao convencimento dos benefícios da aliança com os Estados Unidos. Na forma de

---

<sup>87</sup> A respeito da política externa brasileira nesta época, observar: MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões - relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991; HILTON, Stanley E. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 264-89; BANDEIRA, Moniz. *O Brasil e o continente*. In: CERVO, A. L. (Org.). *O desafio internacional - a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: Ed. da UnB, 1994. p. 145-52; SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-42 - o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985; e CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p. 245-67.

assistencialismo e cooperação, o governo norte-americano pretendia a legitimação de seus interesses junto aos vizinhos do sul. As ações do referido escritório foram variadas, envolvendo missões científicas e culturais, intercâmbio de especialistas e estudantes, projetos em áreas diversificadas, cursos ministrados, entre outras. O estilo de vida americano era, de todas as formas, oferecido como modelo de modernidade e progresso e utilizado como estímulo para o consumo dos produtos que o simbolizava <sup>88</sup>.

Ao lado dos produtos norte-americanos que entravam em larga escala e da importação de parte do Brasil do *american way of life* - junto do qual vinha um pacote completo de novos hábitos, costumes e, fundamentalmente, padrões de consumo -, a projetada ação estadunidense promoveu também um forte intercâmbio no campo cultural. Nesse sentido, foram deslocados para o Brasil uma série de intelectuais, diretores de cinemas e artistas de várias áreas, mormente, atores e atrizes. A popularidade destas celebridades trazia o apelo e o glamour que referendavam e constituíam mais um contributo à efetivação do projeto americano. Para tanto, o "birô" possuía uma divisão de informações, seguramente, a mais importante do ponto de vista da penetração cultural e ideológica. Esta compreendia as seções de imprensa, rádio, filmes, análise de opinião pública e ciência/educação; e tinha por objetivos demonstrar o poderio americano, convencer da necessidade de colaboração entre os dois povos e apresentar o estilo de vida estadunidense aos brasileiros<sup>89</sup>.

A ideia de permuta mútua, entre ambos os países, acabava por ficar em desequilíbrio, uma vez que o intercâmbio era muito mais efetivo no sentido norte-sul do que ao contrário e, no campo artístico-cultural, as informações jornalísticas, a produção editorial, a radiodifusão e a produção cinematográfica norte-americana inundavam o Brasil. Nessa época, vários dos estereótipos acerca do país e de sua gente, já há muito tempo "exportados" para a Europa, agora, passaram a se direcionar em larga escala para os Estados Unidos. Filmes,

---

<sup>88</sup> ALVES, Júlia Falivene. A invasão cultural norte-americana. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1989. p. 41.

<sup>89</sup> MOURA, Gerson. Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural norte-americana. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 32-3.

documentários e desenhos mostravam de uma forma "pasteurizada" - de acordo com o "puritanismo moralista" norte-americano - a ginga e a alegria dos brasileiros, bem como a retumbância do carnaval e do samba e, de contrabando, a malevolência e a esperteza desse povo, e, ainda que de forma velada, a sua sensualidade.

O protótipo desse modelo seria Carmen Miranda, símbolo ímpar do "exotismo" tropical, mostrando o que é que a baiana tinha e que seu negócio eram as bananas. A excentricidade de uma mulher com uma verdadeira bandeja de frutas à cabeça e indumentárias que poderiam ser oriundas de qualquer lugar da América Latina (por vezes à exceção do próprio Brasil) e com uma quantidade exageradíssima de enfeites e adornos era complementada por pernas bem à vista, afinal, a censura moralista acabava por fechar os olhos a alguns detalhes, tudo em nome da "boa vizinhança" e para despertar o interesse dos homens ianques, pois se tratava dos "exóticos arroubos" tropicais. Nesse sentido, a ironia era que a "brasileira/baiana" Carmen Miranda fosse uma mulher branca, de olhos claros e portuguesa de nascimento. A "profiláctica asepsia" do cinema permitia tais "liberdades poéticas", tão ao gosto das elites brasileiras, sempre interessadas em mostrar o "branqueamento da raça" brasileira e visando, assim, evitar que o público norte-americano se deparasse com pessoas "de cor" representando o povo brasileiro [Figuras 1 e 2].

A "Pequena Notável" acabaria por ser guindada à categoria de "estrela brasileira" do cinema e da música, atuando em vários filmes e em programas radiofônicos, tendo sua imagem vendida como o protótipo da brasilidade. Além de atuar no rádio e no cinema, Carmen fazia publicidade de cerveja, de batom, inaugurava nightclubs e aumentava sua participação na divulgação da política da boa vizinha norte-americana. Ela acabaria por assumir o papel de representante da cultura musical-popular brasileira nos Estados Unidos, chegando a afirmar, sobre uma de suas atuações, que pela primeira vez uma autêntica manifestação da alma popular do Brasil surgira como era na realidade, num filme de Hollywood. Entretanto, as canções por ela interpretadas eram uma mistura de habanera, rumba, samba-jongo, tango, marchinha e outros gêneros, não necessariamente populares ou brasileiros, mas, em verdade, mais adequados ao gosto pouco refinado do público médio americano. Desse modo,

Carmen Miranda acabaria por distanciar-se da manifestação da "alma popular brasileira", perdendo uma identidade nacional, para transformar-se em um estereótipo da mulher latino-americana<sup>90</sup>, bem de acordo com os estadunidenses para os quais, "abaixo" do Rio Grande, eram todos iguais.

Porém um estudo de caso, que bem demarca essa vivificação dos estereótipos brasileiros na produção emanada do projeto estadunidense para a América Latina, pode ser representado muito a contento na atuação de Walt Disney no Brasil e mais especificamente no trabalho de criação do personagem Zé Carioca. Walter Elias Disney (1901-1966) foi um "homem de cinema", atuando como produtor, diretor, roteirista e animador, vindo a transformar-se em um dos mais importantes cineastas norte-americanos, ao criar o que se poderia denominar de "mundo Disney", ou seja, um sem número de personagens que ganharia vida nos desenhos animados e histórias em quadrinhos, os quais redundariam em um verdadeiro império, cujas sólidas raízes financeiras atravessaram as décadas. Disney foi um dos tantos elementos constitutivos da "missão cultural" enviada ao Brasil e se tornaria um dos mais ativos "embaixadores culturais" da política da boa vizinhança em terras brasileiras.

Enquanto esteve no Brasil, acompanhado de al-



- Figura 1 -



- Figura 2 -

---

<sup>90</sup>TOTA, Antonio Pedro. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 118-9.



- Figura 3 -



- Figura 4 -



- Figura 5 -

guns de seus principais desenhistas e animadores, Walt Disney tentou se mostrar muito à vontade com as realidades vivenciadas. O registro fotográfico<sup>91</sup> de sua presença buscava revelar uma ativa participação e até uma certa interação com o cotidiano dos brasileiros, como se estivesse a misturar negócios com turismo. Assim, ele aparecia em solenidades mais formais como na noite de lançamento de seu filme "Fantasia" no Rio de Janeiro, onde foi fotografado com sua esposa ao lado do presidente brasileiro Getúlio Vargas e a primeira-dama, ou ainda apresentando alguns de seus desenhos para uma atenta audiência, ou assistindo um espetáculo de folclore brasileiro, o qual visitou na noite carioca junto de sua equipe [Figuras 3, 4, 5 e 6].

Ao lado dessas aparições formais, Disney se deixou fotografar em situações bem mais comezinhas: filmando deitado nas areias de uma praia carioca, andando de bicicleta com uma de suas desenhistas, dançando com sua esposa ou despreocupadamente comendo um frango. Ao mesmo tempo, aparecia em incursões ao Rio de Janeiro com sua equipe, a desvendar as paisagens que serviriam de cenário para o filme em preparação [Figura 7, 8, 9, 10, 11 e 12]. Do grupo de trabalho que acompanhava Walt Disney, destacou-se o casal Lee e Mary Blair, ele (1911-1993), um premiado pintor de aquarelas e de-

---

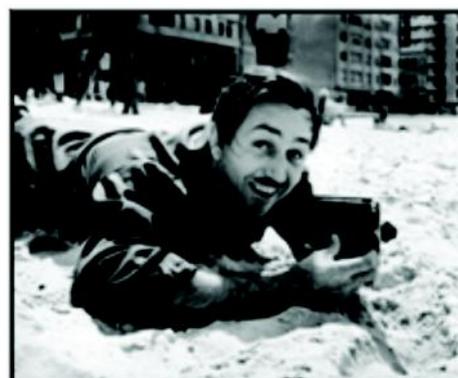
<sup>91</sup> Todas as fotografias, das figuras 3 a 18 - Hart Preston/Time & Life Pictures/ Getty Images, foram localizadas e extraídas de: <<http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/classicos/walt-disney-no-brasil/>>. Acesso em: 30 de agosto de 2012.

senhista e ela (1911-1978), a responsável pela arte conceitual de algumas das peças mais importantes do "mundo Disney", ilustrando filmes como "Alice no país das maravilhas", "Peter Pan" e "Cinderela". Eles foram fotografados em pleno contato com a natureza brasileira, fazendo registros de imagens em uma praia, visitando o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, observando árvores e pássaros e esboçando alguns dos desenhos que fariam parte do filme [Figuras 13 a 18].

Tal interação com os trópicos seria metabolizada pela equipe de Disney, resultando no filme "Saludos amigos", título que depois seria mudado para o americanizado "Alô, amigos". Ele é dividido em quatro episódios e o Brasil só aparecia no último, sendo os demais dedicados a outras regiões como o Lago Titicaca, o Chile e os pampas argentinos. O roteiro do filme consiste em um avião que parte dos Estados Unidos carregado de desenhistas, músicos e fotógrafos, com a missão de procurar novos personagens para o "Mundo Disney" e, de preferência, encontrarem companheiros latinos para os americanos Mickey e Donald <sup>92</sup>. Os créditos de abertura explicitavam a distribuição da Buena Vista Film Distribution Co. Inc. e a apresentação de Walt Disney, aparecendo o título sobre um mapa da América Latina e sendo anunciados os nomes de cada um dos segmentos do filme: "Lake Titicaca", "Pedro", "El Gaucho Goofy" e "Aquarela do Brasil".



- Figura 6 -



- Figura 7 -



- Figura 8 -

---

<sup>92</sup> TOTA. p. 72 e 135-6.



- Figura 9 -



- Figura 10 -



- Figura 11 -

Ainda na abertura aparecia uma mensagem assinada por Disney agradecendo aos colaboradores: "com sincero apreço pela cortesia e cooperação demonstradas pelos artistas, músicos e os nossos muitos amigos na América Latina". O texto estava plenamente a contento com a canção que tocava ao fundo: "Saudamos a todos da América do Sul, da terra onde o céu sempre é bem azul. Saudamos a todos, amigos de coração, que lá deixamos, de quem lembramos ao cantar esta canção". Essa era a versão em português, a em espanhol era algo diferente, mas permanecia em alta o espírito da boa vizinhança. A partir daí, começava a expedição ao estrangeiro da equipe do estúdio de desenhos animados.

A partida da equipe da Argentina era demonstrada em um mapa estilizado onde apareciam as cidades de Porto Alegre e São Paulo, em escala bem menor em relação ao Rio de Janeiro, cuja representação praticamente tomava conta do território brasileiro, atravessando-o do centro ao norte - afinal, geografia talvez não precisasse ser o forte em um desenho animado... -. Em tons ufanistas, o narrador dizia que haviam partido dos pampas para o Brasil, surgindo o Rio de Janeiro, a "cidade maravilhosa", descrita como aquela que ultrapassava tudo quanto se tinha dito sobre ela. Do mapa, o filme passava às paisagens e a narração continuava extasiada, vindo do alto do Pão de Açúcar o primeiro "panorama deslumbrante", com Copacabana, o Corcovado, a estátua do Cristo Redentor, as ruas da cidade e os seus cafés ao ar livre.

Mantendo as características do filme como um todo, as imagens que antecedia o desenho propriamente dito, mos-

travam lugares e pessoas de verdade. Um pouco (por vezes muito) diferente da realidade, as ruas apareciam impecavelmente limpas e as pessoas - todas brancas - caminhavam organizada e calmamente. Diante das cenas, o narrador dizia que tudo aquilo era o ambiente que procuravam, como as calçadas de mosaico, que, para eles, como estrangeiros, foi motivo de grande curiosidade. Este, afirmava ainda, que a série de aquarelas, ideias e sugestões por eles realizadas provavam o que poderia acontecer a uma "cidade indefesa", quando se via invadida por um grupo de desenhistas, enquanto as cenas mostravam imagens dos esboços produzidos, que se converteriam nos desenhos apresentados durante a animação. Ainda nesse momento, que

antecedia ao desenho propriamente dito, aparecia, pela primeira vez, o rascunho de Zé Carioca. Ao fundo, a narração destacava que todo aquele trabalho os levara a descobrir um "ator de futuro", o "gozadíssimo papagaio" das anedotas do Rio - surgindo a imagem do animal em si, seguindo um modelo bem didático, ao gosto dos americanos - o qual, sem demora, teria sido levado para Hollywood, e recebido o nome de José Carioca.

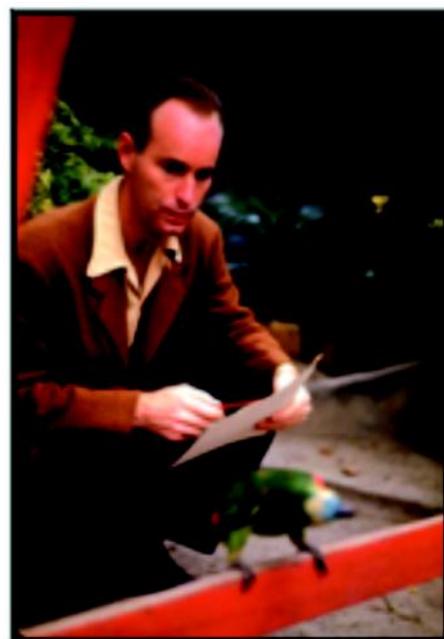
Continuavam as cenas com pessoas e a música brasileira permanecia como um dos pontos altos da exibição, aparecendo os artistas e desenhistas tocando instrumentos musicais, ou seja, eles estavam a encontrar "o



- Figura 12 -



- Figura 13 -



- Figura 14 -



- Figura 15



- Figura 16 -

samba", que lhes teria fascinado com seu "ritmo admirável". Embora os instrumentos lhes fossem desconhecidos, eles resolveram tocá-los, ainda que "bastante mal". Dois dos artistas tentavam dar alguns passos de dança, informando o narrador que eles haviam decidido aprender a sambar, mesmo que para isso tivessem que "quebrar a espinha". Mais uma vez, o ritmo era definido como fascinante e como aquele que dominava o carnaval, passando a aparecer uma cena de tal festividade, com muita gente dançando - mais uma vez todos brancos - enquanto tocava a música, "escravos de Jó, jogavam cachangá [...]". Surgiam na tela fantasias e carros alegóricos e lá estava - o que não poderia faltar - uma "baiana" com frutas na cabeça. Enquanto isso, era explicado o carnaval, afirmando-se que, durante quatro noites e três dias, a cidade inteira dançava e cantava com alegria, ou como diziam os brasileiros, "todo mundo desmilinguia".

Ainda a respeito do carnaval, destacava-se que dezenas de sambas eram escritos especialmente para a ocasião, e o sonho de cada compositor vislumbrava que a sua composição fosse aclamada pelo povo. Concluindo sua fala, o narrador dizia que durante a visita ao Rio,

a equipe ouvira uma composição que os maravilhara, tendo sido ela que inspirara o primeiro desenho de sua lavra sobre o Brasil, ou seja, Ari Barroso, com a sua "Aquarela do Brasil", estaria a bem descrever aquela "terra tão linda, tão romântica e tão maravilhosa". Começava o quarto e último segmento do desenho, cuja abertura trazia um livro vermelho com a inscrição "Aquarela do Brasil" e sua "versão" em inglês - "Watercolor of Brazil". A capa do livro era aberta e as páginas passavam a ser folheadas, ao fundo come-

çava a tocar a parte instrumental da música homônima, sendo creditada a autoria de Ari Barroso e a interpretação de Aloisio Oliveira, além de anunciado o "samba Tico-tico no Fubá" de Zequinha de Abreu e introduzido o personagem "Joe (o Zé) Carioca" com a voz de José Oliveira (Zezinho), para, logo em seguida, começar a parte cantada da música.

Na tela surgia uma folha de papel em branco, aparecendo a sombra e a mão de um desenhista que, com seu pincel, passava a elaborar as gravuras. Primeiro, um esboço de vegetação em preto no papel branco, para com um toque do pincel embebido em tinta azul dar origem a um jorro de água colorido. À medida que a música chegava à sua parte mais acelerada, tudo começava a ganhar muita cor e contornos mais definidos, e muitos dos elementos passavam a se transformar e se transmutar em outras coisas. Os coqueiros predominavam, flores avermelhadas transformavam-se em flamingos dançantes. Flores amarelas ganhavam lábios e faziam coro à música. Um coqueiro transformava-se na cauda de um pássaro exuberante. Do amarelo surgia um cacho das indefectíveis bananas - que não poderiam faltar, afinal estava se falando de Brasil - e sobre elas era derramada uma calda da qual surgiam vários tucanos que batiam seus bicos ao ritmo da canção. Era a plena demonstração do esplendor da flora e da fauna brasileiras, tão propalado no exterior e que ganhava ainda mais ênfase com o caráter ufanista da música que dava nome ao desenho, como pode ser observado no quadro a seguir:



- Figura 17 -



- Figura 18 -

**Brasil, meu Brasil brasileiro,  
Meu mulato inzoneiro,  
Vou cantar-te nos meus versos:**

**O Brasil, samba que dá  
Bamboleio, que faz gingar;  
O Brasil do meu amor,  
Terra de Nosso Senhor.  
Brasil!... Brasil!... Pra mim!... Pra  
mim!...**

Ô, abre a cortina do passado;  
Tira a mãe preta do cerrado;  
Bota o rei congo no congado.  
Brasil!... Brasil!... Pra mim!... Pra  
mim!...

Deixa cantar de novo o trovador  
À merencória à luz da lua  
Toda canção do meu amor.  
Quero ver essa Dona caminhando  
Pelos salões arrastando  
O seu vestido rendado.

Brasil!... Brasil! Pra mim!... Pra mim!...  
Brasil, terra boa e gostosa  
Da morena sestrosa  
De olhar indiferente.

O Brasil, verde que dá  
Para o mundo admirar.  
O Brasil do meu amor,  
Terra de Nosso Senhor.  
Brasil!... Brasil! Pra mim!... Pra mim!...

**Esse coqueiro que dá coco,  
Onde eu amarro a minha rede  
Nas noites claras de luar.  
Ô! Estas fontes murmurantes  
Onde eu mato a minha sede  
E onde a lua vem brincar.**

**Ô! Esse Brasil lindo e trigueiro  
É o meu Brasil brasileiro,  
Terra de samba e pandeiro.  
Brasil!... Brasil!**

\* em negrito aparecem as estrofes que foram apresentadas no filme

O desenho continuava e uma flor engolia uma abelha e da flor, finalmente surgia o personagem da Disney, o Pato Donald, já parecendo acompanhar o ritmo do samba, mas em verdade tendo seu corpo agitado pela presença da abelha, até que esta escapasse pelo seu bico. Um pincel começava a desenhar um novo personagem, enquanto Donald brincava com a tinta, rascunhando um boneco desengonçado e sendo jogado pelo pincel em uma recém-criada poça de água. Peça a peça surgia a imagem do Zé Carioca, até o detalhe final em verde, quando ele sacudia o resto da tinta e já acompanhava alegremente o ritmo do samba. A música parava e começava o diálogo, com Zé Carioca se apresentando a Donald - e ao público -, entregando-lhe seu cartão, onde estava escrito "José Carioca, Rio de Janeiro, Brasil", termos de difícil leitura para o pato, que era corrigido pelo papagaio. Este pedia a retri-

buição na troca dos cartões, ao que lhe era devolvida uma carta que no verso dizia "Donald Duck, Hollywood". Ao saber da identidade de seu interlocutor, Zé Carioca ficava esfuziante e maravilhado - em uma clara referência à propalada "admiração" dos brasileiros para com os americanos. Donald estendia a mão para o formal cumprimento, ao passo que o Zé, demonstrando o forte "calor humano" e a informalidade dos brasileiros, tascava logo um apertado abraço, ou como dizia, "um daqueles", "um quebra-costelas", "um bem carioca, bem amigo", dando as boas vindas ao visitante.

Em seguida, não poderia faltar o convite do anfitrião: "Vamos sair por aí, vai conhecer o Rio, vamos a todos os lugares...", passando a discorrer vários dos pontos a serem visitados - Tijuca, Copacabana, Urca, Salgueiro, Laranjeiras, Botafogo, Andaraí, Meyer, Jardim Botânico, Quinta, Campo de Santana, Cinelândia, Praça Onze, São Cristóvão, Niterói, Paquetá, Avenida Atlântica, Leme, Leblon, Gávea, Pão de Açúcar e Corcovado -. O brasileiro falava de uma forma extremamente rápida, ao que Donald tentava acompanhar, consultando vários dicionários, sem ser possível compreender - afinal se tratava de um "novo dialeto", ou seja, o tão pouco compreensível português, quando a grande maioria dos americanos acreditava que no Brasil, como na maior parte da América Latina, se falasse espanhol -. Zé Carioca acabava simplificando e fazendo o convite para conhecer a cidade com uma breve frase em inglês, ao que correspondia alegremente um Donald ainda emaranhando em tantos dicionários, saindo ambos de braços dados.

Ainda em inglês, o Zé prometia ensinar o samba ao pato, que perguntava o que era aquilo. A resposta era curta - "Ah!!! the samba..." e vinha em forma de gestos. Com o seu guarda-chuva começava a batucada no chapéu e o gingado vai se espalhando pelo corpo, enquanto o instrumental acompanhava ao fundo. Do rebolado, o Carioca passava a usar seu guarda-chuva como uma flauta a tocar o "Tico-tico no Fubá" anunciado nos créditos. Depois, ele trocava o guarda-chuva pelo boné de marinheiro de Donald, transformando-o numa pequena sanfona, com a qual continuava a acompanhar a música. O pato também tentava tocar no guarda-chuva, sem nenhum sucesso - afinal samba não era coisa fácil para americano... Devolvidos os objetos aos donos originais, o guarda-chuva passava a fazer o papel de viola,

e ambos começavam a passear pelo Rio, ao passo que o pincel ia desenhando o caminho, da exuberância da floresta às calçadas "onduladas" de Copacabana. Donald continuava com dificuldades na dança, até que o samba começava a parecer que tomava conta de seu corpo, iniciando pela cauda e se espalhando pelo resto - afinal a alegria brasileira era contagiante, mesmo para o normalmente mal-humorado pato.

Não poderia faltar a confraternização, e o Zé acabava por levar Donald a um bar, implacavelmente chamado de "Cachaça". Nome da própria bebida oferecida ao visitante que, desavisado, provava-a de um gole só, resultando em um refluxo de fogo que saía de seu bico, muito bem aproveitado pelo anfitrião que acendia seu charuto na chama, passando a pitá-lo - era a velha "esperteza" do brasileiro, que não perdia nenhuma oportunidade ou ocasião para tirar alguma vantagem. Pelo "favor" agradecia ao pato que quase desfalecia - talvez se fosse uísque, a história poderia ser diferente. O efeito imediato do mal-estar de Donald seria um soluço ritmado, ao que mais uma vez, Zé reagia com oportunismo, transformando o ritmo novamente na batida do samba, afirmando que o visitante agora já sabia o que era tal ritmo. Começava, mais uma vez, a música, agora acompanhada pelo anfitrião em uma caixinha de fósforos - era o brasileiro e suas improvisações com objetos de mil e uma utilidades [Figura 19].



- Figura 19 -

Assim como no início da animação com a presença de pessoas reais, agora com desenhos, apareciam silhuetas de instrumentistas. Era o retorno da música "Aquarela do Brasil" e mais uma silhueta era formada, com a figura de uma "baiana" dançante, seguindo os moldes de Carmen Miranda. Como não poderia faltar, mesmo que não de forma direta, era a inspiração da "Peque-

na notável" que também se fazia presente no desenho de Disney, afinal, naquela "homenagem ao Brasil", não poderia deixar de aparecer o "protótipo da mulher brasileira" - ao menos aquele que os americanos conheciam. Um entusiasmado Donald, agora já "conhecedor de causa", acompanhava a dançarina. Tudo terminava em festa (afinal "É Brasil...") no Cassino da Urca, um dos pontos turísticos mais conhecidos pelos estrangeiros que visitavam o país. A perspectiva começava a ser ampliada, aparecendo progressivamente o bondinho, as montanhas, a baía da Guanabara e o tradicional "cartão postal" do Brasil voltava à tela do pintor, aparecendo o infalível "The End - a Walt Disney Production", sobre um globo terrestre, mais uma vez, mostrando o mapa da América Latina.

Nascia, assim, o popular Zé Carioca, papagaio verde-amarelo, em um desenho que se tornou famoso pelo apuro técnico e pela escolha perfeita do personagem em relação à sociedade que, através dele, se pretendia expressar, ou seja, o Pato Donald era o símbolo por excelência do "americano comum" e o Zé o falador e esperto brasileiro. O pato ficava deslumbrado com as paisagens e os ritmos brasileiros e inteiramente "vidrado" na primeira baiana que encontrava. Mantendo a trajetória do conjunto do filme, só apareciam brancos, para não ferir as suscetibilidades das elites brasileiras sempre preocupadas com o "branqueamento" da população, ou para não desagradar às plateias americanas, onde o racismo ainda se fazia sentir com muita força. O conjunto de imagem e som contava com um requintado apuro técnico da indústria de filmes de Hollywood, além de que se dava um encontro perfeito entre a sétima arte americana e o talento musical e coreográfico brasileiro, que se juntavam para produzir um hino à "indestrutível amizade" entre Donald e Zé Carioca, ou seja, entre Estados Unidos e Brasil <sup>93</sup>.

A produção de Disney tomou o cuidado de antes da exibição ao público apresentar o filme ao presidente Getúlio Vargas, à sua família, amigos e alguns representantes do governo, principalmente do Departamento de Imprensa e Propaganda - os censores de plantão do Brasil estado-novista. O desenho agradou tais "autoridades", fazendo sucesso não só junto à

---

<sup>93</sup> MOURA, 1989. p. 39-40.

família de Vargas, que reviu o filme diversas vezes durante um prolongado fim de semana, mas em toda a cidade do Rio e, depois, por todo o Brasil urbanizado. Desse modo, os animais totemizados de Disney confirmavam e reforçavam a glorificação do *american way of life*. O filme que mesclava cenas reais de um "documentário" com animação, tinha para os brasileiros o maior interesse em seu último segmento, quando surgia um papagaio muito mais do que falante. O Zé Carioca, vestido de malandro e portando-se como um, representava a ginga carioca e ensinava os "caminhos" e os "jeitinhos" do Rio de Janeiro para o visitante. Ao contrário das demais partes, chegava até a haver algum espaço para uma sensualidade que aflorava com as mulheres, ficando Donald encantado com a baiana, ainda assim, no Brasil recriado por Disney não havia espaço para negros ou mulatos<sup>94</sup>. Mesmo nas estrofes da "Aquarela do Brasil" executadas durante o desenho, escapou o "mulato inzoneiro", até porque ele se encontrava logo nos versos de abertura, entretanto, as partes que falavam na "mãe preta do cerrado" e no "o rei congo no congado" foram simplesmente suprimidas.

Assim, o Brasil, à época da II Guerra Mundial, voaria nas asas do pan-americanismo. À medida que os Estados Unidos patrocinaram - a pesado custo para os brasileiros - ao menos parte do ambicioso projeto de modernização nacional, haveria um alinhamento e um espírito de cooperação para com a potência do norte. O processo histórico que se iniciara com a república, chegava ao ápice nos anos quarenta com a definitiva alocação do Brasil na área de influências norte-americana. A partir de então, se desencadearia um caminho sem volta de penetração política, ideológica e cultural, mudando hábitos, costumes e padrões de comportamento dos brasileiros, "inspirados" no estilo de vida americano. Nesse momento, afloravam com força muitos dos estereótipos normalmente atribuídos pelo Brasil, a partir do olhar estrangeiro, fosse nas excentricidades de Carmen Miranda, ou nas várias produções realizadas acerca do Brasil, com grande destaque para o país do carnaval, do samba e da alegria, cheio de belezas naturais e de potencialidades exploráveis.

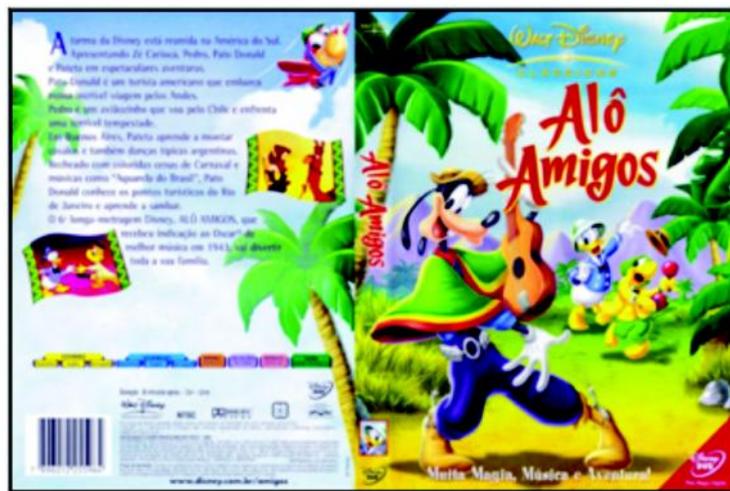
---

<sup>94</sup> TOTA. p. 135-8.

O filme Aquarela do Brasil foi um dos exemplos mais exatos de tais impressões, so-  
mando a elas a criação do Zé Carioca, protótipo do brasileiro brincalhão, afetuoso e bom  
anfitrião. Na tela, ele encarnava a identidade brasileira no estereótipo que os estadunidenses  
tinham do latino, figurando como um personagem nacional amistoso e confiável <sup>95</sup>. Com o  
passar do tempo, algumas das características de tal figura já manifestas ou sugeridas no  
filme original, viriam a se cristalizar, como a do "esperto", que buscava levar vantagem em  
tudo, e o "malandro", que levava a vida "no bico", ou seja, enganando os outros e de golpe  
em golpe, não via a necessidade de trabalhar. O filme "Saludos Amigos", depois, "Alô Ami-  
gos" viria a ser reproduzido em diferentes mídias e seria repetido muitas e muitas vezes ao  
longo das décadas seguintes [Figuras 20 e 21], perpetuando muitos daqueles estereótipos  
revivificados por ocasião da política da "boa vizinhança". Imagine se fosse de "má vizinhan-  
ça".



- Figura 20 -



- Figura 21 -

<sup>95</sup> QUINTANEIRO, Tania. Cinema e guerra: objetivos e estratégias da política estadunidense no Brasil. In: Revista Comunicação & política. v. 23. n. 2. Rio de Janeiro: CEBELA, 2005. p. 65-6.





## Um desenho animado televisivo "vê" o Brasil



Desde as primeiras produções na década de quarenta, em um processo recorrente que se repetiria por diversas vezes ao longo dos decênios seguintes, o Brasil viria a aparecer constantemente em filmes de diversas nacionalidades. Na maioria deles, o país não era exatamente o foco em tela, mas, sim, o pano de fundo, ou seja, serviria como cenário para o filme. Ainda assim, muitos dos estereótipos criados acerca do país foram reproduzidos, recorrentemente, renovados e reforçados, ao passo que outros ainda viriam a ser acrescentados. A maior parte de tais produções se concentrou no Rio de Janeiro, servindo para exportar com vigor ainda maior os variados olhares estrangeiros lançados sobre o Brasil.

Feitos, originalmente, para o cinema, muitos desses filmes acabariam sendo distribuídos também em vídeo e, finalmente, chegavam até a televisão, meio de comunicação pela qual eram mais assistidos. Desse modo, a televisão, da mesma forma, difundiria, direta ou indiretamente, referências ao olhar estrangeiro estereotipado a respeito do Brasil. Passaram-se as décadas; virou o milênio e as produções desse tipo continuaram a ir para tela grande e/ou pequena. Nos primórdios do novo século, um dos desenhos mais famosos de seu gênero, *The Simpsons*, dedicaria, também, um de seus capítulos a retratar o país, assim como, sob o prisma do humor, várias das imagens construídas acerca do Brasil.

Esse desenho animado, um dos mais longevos do mundo, pois foi criado em 1989, prosseguiria até a contemporaneidade, ao longo de mais de duas décadas, estando por che-

gar à vigésima-quarta temporada, com mais de quinhentos episódios. Produzido pela FOX, o desenho iria popularizar, internacionalmente, seus personagens que giram em torno de uma família [Figura 1] "comum" norte-americana, formada pelo pai, o desleixado Homer; pela mãe, a dona de casa exemplar Marge; pelos três filhos, o endiabrado Bart, a comportada, mas opiniática Lisa e o bebê que não fala, Maggie. Eles se tornariam verdadeiros ícones cultuados por crianças, jovens e adultos, chegando, inclusive, a ser produzido um longa-metragem com a família e os demais personagens que compõem o desenho, com grandes resultados em bilheteria e arrecadação.

O criador, Matt Groening, iniciou o desenho com as feições dos personagens forçadamente bastante rudimentares na representação de seres humanos. As figuras viriam a ser mais rebuscadas, mas não perderia sua marca registrada, a pele amarelada. O desenho animado já foi amplamente premiado e chegou a ser considerado a melhor série televisiva do século passado, vindo, inclusive, a ter a sua estrela estampada na *Hollywood Walk of Fame*. Ele geraria, também, inumeráveis "produtos" com a sua marca, que envolvia desde brinque-



- Figura 1 -

dos e revistas de histórias em quadrinhos a videogames e parques temáticos, entre tantos outros. Exerceria forte influência em hábitos e comportamentos das pessoas, bem como junto a outras produções televisivas. Angariaria, assim, o status de série cult e a fama e repercussão foram tamanhas que chegou até a desenvolver-se uma literatura destinada à analisar o fenômeno e suas consequências <sup>96</sup>.

<sup>96</sup> Como é o caso de: IRWIN, William; CONARD, Mark T.; SKOBLE, Aeon J. Os Simpsons e a filosofia. 7.ed. São Paulo: Madras, 2007; KESLOWITZ, Steven. A sabedoria dos Simpsons. São Paulo: Prestígio, 2007; PINSKY, Mark. O evangelho segundo Os Simpsons. 2ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.; HENRY, Matthew A. The Simpsons, satire and american culture. New York, Palgrave Macmillan, 2012.

Os Simpsons constitui um desenho televisivo calcado em um humor, muitas vezes, ferino, um de seus maiores alvos é o próprio condicionamento e dependência das sociedades contemporâneas à televisão, não é para menos que a cena mais conhecida da família é quando eles estão reunidos à frente da TV [Figura 2]. Infundáveis e acaloradas discussões foram entabuladas durante o longo tempo em que a televisão vem se constituindo em um dos mais impactantes meios de comunicação de massa. Sua difusão foi tamanha e atingiu o mundo quase que integralmente, exercendo um vertiginoso poder de influência, chegando a sugerir-se um verdadeiro "vício" em televisão nas sociedades contemporâneas<sup>97</sup>. A partir de sua ação, as noções de comercialização em geral e dos próprios produtos de mídia potencializaram-se de uma forma, até então, sem precedentes, servindo a sua tela, diretamente ou através da força subliminar da sua imagem<sup>98</sup>, para comprar e vender qualquer coisa.

A difusão televisiva não ocorreria isoladamente de outras modalidades de comunicação de massa, mas desempenhou um papel central na constelação contemporânea dos meios técnicos, uma vez que, ao enfocar certos aspectos da televisão, e comparando-os com as características de outros meios, é possível examinar algumas das maneiras como a interação social se transformou com a chegada e o desenvolvimento generalizado do meio televisual<sup>99</sup>. Sua programação teria ampla eficiência na transmissão de valores que seriam assimilados como necessidades ou aspirações das pessoas



- Figura 2 -

---

<sup>97</sup> BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 247, 249 e 255.

<sup>98</sup> MACLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1969, p. 369.

<sup>99</sup> THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 297.

em geral <sup>100</sup>. Como um veículo de fáceis sugestões e produto de uma indústria cultural submetido à lei da oferta e da procura, ela afetou o gosto médio do público, esforçando-se, também, por determiná-lo estatisticamente <sup>101</sup>.

O desenho Os Simpsons, percorrendo uma longa caminhada que começou no final dos anos oitenta, perpassando as décadas até atingir o novo milênio, conviveu com a etapa na qual a televisão reinava absoluta entre os meios de comunicação de massa. Acompanhou, também, todo o avanço vertiginoso da internet que, mais do que ofuscar, associou-se àquela mídia, inclusive, para contribuir na continuidade da difusão da TV e, na sua esteira, da própria animação estrelada pela família norte-americana. Na senda do sucesso, Os Simpsons viajaram, praticamente, pelo mundo todo, deixando sua cidade natal Springfield, para conhecer, quase todos os continentes, exceto Antártida, e estiveram em diversos países sempre retratados com humor e ironia.

Na décima terceira temporada, exibida em 2002, a família estadunidense resolveu ir ao Brasil. O episódio foi intitulado "Blame it on Lisa", numa referência a um filme de 1984 chamado "Blame it on Rio", no qual um homem de meia-idade enamora-se pela filha adolescente de seu amigo, e a "culpa" de tal ato seria o clima licencioso carioca. Não prevaleceu, entretanto, a tradução literal do título, ou seja, a culpa fora do Rio - no filme - e da Lisa - no desenho -, de modo que foi estampada a versão "Feitiço da Lisa" (como o filme fora chamado de "Feitiço do Rio"). Na edição da 13ª temporada completa especial para colecionadores, a sinopse assinada pelo criador do desenho, dizia que naquele conjunto de episódios, entre outras coisas, os Simpsons haviam visitado o Brasil e ofendido o país inteiro [Figuras 3, 4 e 5].

Desde a partida, ainda no avião, mormente quando estiveram no Rio de Janeiro, os Simpsons retrataram e caricaturaram os estereótipos, até então, criados sobre o Brasil e os

---

<sup>100</sup> WANDERLEY, Sonia. História e TV: produção e difusão do saber - a televisão como cenário de representação política. In: NEVES, L. M. B. P. et al (orgs.). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. p. 446.

<sup>101</sup> ECO, Umberto. Apocalípticos e integrados. São Paulo: Perspectiva, 1998. p. 343 e 345.

brasileiros, bem como atiçaram algumas das visões preconceituosas emanadas dos estrangeiros e uma breve descrição/análise do episódio serve para constatar tais abordagens. Blame it on Lisa começa com Marge reclamando do alto custo de uma conta telefônica, na qual aparecia uma ligação para o Brasil. Homer, inevitavelmente, acredita que a culpa era de Bart, que poderia ter passado algum trote para este país. Após uma mal sucedida negociação com a companhia telefônica, sob o argumento de que a ligação não fora realizada, com o desligamento do serviço e uma inútil tentativa de Homer fazer, ele mesmo, a reinstalação, a família acaba por descobrir que a responsável pela ligação era Lisa, causando-lhe surpresa por tratar-se da "filha boa".

Lisa justifica que estava apadrinhando um garoto brasileiro órfão, para emoção de Marge, já que a filha estava dividindo sua mesada com um menino pobre do Brasil. Fazendo confusão com o filme "Os meninos do Brasil", Homer questiona se Lisa não sabe que todos os garotos do Brasil são "pequenos Hitlers", em mais uma das constantes tiradas do desenho em relação às ignorâncias advindas do mau uso dos meios de comunicação de massa. O menino se chamava Ronaldo - não poderia ser diferente, já que em 2002 este era o nome do principal jogador de futebol brasileiro -, correspondia-se mensalmente com Lisa, mas parou de fazê-lo, por isso ela achou por



- Figura 3 -



- Figura 4 -

bem ligar para o orfanato no qual ele morava, sendo informada do seu desaparecimento. Perguntada sobre o motivo da demorada ligação, Lisa destacara que os brasileiros haviam pressionado para que ela doasse mais.

Terminada a cena, Lisa apresenta à família, em sua clássica posição no sofá, um vídeo enviado por Ronaldo, no qual ele agradece a doação que teria sido suficiente para que ele adquirisse um sapato que duraria, pelo menos, uns "mil sambas", demonstrando algumas gingadas. Ele destaca, também, que o restante do valor servira para o orfanato adquirir uma porta que evitava o ataque de macacos que logo em seguida aparecem, pulando pelas ruas, tentando invadir a residência do menino, isto é, um casebre cheio de remendos, caindo aos pedaços. Quando a porta se abre, aparece um crucifixo, que reforçava a informação anterior de que os contatos com o orfanato tinham sido realizados com uma freira. Poderia ser um asilo católico para crianças ou uma referência à religião predominante no país, segundo as estatísticas. Já os macacos, atacando pessoas nas ruas, fazia parte das visões estereotipadas.

Homer, emocionado com a situação do "pobre garoto", afirma que eles têm de encontrá-lo. Ao perguntar quantas pessoas moravam no Brasil, assusta-se com a resposta de Lisa de que eram mais de cento e cinquenta milhões. Bart, por sua vez, reforça a ideia da viagem,

deixando todos pasmos com sua reação, ao explicar que estava realmente preocupado com o menino, mas, diante da continuidade do ar incrível dos familiares, acaba revelando sua verdadeira intenção - queria conhecer os macacos. Marge argumenta que voar para o Brasil era caro demais, ao que Lisa rebate, destacando que a compra poderia ser feita pela



- Figura 5 -

internet e com várias escalas. Diante disso, Homer anuncia: "Então está resolvido - os Simpsons vão para o Brasil".

Em seguida, aparece um avião da companhia "AeroBrasil", dentro do qual Lisa lê um livro intitulado "Quem quer ser um "brasilionário?", o qual dá algumas dicas sobre o país a ser visitado: onde só deveria ser bebida água engarrafada; não era recomendado entrar em um táxi não registrado; o inverno brasileiro equivalia ao verão americano. Por causa da última informação, Homer entende como sendo a "terra dos opostos", onde bandidos perseguiriam policiais, gatos tinham animais de estimação, ao que Lisa explica que só em relação ao clima. Ainda no avião, o desenho brincava, também, com uma velha confusão dos estadunidenses a respeito do idioma falado no Brasil. Bart aprendia "espanhol para iniciantes", em um toca-fitas, ao que Marge lhe avisa que no Brasil se falava português, diante do que Homer determina que ele esquecesse tudo o que aprendera.

O comandante do avião informava da chegada ao Rio de Janeiro, dizendo que a temperatura era "hot, hot, hot", em uma alusão à sensação térmica, mas também à sempre lembrada sensualidade imanente do país, como ficava implícito no uso daquela expressão, ainda mais com o complemento da frase de que havia "cem por cento de chance de se apaixonar". O copiloto reclamava que aquela piada era repetida todas as vezes, ao que lhe era respondido que fora com a mesma que ele havia sido conquistado pelo comandante, em uma referência à sexualidade de ambos. Nova mudança de cena mostrava que Maggie não participava da viagem, tendo ficado com as suas tias Patty e Selma, talvez em uma alusão de que o Brasil não seria um local propício para ser visitado por um bebê. Em compensação, ela estava entregue à própria sorte, tendo em vista a desatenção das tias.

Finalmente os Simpsons chegam ao Aeroporto do Galeão, com uma indefectível frase "Welcome to Brazil". Lisa aponta para a estátua do Cristo no Corcovado, descendo a imagem para uma vista panorâmica do Rio. Ainda lendo o manual sobre como virar um milionário brasileiro, Marge afirma que eles poderiam chegar a qualquer lugar pegando a fila da conga, na qual Homer já está engajado, indo em direção ao centro da cidade. Já no hotel, a família ficava surpresa com a forma pela qual os brasileiros amavam o futebol. Objetos e

utensílios eram chutados ou cabeceados em "embaixadinhas", ou seja, a chave pela recepcionista e pelo cliente, as malas pelos atendentes, um deles, com ares hispânicos, acerta a valise no maleiro e grita "gol", tirando a camisa. Homer entusiasma-se, diz ser "um brasileiro", tenta fazer o mesmo com a própria mala, mas, como típico americano, aquele não era o seu futebol, de modo que ele erra o alvo e a deixa cair ao chão, e dela escapa um livro cujo título é "Como pilhar o Brasil", o qual é logo recuperado por Homer que age dissimuladamente. Mais uma vez o desenho brincava com os fatos, fazendo clara referência à histórica exploração das sempre desfrutáveis riquezas brasileiras.

Já no quarto, Bart fica extasiado com um programa infantil cuja apresentadora é uma loura assessorada por ajudantes de palco, todas com roupas que deixavam muito do corpo à mostra e apresentavam um comportamento lascivo, sensualizado e insinuante. Como Marge desliga a televisão, Bart observa que há um "chapéu de frutas" de brinde e Homer encontra um outro "de minibar". Ambos colocam os chapéus e cantam: "Eu sou Chiquita Banana e eu vim para falar - Eu vou comer o Toblerone e não vou pagar". Seis décadas haviam passado, mas Carmen Miranda continuava a ser uma referência de Brasil para os americanos. Lisa indigna-se, pois, enquanto cantavam e dançavam, em algum lugar estaria Ronaldo a esperá-los, abrindo a cortina e mostrando a tão conhecida paisagem da baía da Guanabara.

A cena muda para uma favela onde aparecem homens mal-encarados e bêbados, lugar que, mesmo assim, era considerado como um "bairro charmoso" por Marge, diante do que Lisa explica que se tratava de uma favela a qual o governo pintara de cores alegres para não ofender os turistas, ao que aquela responde que para ela funcionara. Bart repara que o mesmo processo de "colorização" valera para os ratos que, pintados em diversas cores, atravessam a rua em enorme quantidade e são comparados por Homer a balinhas coloridas. Esta era a síntese da visão americana quanto ao que consideravam como precária situação da higiene pública na América Latina. Finalmente, eles chegam na "Rua Papaia, 123", no "Orfanato dos anjos imundos", onde meninos e meninas jogam futebol, sob o olhar de uma freira, a quem Lisa pergunta sobre Ronaldo. A religiosa reconhece o garoto e confirma seu desaparecimento, informando que acendiam uma vela todo dia por causa do ocorrido, ao que Bart

pergunta se não teria sido melhor sair para procurá-lo, sendo-lhe respondido que este era o plano seguinte. Seria uma indicação de uma certa indolência dos brasileiros que, em vez de agir, preferiam deixar a solução de seus males para uma divindade.

Lisa lamenta a impossibilidade de encontrar Ronaldo e é amparada por Homer que lhe dá esperanças. Em uma mudança de cenário, os Simpsons vão parar em uma churrascaria, onde, segundo Bart, eles comem "carne na espada" - mais uma "estranheza" diante das peculiaridades brasileiras. No restaurante, Lisa, por meio de um mapa, aponta os lugares mais frequentados pelo menino brasileiro desaparecido e estabelece uma estratégia para a busca do garoto, de modo que a família deveria dividir-se em dois grupos, um formado por mãe e filha e outro, pelo pai e o filho. Homer pede a conta e com o espeto (a "espada") cutuca o garçom que também tem ares hispânicos, desta vez afetados, e só responde com um sibilante e longo "si".

Bart e Homer vão pela praia de Copacabana, a qual chamam de "o coração e a alma do Rio". Nas areias aparecem várias pessoas, inclusive uma mulher que pratica o topless, mas que, por estar deitada de bruços, não deixa os seios à mostra. Ao fundo, a música não poderia ser outra, senão "Aquarela do Brasil". Um salva-vidas os interrompe na caminhada, chamando-os de americanos - ao que Homer pergunta como ele havia descoberto, direcionando-se o foco para a camiseta utilizada pelo personagem que, provocativamente, mostrava um Tio Sam devorando o globo terrestre, sobre a inscrição "tentem nos impedir". O referido guarda-vidas exigia que eles utilizassem os trajes adequados, diante do que continuam seu passeio usando sungas, para espanto dos frequentadores da praia diante da imagem do corpo muito pouco em forma de Homer.

Marge e Lisa, por seu turno, vão para uma escola de samba e são atendidas por indivíduo mais uma vez com aparência hispânica e trejeitos ainda mais afetados. Diante da pergunta por Ronaldo, esta pessoa responde que aquilo era uma escola de samba, não uma seção de achados e perdidos. Na "Samba School", em vez de carnavalescos, apareciam casais aprendendo a dançar, os quais trajavam roupas que lembravam mais as caribenhas do que as brasileiras.

As personagens recebiam a explicação de que naquele local foram inventadas a "Lambada" e a "Macarena" - ritmo que nem tem origem no Brasil - e fora criada a "dança mais poderosa", a "Penetrada", que fazia o "sexo ter jeito de igreja". Estupefata, Marge diz que sua filha não deveria ouvir aquele tipo de coisa, ao que o interlocutor responde que ela não poderia ser protegida para sempre. Ainda que visto pelo prisma dos exageros do humor, era uma referência plena ao estereótipo da sensualidade/sexualidade natas atribuídas aos brasileiros. Marge e Lisa acabam visitando uma espécie de feira, na qual aquela se admira com os produtos, ainda mais quando muitos deles se revelavam animais vivos. Homer e Bart, já em seus trajes usuais frequentam um lugar com tendas de comércio variado, algo parecido com uma feira. Em uma das barracas, Homer pede uma bebida com todas as frutas brasileiras misturadas, achando o sabor exageradamente doce. Em meio às crianças brincando, Bart diz que havia muitas delas e seria impossível encontrar Ronaldo, ao que a vendedora demonstra interesse pelo assunto. Perguntada se conhecia o menino em questão, ela afirma que só queria distraí-los enquanto suas crianças os roubavam, rasgando os seus bolsos e fugindo. Por fim, tomam um táxi e um mal encarado motorista vira-se, aponta uma arma e avisa que aquilo era um sequestro. Nesse momento, só Homer é raptado, pois, Bart, com sua tradicional esperteza, foge, tranquilamente, do carro.

Na mudança de cena, o taxista e um comparsa conduzem Homer em uma lancha, por um rio em meio a uma floresta. Tirando o capuz do personagem, o bandido anuncia a Homer que ali era a Amazônia - afinal, na concepção dos americanos, a "selva amazônica" é fronteira ao Rio de Janeiro -, mas que olhasse rápido porque os brasileiros estariam pondo fogo nela - poderia ser um apelo à sua "internacionalização", uma vez que os "nativos" não sabiam dar-lhe os devidos cuidados. Enquanto isso, no hotel, Marge e Lisa encontram-se tristes por não terem encontrado Ronaldo, enquanto Bart volta para o quarto, correndo direto para a televisão para assistir o "programa brasileiro favorito das crianças" - "Teleboobies" ("Tele-seios"). A mesma apresentadora loura de antes ensina o sentido horário e anti-horário, girando apetrechos em seu sutiã, como uma dançarina de striptease. Diante da pergunta sobre o paradeiro de Homer, Bart diz simples e calmamente que ele foi sequestrado.

Marge vai a uma delegacia para relatar o ocorrido e um policial - mais uma vez com feições hispânicas - pergunta se ela quer que ele encontre o seu marido e um menino. Diante da aquiescência na resposta, considera que nenhum dos dois deveria existir. Além disso, supõe que Marge quer "alguma coisa" com ele - afinal, a inspiração da sensualidade também poderia ser dos homens brasileiros, com uma certa tendência "donjuanesca". Logo após, entra um indivíduo baleado na delegacia; o policial demonstra sua incompetência, desinteressando-se por atendê-lo. A cena retorna para a selva, os sequestradores dizem que se a família pretende ver Homer vivo era bom que pagasse o resgate. Na paisagem selvagem, uma cobra gigante - talvez fosse a anaconda - entra na água. Enquanto isso, Homer, por meio de um rádio, fala com Marge, a qual lhe informa que as economias da família não são suficientes para pagar o resgate. Diante desse fato, ele tenta vários contatos com o intuito de buscar o dinheiro para tal fim. Em função disso, fala com Mr. Burns, o seu chefe, Moe, o dono da taberna frequentada por Homer, e Ned Flanders, seu vizinho, sem nenhum sucesso, para insatisfação dos malfeitores.

Os outros três personagens se encontram mais uma vez nas ruas do Rio de Janeiro. Lisa repete o título do episódio, dizendo que tudo era culpa dela, pois viera procurar uma pessoa e acabara perdendo o próprio pai. Enquanto isso, ela começa a ver seu corpo se agitar ao escutar uma música que considera irritante e intoxicante, com uma batida a qual fazia com que fossem perdidas todas as inibições. Bart aponta e anuncia - "É carnaval!". Em meio a fantasias e mulheres com pouca roupa, Marge lamenta a ausência de Homer que iria adorar aquele ambiente, segundo ela marcado por "bebedeira e sexualidade ambígua", e diz que eles têm de fugir dali, ao que é interpelada por um homem fantasiado de pássaro, o qual sentencia que não havia como fugir do carnaval, já que até correr era um tipo de dança. O ritmo frenético mostrava que ninguém conseguia parar de bailar, diante do que Marge decide dançar e preocupar-se ao mesmo tempo.

Em meio ao burburinho, um carro alegórico chama atenção de Bart que aponta a "stripper do show infantil". Em tal carro se encontra alguém fantasiado como um flamingo sambista que reconhece Lisa: era Ronaldo, que diz interpretar um personagem chamado "Flamingo

Flamenco" e que tudo começara com os sapatos de dança que ganhara dela. Lisa pergunta o motivo de ele não ter se comunicado, ao que o garoto responde que tentara escrever, mas que não sabia em que estado ela morava - em uma alusão a uma das características do desenho de nunca ter revelado onde ficava Springfield, nome comum entre várias cidades norte-americanas. Ronaldo virara uma estrela: recebe a família americana no próprio estúdio e oferece dinheiro para pagar o resgate de Homer. Lisa pergunta se não era demais, ao que ele responde que ganhava muito bem, como não tinha pais, ninguém o roubava. A magia do desenho animado - ou do pouco conhecimento geográfico dos americanos - ocorre de novo, e Homer é levado de volta da Amazônia para o Rio de Janeiro. O encontro é marcado no Bondinho do Pão de Açúcar. No momento do resgate, os sequestradores apontam o quanto era gay o dinheiro brasileiro, tendo em vista suas cores predominantemente rosa e roxa.

A troca é feita, mas Homer causa um acidente, saltando para o outro bonde, que despenca pela montanha. Como só ocorre nos desenhos animados, todos escapam bem, sendo comum na maioria dos episódios. Aproxima-se o encerramento, com um final feliz e o beijo entre o casal. Lisa avisa, entretanto, que algo dera errado e precisavam fazer alguma coisa, pois Bart avisa que fora engolido por uma cobra. Vale ressaltar que esta aparecera anteriormente, afinal eles estavam de volta à selva. Apesar da situação, Bart diz para que ninguém ficasse triste, afinal era carnaval e, mesmo dentro do réptil, aparecendo apenas a própria silhueta, ele ensaia os passos da dança que acompanha uma música muito pouco parecida com um ritmo brasileiro. Surgem os créditos e termina o desenho.

Esse episódio geraria forte polêmica no Brasil, onde a sua exibição chegou a ser adiada pelo Canal Fox, sendo mostrado fora da ordem original. A versão dublada, a mais assistida, chegou a ter algumas discrepâncias em relação à legendada, pois naquela foram suavizadas certas alfinetadas. As atenções se voltaram ainda mais para Os Simpsons no Brasil, tendo em vista as reações exacerbadas de algumas autoridades públicas brasileiras, como informou o jornal britânico *The Guardian*, em edição de 9 de abril de 2002, na matéria intitulada "Doh! Rio acusa The Simpsons". O periódico explicava que, quando a família disfuncional favorita da América visitara o Brasil, fizera algumas observações excêntricas, uma vez que os perso-

nagens do desenho animado constataram que o Rio de Janeiro seria uma cidade onde todos os homens eram bissexuais, macacos temíveis vagavam pelas ruas e turistas eram sequestrados por taxistas e agredidos por crianças.

A folha inglesa ressaltava que o humor irônico do seriado dava curso a um show que zombara de estereótipos americanos médios por mais de uma década, mas um órgão oficial ligado ao turismo carioca não teria visto o lado engraçado e se preparava para processar os produtores da FOX, por danos à imagem internacional da cidade e perda de receita. O jornal chegou a afirmar que a questão poderia se tornar um incidente diplomático, pois até o então presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, entrara na briga, alegando que o desenho animado "trouxera uma visão distorcida da realidade brasileira". O jornal noticiava ainda que um comunicado do conselho de turismo do Rio dissera que recentemente dezoito milhões de dólares haviam sido investidos na promoção da cidade no exterior e que o episódio teria "consequências drásticas" no mercado norte-americano.

The Guardian explicava ainda que o Rio tinha graves problemas sociais e altos níveis de violência, embora estes geralmente ficassem restritos a determinadas áreas, de modo que ataques contra turistas eram raros e ninguém jamais fora atacado por um macaco em Copacabana. Esclarecia também que parte da raiva no Brasil, em relação àquele episódio dos Simpsons, estava ligada ao fato de que, além dos estereótipos, havia muitas imprecisões. Exemplo disso é o caso do "modo local de transporte", que seria a "conga", uma dança caribenha. Além deste, a família visitava uma escola de samba para aprender a "Macarena", uma dança latina não original do Brasil, além da "Penetrada", uma dança lasciva fictícia praticada pelos brasileiros. A folha citava ainda uma afirmação do secretário de turismo do Rio de Janeiro, o qual dissera que, se a Fox estava tão preocupada com a pobreza e com os órfãos brasileiros, deveria doar os lucros do episódio ao programa de trabalho social citadino, bem como destacava que o conselho de turismo municipal estaria a estudar a melhor forma de prosseguir com uma ação judicial. Tais comentários só serviriam para atizar ainda mais a curiosidade sobre o episódio que geraria celeumas por anos a fio.

O poder da televisão, potencializado pelo carisma e pela popularidade dos Simpsons,

por meio do episódio "*Blame it on Lisa*", serviria para divulgar e atualizar para novas gerações vários dos estereótipos acerca do Brasil. Tal processo é enfatizado pelo fato de que a TV muitas vezes assume um verdadeiro papel de "babá eletrônica", pois os pais cada vez mais deixam o entretenimento dos filhos ao encargo desse meio de comunicação. Desse modo, o tempo passado diante da televisão não para de aumentar nas sociedades ocidentais, nas quais ela se tornou uma "escola paralela" <sup>102</sup>. De acordo com tal perspectiva, as informações, opiniões, imagens e tudo o mais que aparece na TV são metabolizadas como um pacote unívoco e assimiladas praticamente como uma verdade incontestável.

Assim, por décadas, produções cinematográficas/televisivas repetiram à extenuação aquelas imagens mentais padronizadas, o que reflete uma opinião demasiadamente simplificada e reducionista ou um juízo incriterioso a respeito do Brasil e do desenho *Os Simpsons*, que, já na virada do milênio, não faria diferente. Torna-se evidente o fato de que tal animação se trata de uma série de humor que há anos ironiza a própria sociedade americana e fez o mesmo nas várias viagens dos personagens a outros países. Ainda assim, tal desenho animado faz parte da Fox que, por sua vez pertence ao império das comunicações de Rupert Murdoch<sup>103</sup> e, ainda que muitas vezes ele também tenha sido tratado jocosa e ironicamente no desenho, a animação *Os Simpsons*, mesmo que tenha mantido de suas origens um certo caráter alternativo, acaba por constituir também uma parte atuante na "grande mídia".

Nessa linha, apesar de ser atenuante a abordagem calcada no bom humor, durante a viagem dos *Simpsons* ao Brasil, estiveram presentes praticamente todas as imagens estereotipadas acerca do país. Em outras palavras, foram evidenciadas as belezas, exuberâncias e riquezas nacionais desfrutáveis pelo estrangeiro que via ali uma ampla possibilidade de enriquecimento, a sensualidade e a sexualidade dos brasileiros, bem como a esperteza, a

---

<sup>102</sup> FERRO, Marc. *Cinema e História*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 181.

<sup>103</sup> BRIGGS; BURKE, 2004, p. 216.

desonestidade, a malevolência e a indolência daqueles habitantes que moravam no país do carnaval e do futebol. O estardalhaço das reações à exibição do desenho serviria para divulgá-lo ainda mais e, quem sabe, para avivar tais versões. A "visão" do desenho animado mostra *ipsis litteris* que os séculos passaram, mas os estereótipos e preconceitos permaneceram.









## **PARTE II**



## Algumas ideias práticas para ensinar História.



Há décadas que, ao lado de tantos outros, o quesito "educação" aparece a edulcorar programas de candidatos e partidos políticos, plataformas governamentais e novos projetos, sempre vistos como a "última palavra" em termos de promover a "revolução educacional". Tais procedimentos perpassaram o tempo e as várias formas de organização institucional brasileira, cada qual garantindo que superaria as anteriores em termos de modelos educacionais. Apesar de todos esses "esforços", os avanços têm sido, muitas vezes, limitados, e ensinar, seja qual for a área do conhecimento humano, continua sendo um processo dos mais difíceis. Os problemas são tantos que quase se tornam inumeráveis, passando pelas carências estruturais de toda a ordem, os poucos investimentos e a desvalorização profissional.

Quando se trata de ensinar História, alguns desses óbices se avolumam, pois, além das dificuldades conjunturais da educação, aparecem questões específicas quanto a tal segmento do saber humano. Exemplo disso é o constante desinteresse discente, promovido a partir das desgastadas formas de ensino-aprendizagem, mas que continuam sendo praticadas; as limitações cada vez mais restritivas de carga horária; além de uma tendência de ensino voltada a grandes áreas que, ao em vez do prisma multidisciplinar, acaba por criar um grande emaranhado de conhecimentos que mais confunde do que auxilia na formação do alunado. Ver uma história menoscabada, bem como outros campos das chamadas "humanidades", tem sido um bem executado projeto de muitos governantes para quem é preferível uma

população com poucas noções de espírito crítico e consciência coletiva.

Nas últimas décadas, muitos estudos têm sido empreendidos no sentido de promover uma revalorização da História nas salas de aula, oferecendo estratégias educacionais que permitam a execução de tal intento. Dentre as várias perspectivas de renovação está uma busca de aproximar-se o conhecimento no âmbito das academias-universidades com aquele praticado nos ensino fundamental e médio, bem como a busca por novos enfoques e fontes históricas que também possam ser colocadas a serviço do professor na preparação das aulas. Nesse sentido, a segunda parte desse livro visa lançar algumas ideias que podem muito modestamente colaborar com tais metas. O objetivo principal é que estes seis estudos de caso venham a constituir sugestões essencialmente práticas para o ensino da História, visando não só à aplicabilidade destes, mas, fundamentalmente, possibilitar outras interpretações e usos para elas, bem como servir de estímulo para outros empregos.





## Estudando uma revolta no alvorecer do Brasil sulino



A História ensinada nas salas de aula, por bastante tempo, foi orientada em duas "seções" básicas - História Geral e História do Brasil. Mais recentemente, vem-se adotando uma abordagem integrada entre ambas, alocando a formação brasileira em "espaços cronológicos" concernentes à História Geral. Entretanto, ao se tratar de História do Brasil nas escolas, permanece um viés de centralização geográfica, ou seja, o devir histórico brasileiro é estudado a partir de um epicentro - a região sudeste, notadamente, Rio de Janeiro, secundado por São Paulo e Minas Gerais. A capital do Império e, por muito tempo, da República esteve no Rio de Janeiro, daí sua relevância nos enfoques apresentados pelos historiadores, mas tal "história centralizada" acabaria por confundir a "História do Brasil" com a "história da capital". Nesse quadro, as demais pesquisas históricas de outras regiões, que não a sudeste, acabariam ficando, de certo modo, menoscabadas, vindo a ser tratadas como uma "História Regional".

Essas perspectivas acabariam por deslocar o foco de atenção do alunado, de modo que ele permaneceria praticamente desconectado de sua história local e regional. Com as histórias cidadina e estadual sendo abordadas ainda nos anos iniciais da formação escolar, há certo esvaziamento e esquecimento em relação a tais conhecimentos, ainda mais por se tratar de uma época em que os alunos ainda são muito jovens, com pouquíssima maturidade e capacidade de abstração. Além disso, ao serem estudadas "em separado" da "História do Brasil", a

história local e regional acabam ficando descontextualizadas em relação ao todo. Uma possível solução seria promover um ensino integrado do regional/local, em relação ao "nacional", nos moldes do que se tem feito em termos do "nacional" / "mundial".

O certo é que a história cidadina, ou seja, aquela que se refere exatamente ao espaço com o qual o cidadão, mais intrinsecamente, irá conviver, tem sido relegada a um plano de abandono e/ou inferioridade. Sendo assim, surge como uma necessidade urgente revivificar, junto à formação estudantil, um estudo da história local, o qual é possível ser realizado, escapando às armadilhas e às dificuldades que se impõem, com base em uma construção pedagógica que tenha como principal pressuposto do ensino a investigação, pesquisa, produção de saberes<sup>104</sup>. O município, a região e o estado, dessa maneira, têm de passar a ocupar um novo espaço na vida escolar, uma vez que o "lugar" e a "região" respondem a demandas individuais e coletivas por segurança, continuidade histórica e pertencimento a algum tipo de comunidade de destino. Nesse contexto, para novamente se sentirem sujeitos, as pessoas querem "voltar a viver em lugares", entendidos como espaços concretos, tecidos por relações sociais que conformam cotidianamente suas experiências individuais<sup>105</sup>.

O estado do Rio Grande do Sul e a cidade do Rio Grande, a mais antiga comunidade, constituem exemplo bem característico dessa necessidade de mudança de enfoques. A formação histórica sulina apresenta uma série de peculiaridades em relação ao centro do país, como é o caso do tardio processo de integração ao aparelho colonial português, a militarização da sociedade, as influências da região fronteiriça, as ferrenhas dicotomias político-partidárias e ideológico-culturais, entre tantas outras. Tais diferenciações precisam ser integradas ao ensino da história nas escolas. Em linhas gerais, o Rio Grande do Sul acaba sendo focado em casos muito específicos e restritos, como é o caso da Revolução Farroupilha e, por vezes, na Revolução de 1930. No entanto, a formação gaúcha e rio-grandina é muito mais do que

---

<sup>104</sup>FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. 11.ed. Campinas: Papirus, 2010. p. 160.

<sup>105</sup>MARTINS, Marcos Lobato. História regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Novos temas nas aulas de história. São Paulo: Contexto, 2009. p. 139.

isso, havendo a necessidade de inclusão de outros fenômenos históricos extremamente relevantes.

Um desses fenômenos constitui um verdadeiro momento de inflexão histórica na formação sul-brasileira, ocorrido bem à época da integração das terras rio-grandenses ao todo brasileiro, ainda no século XVIII, ficando conhecido como Revolta dos Dragões, tema praticamente inexistente nas salas de aula. O estudo desse evento histórico é fundamental para a compreensão da geopolítica da América do Sul, extremo-meridional, e das disputas entre portugueses e espanhóis para a conquista da região na qual viria a ser o Rio Grande do Sul, como também para que o aluno possa reconhecer detalhes da vida cotidiana da época. Dessa forma, os estudantes poderão vislumbrar que não só os governantes atuaram naquele teatro de guerras, mas, também, as pessoas em geral que, em termos práticos, foram os reais edificadores da comunidade na qual os discentes vivem.

Um clima inóspito, com verões escaldantes, úmidos e abafados e um inverno rigorosíssimo, com frio inclemente e chuvas constantes; um acesso marítimo dos mais dificultosos, que levaria o lugar a receber a pecha de barra diabólica; um horizonte estéril, que ficaria por muito tempo conhecido pelos constantes areais soltos, esvoaçantes e prontos a engolir o que estivesse pela frente; um sítio urbano muito rudimentar, cheio de precariedades e habitações as mais rústicas; um abandono quase que completo por parte das autoridades governamentais; a fome sempre muito próxima, tendo em vista os grandes obstáculos ao abastecimento; e os perigos iminentes em um território em litígio, no qual o inimigo se avizinhava e poderia ser sentido quase que epidermicamente, de modo a gerar um dos originais medos coletivos dos primitivos sul-rio-grandenses, era o ambiente vivenciado pela comunidade humana, a qual esteve presente nas terras gaúchas à época do nascedouro do Rio Grande Português, a partir da fundação do povoado em torno do Presídio Jesus-Maria-José. Diante de tamanhas agruras, as insatisfações aflorariam, surgindo, pouco tempo depois, uma rebelião de cunho social e militar no alvorecer do Rio Grande do Sul.

A primeira metade do século XVIII se caracterizou pela consolidação do processo de expansão europeia, visto que um dos pressupostos básicos para sustentação do sistema eco-

nômico, predominante à época, era a formação de um arcabouço colonial, ocorrendo, a partir disso, uma série de conflitos entre diversos países europeus. As antigas nações hegemônicas - Portugal e Espanha - passaram a perder força desde o fracasso da União Ibérica, e esse espaço hegemônico foi sendo preenchido por outras hegemonias como a holandesa, a francesa e a inglesa. Assim, tal centúria foi profundamente marcada por guerras entre os Estados europeus, demonstrando a busca pela preponderância continental e os confrontos advindos das disputas coloniais. Nessa época, almejando recuperar mercados perdidos com o fim do domínio espanhol, Portugal iria eleger, como um dos alvos de sua atenção na América, a expansão em direção à região platina, ao fundar, em 1680, a Colônia do Sacramento. A nova possessão lusitana jamais foi aceita pelas autoridades hispânicas, de modo a gerar um clima de agitação e guerra nessa zona, sendo a Colônia constantemente atacada, sitiada, invadida e destruída pelos espanhóis e, posteriormente, devolvida e reconstruída pelos portugueses para, mais adiante, reiniciar esse cíclico dilema.

A partir dos repetidos ataques à Colônia do Sacramento, diversas autoridades lusas passaram a elaborar planos e estudos no sentido de promover uma ocupação das terras mais meridionais do Brasil, no atual território do Rio Grande do Sul. Somavam-se às motivações militares, na meta de melhor defender as intenções lusitanas no Prata, os interesses econômicos na região, buscando-se aproveitar em maior escala as potencialidades ali existentes. Nesse sentido, após várias incursões a estas terras, a ocupação oficial portuguesa, no Rio Grande do Sul, concretizar-se-ia em 1737, com a expedição do Brigadeiro José da Silva Paes, representando a síntese dos intentos lusos na zona, quer seja, o estratégico, constituindo-se um ponto de apoio à Colônia do Sacramento, quer seja o econômico, com os primeiros passos em direção a um aprimoramento da exploração do gado ali existente.

Assim, a formação do Presídio Jesus-Maria-José significou mais um passo da expansão colonial portuguesa em direção ao Sul. O interesse luso, além da exploração do abundante gado, utilizado, mormente, a partir da ação mineradora no centro da Colônia, estava na manutenção deste lugar, posição de difícil defesa devido aos constantes ataques espanhóis e à origem de acirradas disputas militares e diplomáticas entre as nações ibéricas. Esse proces-

so estava ligado ao jogo de interesses na região platina, ao servir aquela Colônia como formidável entreposto para a prática do comércio ilícito, permitindo a entrada de produtos portugueses (e ingleses) nas possessões espanholas e a evasão de metais preciosos da Espanha, de maneira a ferir frontalmente o pacto colonial desse país. Transformava-se a Colônia do Sacramento, dessa forma, no pomo da discórdia, expressão que se transformou em verdadeiro chavão para designar as disputas entre portugueses e hispânicos.

O povoado formado no Rio Grande se constituiu no centro da dominação lusa nas terras gaúchas, estando ali localizada a representação da administração colonial através da Comandância Militar, ocupada, inicialmente, por Silva Paes e, mais tarde, por André Ribeiro Coutinho e Diogo Osório Cardoso. De modo, praticamente, simultâneo ao erguimento da povoação, tendo em vista a necessidade de se montar um aparelho estratégico-defensivo, deu-se também a formação de um Regimento de Dragões na localidade. Os dragões consistiam tropas especiais que atuavam como cavalaria ou infantaria e foram originalmente enviados para servir na Colônia do Sacramento, situação impraticável naquele momento, por causa da constante pressão militar hispânica, sendo, então, deslocados para Rio Grande. O regimento teve sua gênese com os dois primeiros comandantes militares, mas consolidaria sua organização com Diogo Osório Cardoso. Nessa linha, os dragões constituiriam inicialmente um corpo de cavaleiros que, na intenção de seus organizadores, deveria possuir mobilidade tática e capacidade de improvisação, devendo ser capaz até de lutar como um corpo de infantaria<sup>106</sup>.

A sobrevivência dos primeiros habitantes do Rio Grande, juntamente com a dos próprios soldados, foi extremamente penosa. As maiores dificuldades estavam vinculadas à necessidade de abastecimento externo da nova possessão, às constantes intempéries, ao acesso dificultoso e, muitas vezes, ao abandono por parte da Coroa. Nessa sociedade, viver o dia a dia já era uma "aventura", a incapacidade das coisas com que contavam era notória, suas

---

<sup>106</sup>CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 91.

moradas não passavam de barracas de couro, ou de ranchos cobertos de santa-fé; e havia falta de tudo: remédios, igrejas, tecidos, cal, pregos, pedras, ferro, telhas, madeira, mulheres, distrações, moedas e tijolos. Além disso, o soldo das tropas nunca era pago em dia, e, às vezes, levava anos para chegar <sup>107</sup>. Tal penúria contrastava com as promessas iniciais da Coroa Portuguesa, que garantira aos povoadores e soldados toda a infraestrutura necessária a sua manutenção e, até mesmo, em alguns casos, à distribuição de terras, o que só se efetivaria concretamente no caso dos militares superiores.

A crescente insatisfação levaria a um clima de descontentamento no recente povoado, culminando com a deflagração de um movimento rebelde, conhecido como Revolta dos Dragões, iniciado em 05 de janeiro de 1742. Nesse momento, no dizer do "primeiro historiador gaúcho", esteve a nascente Colônia em "apertado lance", quando os soldados negaram obediência aos seus imediatos superiores, proclamando os oficiais dentre seus próprios quadros<sup>108</sup>. Na descrição do comandante militar, Diogo Osório Cardoso, naquele dia, entre quatro e cinco da tarde, depois de rendida a guarda, juntou-se grande quantidade de soldados em um capão de mato, junto à barra, e dali saindo, tentaram aprisionar um cabo de esquadra que passava. Tal militar, a cavalo, fugiu e foi dar notícia ao comandante de que algo anormal ocorria. Segundo o governante, todas as providências foram tomadas, como o reforço da guarda do Porto, o envio de oficiais e soldados para a praça de armas, a reunião dos paisanos armados, para defesa da autoridade. Entretanto, todas elas caíram no vácuo, uma vez que ninguém deu um tiro e os soldados imbuídos de dominar o motim fizeram causa comum com os seus companheiros<sup>109</sup>.

Nessa linha, os agentes promotores da sedição refletiram, em seu ato, a precária situação vivida pelo conjunto da população que apoiou o movimento. As principais reclamações

---

<sup>107</sup>CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Orgs.). RS: economia & política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 11.

<sup>108</sup>PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Anais da Província de São Pedro. 4.ed. Petrópolis: Vozes/INL-MEC, 1978. p. 70.

<sup>109</sup>Citado por: CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul (Período Colonial). Porto Alegre: Globo, 1970. p. 119.

dos soldados estavam ligadas aos atrasos de soldos, falta de fardamentos, precariedade de gêneros alimentícios, maus-tratos por parte dos superiores, controle individual absoluto, castigos corporais e não cumprimento de promessas feitas anteriormente. As reivindicações dos rebeldes eram traduzidas através de representações por eles encaminhadas e que refletiam as penúrias pelas quais passava o jovem povoado. Ao promoverem a sedição, os rebeldes redigiram um documento ao comandante militar, o "Registro de representação que fez o Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso"<sup>110</sup>, promovendo uma verdadeira exposição de motivos do movimento.

Dirigindo-se ao Coronel Governador, com o "mais profundo respeito", os soldados, todos em um corpo, afirmavam não ser o seu ânimo usurpar, perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e o serviço de Sua Majestade (S. M.) e suas reais ordens. Diziam também que veneravam e protestavam aguardar, como obedientes e leais vassallos, a defesa da sua Coroa e Estado, até perderem a própria vida, como já teriam demonstrado no estabelecimento desde seu princípio. Tal fato ocorreu apesar de estarem sofrendo, não só a falta de socorro e fardas, mas por muitas vezes a de pão, munição e outros inconvenientes que ordinariamente eram experimentados na criação de novas povoações. Assim, temerosos das possíveis e prováveis punições, os rebelados intentavam demonstrar que sua atitude fora lançada como um último recurso diante da situação lastimável em que viviam.

Nesse "Registro de representação", os revoltosos denunciavam os maus-tratos recebidos de parte dos oficiais superiores, a severidade com que eram tratados, a falta de alimentos, fardas e pagamentos, a impossibilidade de reclamarem de tal penúria, o mau atendimento dos doentes, a impossibilidade de serem substituídos, além de outras reivindicações (ver o final deste estudo). Nessa linha, diziam-se desenganados, passando a acreditar que, por outro caminho, não seriam atendidos, de modo que haviam tomado à resolução de se separarem em um Corpo da Obediência do Governo de seus oficiais, elegendo, entre si, outros, e um comandante. Os rebelados trabalhariam tanto para continuar o serviço de guar-

---

<sup>110</sup>Citada por: QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. A Vila do Rio Grande de São Pedro: FURG, 1987. p. 169-171.

das e rondas, para a defesa do estabelecimento, como para, debaixo da obediência deles, evitarem roubos, violências e outros distúrbios que pudessem acontecer aos moradores, como, até então, havia-se observado, sem alterar novidade alguma no que tocasse a faxinas e demais disposições pertencentes à jurisdição real. Declaravam que pretendiam manter tal situação até que lhes fossem satisfeitas inteiramente suas reivindicações quanto a soldos vencidos e fardas, bem como franqueado o direito de andar nos seus cavalos, não só dentro da praça, mas fora dela, na forma que lhes era permitido pelas Novas Ordenanças.

Ao final do documento, os dragões retomavam o argumento de que sua atitude constituía medida extrema e última alternativa diante das desgraças vivenciadas. Tais sujeitos tomaram essa resolução obrigados pela miséria e consternação em que se achavam, ainda que a suas atitudes fosse atribuído o nome de tumulto, levantamento ou excesso, acreditavam que não o fosse. Diante disso, solicitavam o perdão de todas as forças que se praticavam em semelhantes casos, para que, em tempo algum, pudessem ser castigados ou punidos, de modo que tivessem condições de, sem temor, restituir-se à obediência de seus oficiais e continuar no real serviço com mais gosto, zelo e honra com que desejavam se empregar nele. O receio das mais severas punições fazia com que os rebeldes arrematassem seu Registro de representação quase que se desculpando pelos seus atos, pedindo o perdão e enfatizando que, acima de tudo, pretendiam continuar servindo à Coroa.

Mesmo rebelados e controlando as posições oficiais, os amotinados buscaram manter a rotina de vida e as funções públicas e militares do povoado em plena edificação. A partir da revolta, Diogo Osório Cardoso buscou contornar a situação e, de forma a apaziguar os ânimos, prometeu aos sediciosos que seus intentos seriam levados em conta. O comandante militar chegou a intimar a população para que todos que possuíssem dinheiro repassassem à tesouraria real, caso contrário, os que se negassem seriam considerados rebeldes perante à Coroa. Dessa maneira, reuniu as tropas e, conclamando todos à pacificação, garantiu-lhes, ad referendum às autoridades centrais, que seriam totalmente atendidos em suas reivindicações, a não ser referente à questão pecuniária, por não haver dinheiro suficiente naquele momento. Além disso, ficava garantido também o perdão aos rebeldes.

Nessa ocasião, o governante se manifestou, dizendo que aceitava todas as condições apresentadas na proposta e representação que fizera o Corpo de Dragões, o qual se achava separado, menos a de efetuar o pagamento por inteiro, tanto dos soldos vencidos de vinte meses como dos fardamentos, por não haver, no estabelecimento, a providência necessária, nem se acharem esses arbitrados. Diante disso, propunha-se a apresentar tais reivindicações a Gomes Freire de Andrada, Governador e Capitão General da Capitania, no sentido de prover inteiramente as condições e isenções expressadas e confirmar o perdão que dava aos amotinados<sup>111</sup>. Essa aceitação do comandante militar aos termos dos rebeldes só ocorreria tendo em vista a completa falta de alternativas para tomar outro tipo de providência.

Grande parte dos historiadores que abordou o tema considerou essa concessão do perdão como o fato que demarcaria o encerramento do evento rebelde, no entanto, ele prosseguiu. Apesar do arrefecimento de ânimos após a atitude de Diogo Osório Cardoso, no mês seguinte, o desembarque de Silva Paes, com a função de aplacar as manifestações rebeldes, iria demonstrar que ainda havia fagulhas da rebelião dentre as cinzas, uma vez que o Brigadeiro não trouxera os soldos nem os mantimentos devidos, reascendendo o movimento. Com dificuldades, Silva Paes negociou com os rebeldes, os quais não pretendiam permitir que ele se afastasse. Sendo assim, conseguiu garantir sua saída com a promessa de que iria à Santa Catarina obter recursos para satisfazê-los. Em verdade, o Brigadeiro se retirou para a Estância Real do Bojuru, esperando a chegada do barco que traria mantimentos e soldos. Mesmo após a entrada da embarcação, os rebeldes continuaram insatisfeitos, uma vez que, só foi pago um terço do que lhes era devido. A intensificação da revolta se tornou iminente, surgindo até a possibilidade, por parte de alguns, de quebra de fidelidade e colocação dos serviços à disposição da Espanha. A pacificação apenas ocorreria a partir do momento em que os líderes do motim aceitassem as promessas de que logo receberiam os atrasados, além de lhes ficar garantido o completo perdão por parte das autoridades reais.

---

<sup>111</sup>Citada por: CESAR, 1970, p. 123.

O fim da revolta se deveu principalmente à total falta de condições da Coroa Lusa de tomar providências mais enérgicas, esmagando os rebeldes, notadamente, por se tratar dos perigos e dos jogos de interesse envolvidos naquela região em litígio. A concessão do perdão aos rebeldes foi, entretanto, limitada a questões circunstanciais que visavam suavizar levemente o tratamento para com os soldados. Nesse sentido, a ratificação do perdão de Osório Cardoso, feita por Gomes Freire de Andrada, chamava atenção para o fato de que aquele tipo de atitude jamais deveria se repetir, pois constituiria "mau exemplo" para os demais súditos. Ademais, todas as concessões obtidas pelos amotinados foram circunscritas às condições e disponibilidades financeiras das autoridades centrais e à manutenção de determinadas formas de controle sobre os militares, visando, essencialmente, a redução dos riscos de deserção. Tais questões ficaram expressas no Registro da ratificação do perdão ao Corpo de Dragões<sup>112</sup>, datada de 3 de abril de 1742.

O documento de perdão da lavra de Gomes Freire de Andrada fazia referência ao posicionamento do Coronel Comandante do estabelecimento, Diogo Osório Cardoso, e sua descrição feita em relação ao atentado cometido pelo Corpo de militares rebeldes, bem como à representação que estes lavraram, endereçada ao mesmo Coronel. Esta ainda apontava a desordem e o crime cometido, o que teria constituído um fato em que, não só desatendera às Ordenanças de S. M., negando obediência aos oficiais, elegendo entre si, quem os governasse, mas também usurpara o seu real poder e escurecera o crédito na Nação Portuguesa que, em inumeráveis ocasiões, teria dado estimadíssimas provas de sua constância e fidelidade. Destacava ainda que a desordem fora executada antes dos militares haverem feito representação acerca das faltas e violências pelas quais padeciam, como seria a sua obrigação, e não pelo estranho meio como obrou para lhe dar a providência que necessitava. A autoridade pública intentava manter o rigor em sua manifestação, buscando apontar o movimento como um ato criminoso, que deveria ser punido com rigor, pois, na sua concepção, os dragões não

---

<sup>112</sup>Citado por: QUEIROZ, 1987, p. 172-174.

havia seguido o caminho correto da reivindicação, entretanto, tal chance não fora dada aos militares, como eles mesmos afirmavam.

Apesar desse rigorismo inicial, o governante era conhecedor dos percalços que cercavam a região e da impossibilidade de reorganizar forças para garantir a defesa da guarnição. Desse modo, suavizaria seu discurso, ao explicar que, atendendo à regularidade que se havia feito depois e à forma em que fora continuado o serviço, bem como o indulto pelo excesso obrado, que o Coronel prometera, em nome de S. M., Gomes Freire confirmaria o dito perdão. Algumas determinações se juntavam a tal absolvição, pelas quais a autoridade pública, ao destacar que esqueceria a violência que se executara, esperava, dali em diante, desse Regimento, repetidas provas de sua fidelidade, as quais destruísse o conceito que nas demais tropas se fizera de "tão feio acontecimento". Mesmo com essa verdadeira anistia, contra a qual não se tinha muito a fazer, Andrada não deixara de qualificar o ato rebelde como violento e que servira de mau exemplo aos demais militares.

Quanto às solicitações rebeldes, a autoridade governamental mandara, primeiramente, que se fizesse o pagamento, empenhando a sua palavra de que, logo que na Provedoria da Fazenda Real entrasse algum rendimento, iria perfazer os meses restantes a dever, bem como ocorreria a promessa de envio de fardamentos e farinha. Permanecia a Coroa Lusa no campo das promessas e a garantia de se colocar em dia o soldo em atraso, ficando assim, condicionada às condições de arrecadação. No que tange a punições dos oficiais, que cometeram ter cometido excessos no tratamento dos soldados, Gomes Freire ordenava que, na primeira embarcação, fosse remetido e preso um capitão, enquanto um alferes seria mudado para o Reduto do Albardão, onde ficaria até contraordem. Garante, também, que os dois soldados, os quais teriam sido maltratados, por ordem daquele capitão, havendo a conveniência dos mesmos, poderiam se retirar do Rio Grande.

Gomes Freire de Andrada permitiria, ainda, que, podendo algum soldado ter cavalo próprio, sela e arreios, sem ser de S. M., se servisse dele, não excedendo a saída de mais de uma légua a duas, com espingarda, se fosse caçador, e qualquer saída seria sempre com a licença de seus oficiais. Gomes Freire garantia também que poderiam ter canoas e usá-las na

forma pedida, porém, sem velas nas ditas embarcações, e que estas seriam recolhidas na Guarda do Porto sob controle de sentinela. Mandava aos soldados que o seu claro procedimento não desse causa ao aperto de tantas revistas, se permitisse o que pediam. Declarava que, havendo a sua permissão para se recolher algum soldado, se cumprisse, como também os despachos, que houvesse, de soldados que tivessem mandado outro por si, para que pudessem sair daquele povoado no extremo-sul. Mandava que se emendasse toda a desordem, se é que ela havia, nas dietas dos hospitais.

O governante determinava, ainda, que não se procedesse a castigo grave sem prova, por suspeita de deserção, caía à infâmia o soldado e sua família, quando chegava a ser castigado pelo "abominável" delito de desertor. Finalmente, Andrada ordenava que em tudo se observasse a justiça e equidade, evitando tão grave proceder e mantendo a disciplina das tropas, para que, dali em diante, se visse eliminada a desordem, e que todos servissem conforme as reais intenções e Ordenanças de S. M. Apesar desse manifesto sentido de anistia e de concessão, a autoridade pública atendia apenas algumas das questões circunstanciais e não eliminava em maior escala as limitações impostas aos militares no jovem povoado, pois, acima de tudo, permanecia a tentativa de eliminar possíveis intenções desertoras.

Terminava assim - com um perdão concedido por razões circunstanciais e com as autoridades não abrindo mão do controle sobre seus subordinados - uma rebelião, a qual não foi movida só por interesses dos militares e também contou com o apoio de boa parte dos novos povoadores, vinculados direta ou indiretamente com os soldados, que passavam pelo mesmo tipo de privação. Tal acontecimento, portanto, constituiu-se, além de um movimento de cunho militar, em um ato de significativo teor social. Aplacada a revolta, os dragões permaneceriam em suas funções estratégico-defensivas até os anos cinquenta, quando, da nova conjuntura histórica advinda do Tratado de Madri e a consequente Guerra Guaranítica, o regimento seria deslocado para a localidade de Rio Pardo, a partir de onde teriam participação no processo de ampliação e integração das fronteiras sul-rio-grandenses, incorporando, inclusive, à sua própria denominação, como epíteto, o nome daquela comunidade, surgindo os dragões do Rio Pardo.

A historiografia oficial se utilizaria, em larga escala, do papel exercido pelos dragões, localizando-os nos mais decisivos embates entre luso-brasileiros e hispânicos. Essa versão apresentou os militares como heróis, movidos, unicamente, por um espírito patriótico, calcado em um altruísmo, verdadeiros mitos que estariam à frente de seu próprio tempo. Diante desse contexto, torna-se importante não a negação da real participação dos dragões nos eventos militares que marcaram a formação das fronteiras gaúchas, mas, sim, ressaltar que eles foram movidos por interesses profissionais e pessoais. Estas motivações eram ligadas às possibilidades de ascensão social, seja dos oficiais de alta patente - futuros proprietários de terra e representantes de parte da oligarquia rio-grandense -, seja dos soldados - os quais atuaram em busca de melhores condições de vida. Estes soldados, por sua vez, vincular-se-iam, gradualmente, àqueles oligarcas nas tradicionais relações de clientelismo que marcaram a história rio-grandense-do-sul <sup>113</sup>.

Tal perspectiva historiográfica aplicaria uma visão reducionista acerca da Revolta dos Dragões, tentando destacá-la como um movimento de natureza, exclusivamente, militar. Apesar de reconhecer o sentido do espírito reivindicatório dos rebeldes, o discurso historiográfico oficial deixou de fazer referência ao fato de que a insatisfação tomava conta da sociedade como um todo, afinal, para os articuladores dessa construção discursiva não era interessante o destaque a uma sedição de cunho social marcando a gênese da história gaúcha. Na mesma linha, a grande ênfase foi a manutenção da ordem por parte dos rebelados, os quais teriam se lançado à luta, mas não abandonado seu papel social. Segundo essa concepção, a rebelião teria terminado com a emissão do perdão de parte das autoridades gover-

---

<sup>113</sup>Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. O mito do dragão gaúcho. Rio Grande: FURG, 2004. Dentre os trabalhos que construíram uma visão mítica e heroica para os dragões, destacam-se: PORTO, Aurélio. Os Dragões de Rio Pardo. A Federação. Porto Alegre: 26 jul. 1928. p. 3.; OSÓRIO, Fernando Luiz. Sangue e alma do Rio Grande. Porto Alegre: Globo, 1937; BORGES FORTES, João. O levante dos dragões do Rio Grande em 1742. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. n. 74. 2º trimestre, ano XIX. Porto Alegre: Globo, 1939. p. 217-223.; SPALDING, Walter. Os dragões do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 4º trimestre, ano XVI. Porto Alegre: Globo, 1936. p. 219-236.; e ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. Dragões de Rio Pardo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército - Ministério da Guerra, 1954.

namentais e os acontecimentos posteriores à chegada de Silva Paes, inclusive, com o recrutamento da revolta e até uma possível ameaça de deserção e passagem para o lado da coroa espanhola, foram simplesmente suprimidos desse tipo de narrativa. Essa visão distorcida iria contribuir profundamente para que, em termos de conhecimento geral, ou do senso comum, pouco se soubesse acerca do movimento ocorrido no nascedouro do Rio Grande do Sul, relegando-o a um papel secundário, ou, por vezes, quase que levando ao esquecimento da Revolta dos Dragões.

Essas questões de cunho historiográfico contribuíram fortemente para dificultar o estudo dessa revolta nas escolas, entretanto, nas últimas décadas, vários novos estudos vêm sendo realizados e promovendo um revivificar do fenômeno em termos da pesquisa e do ensino da história <sup>114</sup>. Trata-se, então, de levar tais pesquisas ao professorado do ensino médio e fundamental para, com tais subsídios, terem melhores condições de enfrentar os pesadíssimos obstáculos ao ensino da história local e regional apresentados no início deste texto. Apenas, a título de exercício, uma possibilidade de inserção dos temas acerca da Revolta dos Dragões pode se dar a partir da apresentação do próprio conjunto de reivindicações por eles apresentado. A linguagem de época, com vários arcaísmos e termos que caíram em desuso, traz certas dificuldades para um melhor entendimento do alunado, de modo que os quadros seguintes apresentam trechos da versão original do documento, seguidos de algumas notas explicativas.

---

<sup>114</sup>Entre outros desses estudos, podem ser citados: QUEIROZ, 1987, p. 72-74.; e ALVES, Francisco das Neves. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, P. (Org.). Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2010. p. 33-51.

## Trechos do Registro de representação que fez o Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso

*Senhor Coronel Governador, representam a V.Sa., com o mais profundo respeito, os soldados dragões do seu Regimento e guarnição deste estabelecimento, todos em um corpo, não ser o seu ânimo usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de S. M. e suas reais ordens, que veneram e protestam guardar, como obedientes e leais vassallos, para a defesa da sua Coroa e Estado, até perder a mesma vida, como têm mostrado neste estabelecimento desde seu princípio; sofrendo, não só a falta de socorro e fardas, mas por muitas vezes a de pão de munição e outros inconvenientes que ordinariamente experimentam na criação de novas povoações.*

As penas impostas aos insurretos eram pesadíssimas, de modo que os revoltosos pretendiam demonstrar que seu ato não se tratava de uma sublevação, mas, sim, de uma reivindicação movida pelo estado de penúria vivida por eles e pelo povoado em geral, colocando-se, portanto, à disposição do aparelho do estado para, se necessário, arriscarem suas vidas em nome do rei.

*Mas que obrigados da consternação das estreitas ordens e rigorosos castigos com que se acham oprimidos, sem o desafogo de poderem sair dos portões para fora (...) sem licença dos seus oficiais (...) com a pena de prisão e severo castigo.*

*Nem poder ter cavalos e arreios seus, tornando-se-lhes por perdido e prendendo todo o que se achasse montado, das ave-marias por diante, com a pensão de às oito horas da noite se recolherem aos quartéis, fechando-se-lhes as portas, tirando-se-lhes as chaves, e passando-se-lhes mostra pela manhã, às ave-marias e meia noite, cujas ordens severamente eram executadas pelos sargentos (...) com prisões e pancadas que os maltratavam, contra o Regimento. (...) não se lhe admitindo a sua queixa contra o disposto no Regimento.*

Os maus-tratos sofridos e o tratamento muito próximo ao de um prisioneiro eram pontos essenciais da pauta de reivindicação. Os dragões não aceitavam o fato de serem trancafiados e recontados pela manhã, ao entardecer e à meia-noite, bem como serem alvo de castigo físico e não poderem possuir cavalos ou arreios, tendo em vista o grande temor das autoridades metropolitanas de que ocorressem deserções.

*Faltando pão de munição, pela pouca prevenção que houve, se mandaram dar a cada soldado quinze espigas de milho para quinze dias e uma abóbora para outros tantos, segurando-se-lhe na frente do Regimento que, em chegando farinhas, se lhes inteiraria tudo sem desconto, se lhe faltou inteiramente, e, querendo entrar neste requerimento, não só se não admitiu, mas se passaram ordens para se dar com um pau a morrer no que falasse nisso.*

Os militares e muitos dos habitantes do povoado sofriam com a falta de abastecimento, principalmente, de alimentos, ficando várias vezes atirados à própria sorte, em uma terra

inóspita e com a proximidade do inimigo. A dieta imposta era precaríssima e a grande reivindicação era o envio, ao menos, da farinha para a confecção do pão que, mesmo não sendo o alimento ideal, "enchia a barriga" e dava a sensação de saciedade.

*Vendo-se despidos e em suma miséria com a falta de pagamentos e fardas, impossibilitados para poderem continuar no serviço, fizeram requerimento se lhe mandasse pagar as fardas que se lhe deviam (...) também se lhe não admitiu.*

*Tendo-se usurpado o pão de munição de muitos soldados que se acham destacados, que querendo entrar neste requerimento, se lhe não admitiu.*

As denúncias apontavam para a falta de pagamentos, fardamentos e rações militares, de modo que, além da fome, havia a falta de condições para o enfrentamento das intempéries climáticas, ainda mais em um local caracterizado por intensas chuvas e inverno rigorosamente frio, só aumentando a penúria dos habitantes e, especificamente, dos militares que diziam não ter sido dado a eles nem mesmo o direito de requerer o que lhes faltava.

*Concedendo o Brigadeiro José da Silva Paes, estando comandando este estabelecimento, que alguns soldados dessem outros por si, que ficassem servindo nele, e eles irem servir às suas praças, depois de se lhe aceitar e sentar praça, se lhe não deu cumprimento, e ficaram servindo uns e outros.*

*Da mesma sorte, têm vindo do Rio de Janeiro alguns soldados, já com a praça, para ficarem nesta por outros que nela se acham, e estes irem servir àquela; e havendo alguns despachos do Exmo. Sr. General Gomes Freire de Andrada, para se lhe remeterem outros para as suas praças, com a mesma obrigação ou sem ela, se lhe não deferiu.*

Os revoltosos reivindicavam também a possibilidade de virem a ser substituídos por outros, podendo retornar às suas moradias originais. Tais garantias teriam sido dadas pelas autoridades metropolitanas sulinas (Silva Paes) e centrais (Gomes Freire), mas não haviam sido cumpridas, permanecendo no sul tanto os enviados originalmente, quanto os seus substitutos. A metrópole precisava fixar homens na região, mas para os militares que serviam naquele território extremo-sul, tal serviço era praticamente um castigo, tendo em vista todas as dificuldades que cercavam os primeiros colonizadores.

*Que tendo se remetido da Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro toda a providência de dietas para o Hospital, se divertiram para outras partes, faltando à assistência e caridade dos doentes, por cuja causa notoriamente padecem misérias excessivas.*

*O termo "divertir" no caso equivale a "desviar", ou seja, as dietas eram enviadas para os doentes, mas estes permaneciam enfrentando todos os obstáculos impostos ao conjunto da população, acrescido da debilidade natural da falta de saúde. Não há indicação direta de quem seria o responsável por tais desvios, mas as entrelinhas indicavam que, "para outras partes", significava que eram as próprias autoridades locais que promoviam tais atos ilícitos.*

*Que havendo suspeita de algum soldado querer desertar, sem prova legal, o passaram a pau pelos cabos-de-esquadra, na frente do Regimento, de onde iam para o Hospital, e depois os têm em rigorosas prisões e galés.*

*Escandalizados também de serem maltratados com palavras injuriosas, acutilados como sucedeu ao Cabo (...), ficando aleijado das mãos, e aos soldados (...), ficando também um de um pé, e outro de uma mão (...), e afrontados, como sucedeu ao Soldado (...), sendo chamado à casa do Capitão (...) donde a portas fechadas, por dois mascarados, com sacos de areia e calabrotes foi tão maltratado que o levaram para o Hospital; (...); todas estas por razões particulares.*

Os dragões sabiam das possibilidades de punições previstas legalmente, mas apontavam para os excessos cometidos pelos oficiais superiores que agrediam seus subordinados física e moralmente, chegando a aleijá-los e complementavam afirmando que tais castigos severos não eram perpetrados por faltas disciplinares e sim por questões pessoais.

*Vendo-se ultrajados, sem desafogo algum, passando excessivas misérias em que os tem posto a falta de vinte meses de soldos e três anos de fardas, desenganados de que por outro caminho não eram atendidos, tomaram resolução de separarem em um Corpo da Obediência deste Governo e seus oficiais, elegendo entre si outros, e um comandante, tanto para continuar o serviço, assim de guardas e rondas para a defesa do estabelecimento, como para, debaixo da obediência deles, se evitarem roubos, violências e outros distúrbios que pudessem acontecer aos moradores, como até aqui se tem observado, sem alterar novidade alguma no que toca a faxinas e mais disposições pertencentes à jurisdição real, até lhe satisfazer inteiramente, assim soldos como fardas vencidas, franqueando-lhe o poderem andar nos seus cavalos, não só dentro desta praça, mas fora dela, na forma que lhe é permitido pelas Novas Ordenanças.*

Era a síntese de algumas de suas reivindicações, ou seja, a falta de pagamentos, de uniformes, de alimentação e a impossibilidade de terem seus cavalos, de modo que vieram a se amotinar, derrubando seus oficiais superiores. Ainda, assim, garantiam que a normalidade e o governo da colônia seriam mantidos e garantidos pela força militar, sempre temerosos das graves punições impostas às sedições.

*Que possam ter canoas para pescar e buscar toda a mais conveniência nas vizinhanças desta povoação, nos dias que forem isentos do serviço, sem mais obrigação que a de dar parte e obediência a seus oficiais. Que isentem das mostras e de serem recolhidos aos quartéis os que com seu procedimento não derem ocasião a isso, praticando-se com eles o que se pratica nas mais praças do Brasil, para suavizar outros descômodos que padecem nesta.*

*Que se dê cumprimento aos despachos do Brigadeiro José da Silva Paes (...) a respeito das licenças e de darem outros por si, por se não desanimarem e para que possam servir com mais gosto.*

*Que os que constar, por certidão do cirurgião e dos seus oficiais, terem queixas graves para continuar o serviço e necessitem de mais eficazes remédios dos que se acham nesta povoação, se remetam ao Rio de Janeiro, antes que fiquem incuráveis, para nele tratarem da sua saúde, com obrigação de se restituírem à sua praça.*

*Que os doentes do Hospital se lhes assista com mais caridade (...) e não se divirtam para outra parte as*

*dietas que se remetem para este fim.*

*Que não sejam castigados, como até aqui, pela leve presunção de quererem desertar, sem evidente prova.*

Tratava-se da complementação de suas reivindicações, rogando que pudessem ter equipamentos para praticar a pesca, a qual poderia significar uma complementação em termos alimentares, mas que as autoridades não viam com bons olhos, tendo em vista a possibilidade da fuga; que não tivessem de ser trancafiados e recontados constantemente como era comum na maior parte dos lugares no Brasil; que pudessem se afastar do sul, quando houvesse substitutos ou estivessem com problemas de saúde; que os doentes fossem bem tratados e suas provisões não fossem desviadas; e que não fossem submetidos a castigos pela simples suspeita da intenção de desertar.

*Em nome do mesmo Corpo, por crédito dele e honra da nação, requerem e pedem que os que desertarem, roubarem, ferirem, causarem distúrbios e faltarem às suas obrigações, sejam logo punidos e castigados severamente, conforme a gravidade das suas culpas e Novas Ordenanças.*

*E que desta resolução que tomaram, obrigados da miséria e consternação em que se achavam, ou se lhe dê o nome de tumulto e levantamento (o que não é), ou de excesso, lhe conceda (...) o perdão de todas as forças que se praticam em semelhantes casos, para que em tempo algum possam ser castigados nem punidos [de modo que] possam sem temor restituir-se à obediência de seus oficiais (...) e continuar no real serviço com mais gosto, zelo e honra com que desejam empregar-se nele.*

Os dragões intentavam demonstrar que não estariam a cometer um delito, chegando a sugerir que os praticantes de crimes ou aqueles que faltassem aos seus deveres fossem efetivamente punidos. Mais uma vez falava alto o receio das represálias, buscando eles afiançar que não eram revoltosos e que, atendidos seus pleitos, pretendiam retornar tranquilamente aos seus papéis originais.

Este é apenas um exemplo de como pode ser levado o tema à sala de aula, ou seja, ensinando aos alunos que os antepassados remotos da ocupação lusa nas terras do extremo-sul passaram por apertos e severos obstáculos. Fome, frio, falta de melhores condições urbanas, iminente presença do inimigo, abandono e desabastecimento foram algumas das dificuldades por eles enfrentadas nas incessantes fainas de edificar o novo povoado. Rio Grande fora fundada a partir do presídio Jesus-Maria-José, em 1737, e fazia, portanto, apenas um lustro que os moradores ali estavam. As desgraças enfrentadas pelos militares refletiam os pesares de toda a população, de modo que o estudo dessas reivindicações serve muito a contento para verificar as reais condições de sobrevivência dos primeiros habitantes. Se a edificação de uma historiografia tendenciosa e as condições de ensino da história local e

regional são obstáculos, os professores podem e estão antepondo-se a eles buscando as possíveis soluções, que podem não ser as mais simples, mas se encontram à sua disposição.







# Um lugar para ensinar e entender a História - a Biblioteca Rio-Grandense



Não são muitas as cidades brasileiras cujos pesquisadores podem contar com grandes centros que tenham incorporado em seu patrimônio uma quantidade/qualidade incalculável de livros e documentos que interessam às mais variadas áreas do saber. A cidade do Rio Grande, no extremo sul do Brasil, pode se orgulhar de ser uma das que possui tal casa cultural, a qual responde pelo nome de Biblioteca Rio-Grandense. Em se tratando da ciência histórica, estes locais de preservação da memória e do patrimônio avultam ainda mais em importância, uma vez que armazenaram um manancial inesgotável de fontes, sem as quais não há como "fazer história". A citada biblioteca vem amalhando livros e documentação há quase cento e setenta anos, constituindo o maior acervo do contexto sul-rio-grandense e um dos maiores do país.

Além de acondicionar tal acervo, a Biblioteca Rio-Grandense, ao longo do tempo, agiu como um verdadeiro centro cultural cidadão, organizando variadas atividades que serviram à difusão da leitura, da educação e da cultura em geral. Dentro desse estabelecimento público se daria a gênese e/ou o funcionamento de várias instituições educacionais/culturais rio-grandinas. Ademais, cabe salientar que, em suas mesas e cadeiras, estiveram e, com seus funcionários e diretores, agiram e interagiram pesquisadores dos mais variados matizes: fossem estudiosos, cientistas e intelectuais, fossem jovens estudantes em busca de alguma pesquisa escolar. Sendo assim, pela importância de tal local, os pesquisadores em história

são "fregueses de caderno" dessa Biblioteca, cujo acervo atuou diretamente na formação de várias gerações de historiadores no âmbito local, regional, nacional e até internacional, servindo à confecção de inumeráveis monografias, dissertações e teses.

A Biblioteca Rio-Grandense oferece tão variada gama de referencial bibliográfico e documentação que seu acervo atende às várias áreas do saber humano. No que tange aos historiadores, as possibilidades de pesquisa são infinitas e, em se tratando do ensino da História, o acervo pode servir aos mais diversos enfoques, de acordo com as perspectivas que vêm ampliando cada vez mais as possibilidades de abordagem de tal processo de ensino/aprendizagem<sup>115</sup>. Dessa maneira, por meio da documentação presente na Biblioteca, a História pode ser analisada sob os mais variados prismas, bem a contento com as tendências que visam promover o contato direto/indireto do alunado com o documento histórico.

A utilização de documentos em sala de aula é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido de análise histórica. Nessa linha, o contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise por ele originada, a fim de fortalecer sua capacidade de raciocinar, baseado em uma situação dada<sup>116</sup>. A utilização de documentos em uma perspectiva metodológica dialógica propicia o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem que tem como pressupostos a pesquisa, o debate e a formação do espírito crítico e inventivo. Sendo assim, a problematização no processo de ensino poderá ocorrer a partir de variadas fontes, por meio das quais diversos pontos de partida poderão conduzir a um conjunto de testemunhos de época que possibilite a exploração de temas significativos para a formação do aluno<sup>117</sup>.

---

<sup>115</sup>Dentre as várias possibilidades de abordar o ensino da História, observar aquelas destacadas em: ABUD, Kátia Maria et alii. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.; e PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.

<sup>116</sup>SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2009. p. 116.

<sup>117</sup>FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. 11.ed. Campinas: Papirus, 2010. p. 217.

Um breve relato sobre a própria história da Biblioteca e a respeito da formação e atual disposição do acervo pode permitir ao professorado (re)conhecer a vasta documentação que se encontra à disposição para promover o ensino de História. Além disso, manter as portas desse estabelecimento sempre abertas com as metas primordiais de promover a propagação da leitura e a difusão da cultura tem sido a luta incansável da Biblioteca Rio-Grandense desde as suas origens até a contemporaneidade. Ao final da primeira metade do século XIX, o Brasil começava a dar os passos iniciais em direção à estabilidade, como Estado Nacional Imperial. À mesma época, o Rio Grande do Sul passava por um processo de reedificação, após um decênio de guerra civil, e a comunidade do Rio Grande, elevada à categoria de cidade há pouco mais de uma década, iniciava sua caminhada na direção de se tornar o principal entreposto comercial sul-rio-grandense. Exatamente nesse contexto, surgiu a Biblioteca Rio-Grandense.

Tal edifício, fundado a 15 de agosto de 1846, como um Gabinete de Leitura, idealizado por João Barbosa Coelho e assessorado por mais de duas dezenas de cidadãos presentes na urbe portuária, estabeleceu o gérmen que só tendeu a crescer e proliferar a cultura pelo Rio Grande, pelo Rio Grande do Sul, pelo Brasil e até pelo mundo. Reunir livros e colocá-los à disposição da comunidade foi um passo fundamental para a necessária reconstrução de espíritos, em uma época em que o país, aos poucos, saía de uma série de guerras internas no Rio Grande do Sul, o qual se encontrava agitado por dez anos de Revolução Farroupilha. A partir de então, essa casa de leitura iniciaria sua caminhada, orientada pelo espírito comunitário e associativismo na difusão da cultura. As dificuldades foram muitas, mas o caráter empreendedor da diretoria original pareceu ter impregnado as estruturas do Gabinete de Leitura, que sobreviveu às mais variadas intempéries. De um destes obstáculos - uma dívida que ameaçou a sua própria existência - nasceu uma das mais importantes transformações da vida do Gabinete: em 1878, sob a orientação do Barão de Vila Isabel, foi realizado um verdadeiro saneamento e aprimoramento da instituição cultural, a qual passou a denominar-se Biblioteca Rio-Grandense.

As vivências culturais da Biblioteca Rio-Grandense vêm sendo marcantes em vários cam-

pos de atuação. Ao colocar seu acervo à disposição da comunidade em geral, a Biblioteca passou a ser denominada pelo epíteto de "Pública", embora, desde a sua criação, tenha se constituído em uma instituição de caráter privado, sustentada somente a partir da contribuição de seus sócios.

No entanto, o referido local se tornou conhecido como "público", tendo em vista o amplo serviço que prestava no atendimento à população, desde estudiosos e cientistas das mais variadas áreas do conhecimento humano, até crianças em processo de alfabetização. Além disso, nas dependências da Biblioteca, já foram ministradas aulas públicas, formando-se muitos trabalhadores que não tinham condições de acesso ao estudo regular.

Nela, também tiveram origem as primeiras experiências no ensino superior citadino e seu acervo serviu à legitimação de vários cursos em fase inaugural, o que viria a constituir a Universidade Federal do Rio Grande. Outras tantas instituições viriam a nascer no seio dessa casa de cultura, como, por exemplo, a Academia Rio-Grandina de Letras. Publicações de obras raras, palestras e exposições, entre outras atividades, completaram tal quadro de ebulção cultural promovido a partir da Biblioteca.

A ampla atuação promovida nesse ambiente pode ser denotada pelas metas que seu estatuto traçava para a entidade à metade do século XX: manter, em sua sede, uma biblioteca pública para a leitura de livros, jornais e revistas; difundir a instrução por meio de aulas gratuitas, abrangendo os cursos primário e secundário, além de outros de caráter teórico e especializado, quando a criação fosse oportuna; organizar arquivos, museus e coleções em geral; criar e manter bibliotecas circulantes ou filiais no município do Rio Grande ou fora dele; fomentar o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes, fundando e auxiliando a manutenção de centros de estudos e pesquisas; montar oficinas de encadernação e tipografia para os serviços próprios e preparo de profissionais; estabelecer um pequeno observatório astronômico; proteger, por todos os meios ao alcance, a fundação de bibliotecas em outras localidades do país, principalmente no estado; e adquirir, arquivar ou imprimir originais literários ou artísticos, podendo também reimprimir livros raros e editar jornais ou revistas<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup>BARRETO, Abeillard. Patrimônio cultural do Brasil. In: Correio do Povo, Porto Alegre, 26 abr. 1946.

Após anos de sucessivas batalhas e constante crescimento de acervo, com seguidas mudanças de localização, a Biblioteca veio a conquistar definitivamente o espaço de sua sede. Mantendo seu espírito privado, ao final do século XIX, a Biblioteca adquiriu, por compra, o prédio da Intendência Municipal e, desde então, vem promovendo reformas e ampliações sempre necessárias para a alocação de seu imenso acervo. Nesse sentido, a mais importante dessas reformas ocorreria na gestão de Abeillard Barreto, o qual promoveu uma reordenação estrutural na instituição, no que tange ao prédio, ao acervo e aos ditames administrativos, o que resultou em uma estrutura física e organizacional bastante próxima à existente na contemporaneidade.

Ao longo do tempo e sob os mais variados matizes historiográficos, foram muitos os historiadores que ressaltaram a relevância da Biblioteca Rio-Grandense: afirmou-se que ela significava o conjunto de todos os pensamentos humanos transladados em livros, que foi através dos séculos, incitar as gerações a prosseguir na trilha luminosa da ciência e das letras, oferecendo um refúgio sagrado às almas sedentas por um futuro mais vasto. Desse modo, tal instituição, escudada no seu passado, tinha direito a uma parte das simpatias dos homens de boa vontade<sup>119</sup>. Foi dito também que, ao se observar o seu acervo, seriam vistas as raridades, as preciosidades, os valores altíssimos, intrínsecos, e, mais ainda, estimativos, que opulentavam e enobreciam aquela casa, em uma riqueza imensa que esta, de portas abertas, dava a todos quantos desejassem maravilhar-se na beleza e enriquecer-se na utilidade dos seus tesouros<sup>120</sup>.

Essa casa cultural se sobressaiu ainda por sua atuação no cenário cultural do Rio Grande do Sul, tendo em vista que influiu na formação de grande número de intelectuais e facultou o estudo de obras raras a cientistas de renome<sup>121</sup>. Além disso, foi reconhecida fora do

---

<sup>119</sup>RODRIGUES, Alfredo Ferreira. 15 de agosto de 1846. In: 15 D'Agosto - número único comemorativo do 40º aniversário da Biblioteca Rio-Grandense. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1886. p. 2.

<sup>120</sup>FONTOURA, Edgar. A Biblioteca Rio-Grandense. Rio Grande: Oficinas do Rio Grande, 1933.

<sup>121</sup>BARRETO, Abeillard. Uma iniciativa benemerita. In: Correio do Povo, 17 abr. 1946.

Brasil por se corresponder com eminentes bibliógrafos, constituindo, enfim, uma instituição que honrava a sua cidade e enaltecia a sua cultura<sup>122</sup>. Dessa maneira, considerava-se que era com a sensação plena de responsabilidade cumprida e com tal ânimo que a Biblioteca Rio-Grandense contribuía com a grandeza e a felicidade do Brasil, em uma permanente vigilância pelos foros de civilização do país e em um continuado esforço em prol da inteireza moral e do progresso material da nação<sup>123</sup>. Esse estabelecimento foi apontado ainda como uma venerável instituição, a qual plasmou, ao longo de sua existência, um papel indelével como depositária da cultura, do conhecimento e das experiências individuais e coletivas da humanidade<sup>124</sup>.

Atualmente, a Biblioteca Rio-Grandense [Figura 1] conta com aproximadamente quatrocentos e cinquenta mil livros, além de um acervo formidável de documentos em geral. Também merece destaque sua coleção de jornais, notadamente uma das mais completas, quanto aos jornais gaúchos e rio-grandinos que circularam desde os primórdios do século XIX. Afora ser a mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul, a instituição ainda permanece como a de maior acervo no contexto estadual e é uma das maiores na conjuntura nacional. No que tange ao ensino e à pesquisa de natureza histórica, dentre os vários arquivos, fundos e coleções específicas que compõem a Biblioteca, podem ser destacados:

---

<sup>122</sup>MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Um centenário. In: Rio Grande, 18 maio 1946.

<sup>123</sup>BARRETO, Abeillard. Vigilância permanente e esforço continuado. In: Correio do Povo, 27 abr. 1946.

<sup>124</sup>ALVES, Francisco das Neves. Biblioteca Rio-Grandense: textos para o estudo de uma instituição a serviço da cultura. Rio Grande: Ed. FURG, 2005. p. 5-6.



Biblioteca  
Rio-Grandense  
[Figura 1]

Sala Silva Paes -  
coleção de  
aproximadamente  
dez mil títulos sobre  
a formação do Estado  
do Rio Grande do  
Sul, o que se  
constitui em uma das  
mais completas obras  
a respeito do tema  
[Figura 2].





- Sala Abeillard Barreto - reúne aproximadamente seis mil títulos herdados do historiador que dá nome à Sala, a qual contém principalmente obras sobre História do Rio Grande do Sul e do Brasil [Figura 3].



- Sala de Obras Raras - coleção de aproximadamente três mil títulos, a qual contém obras editadas desde o século XIV [Figura 4].



Sala Almirante Tamandaré - formada por aproximadamente quatro mil títulos. Especializada em obras ligadas à História da Marinha e às Artes Náuticas [Figura 5].

Arquivo Montenegro - coleção de aproximadamente dois mil títulos, uma das mais completas acerca da Guerra do Paraguai, a qual, além do acervo bibliográfico, reúne centenas de documentos, fotografias e gravuras colecionadas pelo historiador José Arthur Montenegro.

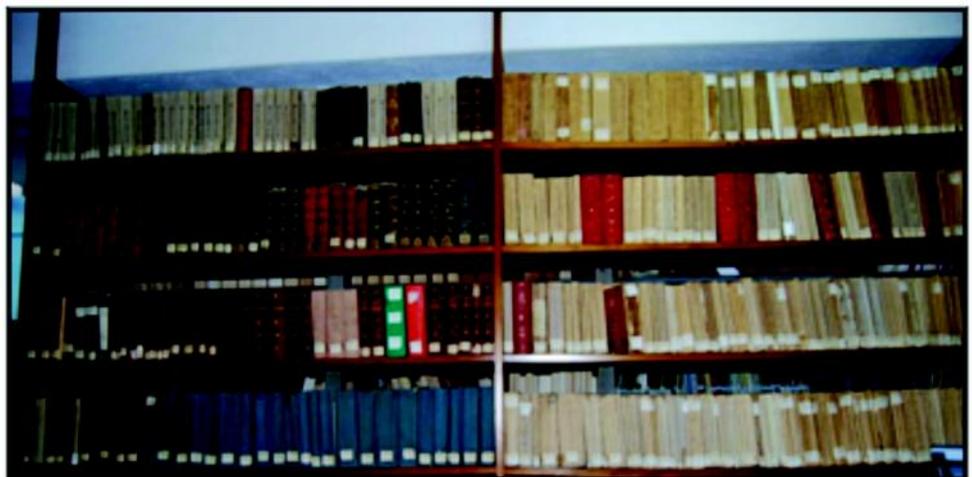
Coleções de várias pastas ministeriais brasileiras, com destaque para a do Ministério das Relações Exteriores do século XIX. Coleção Agostinho José Lourenço, que constitui um dos mais ricos acervos de jornais sul-rio-grandenses, com coleções completas de periódicos que circularam no Rio Grande do Sul durante os séculos XIX e XX [Figura 6].

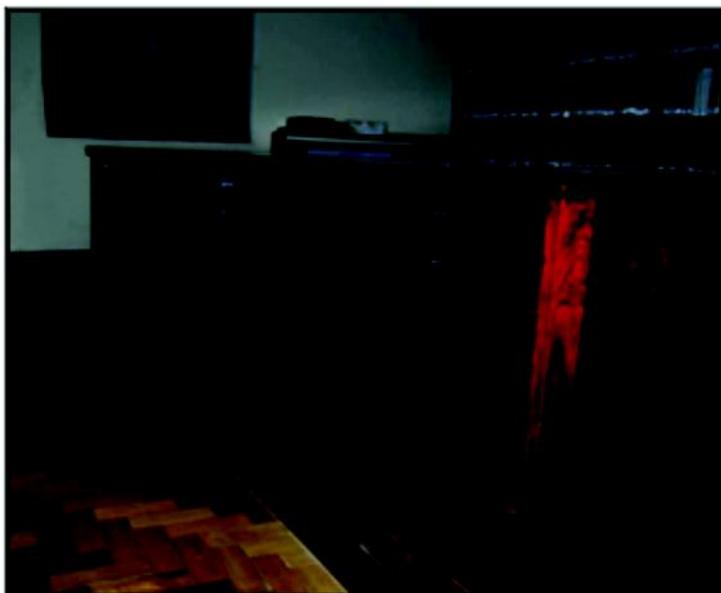




Coleção do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro - a única completa do país [Figura 7].

Coleção de fotografias - reúne mais de 3000 fotografias com destaque para as que envolvem a paisagem urbana no contexto citadino e estadual. Coleção das Leis do Império e da República do Brasil [Figura 8].





Mapoteca - com mais de dois mil mapas e plantas, envolvendo contextos locais, regionais, nacionais e internacionais [Figura 9].

A riqueza bibliográfica e documental se estende infinitamente ainda ao acervo geral, cujas formas de acondicionamento foram bem elaboradas ao longo do tempo, como o caso das gavetas que, economizando espaço, armazenam uma quantidade extraordinária de panfletos, livretos e brochuras em geral [Figura 10].



Para os historiadores, um dos pontos mais fundamentais do acervo da Biblioteca Rio-Grandense é a coleção de jornais. Como arquivos do cotidiano, os periódicos constituem uma das mais importantes fontes históricas, tendo em vista que acompanham as sociedades desde as vivências mais comezinhas até os fundamentos mais estruturais/conjunturais.

Nesse sentido, o conjunto da hemeroteca da referida instituição é de ampla abrangência, a qual inclui títulos de periódicos de praticamente todas as unidades brasileiras, como pode ser observado no quadro seguinte. Tal acervo compreende ainda um grande número de revistas e jornais de várias cidades no âmbito internacional, como Londres, Paris, Lisboa, Braga, Berlim, Milão, Budapeste, Viena, Buenos Aires, Montevideu, Rivera, entre tantas outras.

**Número de títulos de jornais no acervo da Biblioteca  
Rio-Grandense por unidades brasileiras (definidas pelas siglas)**

RS 1.535	SP 762	RJ 635	MG 379
PE 243	BA 212	PR 94	CE 80
MA 76	PA 71	SC 66	AL 65
RN 58	PB 45	SE 42	MT/MS 38
AM 34	ES 33	GO 23	PI 11

A enorme quantidade de encargos e taxações que recaem sobre a Biblioteca Rio-Grandense vem sendo um de seus maiores obstáculos. Grande parte de sua já precária arrecadação, toda ela advinda da contribuição dos sócios, acaba destinada ao pagamento de tais exigências, de modo que pouquíssimo resta para a manutenção do prédio e do acervo e, menos ainda, pode ser destinado a investimentos. Nesse sentido, o grande trabalho das

diretorias tem sido o de manter o acesso à Biblioteca franqueado à comunidade, para dar continuidade a sua luta em prol da cultura. Porém, mesmo esta empreitada não tem sido das mais fáceis, tendo em vista os enormes óbices que, dia a dia, têm de ser enfrentados no que tange à conservação do prédio e do acervo.

Ainda assim, a referida casa de cultura continua empreendendo sua caminhada ao franquear seu acervo aos pesquisadores e estudantes. Ademais, luta para manter aceso o interesse pela leitura, principalmente de parte da infância e da juventude, havendo, inclusive, constantes visitas de escolas, referendadas ultimamente através de convênio assinado com a Secretária de Educação. A partir do qual, pretende-se criar futuros mecanismos de atração ao público leitor, estimulando os jovens ao contato com os livros. Desse modo, a Biblioteca Rio-Grandense constitui um espaço fundamental em que pode ser empreendida a pesquisa histórica, com a qual o professorado pode obter instrumentos essenciais à preparação de sua aula e permitir o contato dos alunos com os documentos de natureza histórica.

Tal momento com a documentação pode e precisa ser mediado pelo professor, pois somente ele tem o conhecimento acerca dos possíveis alcances desse tipo de trabalho, bem como a respeito das potencialidades de seu alunado, no que tange à abstração/compreensão em relação às fontes e, fundamentalmente, o cuidado que é necessário em relação a sua conservação. Nesse contexto, os documentos se tornam importantes como um investimento ao mesmo tempo afetivo e intelectual no processo de aprendizagem, mas seu uso será equivocado, caso se pretenda que o aluno se transforme em um "pequeno historiador". Disso decorrem os cuidados que o professor precisa ter para transformar "documentos" em materiais didáticos<sup>125</sup>. Realizada tal mediação e tomadas as devidas precauções, o professor terá amplas possibilidades de preparar sua aula e levar ao alunado fontes ou informações prestadas, de forma parcial ou integral. Para tanto, o docente carece de um centro cultural que lhe dê tal suporte e, nesse sentido, a Biblioteca Rio-Grandense desempenha com excelência o papel de um lugar para ensinar e entender a História.

---

<sup>125</sup>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 328-329.







## **Aprendendo História em praça pública -**

articulações entre  
patrimônio cultural,  
ensino de História  
e turismo.



Ensinar nos dias de hoje não é um processo fácil e ensinar História, com todas as dificuldades impostas ao professor, as quais vão desde a carência de carga horária ao desinteresse do alunado, passando por tantos outros graves obstáculos, vem se tornando uma empreitada cada vez mais complexa. Métodos, técnicas, estratégias tradicionais, inovadoras, alternativas vêm sendo empregadas em larga escala, mas os resultados nem sempre são os desejados. Dentre as possibilidades de encaminhamento de procedimentos para promover o estudo da História nas escolas, podem estar as visitas às praças públicas. Os óbices ainda são muitos, como a questão do deslocamento - às vezes com necessidade de transporte - os constantes riscos que a agitada vida urbana coloca em pauta e a possível indisciplina dos alunos. Porém, as "saídas de campo", em alguns casos "passeios", vêm sendo utilizadas pelos docentes como uma alternativa ao dia a dia na sala de aula.

As motivações para ir às praças públicas podem ser de várias naturezas, como a visitação a um local que está sempre à disposição, independente de horários, formas de atendimento ou possíveis custos de ingresso, e as amplas possibilidades de contato com o patrimônio histórico e cultural cidadão. Desse modo, a partir de tais espaços públicos, torna-se viável ensinar e desenvolver raciocínios a respeito da historicidade do lugar e do papel deste na história da comunidade como um todo. Não se trata de reviver as "aulas peripatéticas" da antiguidade clássica, quando os pensadores debatiam com seus discípulos, mas sim de criar

uma nova possibilidade de interface nas relações professor-aluno-ensino.

O conhecimento do patrimônio histórico constitui um elemento constitutivo fundamental para que uma cidade venha a ter uma de suas potencialidades econômicas promovidas, por meio das atividades turísticas. Isso porque, para o desenvolvimento do turismo, um dos passos essenciais é que a comunidade local conheça a própria cidade e cultura patrimonial para que, a partir de tal compreensão, possa ter melhores condições de receber os visitantes. Nesse sentido, as articulações entre o ensino da História, a apreensão sobre o patrimônio cultural e o aprimoramento das lides turísticas podem constituir uma estratégia fundamental para o progresso do todo, ou seja, ampliar as possibilidades de ensino, valorizar o patrimônio e promover o turismo.

A cidade do Rio Grande, a mais antiga na conjuntura sul-rio-grandense tem um propalado orgulho e inclusive apresenta como slogan o dístico "cidade histórica" e, portanto, pode ser um campo fértil para os projetos que visem articular ensino de História, patrimônio cultural e práticas turísticas. São diversos os espaços públicos no contexto citadino propícios para tanto, com destaque para a Praça Xavier Ferreira, localizada bem no centro histórico citadino e cercada por alguns dos mais importantes patrimônios arquitetônicos municipais, além de ela mesma ser prenhe de manifestações de cultura patrimonial. Nessa praça, tudo "tem história", passando pelos grãos de areia, os bancos, o chafariz, o lago e o conjunto estatuário nela presente. Desse modo, ela constitui por si só um espaço vivo para ensinar e aprender História, valorizar o patrimônio e, a partir daí, potencializar o turismo. No âmbito dessa praça são vários os possíveis destaques em termos de promover essas inter-relações e uma das estátuas encerra em seu âmago a essência de tais interconexões. Trata-se da Estátua (ou Coluna) da Liberdade e toda sua carga de histórias e significados.

Assim, tais interfaces entre ensino, patrimônio e turismo podem ser plenamente praticadas em praça pública e em relação a uma de suas obras estatuárias, tendo em vista que o espaço escolar, dentro ou fora da sala de aula, pode vir a constituir um ponto de encontro de um feixe contraditório de experiências. Os valores, coisas e símbolos "herdados" das gerações passadas constituem o patrimônio cultural de uma sociedade, ou mesmo, considerando

sua amplitude, da própria humanidade como tal. Dessa maneira, aqueles elementos que um dia tiveram uma função prática ou instrumental, com o passar do tempo, tornam-se um documento material para conhecer o passado. Isso porque todas as sociedades estabelecem elos de continuidade ou de ruptura cultural em relação ao passado, aos elementos materiais deste (monumentos, edifícios, objetos cotidianos, paisagens), aos objetos de arte (pinturas, esculturas, repertório poético e musical) e aos eventos imateriais (festas, lendas, danças coletivas, receitas culinárias)<sup>126</sup>. Nesse contexto, pode o professor fazer o papel de articulador entre a História e o patrimônio, ao promover um processo de conscientização patrimonial e, por conseguinte, possibilitar que gerações as quais, melhor conhecendo sua comunidade, terão mais condições de atender às demandas do turismo. No contexto rio-grandino, a Estátua da Liberdade pode constituir um microcosmo no universo de tais possibilidades.

Ao longo da história da humanidade, a edificação de monumentos tem sido uma marca peculiar a quase todas as sociedades. Desde a Antiguidade, a arte monumental acompanharia *pari passu* as vivências das mais variadas comunidades humanas, de modo a trazer, em seu significado, rastros das formas de agir e pensar de agrupamentos sociais de diferentes épocas. Erguer estátuas constitui um dos mais notórios atos em se tratando de monumentos, mormente no que tange à perpetuação de imagens, modelos ou sentidos intrínseca ou extrinsecamente vinculados a pessoas, grupos, acontecimentos e/ou processos históricos. A pedra e o metal, ao adquirem formas pelas mãos do escultor, dariam a ideia de que a memória, sempre etérea, poderia, daquela forma, consolidar-se por meio da estátua.

A arte estatuária chegaria ao Brasil como mais uma das suas "heranças coloniais", de modo que o hábito europeu acabaria ganhando terreno fértil nos trópicos. Desde o alvorecer do novo país, as estátuas passariam a ter um papel significativo na afirmação da nacionalidade ou de diferenciados agrupamentos político-partidários, ideológicos, socioeconômicos, artístico-culturais ou religiosos, espalhando-se ao longo do território brasileiro com conotações

---

<sup>126</sup>NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Novos temas nas aulas de história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 83-4.

e nuances que iam do nacional ao regional e até ao local. Tal fenômeno se reproduziria no Rio Grande do Sul, e também na cidade do Rio Grande, a qual, ao longo de um certo tempo, foi uma das mais progressistas comunas sulinas. Durante as etapas históricas de avanços econômicos, notadamente, no campo comercial e industrial, tal urbe portuária chegou a ser denominada de "cidade das estátuas", tamanha a quantidade desse tipo de arte erigida pelas ruas, desde as manifestações mais simples até monumentos estatuários amplamente reconhecidos pela sua magnitude.

Foi assim que na cidade do Rio Grande ergueram-se grande quantidade de bustos e hermas, homenageando indivíduos aos quais foram atribuídos certos níveis de notoriedade, fosse cidadão, provincial/estadual ou nacional. Foram erigidos também monumentos mais sofisticados, entre eles a Coluna da Liberdade (a qual celebra a abolição da escravatura e a república) e os alusivos a Bento Gonçalves (líder na Revolução Farroupilha), José da Silva Paes (fundador da cidade), Marcílio Dias (marinheiro que morreu na Guerra do Paraguai) e Barão do Rio Branco (diplomata brasileiro). Todas essas estátuas foram erigidas com um sentido histórico específico, voltadas a determinados significados sociais. Muitas delas mantêm alguns desses sentidos, por vezes adaptados e/ou metabolizados aos novos tempos. Esse é o caso do Monumento a Bento Gonçalves, venerado durante a semana farroupilha, do erigido a Silva Paes, palco das homenagens promovidas nos aniversários cívicos e do erigido a Marcílio Dias, alvo de atenções nas atividades desenvolvidas pela Marinha.

Já outros desses monumentos, progressivamente, foram perdendo seus pontos de interação com a sociedade e, muitas vezes, ficaram praticamente esquecidos. Este é o caso da Estátua a Rio Branco, fixada em uma praça que só muito recentemente começou a ser revitalizada, entregue que estava à marginalização urbano-social, e da Estátua da Liberdade, a qual está em uma das mais importantes praças da urbe, mas ficou praticamente abandonada no alto de sua coluna. A história desse monumento é cheia de idiosincrasias e contradições desde a sua concepção, passando pela instauração da pedra inaugural e chegando à cerimônia de inauguração. Tal processo ocorreu no ano de 1889 e acompanhou exatamente a transição da monarquia à república, fenômeno que teria consequências indeléveis no sentido

e no significado da Estátua. Por linhas tortas, a Coluna acabaria por constituir-se na primeira homenagem monumental à nova forma de governo erguida em praça pública, considerando todo o país. Quando erigida e por várias décadas, ocuparia uma posição de destaque no centro citadino, mas, com o passar do tempo e o crescimento da urbanização, perderia notoriedade, a ponto até de ser anulada muito de sua visibilidade em relação ao cenário onde se encontra.

As estátuas são monumentos erguidos em nome da recordação de personagens e/ou fatos junto à memória coletiva. O maior intento desse tipo de homenagem constitui a perpetuação em pedra ou metal daquele ou daquilo que se deseja venerar. A ideia fundamental é a da rememoração histórica, de maneira que os feitos do passado possam vir a inspirar as gerações futuras, normalmente através de exemplos de moral, civismo e/ou fé patriótica<sup>127</sup>. A arte estatuária possui um sentido e um alcance tamanhos, os quais a transformam em um documento de extremo valor para a interpretação do passado<sup>128</sup>. Ela tem, portanto, forte influência no processo de construção da memória, a qual, por sua vez, é constituída por acontecimentos vividos pessoalmente ou socialmente e pela presença de pessoas ou personagens pertencentes ao mesmo espaço-tempo ou conhecidas indiretamente e, por último, pelos lugares<sup>129</sup>.

No caso da Estátua da Liberdade, houve uma relativa perda de significado com o passar das décadas, advindo daí a necessidade de projetos que venham a restabelecer o valor de tal obra, a fim de recuperar seus sentidos e reconstruir suas conexões com a sociedade, restabelecendo possíveis interfaces com a memória social que se esvaeceram ao longo do tempo. Tal perspectiva vem ao encontro da tendência crescente de revalorização do patrimônio cul-

---

<sup>127</sup>ALVES, Francisco das Neves. Quando as estátuas descem do pedestal - caricatura e estatuária no Rio Grande do Sul: breves relatos históricos. In: Imprensa, caricatura e historiografia no Rio Grande do Sul: ensaios históricos. Rio Grande: FURG, 2006, p. 89.

<sup>128</sup>DUBBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 136-7.

<sup>129</sup>POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos históricos. v. 5. n. 10. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 201-2.

tural, do qual a Coluna da Liberdade é um significativo fragmento. Esse intento será realizável através de uma planificação multidisciplinar, a qual envolva profissionais de várias áreas do conhecimento que atuem como agentes em tal projeto, tais como a História e o ensino desta, a escultura, a arquitetura, a arte, a urbanização, entre tantas outras. Um dos elementos constitutivos também fundamentais nessa ação de revitalização patrimonial é a associação entre o ensino da História e o turismo, pois, por meio dele, pode dar-se a viabilização do projeto, tanto no que respeita aos fundamentos socioculturais, quanto no que tange aos econômico-financeiros.

A cidade do Rio Grande, que tanto tem apelado para os seus vários "marcos de pioneirismo" no contexto gaúcho, não pode deixar de lado o primeiro monumento brasileiro a homenagear a república, que está encravado no coração do centro histórico citadino e tem amplas possibilidades de servir ao ato de ensinar História, como, através deste, tornar-se também uma atração turística. Tal perspectiva vem ao encontro da tendência de uma verticalidade temporal em se tratando de monumentos<sup>130</sup>, já que eles buscam tornar viva a memória de algo importante e identitário socialmente, ou seja, eles têm, necessariamente, como mediadores a memória construída e a História. Dessa forma, o monumento, em seu momento fundador, tem função de memorizar o passado ou de informar sobre o presente. Com a mediação da memória ou da história ou, simplesmente como objeto de estímulo à sensibilidade artística, à fome de arte, ele continua a ser construído e a desempenhar seu papel educador, exaltando o passado ou monumentalizando o presente<sup>131</sup>

Assim, o primeiro grande passo no sentido de revalorizar a Coluna da Liberdade passa inevitavelmente pela conscientização dos estudantes e, a partir deles, dos habitantes em geral. Renovados tais paradigmas em termos citadinos, poder-se-á buscar a fruição e a

---

<sup>130</sup>BOYER, Marc. História do turismo de massa. Bauru: EDUSC, 2003, p. 61-2.

<sup>131</sup>MENESES, José Newton Coelho. História & turismo cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 31-3.

interação entre o turista e o lugar. É também essa forma de interação que indicará os tipos de turismo que podem ser mais adequados para otimizar a proteção ao meio ambiente natural e a cultural do núcleo receptor, indo de encontro a um preconceito apriorístico que deposite no turismo cultural a expectativa de paz e harmonia, como até há algum tempo passado<sup>132</sup>. Nesse sentido, os investimentos feitos em direção à restauração física e imagética da Estátua da Liberdade poderão trazer retornos consideráveis, à medida que tal monumento venha a ser mais uma peça voltada ao melhor entendimento de parte do alunado do próprio passado histórico e, por conseguinte, ao aprimoramento das lides turísticas de cunho cultural.

Dessa maneira, essa nova inserção do monumento em questão pode estar relacionada aos avanços que o turismo cultural vem cada vez mais sentindo. Esse fenômeno advém da intensificação do processo de globalização, em que passa a crescer o interesse das pessoas pelo próprio passado histórico, bem como por outras culturas e pelas origens da humanidade. Tal motivação em busca das origens, em nível tanto local quanto global, é fruto do aumento do tempo livre, que permite às pessoas pensarem em aspectos além de sua realidade imediata; bem como do maior acesso à informação, que facilita a busca por respostas, as quais só se satisfazem por meio do contato mais direto com o assunto pesquisado. Tendo em vista essa busca, nas últimas décadas, o turismo cultural assume um papel educativo, pelo qual se amplia e se consolida um conhecimento construído em processo complexo, o qual tem seu ponto culminante no contato direto do indivíduo com o seu interesse particular, seja este um sítio arqueológico, um museu, um monumento histórico, uma etnia, uma dança, um tipo de artesanato, entre outros<sup>133</sup>.

Nesse quadro, um ponto essencial para a revitalização da Coluna da Liberdade é o conhecimento da história da edificação desta, que pode ser aprimorado através de campanhas e aulas de História praticadas in loco. Foi em uma conjuntura prenhe de incertezas

---

<sup>132</sup>BARRETO, Margarita. *Cultura e turismo: discussões contemporâneas*. Campinas: Papyrus, 2007, p. 92.

<sup>133</sup>DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural - recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 36.

advindas da transição monarquia/república, período no qual se deu a construção do primeiro monumento em praça pública da cidade do Rio Grande. Após a abolição da escravatura, a Câmara Municipal cidadina, de predomínio conservador, achou por bem homenagear o evento com a construção de um monumento que demarcasse o 13 de Maio de 1888. Nessa linha, a 28 de setembro de 1889 ocorreu o assentamento da pedra fundamental, sendo a Estátua esculpida à mão pelo italiano Giuseppe Ravagnelli, no local onde seria alocada a Praça Dona Izabel. A obra foi sustentada por verbas públicas e subscrições populares. Aque-la mudança na forma de governo, no entanto, provocaria algumas alterações no significado do monumento. Os novos governantes decidiram que a Estátua deveria, além de homenagear a extinção do escravismo, cultuar a forma de governo inaugurada a 15 de novembro de 1889.

A ideia dos republicanos na esfera federal de eliminar as possíveis lembranças e alusões à forma de governo decaída se refletiu também no contexto local. A própria Praça D. Izabel teria seu nome trocado para Praça Municipal, depois, General Telles e, ainda mais tarde, Xavier Ferreira. A Estátua em homenagem à abolição e à república foi modelada com uma coluna de aproximadamente dez metros, um pedestal de quatro metros e meio e uma figura feminina de mais de três metros. O capitel apresenta folhas de acanto, em uma referência ao estilo coríntio, as quais, entrelaçadas, emolduram quatro faces indígenas que representam o povo brasileiro. A escultura feminina tem uma corrente rompida à mão esquerda, em analogia à liberdade e, à mão direita, um estandarte o qual simboliza a nacionalidade. As mudanças advindas da nova forma de governo ficariam demarcadas nas inscrições em cada uma das faces do pedestal, pois, diferentemente do original, sem referência à república, o que prevaleceu foi, "Humanidade", "Fraternidade", "13 de Maio - Igualdade" e, o anteriormente não previsto, "15 de Novembro - Liberdade".

A inauguração do monumento aconteceu um mês após a proclamação da república, às dezessete horas do dia 15 de dezembro de 1889. A solenidade foi marcada por um certo mal-estar, em função da ausência dos vereadores idealizadores da obra, que haviam sido destituídos, de modo que não houve convites especiais para o evento, ficando o anúncio deste a

cargo da imprensa da comunidade portuária. Os jornais registraram que houve grande presença popular no ato inaugural, presidido pelo Procurador da Câmara Municipal, com discursos e foguetórios. Além disso, foi tocada a Marselhesa, o que reflete a influência da República Francesa no pensamento das lideranças que dirigiam a jovem república instalada a 15 de Novembro<sup>134</sup>.

Nessa linha, desde projetada, a Coluna da Liberdade sofreria certos reveses advindos das disputas partidárias. Idealizada pelos membros do partido conservador, a Estátua foi aplaudida pela imprensa vinculada a tal grei, e contou com certa indiferença e até algumas críticas de ordem estética dos jornais ligados ao partido liberal. Com a chegada de um terceiro grupo ao poder, os republicanos, a partir de 1889, aumentaria a complexidade que marcava aquele contexto histórico, ainda mais com a exigência de última hora de parte destes de que o monumento homenageasse também a nova forma de governo, além da libertação dos escravos. O esvaziamento de autoridades públicas marcaria essas contradições partidário-ideológicas e, de certo modo, selaria os destinos da Estátua.

Mesmo assim, a Coluna da Liberdade, nos primeiros anos, parecia ter conseguido atingir seu lugar no seio da vida em sociedade, ocupando um espaço de destaque na praça central da urbe e bem à entrada da cidade, vistosa aos viajantes que chegavam pelas águas. Havia, assim, alguma interação entre a população e o monumento, como demonstra uma caricatura publicada em época próxima à inauguração deste, o que representa, de forma simbólica, que as pessoas poderiam se sentir bem próximas ao monumento<sup>135</sup> [Figura 1]. Dessa forma, a Estátua parecia participar do cotidiano dos rio-grandinos, ao ser incorporada à vida comum do dia a dia, ao menos do ponto de vista ornamental, como mostrava uma outra caricatura, a qual apresenta a coletividade em um dia de festa a enfeitar a Praça Municipal, onde estava o monumento integrado ao espírito festivo<sup>136</sup>[Figura 2].

---

<sup>134</sup>ALVES, Francisco das Neves. A Coluna da Liberdade. In: ALVES, Francisco das Neves; FUÃO, Juarez José Rodrigues. Estatuária na cidade do Rio Grande nos primórdios da República Velha (1889-1909). Rio Grande: FURG, 2005, p. 12-3.

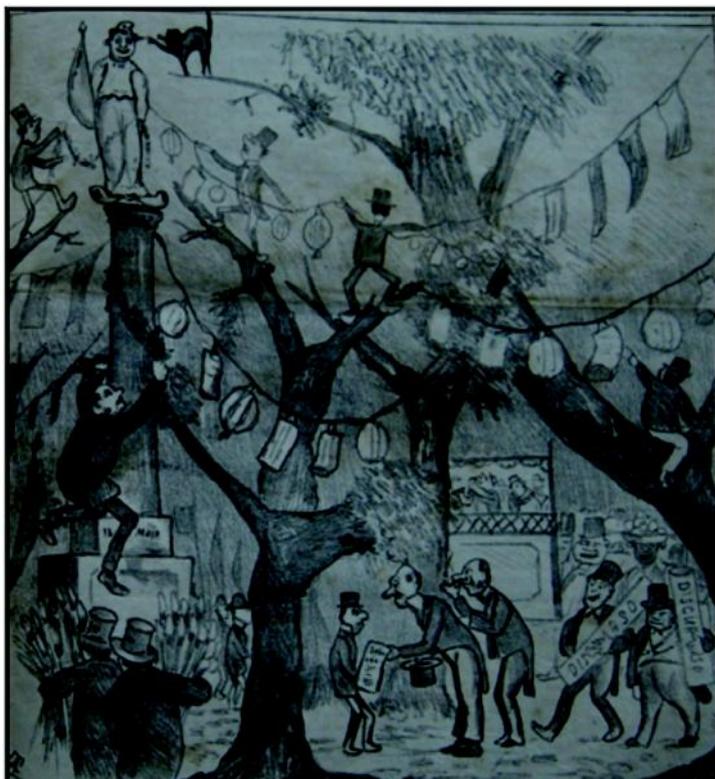
<sup>135</sup>BISTURI. Rio Grande, 22 de dezembro de 1889. p. 8.

<sup>136</sup>BISTURI. Rio Grande, 14 de setembro de 1890. p. 4.



- Figura 1 -

Ainda por décadas a fio, a Estátua da Liberdade iria ocupar lugar de relevância no cenário urbano rio-grandino, mantendo, se não a integralidade do seu significado original, ao menos, a visibilidade naquele contexto, como demonstrado através de registro fotográfico datado dos anos 1930 [Figura 3]. Nele, a Coluna ainda aparece majestosa no centro do cenário daquele espaço público que já mudara novamente, o qual veio a ser chamado Praça Xavier Ferreira, a partir de 1935, em uma homenagem a tal homem público, que atuara na elevação da vila à categoria de cidade. O monumento dominava o ambiente nos quais as pessoas praticavam o tradicional footing e ainda po-



- Figura 2 -

dia ser claramente vislumbrado a partir da orla portuária.

Com o passar do tempo, a Coluna da Liberdade viria a crescentemente perder espaço nos avanços urbanos e na vida agitada da cidade portuária, de modo que permanecia quase inerte ou, ao menos latente, com sua imagem cheia de símbolos. Lá continuava a se encontrar a figura feminina, a qual rompia os grilhões da escravidão e ostentava o pavilhão da nacionalidade, bem como, no capitel, permaneciam presentes as folhas de acanto e as quatro faces indígenas, as quais represen-



- Figura 3 -

tavam um povo que pouco participou tanto do 13 de Maio quanto (e muito menos) do 15 de Novembro [Figura 4]. O significado da Estátua, no entanto foi progressivamente se perdendo. Aos poucos, a imponência de sua altura deixaria de ser motivo de admiração, principalmente a partir de uma imagem que foi se desvanecendo no emaranhado do desenho urbano, com o crescimento das árvores e dos prédios nos arredores, de modo que ficou, muitas vezes, quase que escondida no alto de seus mais de quinze metros. Dessa forma, são poucos os ângulos em que, do solo, possa-se vislumbrá-la como um todo [Figura 5]. Erigida voltada para as águas, no sentido de aparecer aos visitantes que chegavam pelo porto, a fim de demonstrar o prestígio da urbe marítima, hoje em dia, a visão desta na perspectiva do cais é quase nula [Figura 6].

A memória quanto à Coluna foi se apagando com o tempo, o que pode ser apreendido, por exemplo, a partir da reação de alguns dos telespectadores de uma série de edições do programa "Rio Grande em História", produzido e exibido pela emissora da Universidade Federal do Rio Grande, sobre a estatuária na cidade do Rio Grande. Neste, muitos deles

manifestaram que jamais haviam olhado para cima e notado a Estátua da Liberdade, reação idêntica observada entre os transeuntes quando se realizava a gravação do citado programa. Mesmo quando se tentou revivificar ao menos um pouco do seu sentido, por meio de uma matéria jornalística publicada já em pleno século XXI, chamando atenção para os detalhes representativos do patrimônio histórico-cultural presentes na Praça Xavier Ferreira, no que tange à referência à Coluna da Liberdade, afirmava-se que a representação feminina ostentava um "barrete *frígido* à cabeça"<sup>137</sup>. Duplo erro, pois além do barrete que representa a república ser frígido, não frígido, não há nada cobrindo a sua cabeça. Difícil revitalizar um significado quando as informações prestadas pela mídia mais servem para confundir do que para esclarecer.

Quanto à preservação física, por sorte, a figura feminina se encontra no alto e, por conseguinte, longe da ação do vandalismo que não perdoou a base do monumento, embora a ação das intempéri-



- Figura 4 -

---

<sup>137</sup>AGORA. Rio Grande, 4 de setembro de 2002. p. 9.



- Figura 5 -



- Figura 6 -

es e da poluição faça sentir o seu efeito danoso. Restaram certas "lendas urbanas" quanto a algum "segredo" contido na inversão dos tijolos que compõem a base, resultado da tradição oral que, pouco a pouco, metabolizaria as informações quanto às mudanças promovidas nas inscrições originais. De tais escritos pouco permaneceu: na face de trás, nada consta; na face à direita do monumento aparece - "Glória aos autores das leis de..." (e o resto esvaeceu-se); na face à esquerda, disputando (e perdendo) espaço com as pichações, ainda aparecem os nomes dos promotores da Estátua (aqueles que, por ironia das circunstâncias, não estavam na inauguração); e, finalmente, na face de frente da Coluna, permanece apenas uma palavra registrada no mármore e, ainda que tênue, poderia significar ao menos uma mensagem derradeira à posteridade - FRATERNIDADE<sup>138</sup>[Figura 7, 8, 9 e 10].

As possibilidades de revitalização da referida Coluna, que a aloquem como um possível atrativo para ensinar História e, a partir daí, transformem-na em uma atração turística, são diversificadas e podem ser elaboradas, como já visto, por meio de uma visão multidisciplinar. Entretanto, apenas para iniciar o estudo, sob o viés do historiador, é possível apontar alguns pressupostos básicos à guisa de sugestão. Um dos pontos fundamentais é ressaltar o papel da Está-

---

<sup>138</sup>ALVES. 2005. p. 56.

tua no cerne do centro histórico rio-grandino. Tal questão é ainda mais vital pelo fato de a urbe ostentar, já há algum tempo, a alcunha de "cidade histórica", uma vez que é a mais antiga comuna rio-grandense, além de apresentar uma série de outras peculiaridades que lhe conferem certa primazia no contexto estadual.

Nesse sentido, a Estátua da Liberdade fica extremamente bem localizada, pois está em um lugar estratégico de uma cidade que, por si só, já é cheia de historicidade. As cidades históricas englobam em si paisagens urbanas a serem resguardadas para a preservação da própria identidade e das características particulares, através de um referencial de desenvolvimento e da elaboração de políticas. Dessa forma, a história dos edifícios, das ruas, das casas e dos moradores deve ser a base para o desenvolvimento sustentável das cidades históricas<sup>139</sup>. De acordo com tal perspectiva, a histórica Coluna rio-grandina fica alocada em meio à grande parte do patrimônio de cunho histórico-cultural da urbe, ou seja, está na Praça Xavier Ferreira, onde já se encontra o Monumento à Silva Paes e uma série de outras manifestações da arte estatuária, além de um tradicional e antigo chafariz e um lago. Já no entorno ou bem nas proximidades se encontram o cais do Porto Velho, o Mercado Público, a Biblioteca Rio-Grandense, os prédios históricos do Quartel General e o da Prefeitura Municipal, o Museu Sacro, a Catedral de



- Figura 7 -



- Figura 8 -

---

<sup>139</sup>DIAS. p. 95.



- Figura 9 -



- Figura 10 -

São Pedro, o histórico prédio da Alfândega e o Museu da Cidade, além de uma série de outros edifícios com relevância histórica e/ou cultural. Assim, a Estátua tanto poderia ser o mote principal quanto uma das partes desse cenário, nas aulas ministradas em praça pública.

Outro ponto essencial a ser destacado está ligado à manutenção física do monumento. A Estátua em si e boa parte da Coluna precisam passar por um processo de limpeza, com a eliminação dos resquícios e malefícios impostos pelas condições climáticas e pelos agentes da poluição. Quanto à base, é necessário todo um trabalho de restauro e eliminação das ações vandálicas e de pichações e, caso as condições técnicas possibilitem, a recuperação das inscrições originais. Tal restauro deve se embasar na maior fidelidade possível ao original no que tange a formas e cores, além de tomarem-se as devidas providências para que haja a maior longevidade possível de tais reparos. Após essa fase, deverão ser desenvolvidos mecanismos que evitem novas depredações ou a ação dos pichadores. É claro que essa não é uma empreitada fácil e tem sido um dos grandes obstáculos às autoridades na defesa do patrimônio, mas só será realizável a partir de uma ampla planificação que vai desde o concreto, com a ampliação da segurança pública até o mental/intelectual, com campanhas de conscientização em geral e junto às comunidades es-

colares em particular.

Um outro elemento constitutivo relevante para a revalorização da Coluna da Liberdade seria uma espécie de "realocação" no espaço urbano, ou seja, uma mudança de cenário. É evidente que não há como pretender que a Estátua volte a desfrutar do ângulo de visão que tinha à época da edificação e por décadas a fio. A evolução urbana é inexorável e os prédios levantados no entorno são uma realidade inamovível, ainda mais numa das zonas mais valorizadas da cidade, em termos imobiliários. Mas é possível realizar o processo inverso, como no caso de se utilizar algumas das vistas desses prédios para uma melhor apreciação da Praça Xavier Ferreira e da própria Estátua, uma vez que nem todos os edifícios são residenciais e, alguns deles são públicos, ou de visitação pública, revelando certos ângulos admiráveis, que poderiam ser apreciados no caso da proposta aula em praça pública e, é claro nas visitas às edificações do entorno. A própria arborização que também bloqueia a visão do monumento pode ser revisada. Claro que não há a necessidade da eliminação das árvores, até porque elas, a seu modo, também fazem parte do acervo patrimonial da praça, mas sim de um ajuste no sistema de podas, abrindo novas possibilidades de visualização da Coluna, numa plena harmonia entre o patrimônio histórico, cultural e ambiental.

Ainda é possível que se estabeleça um sistema de painéis nos arredores da Estátua da Liberdade, sem que se prejudique o patrimônio original ou mesmo a passagem das pessoas. No caminho em direção ao monumento há uma pérgula, espaço especial com bancos e ponto de passagem, e, mais próximo dele, um ambiente amplo e aberto que comportariam tal estrutura [Figuras 11 e 12]. Nesses painéis poderiam ser colocadas informações acerca da Estátua, explicando os motivos de sua edificação e todo o conjunto de controvérsias gerado à época de sua inauguração. Há também a possibilidade da colocação de matérias jornalísticas e caricaturas, originais de 1889 e anos seguintes, retratando as vivências da comunidade em relação ao monumento. Fotografias com cenários do passado, mostrando a posição de destaque da Estátua naquele espaço também poderiam ser incluídas.

Tal apelo visual teria um múltiplo impacto, uma vez que serviria tanto para os moradores locais que passam por ali sem saber o significado do monumento, quanto para os turistas



- Figura 11 -

que poderiam ter algumas informações básicas a respeito do mesmo e, fundamentalmente, seriam um ponto de apoio fundamental às visitas e aulas de História praticadas no seio da Praça Xavier Ferreira, criando um ambiente ainda mais apropriado à apreensão do conhecimento e à valorização do patrimônio. É certo que no ritmo incessantemente apressado dos dias de hoje, os textos presentes nesses murais não poderiam ser muito longos ou prolixos, pois acabariam por não serem lidos ou parte das informações ficaria perdida. Diante disso, pode-se utilizar o recurso da apresentação de dados básicos junto de referências remissivas, ou seja, que remetam à complementação das informações aos interessados que seria realizada junto ao inestimável acervo da Biblioteca Rio-Grandense, extremamente próxima e com amplo atendimento público.

Além dos textos e das imagens apresentando um conteúdo de natureza histórica, os informativos alocados no entorno da Estátua poderiam também fazer referências às várias lendas urbanas e/ou a pequenas histórias que foram entabuladas ao longo do tempo em torno

do monumento, claro que evidenciando a falta de comprovação histórica destas. Dessa forma, poderiam ser atendidas tanto às curiosidades do público estudantil quanto um dos motives de atração de muitos turistas, que é o gosto pelo inusitado, pelo diferencial, ou mesmo pelo incomum. Nesse sentido, há uma ampla possibilidade de associação e intercomplementação entre a expressão das tramas históricas e as criações emanadas do imaginário, afinal, as próprias concepções mentais estabelecidas ao longo do tempo também podem ser consideradas manifestações da História.

Todos esses passos são fundamentais, mas o mais relevante de todos eles é aquele ligado à necessidade de que a revalorização da Coluna da Liberdade como patrimônio cultural seja efetivada a partir da consciência coletiva da própria comunidade local, o que poderá ser executado muito a contento com a prática das aulas em praça pública. Além disso, no que tange às interfaces entre o ensino da História e as práticas turísticas, não poderia haver, ou pelo menos ficaria menoscabado, um turismo cultural no qual a atração seja só para os visitantes e os habitantes locais não saibam do que se trata. Imagine-se uma corriqueira cena do



- Figura 12 -

cotidiano de um turista, o qual aponte para o alto e pergunte a um transeunte qual é o significado daquele monumento erguido em praça pública e a pessoa não tenha a mínima ideia do que se trata. Tal perspectiva, atualmente, deve estar bem mais próxima da realidade do que a oposta.

De acordo com tal horizonte, é preponderante uma ampla conscientização da população quanto à relevância do próprio patrimônio como um todo e especificamente no que tange à Estátua da Liberdade. Essa, por sinal, precisa de um tratamento especial, tendo em vista que progressivamente tem sido mais passível de esquecimento do que outras peças patrimoniais citadinas. Diante disso, faz-se necessária uma enérgica campanha que envolva desde os meios de comunicação (com programas, especiais e reportagens que prezem o máximo pela precisão das informações), passando pelos vários elementos multiplicadores citadinos (com grande ênfase às atividades desenvolvidas no sistema educacional, com cursos de atualização para os docentes e atividades especiais para o alunado) e chegando ao incentivo a publicações desde as mais simples até as mais aprofundadas em termos acadêmico-científicos, levando esclarecimentos ao público e estimulando a reflexão sobre o tema.

É claro que a memória social não pode ser construída de cima para baixo, pois ela é oriunda de um processo natural, mas pode ocorrer um estímulo de modo a revivificá-la no cerne da comunidade. Nesse viés, tanto o ensino da História quanto o turismo podem ter um papel crucial em relação a tal intento, desde que haja toda uma planificação específica. Desse modo, o processo dialético de reconstrução da memória histórica, provocado pelo turismo, pode e deve ser conduzido pelo planejamento. Isso porque envolve condicionantes internos e externos ao município, bem como a interação de diferentes atores que, não necessariamente - como os turistas -, serão atingidos de forma direta pelo plano eventualmente elaborado, embora sejam um dos elementos mais importantes a ser considerado<sup>140</sup>. Um desses atores é, sem dúvida, representado pela comunidade escolar.

---

<sup>140</sup>DIAS. p. 62.

Dessa maneira, conscientização, mobilização e participação da população local, em particular dos estudantes, passam a ser condição *sine qua non* para que se promova a revitalização da Estátua da Liberdade. Tal pressuposto advém da constatação de que o envolvimento da comunidade é uma das ações básicas para a valorização do patrimônio e, através daquele do desenvolvimento do turismo cultural. Para que isso se efetive, é recomendável a realização de um trabalho contínuo de educação patrimonial. Essa ferramenta consiste em um processo permanente e sistemático focado no patrimônio cultural, com vistas ao conhecimento, à apropriação e valorização de uma herança cultural, os quais são fatores-chave para a preservação e conservação do patrimônio e para o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania<sup>141</sup>.

A Coluna da Liberdade não é somente fruto da época em que foi criada, mas também dos tempos que se seguiram e do seu sentido (ou a falta dele) para a sociedade. O patrimônio cultural está ligado às tradições, tanto aquelas que são herdadas do fundo dos tempos, em uma linha de transmissão contínua, quanto as que são inventadas em um determinado momento histórico para dar uma sensação de passado longínquo, monumental e ritualizado para as próprias sociedades que as inventaram. Nesse sentido, as tradições, mesmo as inventadas, são forças socioculturais importantes na medida em que geram crenças, identidades, imaginários históricos e cultos ao passado. Nessa linha, o patrimônio pode servir para conhecer o processo histórico que lhe deu origem ou para "congelar o passado" na forma de explicações prontas e acabadas, de modo que o fundamental é que o professor trate-o como algo vivo e pulsante que pode dizer muita coisa às pessoas. Em outras palavras, o presente quer que o passado diga alguma coisa e o ensino pode ajudar a compreender, criticamente, por que as sociedades têm necessidade de história e "demanda de passado"<sup>142</sup>.

Nesse contexto, um projeto que trate da edificação de memórias, de histórias e da construção de um determinado patrimônio deve considerar a obtenção da cidadania plena e

---

<sup>141</sup>BRIZOLLA, Tânia (Coord.). Turismo cultural: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. p. 22.

<sup>142</sup>NAPOLITANO. p. 85-86.

da pluralidade cultural e nada melhor que tais conquistas possam ser propiciadas através do ensino da História. De acordo com tal perspectiva, o patrimônio histórico, por ser uma produção cultural, encerra em si características que favorecem e facilitam a relação ensino/aprendizagem por parte de quem o utiliza e por parte daqueles que o usam como fonte documental para a obtenção de conhecimentos a respeito de uma determinada época e de determinadas condições socioeconômicas. O referido processo pode ser promovido mesmo nos lugares onde possam ser encontrados esquecimentos ou lapsos de memória<sup>143</sup>, como é o caso da Estátua da Liberdade.

Assim, a proposta das aulas de História em praça pública, o que, inicialmente, pode parecer uma estratégia carregada de simplismo e improvisação, em verdade tem o potencial de trazer resultados extremamente positivos. No caso do estudo na Praça Xavier Ferreira e, mais especificamente, no entorno da Coluna da Liberdade, o professor terá condições de ensinar vários processos históricos, como os casos da abolição da escravatura, da decadência monárquica e da proclamação da república. Deste modo, o alunado pode observar que os fenômenos históricos não estão tão distantes dele, notadamente em termos espaciais, tendo em vista a concentração da "História do Brasil" no centro do país e que estes tiveram reflexos no lugar onde os estudantes vivem.

Além disso, a conscientização acerca da relevância do patrimônio cultural tem lugar garantido nestas aulas promovidas junto ao espaço público, de maneira que, para o aluno, o patrimônio não pareça algo longínquo, intangível e intocável, mas sim algo que está ao alcance da visão e das mãos. Este é apenas um passo possível em direção ao revivificar desse patrimônio, com um eficaz público alvo - o estudantil - o qual, geração a geração, poderá promover tal consciência, ao interagir com a memória social e levar a um possível modo de avanço socioeconômico de sua comunidade, por meio das atividades turísticas. E tudo isso, com uma simples aula de História em praça pública? Não apenas uma e muito menos como uma ação individual que até poderá trazer resultados, mas tal projeto obterá sucesso garan-

---

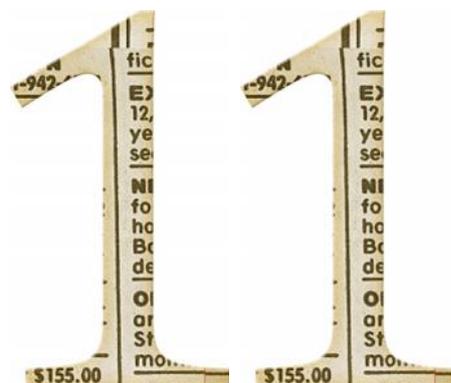
<sup>143</sup>OLIVEIRA, Almir Félix Batista. Patrimônio, memória e ensino de História. In: OLIVEIRA, M. M. D.; CAIMELLI, M. R.; OLIVEIRA, A. F. B. (Orgs.). Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008. p. 98.

tido à medida que se tornar uma prática coletiva, constante, sistemática, duradoura, e, fundamentalmente, institucional, ou seja, que venha a ter o apoio da escola e do poder público em geral à iniciativa dos docentes.





## Como estudar a História de uma revolução esquecida



A maneira como se processou a mudança da forma de governo brasileira em 1889 tem sido alvo de diferentes interpretações, algumas rocambolescas e inventivas, outras heroicizadas, e outras ainda mais analíticas e refletidas. Teria sido a "parada militar" vista pelo "bestializado" povo? Outra possibilidade teria sido uma manifestação pessoal de um adoentado marechal Deodoro que, saindo da cama, decidira derrubar o ministério que tinha a participação de Gaspar Silveira Martins, seu desafeto partidário e pessoal, da época em que serviu no Rio Grande do Sul? Feito o ato, no dia seguinte, levantava-se para tratar da formação do novo ministério imperial, ao que foi informado de que proclamara a república. Por outro lado, teria sido a atitude "magnânima e heroica" do "proeminente general", de "lendária participação" na Guerra do Paraguai que, em nome da nação, derrubara a "anacrônica monarquia"? Foi uma aliança do movimento republicano com os militares para derrubar o status quo, por aqueles terem consciência de que por si sós não conseguiriam fazê-lo, precisando do apoio destes para consolidar o novo regime? Finalmente, para não alongar tantas perguntas, os atos de 15 de novembro teriam constituído a culminância de um processo histórico oriundo desde o final dos anos sessenta, promovido a partir do desgaste dos conflitos externos, do recrudescimento das disputas político-partidárias, do deslocamento geográfico do poder dos cafeicultores fluminenses para os paulistas e da progressiva ruptura com os três fundamentos básicos de sustentação da forma monárquica - o exército, a

igreja e a escravidão - levando ao seu derruir definitivo?

Além dessas, outras questões poderiam ser levantadas e mesmo consideradas, dependendo sob qual perspectiva histórico-historiográfica estivesse pairando o olhar do historiador. Tais construções discursivas de cunho historiográfico viriam a influenciar fundamentalmente as formas pelas quais se ensinou a História do Brasil. Porém as diferenças de enfoque não se limitaram apenas ao período que antecedeu o "15 de Novembro", manifestando-se também nas interpretações acerca das estratégias utilizadas para consolidar o novo regime e, mormente, das reações e oposições que se originaram em contrariedade às modalidades empregadas na sustentação da nova forma de governo. Nesse quadro, a Revolução Federalista viria a constituir um evento histórico cujas versões passariam por intrínseca influência da tradução historiográfica.

Movimento que manifestou a insatisfação com os modelos autoritários empregados pelos governos no âmbito federal, com Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e, fundamentalmente, no contexto sul-rio-grandense, com Júlio de Castilhos. A Federalista levaria ao caminho das armas muitos daqueles que foram aliçados do poder a partir das práticas exclusivistas dos governistas. Apesar de receberem a pecha de "monarquistas", significativa parte dos rebeldes denominados de federalistas defendiam uma república mais liberal, bem contrária aos moldes ditatoriais implementados por Castilhos. Tal revolta se estenderia do Rio Grande do Sul à Santa Catarina e ao Paraná, vindo, inclusive, a unir-se com a Revolta da Armada, outro dos movimentos contestatórios aos novos detentores do poder, entretanto, ambas viriam a ser derrotadas a partir da aliança entre as forças militares federais e estaduais.

No que tange à historiografia, o estudo da Revolução Federalista sofreu uma série de entraves que passaram pelo reducionismo, silenciamento, esquecimento e mesmo preconceito e, desse modo, acabaria por não encontrar o seu devido espaço no contexto do ensino da História. Primeiramente, tal acontecimento não viria a ocupar o "panteão" das "datas cívicas nacionais" que, em muitas etapas da vida política nacional, serviram para a legitimação de poderes, a formação de indivíduos adaptados à ordem social, ou ainda para privilegiar a

ação do estado e/ou dos "grandes homens"<sup>144</sup>, o que só viria a facilitar o seu "esquecimento". Em torno dela, formou-se um viés historiográfico que, sem maiores preocupações com uma dimensão moral<sup>145</sup>, criou uma série de embaraços e esvaziamentos para o seu estudo. Dessa maneira, o evento praticamente acabaria "varrido para baixo do tapete" da historiografia e, a partir daí, da formação escolar.

Além disso, o estudo da Revolução de 1893-1895 ficaria de certo modo perdido nos emaranhados entre a "História do Brasil" e a "História Regional". Por muito tempo, a "História do Brasil" foi confundida com a formação histórica do centro do país que assumia toda e qualquer positividade contida na ideia do Brasil moderno, urbano e industrial, adotando-se uma perspectiva de negatividade em relação às demais regiões, pela falta ou carência de algum daqueles elementos<sup>146</sup>. Teria sido a Federalista um evento eminentemente gaúcho ou brasileiro e tal "dúvida" servia também para menoscar o seu estudo, bem como camuflar aquela tendência de abordagem historiográfica?

Só mais recentemente, tais visões viriam a ser modificadas, por meio dos diversos revisionismos historiográficos, mas, mesmo assim, ainda há certa carência no que tange à produção científica sobre o movimento, notadamente se comparado com outros processos revolucionários da formação histórica brasileira e gaúcha. Essas revisões, entretanto, apesar de já virem sendo realizadas há algumas décadas, ainda não chegaram à sala de aula. Os livros didáticos permanecem, se não esquecendo, dedicando espaço extremamente reduzido à análise do evento, de modo que o alunado pouco ou nada vem a conhecer sobre o mesmo. O próprio professor também sofre com a falta de subsídios. Fica mais uma vez demarcada a questão da necessidade sempre premente de aproximar o "saber" acadêmico-

---

<sup>144</sup>FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História & ensino de História. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 71.

<sup>145</sup>MATA, Sérgio da. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico. In: NICOLAZZI, F.; MOLLO, H. M.; ARAUJO, V. L. (Orgs.). Aprender com a História? - o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 60.

<sup>146</sup>MARTINS, Marcos Lobato. História regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Novos temas nas aulas de História. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 142.

universitário com o dia a dia escolar. Nesse sentido, para concretizar um ensino de História a partir destas novas concepções é preciso metodologias adequadas a esta finalidade <sup>147</sup>. Um dos pontos iniciais e básicos de tal metodologia seria propiciar ao professorado um olhar historiográfico sobre a Revolução Federalista, levando-o à compreensão das estratégias utilizadas para o seu quase esquecimento, bem como apontar a produção bibliográfica elaborada acerca do evento. A partir de tal etapa de embasamento, poderão se desencadear outras que venham a contribuir para realocar a Federalista nos horizontes da formação escolar.

As contradições e os conflitos políticos prementes no Rio Grande do Sul à época da transição monarquia - república não foram resolvidos com a deflagração, o desenvolvimento e mesmo após a pacificação da Revolução Federalista. Ao contrário, as divergências partidárias agravaram-se ainda mais após a vitória de Castilhos que, sucedido pelo seu herdeiro partidário Borges de Medeiros, iriam dominar o governo rio-grandense ao longo de quase toda a República Velha. Desse modo, a Revolução de 1893 não se encerrou em si mesma, deitando raízes profundas que viriam a se manifestar ao longo das décadas seguintes, inclusive, com a eclosão de novos focos revolucionários. Nessa linha, ódios, paixões e violências caracterizaram o cenário político sul-rio-grandense durante os primeiros decênios republicanos e esses elementos marcariam decisivamente a produção intelectual e historiográfica entabulada a respeito da vida gaúcha durante os primórdios da nova forma de governo.

A historiografia faz parte de um processo epistemológico e espelha a produção intelectual de um certo momento do passado. Ela é um fragmento para compreender-se - em uma preocupação de totalidade - esse passado. Nela estão os anseios de uma época, as verdades que a dinâmica social das ideias desfigurará com o passar do tempo. A historiografia de produção intelectual passa a vestígios de um determinado acontecer para quem a analise. Portanto, o conhecimento histórico observado a partir de uma perspectiva de historicidade em processo se torna objeto de análise ou história-processo no plano do vestígio escrito.

---

<sup>147</sup>HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geyso Dongley. O ensino de História e seu currículo: teoria e método. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 131.

Fazer ciência da historiografia exige procedimentos a partir das motivações e da contemporaneidade das novas gerações, porém, utilizando categorias pertinentes ao objeto. Em outras palavras, os homens refazem continuamente a história, partindo da organização material no cotidiano de uma determinada sociedade e reescrevem a historiografia. Ao realizarem releituras do conhecimento com base no saber historiográfico, rumam para novos momentos em que o presente será historiografia: um objeto de tensões e críticas a ser recriado pelas gerações futuras<sup>148</sup>.

Nesse sentido, a historiografia produzida acerca da Revolução Federalista foi, durante longo período, entranhada daquele conteúdo de profundas divergências políticas e ideológicas que por décadas dominou o Rio Grande do Sul<sup>149</sup>. As obras elaboradas se caracterizaram durante o confronto bélico e em épocas mais recentes em relação à conclusão do mesmo pelo amplo partidarismo, pois a guerra civil provocara um acirramento de ânimo irremediável entre as forças em disputa. Esses conflitos se transpuseram para os escritos sobre aqueles acontecimentos, que, até significativa parte do século XX, foram realizados por elementos ligados ou ao castilhismo-borgismo ou aos representantes das frentes anti-castilhistas<sup>150</sup>.

Ao longo de pelo menos duas décadas, as narrações/descrições/interpretações acerca dos acontecimentos inerentes à Revolução Federalista foram entabuladas de forma engajada e sob o prisma das convicções e/ou paixões partidárias. Desse modo, o conflito entre maragatos e pica-paus se estenderia para além das atividades bélicas, deixando uma grande herança representada pelos confrontos discursivos. Nos artigos de jornais, em folhetos e em livros, as forças divergentes se digladiaram entre si, cada qual defendendo suas ideias e atacando as

---

<sup>148</sup>ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. Trajetórias da historiografia. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999. p. 11.

<sup>149</sup>Sobre a produção historiográfica a respeito da Revolução Federalista, ver: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (Orgs.). Pensar a Revolução Federalista. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 65-82.; e FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Federalista. In: FLORES, M. (Org.). 1893-95: a Revolução dos Maragatos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 117-128.

<sup>150</sup>ALVES, Francisco das Neves. Revolução Federalista e "verdade histórica". In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (Orgs.). Ensaios de História do Rio Grande do Sul. Rio Grande: FURG, 1996. p. 88.

dos adversários, além de buscarem construir elementos explicativos/argumentativos para descrever a recente história gaúcha a partir de seus respectivos pontos de vista.

Exemplos desse tipo de produção foram obras como a de Ângelo Dourado que, após o término da revolta, em 1896, publicaria sua "narrativa da Revolução de 1893", intitulada *Voluntários do Martírio*<sup>151</sup>, reconhecida não só pelos episódios narrados, bem como pela descrição de diversos aspectos da sociedade rio-grandense, à época do conflito. Dourado, um médico baiano que se radicou no Rio Grande do Sul, seguiu os caminhos da política, aliando-se ao grupo de oposição ao castilhismo, porém, não se limitou à ação política, atuou como médico e militar nas forças de Gumercindo Saraiva. Assim suas convicções foram evidenciadas na sua descrição sobre o cenário revolucionário. Outro trabalho marcante sobre a Revolução Federalista, *A verdade sobre a Revolução*<sup>152</sup>, foi escrito pelo advogado, jornalista e político Germano Hasslocher que conheceu os dois lados do conflito, ora aliado de um grupo, ora de outro. Acabou por tornar-se um dos mais ferrenhos inimigos da Revolução e dos revolucionários. Em 1894, nos últimos tempos do movimento, escreveu sua obra, deixando sua visão de adversário dos rebeldes nortear suas opiniões e informações sobre a guerra civil<sup>153</sup>.

Outra exemplificação desses trabalhos que se inseriram nos quadros do partidarismo foi *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*<sup>154</sup>, um dos mais conhecidos sobre a Federalista, escrito pelo advogado Wenceslau Escobar, já na segunda década do século XX. Escobar, político militante, marcou sua atuação pelos vínculos aos princípios liberais/gasparistas, chegou a ser deputado pela oposição rio-grandense e realizou um razoável número de escritos na defesa de suas concepções partidárias, atacando o sistema castilhistaborgista<sup>155</sup>. Nessa época, nem sempre a convicção partidária foi a promotora desses escritos

---

<sup>151</sup>DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

<sup>152</sup>HASSLOCHER, Germano. *A verdade sobre a Revolução*. Porto Alegre: Livraria Mazon, 1894.

<sup>153</sup>ALVES, 1996. p. 90-91.

<sup>154</sup>ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Ed. da UnB, 1983.

<sup>155</sup>ALVES, 1996. p. 89.

engajados, houve publicações de obras escritas a partir de interesses mais pragmáticos, caso de *A Revolução no Rio Grande do Sul: suas causas e seus efeitos*<sup>156</sup> do poeta, teatrólogo, crítico e jornalista Múcio Teixeira, na qual o autor traduziu seus anseios e interesses pessoais e/ou profissionais. Ao mudar de posição de republicano à monarquista - o que lhe garantiu posições em cargos públicos e privados - e, esgotadas suas fontes de sustentação, Teixeira aceitaria convite de Júlio de Castilhos para uma função na imprensa governista. Nesta época escreveu a referida obra, ardorosa na defesa dos ideais castilhistas, sua convicção/cooptação, no entanto, não duraria além de um desentendimento pessoal com aquele líder político, voltando a militar nas ideias monarquistas. Nesse quadro, os autores de tais obras calcadas no partidarismo se constituíram em verdadeiros arautos das agremiações político-partidárias, promovendo o debate e defendendo as causas e os modos de agir e pensar dos grupos em confronto.

Afora essas obras evidentemente partidárias, o envolvimento com as paixões políticas que cercou a vida gaúcha, mesmo após o encerramento da Revolução, levou a um certo silenciar dos escritos históricos sobre o confronto partidário-político que marcara os primeiros anos da forma republicana no Rio Grande do Sul. Além disso, o vitorioso modelo castilhista-borgista iria exercer uma influência direta e incisiva sobre a produção histórica de então. Exemplos disso foram as obras históricas produzidas com um caráter didático, nas quais, em relação à Revolução Federalista, as abordagens insistiam na integridade do acontecer histórico, evitando o enfoque nas divisões e conflitos dos grupos dominantes. Dessa forma, o presente era harmonizado, a partir de uma leitura do passado repleto de personalidades enaltecidas e exemplos de civismo, e esse legado histórico-cultural refletia-se na ação "moralizadora e honesta" dos homens que edificavam o progresso da sociedade rio-grandense. Nesse sentido, aos "espíritos infantis" não caberia destacar os momentos de exacerbação do choque armado com cenas "covardes e degolamentos", nem reproduzir antago-

---

<sup>156</sup>TEIXEIRA, Múcio. *A Revolução no Rio Grande do Sul: suas causas e seus efeitos*. Porto Alegre: Typ. do Commercio, 1893.

nismos ou ódios entre "irmãos". Assim, segundo tal concepção, a Revolução de 1893 ocorre com "naturalidade", ou seja, fora oriunda das paixões partidárias, ou ainda fora um momento historiográfico incômodo - por isso abordado com brevidade ou evitado - que o progresso do período borgista dissolveria, num passe de mágica, num quadro em que o silêncio e a simulação da harmonia foram recursos contínuos <sup>157</sup>.

Essa negligência quanto às informações/interpretações históricas a respeito da Revolução Federalista não marcou apenas os manuais escolares, como também a produção em geral sobre a História do Rio Grande do Sul, durante várias décadas. A historiografia oficial gaúcha também relegou à Federalista um espaço de importância menor no quadro da evolução histórica sul-rio-grandense. O conflito foi analisado essencialmente em seu conteúdo militar, ou ainda, reduzido a um confronto de individualidades, ou seja, uma disputa personalista entre as lideranças governistas e as oposicionistas. Fica ausente nessas abordagens, qualquer objetivo de inserir o enfrentamento numa conjuntura mais ampla, ou ainda de analisar o conteúdo social e econômico como elementos motores também fundamentais no desenrolar dos acontecimentos, como, aliás, é típico daquele modelo historiográfico <sup>158</sup>.

Essa historiografia oficial não apresentou tão somente uma visão reducionista acerca da Revolução Federalista, restringindo a abordagem a um arrolamento de episódios militares ou ligados às individualidades políticas, como ainda buscou diminuir ou até anular o real significado do evento para o conjunto da História do Rio Grande do Sul. Intentava-se, assim, instituir uma verdadeira memória controlada, alicerçada na manipulação e na reconstrução do passado, visando determinados fins. Uma memória construída nesse sentido implicou um processo seletivo de textos e imagens, ressaltando certos dados e eliminando ou desconsiderando outros, como se não tivessem importância ou jamais tivessem existido <sup>159</sup>.

---

<sup>157</sup>TORRES, Luiz Henrique. A Revolução Federalista nos manuais de história (1896-1928). In: ALVES, F.N; TORRES, L.H. (Orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 87-88.

<sup>158</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, J.H; GONZAGA, S. (Orgs.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 83.

<sup>159</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. Revolução Federalista: a memória revisitada. In: POSSAMAI, Z. (Org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. p. 15.

A respeito do silenciamento no que tange à Federalista, uma das asserções mais conhecidas e repetidas foi explicitada na obra *História do Rio Grande do Sul*, escrita por Emílio Fernandes de Souza Docca, militar com pendores de historiador, o qual pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, viria a ser um dos mais importantes articuladores do discurso historiográfico oficial que predominou no contexto gaúcho a partir dos anos trinta. Nesse verdadeiro compêndio sobre a formação rio-grandense, o autor descrevia as fortes disputas pelo poder entre os castilhistas e seus opositores como um momento no qual houve divergências profundas entre as principais lideranças, insistindo na personalização do conflito. Além disso, fazia referência à violência desenfreada, às vinganças, aos barbarismos, às desumanidades e às brutalidades ocorridas, à época, em terras gaúchas. Diante disso, proferiria a sua frase mais conhecida acerca da abordagem histórica da guerra civil: "Veio a revolução, que é um capítulo doloroso de nossos anais, que merece a nossa condenação, e o fazemos silenciando seus acontecimentos"<sup>160</sup>. A seguir, o autor não fazia mais qualquer referência ao evento, numa atitude que viria a ser repetida de modo recorrente, ficando condenada a Revolução Rio-Grandense de 1893-1895 a um silêncio quase que absoluto<sup>161</sup>.

Ademais, a Revolução de 1893 foi por tal vertente historiográfica constantemente comparada com a Revolução Farroupilha e, num quadro que visava legitimar a imagem de um Rio Grande do Sul integrado ao todo nacional, essa revolta foi reconstruída e idealizada como o movimento que demonstrava a brasilidade dos gaúchos. Já a Federalista, com seu conteúdo de acirrada divisão partidária, era considerada como o exemplo típico da revolta caudilhesca e violenta que em nada contribuiria para a inserção rio-grandense-do-sul à comunhão nacional. Este modelo de comparação, estabelecido a partir de ideias preconcebidas e

---

<sup>160</sup>DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: "Organização Simões", 1954. p. 361-362.

<sup>161</sup>ALVES, Francisco das Neves. O enaltecimento da Farroupilha versus o esquecimento da Federalista: um estudo de caso historiográfico. In: *Biblos - Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. v.17. Rio Grande: Ed. da FURG, 1995. p. 114-117.

carregadas de preconceitos, e construído para legitimar pressupostos político-ideológicos então em voga, tornou-se recorrente em grande parte da produção intelectual acerca da história gaúcha, edificando-se uma história da revolta dos farrapos através de uma versão romantizada, cheia de heroísmo e bravura, e a representando como um movimento unificador das forças gaúchas. De acordo com essa visão, enquanto a Revolução de 1835 é plasmada como um movimento unívoco e monolítico, a de 1893, sob o argumento da violência desenfreada, aparece como prenhe em equivocidades e quase como um paradoxo no conjunto da evolução histórica rio-grandense, devendo, por isso, ser relegada a um segundo plano, ou ainda esquecida no silêncio do historiador. Construía-se, dessa maneira, as identidades de uma "revolução heroica", a Farroupilha, e de uma "revolução fratricida", a Federalista, rótulos que perpassaram por décadas, marcando o conjunto da produção historiográfica sul-rio-grandense de então <sup>162</sup>.

Um dos autores que melhor incorporou tal visão preconceituosa quanto à Federalista foi Carlos Dante de Moraes, jornalista, escritor, funcionário público e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que também contribuiu significativamente para a disseminação dessa forma de pensamento. Ele buscou essencialmente estabelecer um paralelo entre a Revolução Farroupilha e a Federalista, suas ideias ficaram expressas no ensaio "Trinta e cinco e noventa e três (aspectos da psicologia social e política)", o qual viria a constituir um capítulo de um de seus livros<sup>163</sup>. Sua abordagem à Revolução Federalista foi essencialmente calcada no conteúdo de violência da mesma, ou seja, o seu estudo não dava maior destaque à conjuntura político-ideológica ou socioeconômica que levou à guerra civil. Tal enfoque reduziu o evento à carnificina e ao sangue derramado, alocando-o numa condição de excludente à formação social gaúcha, e como uma verdadeira aberração ao contexto das rebeliões sul-rio-grandenses, de modo que, tendo em vista o seu conteúdo de acirramen-

---

<sup>162</sup>ALVES, Francisco das Neves. Revolução heróica X revolução fratricida: historiografia & memória. In: ALVES, F.N. (Org.). Rio Grande do Sul: história, historiografia & memória. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999. p. 105.

<sup>163</sup>MORAES, Carlos Dante de. Figuras e ciclos da história rio-grandense. Porto Alegre: Globo, 1959.

to de ódios e extrema violência, deveria ser relegado ao esquecimento. Para Moraes, quando o expectador se estancava ante a violência e crueldade de Noventa e três, assaltava-o a necessidade de indagar por que razão os grupos dirigentes não teriam sabido ou podido frear, como em Trinta e cinco, os instintos anárquicos da massa rural, o desbordamento dos maus impulsos e da criminalidade <sup>164</sup>.

Ao desenvolver seu texto, Carlos Dante de Moraes dava vazão ao mais importante intento de suas asserções, quer seja, traçar um paralelo entre a Farroupilha e a Federalista. Apelando para a ideia de uma memória coletiva, o autor destacava quão diferentes se representavam os homens de Trinta e cinco e os de Noventa e três. Dos primeiros, pais e avós falavam como se fossem deles familiares, demonstrando o fervor das palavras, o interesse vivo que animava as narrativas, a dramaticidade dos lances descritos, enobrecidos por atos cavalheirescos, que deixavam a alma do ouvinte suspensa, absorta, divagando nostálgica através de um passado que se conhecera, épico e formoso; ao passo que, quando as referências eram à Federalista, mudava por completo a receptividade do espectador, já que também era outra a atitude dos narradores<sup>165</sup>.

Ainda utilizando a figura das estórias contadas pelos antepassados, sobre a Revolução de 1893, Moraes afirmava que, diante do evento, os ouvintes ficavam desorientados e perplexos, uma vez que os acontecimentos se despiam de qualquer poesia, numa guerra dura, cruel, perversa, acerca da qual eram citados ódios, vinganças, crimes hediondos, que tomavam conta da visão do espectador, sem o recuo do tempo, como na crônica policial de atentados sensacionais. Na mesma linha, destacava que as testemunhas dos fatos de 1893-1895 ainda se encontravam demasiado presas à sua rede de circunstâncias, embaraçando-as uma certa inibição, diante do que prefeririam frequentemente calar a evocar. Segundo o escritor, este mal-estar adviria de muitos dos narradores se considerarem como que comparsas, ain-

---

<sup>164</sup>MORAES, 1959. p. 162.

<sup>165</sup>MORAES, 1959. p. 127.

da que anônimos, de um drama coletivo, faltando-lhes, mais do que a serenidade, a perspectiva histórica<sup>166</sup> .

Revelando sua visão preconceituosa, Moraes defendia que, para explicar a feição cruel da Revolução de 1893, seria preciso atentar para a situação da massa rural rio-grandense, desde os meados do século XIX e, principalmente, para os acontecimentos que se verificaram a partir de 1892, quando teria sido muito ativa a participação do elemento campeiro, obscuro, anônimo, que se forrava à responsabilidade, à sombra dos chefes e dos homens sem entranhas, feixes de impulsos perversos, curtidos na carreira do crime. Ao lado deste preconceito e do reducionismo em relação à Federalista, voltado apenas ao seu conteúdo de violência, o autor sustentava ardorosamente a ideia do silenciamento quanto à Guerra de 1893-1895, propondo que se corresse uma cortina sobre os atos tétricos de Noventa e três, uma vez que seu fito não seria o de evocá-los e muito menos descrevê-los em sua minuciosa hediondez. Isso, pois, segundo ele, precisaria haver da parte do historiador um pouco de complacência sádica, o que considerava que para ele estaria a faltar<sup>167</sup> . Assim, Dante de Moraes reproduzia e reforçava a premissa de um discurso historiográfico excludente em relação à Federalista, tratando-a com preconceito e relegando-a a uma posição de esquecimento<sup>168</sup> .

Somente nos anos sessenta, se daria a gênese de trabalhos que viriam a constituir os primórdios em direção a uma renovação da historiografia acerca da Revolução Federalista. A partir de então, se daria um processo de desmitificação em torno do conflito, negando as tendências reducionistas ao buscar uma abordagem mais ampla para aquele movimento, analisando-o nos seus mais variados fundamentos políticos, econômicos, sociais e/ou ideológicos. Um desses trabalhos precursores foi apresentado por ocasião da quinta edição de um conjunto de eventos denominados Fundamentos da cultura rio-grandense, o qual

---

<sup>166</sup>MORAES, 1959. p. 127.

<sup>167</sup>MORAES, 1959. p. 142 e 171.

<sup>168</sup>ALVES, Francisco das Neves. Cultura & memória no Rio Grande do Sul: estudos históricos. Rio Grande: Ed. da FURG, 2007. p. 80-1, 96; 102-4.

corporificou a preocupação em se trilhar outros caminhos que não aqueles seguidos pela historiografia oficial <sup>169</sup>. Tratava-se da palestra, posteriormente, publicada nos anais da quinta série daquele evento, O sentido histórico da Revolução de 1893, de autoria do historiador Sérgio da Costa Franco <sup>170</sup>.

Nesse trabalho, o autor apresentava uma versão abrangente sobre o movimento, não se limitava a descrever os fatos militares, buscando analisar os condicionantes sociais, políticos, econômico-administrativos e ideológicos vinculados à deflagração, ao desenvolvimento e às raízes da guerra civil. Para Franco, não havia mais razões para se evitar o estudo da Revolução Federalista, considerando-o como um dos componentes básicos para o melhor entendimento da história gaúcha, daí a necessidade de novas análises interpretativas sobre o evento. A conjuntura da transição monarquia-república no contexto nacional e regional; as identidades sociais dos promotores da guerra civil; a questão do controle do aparelho do Estado; a construção das máquinas eleitorais; o papel da imprensa; as transformações econômicas do período; a homogeneidade governista e a heterogeneidade das forças oposicionistas no que concerne ao pressuposto ideológico; a violência e o caráter de massa de manobra dos setores sociais mais populares a partir das relações de clientelismo foram alguns dos elementos enfocados nessa abordagem de Sérgio da Costa Franco <sup>171</sup>.

A partir da década de setenta, e, principalmente, nos dois decênios seguintes, intensificaram-se as pesquisas acerca da Revolução Federalista e, cada vez mais, rompia-se com os ditames da historiografia oficial. Assim, uma revolta deixou de ser tratada com preconceito ou reduzida a um simples evento de natureza político-militar, para ser abordada como um fenômeno histórico que abrangia o conjunto das relações humanas na sociedade rio-grandense

---

<sup>169</sup>MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. Linhas de pesquisa histórica no Rio Grande do Sul. In: Anais da VI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. São Paulo: SBPH, 1987. p. 49.

<sup>170</sup>FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: Fundamentos da Cultura Rio-Grandense. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962. p. 191-216.

<sup>171</sup>Três décadas depois, o autor viria a corroborar algumas de suas asserções ao publicar um livro sobre a Federalista no qual abordava os antecedentes da revolução de 1889 a 1892, a formação das oposições, a montagem do sistema castilhistaborgista, a evolução militar e a cronologia dos principais eventos entre 1892 e 1895. FRANCO, Sérgio da Costa. A Guerra Civil de 1893. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

e brasileira e que deitava profundas raízes sobre a formação histórica dessas sociedades. Dentre tais trabalhos, alguns podem ser citados, apenas a título de exemplos, como o do historiador brasileiro Joseph L. Love que, em 1971, publicava *O Regionalismo Gaúcho*<sup>172</sup>, obra que visava explicar o conjunto da história gaúcha e o significado do Rio Grande do Sul na conjuntura política nacional ao longo de toda a República Velha.

Na mesma linha, pode ser destacado o livro da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, *A Revolução Federalista*<sup>173</sup>, no qual, sob a inspiração do materialismo histórico, foram privilegiadas as relações sociais e de produção como elementos explicativos do conflito. Ainda no campo acadêmico-universitário, foi elaborada a tese *Political violence and regime change* de Silvio Duncan Baretta<sup>174</sup>, que traduzia os confrontos políticos a partir de fundamentações marcadas pelas discrepâncias regionais e da sociedade rio-grandense da virada do século XIX. O livro *Positivismo: um projeto político alternativo* da cientista política Céli Pinto<sup>175</sup> abordava a formação política sul-rio-grandense republicana a partir do estudo das construções discursivas.

A sociedade, a cultura e o folclore gaúcho à época e em decorrência da Revolução Federalista foram abordados pelos escritores Carlos Reverbel e Hélio Moro Mariante. O primeiro escreveu o livro *Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande*<sup>176</sup>, no qual destacava o confronto entre pica-paus e maragatos e a caracterização de cada grupo, a violência, o caudilhismo rio-grandense; o teuto-gauchismo, os eventos militares e a pacificação. O segundo publicou *Chimangos e pica-paus no folclore político-militar gaúcho*<sup>177</sup>, em que abordava questões como política e folclore, apelidos sul-rio-grandenses, folclore castrense, sím-

---

<sup>172</sup>LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

<sup>173</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>174</sup>BARETTA, Silvio Rogério Duncan. *Political violence and regime change: a study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1985.

<sup>175</sup>PINTO, Céli. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

<sup>176</sup>REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

<sup>177</sup>MARIANTE, Hélio Moro. *Chimangos e pica-paus no folclore político-militar gaúcho*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

bolos partidários e linguagem dos lenços. Sobre um dos períodos da guerra civil, Francisco Pereira Rodrigues escreveu *O Governicho e a Revolução Federalista*<sup>178</sup>, no qual se refere à legislação à época da instauração da república e às diferenças entre os arcabouços constitucionais de 1891 e 1892, além de estabelecer uma cronologia ente 1890 e 1892<sup>179</sup>.

Além desses, diversos outros trabalhos foram desenvolvidos ao longo das décadas de oitenta e noventa, em sua maior parte ligados às universidades, com destaque para as monografias, dissertações e teses produzidas junto aos cursos de graduação e pós-graduação, além de uma série de ensaios publicados em coleções históricas, coletâneas de artigos e revistas acadêmico-científicas. A aproximação do centenário da deflagração da Revolução Federalista também contribuiu decisivamente para que se multiplicassem as pesquisas e as publicações acerca desse conflito. Nesse sentido, a partir da realização de uma série de eventos e da edição de seus respectivos anais, ocorreu um significativo incremento na produção historiográfica a respeito da Federalista, diversificando-se crescentemente os enfoques de análise sobre o movimento revolucionário<sup>180</sup>.

A tradição de se demarcar determinadas datas redondas, como cinquentenários, centenários, sesquicentenários, tem sido uma constante ao longo da formação histórica brasileira. Contemporaneamente, podem ser observadas duas vertentes principais pelas quais se desenvolvem essas "comemorações". De um lado, há o que se poderia chamar de eventos festivos, ou ainda, no dizer de François Dosse, a "comemorite aguda", ou seja, eventos, em geral de grande porte, que fazem verdadeiras apologias propagandísticas e megaeventos, enaltecendo o episódio a ser comemorado, porém, sem maiores cuidados - às vezes cuidado nenhum - em relação a uma explicação histórica para o que está sendo demarcado naquela data<sup>181</sup>. Nesse

---

<sup>178</sup>RODRIGUES, Francisco Pereira. *O Governicho e a Revolução Federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

<sup>179</sup>ALVES, Francisco das Neves. Fontes bibliográficas para o estudo da Revolução Federalista - levantamento parcial (1983-1993). In: *Biblos - Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. v.7. Rio Grande: Ed. da FURG, 1995. p. 259 e 270.

<sup>180</sup>ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 41-50.

<sup>181</sup>DOSSE, François. *A mania da fragmentação*. Folha de S. Paulo. 6 ago. 1995. p. 5.

sentido, tais "comemorações" tendem a ser vazias quanto à difusão do conhecimento, porém, extremamente atraentes ao público, tornam-se verdadeiro produto de compra e venda, ou seja, um negócio de marketing promovido ao extremo pelos meios de comunicação de massa. Ao lado dessas, notadamente promovido a partir dos meios acadêmicos-universitários, há um outro tipo de evento que serve para demarcar aquelas datas. Esses buscam encontrar, na ocasião da data redonda, um espaço para a discussão e a reflexão sobre os temas em voga, buscando explicações conjunturais e não episódicas para os acontecimentos em questão, tentando levar ao público análises e interpretações que, embasadas na pesquisa, contribuam para um melhor conhecimento acerca da formação histórica das comunidades internacionais, nacionais e regionais.

Esses trabalhos analítico-interpretativos a respeito da formação histórica brasileira e sul-rio-grandense referenciavam as mais variadas datas e, dentre elas, em torno de 1993, diversos eventos e publicações demarcaram a passagem do centenário da Revolução Federalista. Dentre eles, podem ser destacados os objetivos editoriais e o conteúdo das diversas obras que vieram a público por ocasião daquele centenário, bem como localizar os enfoques principais abordados nas mesmas. A partir de tal destaque à abordagem primordial de cada um dos trabalhos, de uma forma não reducionista, localizando-as no âmbito político, no econômico, no social, no cultural e no levantamento de fontes, na historiografia, na história local e na militar, entre outras. Dessa forma, é possível verificar a relevância desses escritos para a construção historiográfica acerca da Revolução Rio-Grandense de 1893-1895.

O trabalho pioneiro em torno da demarcação do centenário da Revolução Federalista, antecedendo em uma década a essa data, no intento de preparar as comemorações para a mesma, foi o *Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*<sup>182</sup>, organizado na cidade de Bagé, pela Universidade da Região da Campanha, em 1983, publicando-se os Anais do evento em 1990. Segundo seu organizador, o Seminário fora programado para assinalar o trans-

---

<sup>182</sup>SEMINÁRIO FONTES PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO ANAIS, 1893. Bagé, Anais. Bagé: URCAMP, 1990.

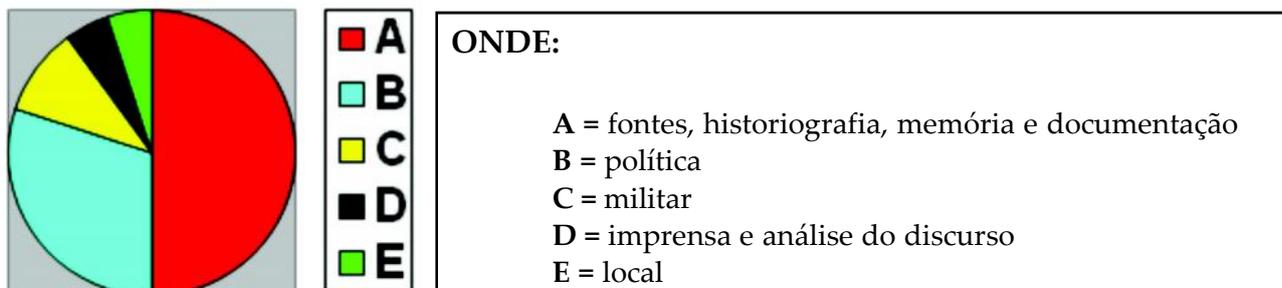
curso do 90º aniversário da Revolução de 1893, reunindo historiadores e pesquisadores do sul do Brasil, que expuseram o levantamento de algumas fontes primárias e apresentaram resultados de pesquisas efetivadas, propiciando a realização de amplos debates sobre a Revolução Federalista. Ao realizar o evento, a entidade promotora pretendeu abrir espaço para a divulgação de estudos desse período histórico e despertar atenções para a necessidade de serem tornadas públicas fontes primárias, que ainda se achavam em poder de particulares ou que, embora depositadas em órgãos públicos, não vinham tendo o apreço devido.

Na publicação era também que o evento se realizara para trazer à discussão aquele fenômeno histórico de tanto significado para a formação sul-rio-grandense. Nesse sentido, explicava-se que a realização de estudos sobre a Revolução de 1893 era de muita importância, uma vez que fora um conflito que provocara uma profunda separação nos segmentos políticos dos estados sulinos, com reflexos que subsistiram até a contemporaneidade. Dessa maneira, tal ato se constituiu em um movimento no qual se generalizou uma grande violência, radicalizando posições, a tal ponto que, maragatos e pica-paus continuaram política e socialmente divididos por quase duas gerações.

Os textos dos Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893 abordaram assuntos variados como os combates, a participação de militares, a ação da imprensa e as conexões com a revolta em Santa Catarina e com a Revolta da Armada, porém, de acordo com os próprios objetivos do evento, predominaram os ensaios que destacavam fontes históricas para o estudo do movimento revolucionário, como demonstra o seguinte gráfico:

#### *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*

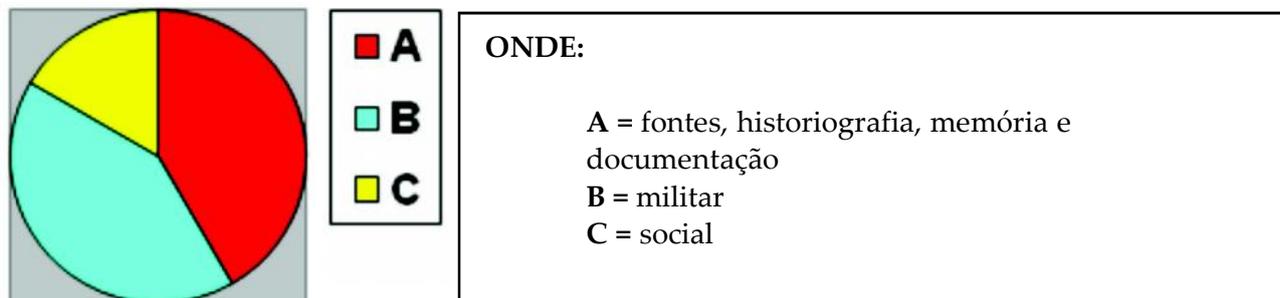
#### **Enfoque primordial dos trabalhos apresentados (em %)**



O sucesso daquela primeira versão levou a Universidade da Região da Campanha à realização de uma segunda edição do evento, em 1990, naquela mesma cidade, resultando daí a publicação dos Anais do *II Simpósio Fontes para a História da Revolução de 1893*<sup>183</sup>, editados em 1992. Na apresentação dessa obra, destacava-se que o grande interesse despertado entre pesquisadores e estudiosos de história pelo I Seminário levava seus organizadores a promover nova reunião do gênero, a qual contara com apreciável afluência de interessados e na qual foram discutidos novos aspectos da Revolução Federalista. Nesses Anais, permaneceram as abordagens sobre os episódios e personagens militares, destacando-se também o conteúdo de violência do movimento. No entanto, persistiu o predomínio dos textos que buscavam desvelar as fontes e realizar levantamentos de documentações sobre a Revolução, conforme representado no próximo gráfico:

*Anais do II Simpósio Fontes para a História da Revolução de 1893*

**Enfoque primordial dos trabalhos apresentados (em %)**



O ano do centenário da Revolução de 1893 levou a Universidade da Região da Campanha à realização da terceira edição do evento, na qual foram apresentadas abordagens ainda mais diversificadas sobre aquela rebelião. Então, houve a publicação dos Anais do *III Simpósio Fontes para a História da Revolução de 1893*<sup>184</sup>, Infelizmente, só foi editado o primeiro volume, ficando o(s) seguinte(s) em projeto(s). Desse modo, muitos dos trabalhos apresentados aca-

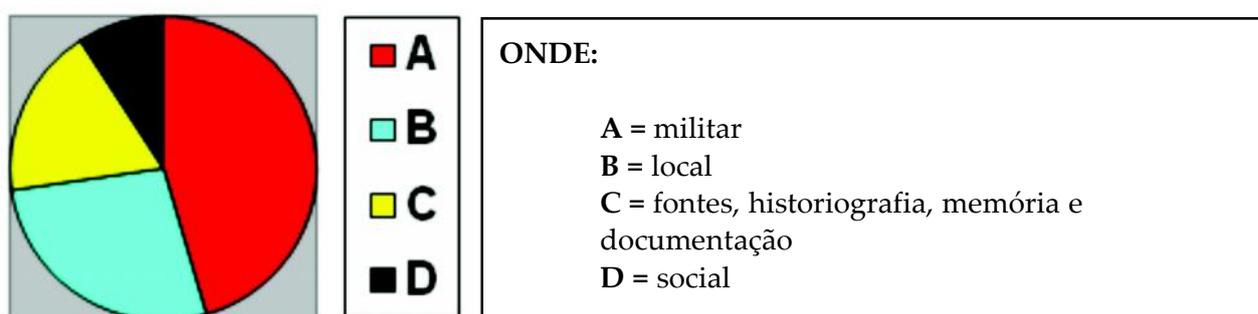
<sup>184</sup>SIMPÓSIO FONTES PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO, 3, Bagé 1893. Bagé, Anais. Bagé: URCAMP, 1994. 1.v.

<sup>183</sup>SIMPÓSIO FONTES PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO, 2, 1893. Bagé, Anais. Bagé: URCAMP, 1992.

baram por não ser publicados, inviabilizando a divulgação de uma numerosa e variada gama de interpretações a respeito da Revolução Rio-Grandense de 1893. Na seleção para esse volume inicial, dentre os ensaios apresentados, o destaque ficou para a abordagem dos aspectos militares, conforme o seguinte gráfico:

*Anais do III Simpósio Fontes para a História da Revolução de 1893*

**Enfoque primordial dos trabalhos apresentados (em %)**



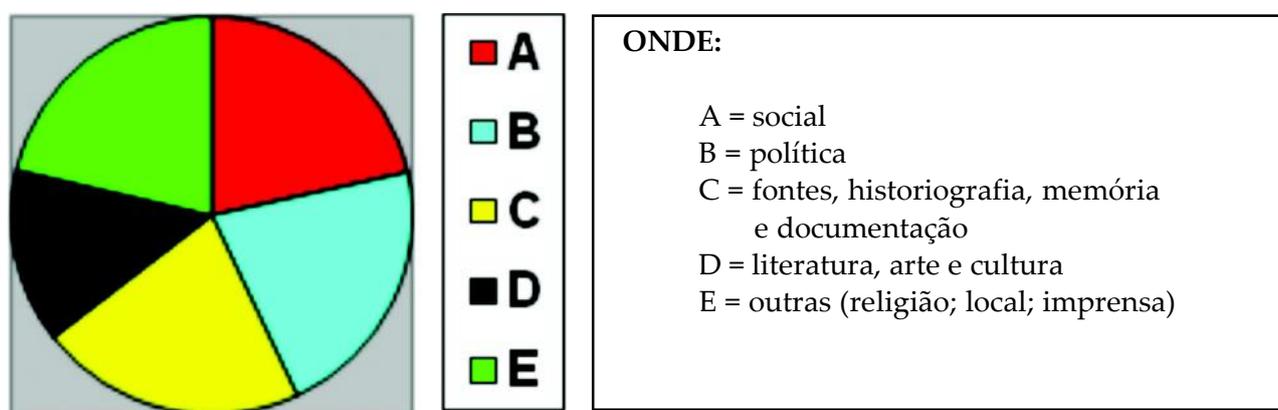
A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul também realizou um evento sobre a Revolução de 1893, do qual resultou a publicação *1893-95: a Revolução dos Maragatos*, organizada pelo historiador Moacyr Flores, em 1993<sup>185</sup>. Na Introdução da referida obra, afirmava-se que, tendo em vista o centenário da Revolução Federalista, o Departamento de História do IFCH/PUCRS, resolveu realizar um curso de extensão denominado "RS: 1893 Conflitos e Projetos", cuja ideia central fora a de aproveitar o momento para fazer uma análise crítica sobre questões não respondidas a respeito da guerra entre maragatos e pica-paus, as quais ainda traziam inquietações à realidade contemporânea. Dentre os objetivos do curso, estava o de levar o conhecimento acadêmico para fora dos muros da universidade. A edição visava abrir caminho para publicações decorrentes de outros cursos de extensão, de modo a contribuir na divulgação das pesquisas e na extensão do conhecimento a um número maior de interessados. A obra *1893-95 a Revolução dos Maragatos* trouxe ao público uma série de ensaios que abordaram os mais variados enfoques acerca da Revolução Federalista,

<sup>185</sup>FLORES, Moacyr (Org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

destacando tópicos que envolviam sociedade e política, conflito e violência, revolucionários e imigrantes, arte e imprensa, e historiografia e memória. Essa variedade de abordagens fica evidenciada a partir do gráfico a seguir:

### 1893-95: A Revolução dos Maragatos

#### *Enfoque primordial dos trabalhos apresentados (em %)*



*Revolução Federalista: estudos*, organizada pela professora Hilda Agnes Hübner Flores, foi outra publicação que visou demarcar o centenário da Revolução de 1893, promovida pelo Círculo de Pesquisas Literárias, tradicional instituição cultural rio-grandense-do-sul<sup>186</sup>. Publicada em 1993, essa obra se consistia em uma antologia que resultara do III Encontro de Estudos, realizado no ano anterior. Segundo sua organizadora, objetivava estudar a sociedade rio-grandense da década de 1890, bem como suas linhas de pensamento e expressões literário-culturais, as diferenças políticas que, pelos municípios, envolveram a população civil em um clima inimaginável de sangue e horror, em nome de inaceitáveis lutas pelo poder.

Em sua introdução, *Revolução Federalista: estudos* trazia algumas das ideias que marcaram, por longo tempo, a produção historiográfica a respeito do assunto em debate. Afir-

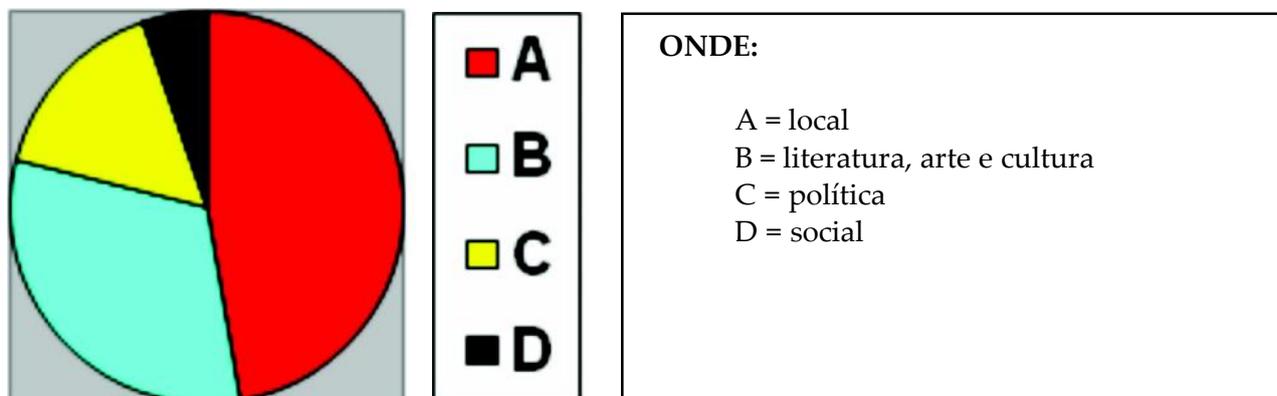
---

<sup>186</sup>FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). *Revolução Federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, Nova Dimensão, 1993.

mava-se que conhecer a Revolução Federalista, em sua mesquinha justificativa, sua extensa ação destrutiva e seus nefastos efeitos, seria capacitar uma tomada de posição, para que não mais se repetisse a intolerância que fora a tônica dos políticos, embalados por suas vaidades e ambições. De acordo com esse espírito de uma "lição histórica", destacava-se que o caminho para se alcançar aquele estágio era, inegavelmente, o da cultura, de maneira a mudar mentalidades e conjugar esforços na busca do progresso e do bem-estar almejados, devendo a leitura daquelas linhas servir para esclarecimento e reflexão. Ideias e doutrinas na década de 1890, aspectos socioculturais e políticos e a Revolução nos municípios foram os tópicos abordados nessa obra. Nesta prevaleceram os enfoques destinados a estudar a história do local e, de acordo com os próprios objetivos da publicação, o componente cultural, como representa o gráfico:

### Revolução Federalista: estudos

#### *Enfoque primordial dos trabalhos apresentados (em %)*



A Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, também em 1993, lançou a publicação *Revolução Federalista de 1893*, organizada por Zita Possamai<sup>187</sup>. Segundo a organizadora, passados cem anos, o Rio Grande do Sul repensava um dos episódios mais cruentos de sua

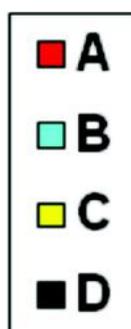
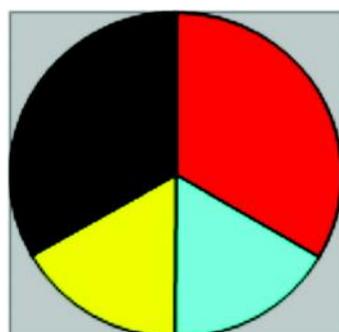
<sup>187</sup>POSSAMAI, Zita (Org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

história: a Revolução Federalista. Considerando que o momento era bastante profícuo para refleti-la, pois, certamente, suscitava questões que faziam parte, por um lado, das discussões políticas do Brasil e, por outro, das angústias do homem contemporâneo que tinha diante de si um quadro de atrocidades, em nível mundial, em que a violência se tornara uma marca registrada. De acordo com a obra, pensar os cem anos da Revolução de 1893 não implicava, necessariamente, comemorar o episódio ou julgar os seus participantes, e, sim, refletir sobre as suas motivações e as histórias que sobre ela eram contadas, lançando-se um olhar do presente sobre os acontecimentos do passado e, portanto, refletindo-se sobre a própria história e seu processo de construção.

Com essa obra, a Secretaria Municipal de Cultura se propunha a participar da reflexão, ao reunir artigos de vários pesquisadores que se debruçaram sobre a Revolução Federalista, de modo a contribuir para a discussão sobre o tema. Assim, os promotores da publicação tinham a esperança de estar colaborando para o debate, a reflexão e a compreensão desse episódio da história do Rio Grande do Sul. Assunto, o qual, pelas paixões que suscitava, certamente, não teria naquela edição o seu debate esgotado. A memória, a degola, a fronteira, a política, a imprensa e o discurso foram alguns dos assuntos debatidos nessa obra, além de alguns ensaios destinados especificamente a tratar de episódios e indivíduos que marcavam a interseção da Revolução com a cidade de Porto Alegre. De acordo com essas abordagens, assim ficaram distribuídos os tópicos destacados na publicação:

### Revolução Federalista de 1893

#### *Enfoque primordial dos trabalhos apresentados (em %)*



ONDE:

A = local

B = imprensa e análise do discurso

C = militar

D = outras (fontes, historiografia, memória e documentação; social; econômica; política)

Ainda em 1993, ocorreria na cidade do Rio Grande, o Seminário Internacional Pensar a Revolução Federalista, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande, do qual se originaria um livro homônimo, organizado pelos historiadores Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres<sup>188</sup>, lançado durante a realização do evento. Nesse seminário, foram reunidos alguns dos maiores especialistas, em nível internacional, nacional e regional, sobre a formação republicana brasileira e sul-rio-grandense, os quais produziram uma série de ensaios com os mais variados enfoques sobre a conjuntura da Revolução. De acordo com os organizadores, a Revolução Federalista se inseria em um processo histórico complexo, situado na transição da monarquia para a república no Brasil, e decorreria das redefinições dos diferentes níveis da vida nacional/regional nos primórdios da República Velha. Dessa forma, os acontecimentos ocorridos entre 1893-95 não se reduzem a uma inteligibilidade limitada ao rio-grandense, mas exigiam articulações intelectuais com o contexto nacional. Para eles, a decodificação das historicidades possíveis da Federalista exigia renovado instrumental investigativo, conforme indicavam os próprios artigos ali publicados.

Também na apresentação da obra Pensar a Revolução Federalista, afirmava-se que a reunião de alguns dos principais especialistas no assunto evidenciava a necessidade de aprofundar as análises sobre a Revolução Federalista no campo econômico, social, político, literário, religioso, do imaginário, entre outros. Dessa forma, a releitura de enfoques interpretativos e o destaque a novos objetos ainda pouco estudados eram indicados, além de um balanço crítico-historiográfico. Nesse sentido, tinha-se por intento que os diferentes temas e objetos ligados à guerra civil de 1893 propiciassem leituras informativas e reflexões, além de sugestões de pesquisas a um público leitor diversificado, de modo que o livro muito mais do que comemorar o centenário da Revolução de 1893, pretendia "pensar a Revolução

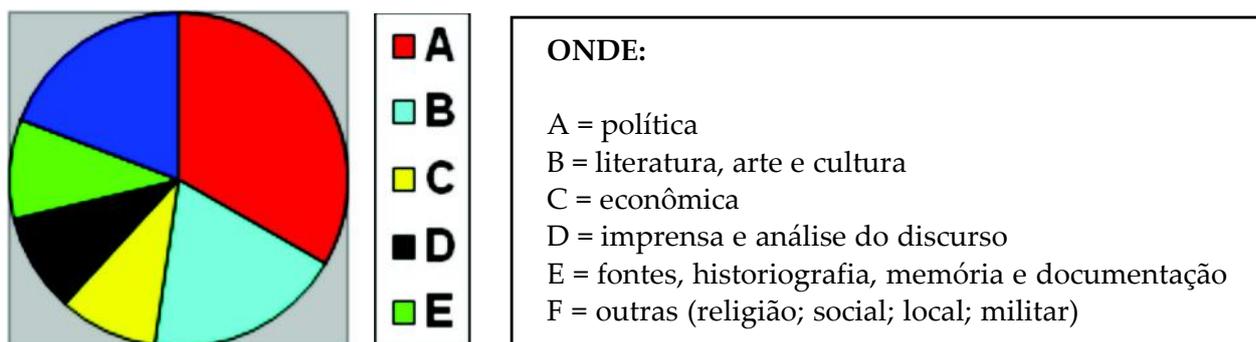
---

<sup>188</sup>ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). Pensar a Revolução Federalista. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993.

Federalista". A diversificação quanto às abordagens foi uma das características marcantes dessa obra, como fica evidente a partir da seguinte representação:

### Pensar a Revolução Federalista

*Enfoque primordial dos trabalhos apresentados (em %)*



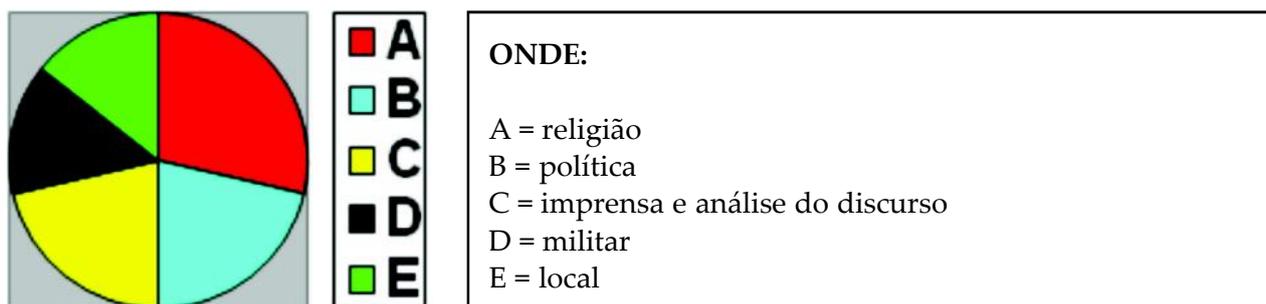
A Universidade do Vale do Rio dos Sinos seria outra instituição a demarcar o centenário da Revolução Federalista com um evento de extensão, através do "Seminário Memória da Revolução de 1893 - 1895: a Revolução Federalista na região de colonização alemã no Rio Grande do Sul", ocorrido em 1993. Dois anos depois, aquela instituição junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul lançaria o livro *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*, organizado pelos professores Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix<sup>189</sup>. Tanto o evento quanto a publicação se destinaram a analisar o conjunto da Revolução Federalista e, através de estudos de caso, privilegiar as análises voltadas às áreas de colonização alemã. Naquela obra, os organizadores se propunham a apresentar os anais do referido evento, reunindo os textos referentes a palestras, conferências, comunicações individuais e às mesas redondas sobre "Religião e Participação Política", "Movimentação Bélica na Revolução Federalista nas Regiões de Colonização Alemã" e "A Imprensa e a Revolução Federalista nas Regiões de

<sup>189</sup>RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

Colonização Alemã". Apesar dessa preponderância de uma análise regional, referente à zona de colonização alemã, diversas abordagens são apresentadas em tal publicação, como revela o próximo gráfico:

### A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros

*Enfoque primordial dos trabalhos apresentados (em %)*



Cada uma dessas obras, de acordo com seus intentos, privilegiou determinadas abordagens históricas, o que não significou, de nenhum modo, a elaboração de trabalhos históricos monocausais ou, ainda, de enfoques que se deixaram influenciar por visões reducionistas da História. Na verdade, apesar de certas perspectivas se constituírem no cerne dos trabalhos, isso não significou, de modo algum, que um determinado viés significasse a renúncia ou o divórcio em relação aos demais. Dessa maneira, a maior parte dos artigos que compuseram as obras que demarcaram o centenário da Federalista, articulou e inter-relacionou os vários elementos constitutivos os quais estiveram presentes no cenário do conflito, fazendo interagir os diversos conteúdos, fosse o político, o econômico, o social ou o ideológico, com um olhar não reducionista e se destinando a enfoques diversificados.

Esses estudos publicados, ao longo daquela série de obras, trabalharam a política, as fontes, a historiografia, a memória, a documentação, a história local, a história militar, a literatura, a arte, a cultura, a imprensa, a análise do discurso, a história social, a religião e a história econômica, representaram um significativo esforço promovido, mormente, pelo meio acadêmico-universitário, para difundir as mais variadas formas de descrição/análise/interpretação dos fenômenos históricos que envolveram a Revolução Federalista. Em grande par-

te, tais ensaios trouxeram ao público novas abordagens analítico-interpretativas, embasadas em renovado arcabouço teórico-metodológico, a respeito de uma fase da história que se encontrava ainda com profunda carência bibliográfica e cercada de lacunas históricas, tabus e preconceitos que só serviam para obscurecer o conhecimento histórico acerca desse decisivo momento da história gaúcha. Nesse sentido, esses livros produzidos por ocasião do centenário da Federalista representaram um importante passo para uma construção historiográfico-intelectual da história da Revolução Rio-Grandense de 1893-1895<sup>190</sup>.

A produção historiográfica mais recente acerca da Revolução Federalista se encontra em plena edificação e, nos últimos anos, vem sendo entabulada a partir de renovados pressupostos teórico-metodológicos e de relevantes contatos com as demais ciências humanas e sociais. Nesse cenário, as análises históricas sobre a Revolução de 1893 apresentaram significativo progresso, ao ser interpretada/descrita a conjuntura que envolveu a revolta nas suas mais variadas nuances e sob os mais diversos prismas e enfoques. Como processo cumulativo, o conhecimento histórico referente à Revolução Rio-Grandense de 1893 pressupõe que as pesquisas devem levar em conta todas as vertentes historiográficas que versaram sobre o tema, de modo que nenhuma delas deve ser descartada, e, sim, estudadas as motivações histórico-historiográficas que levaram à montagem dessas diferentes narrações/análises da guerra civil. Assim, ao lado dos fatores socioeconômicos e político-ideológicos, a própria produção histórico-intelectual a respeito do movimento de 1893-1895 tem se tornado objeto de pesquisa, engendrando-se em um todo que constitui o processo de construção de uma nova historiografia sobre a Revolução Federalista<sup>191</sup>.

Contudo, ainda há muito a se fazer para que esta renovada historiografia venha a chegar à sala de aula. As interpretações reducionistas, escamoteadoras e preconceituosas fizeram um estrago bastante grande ao longo do tempo, de modo que a visão negativa ou a

---

<sup>190</sup> ALVES, Francisco das Neves. Fontes para o estudo da Revolução Rio-Grandense de 1893-1895. In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (Orgs.). Anais do IX Ciclo de Conferências Históricas. Rio Grande: FURG, 2000. p. 79-91.

<sup>191</sup> ALVES, 2002. p. 51.





## **Para conhecer e ensinar a História de uma cidade portuária: a questão do "tempo histórico"**



Dentre o quadro de amplas dificuldades sempre presentes e constantes na edificação das relações de ensino-aprendizagem, a apreensão das noções de tempo por parte dos alunos tem sido uma das tarefas mais complexas na caminhada dos professores. Demonstrar distanciamentos e aproximações cronológicas, rupturas e continuidades temporais e o próprio devir histórico perpassado pelo tempo constitui uma empreitada que dependerá de um acentuado número de variáveis, essencialmente da capacidade de abstração do alunado. Para a obtenção de algum resultado mais positivo, as soluções têm apontado na direção de explicar o tempo histórico a partir de uma interação com as próprias vivências do discente, ou seja, os seus próprios "antes" e "depois", "próximo" e "distante", "velho" e "novo", de modo a, paulatinamente, introduzir as noções das grandezas temporárias de passado, presente e futuro e muitas das ilações a partir delas oriundas.

Tal estratégia de aprendizado leva em conta a própria realidade do aluno e o ambiente familiar e cidadão deste, ou seja, o contexto com o qual ele convive direta e epidermicamente. Nessa linha, a tendência básica é o destaque às identidades criadas pelo estudante em relação à própria comunidade, isto é, as mais intrínsecas relações e interações deste com uma memória social. A mais antiga comunidade gaúcha, a cidade do Rio Grande, pode constituir um excelente exemplo para buscar a aplicabilidade de tais mecanismos de apreensão. Tendo em vista sua longa historicidade no âmbito estadual, esta comuna apresenta diversos ele-

mentos constitutivos históricos que fazem parte da memória coletiva cidadina, o que traz possibilidades de interação sociocultural de parte de seus habitantes.

Um desses pontos de interação é representado pelas interfaces entre a comunidade e o sistema portuário. Ao longo de toda a sua história, a cidade do Rio Grande esteve umbilicalmente ligada às águas de seu entorno. A fundação do povoado, a evolução urbana, a ânsia por ver solucionados os problemas do ingresso marítimo (vencendo-se os obstáculos oferecidos pela Barra de acesso que ficaria conhecida pelo epíteto de "diabólica"), a construção do Porto original (que passaria a ser denominado de Velho, tendo em vista a edificação do Porto Novo e dos molhes da Barra), a construção do Superporto e as constantes etapas de progressos, crises, estagnações e novos avanços foram apenas alguns dos tantos fenômenos históricos que demarcaram as interligações entre a cidade e seus portos. Assim, a "evolução" cidadina e portuária constitui um processo único, no qual ficam articulados história e identidades culturais, tornando-se, portanto, bastante propício à abordagem dos "tempos históricos".

No ensino da História, pode-se partir da consideração de que o tempo constitui um elemento fundamental para a análise das sucessões e transformações que ocorrem em uma determinada sociedade. Assim, é necessário evidenciar a complexidade que envolve uma análise de tal grandeza, cujo fio condutor é o calendário, que é a expressão síntese de sua historicidade - até porque, mesmo paradoxalmente, essa noção de tempo conduz à estruturação de uma história cronológica que serve de base para currículos e programas de aula da disciplina de História<sup>194</sup>. Dessa forma, na maioria das vezes em que o professor informa a respeito do domínio que seus alunos têm sobre a noção de tempo, refere-se fundamentalmente à aprendizagem relativa à cronologia. Desse modo, as noções de ano, década, século e milênio do calendário cristão, ou seja, a contagem do tempo de maneira uniforme, regular e sucessiva é, em geral, referenciada como sendo a noção de tempo histórico. Há,

---

<sup>194</sup>HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geyso Dongley. O ensino de História e seu currículo: teoria e método. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 50-4.

portanto, uma tendência acentuada em se identificar o tempo cronológico como a única noção de tempo histórico<sup>195</sup>.

Tais perspectivas levam à predominância de uma abordagem pelo qual o tempo histórico parece ter se reduzido a um elemento abstrato - o passado - que pode corresponder a milhões de anos ou a uma década atrás, de maneira que tudo aquilo que é encontrado nesses "passados" é sujeito histórico, seja o ser humano, um objetivo ou um animal<sup>196</sup>. A possível superação destes procedimentos se dá na prática de um ensino voltado a uma pluralidade, ou seja, aos "tempos históricos". Dessa maneira, uma das possibilidades de o aluno melhor compreender a questão do(s) tempo(s) no devir histórico pode estar ligada ao estudo de uma realidade local com a qual ele tenha um contato concreto. Nesse sentido, o objetivo passa a ser evitar uma fragmentação rígida dos espaços e temas estudados, a qual não possibilita que os discentes estabeleçam relações entre os vários níveis e dimensões históricas acerca de um assunto, de modo que o bairro, a cidade, o estado não sejam vistos como unidades estanques, dissociados do resto do país ou do mundo<sup>197</sup>.

Deve ser evitada a prática de uma História que exclui a realidade do aluno, que despreza qualquer experiência de natureza histórica por ele vivida e que o impossibilita de chegar a uma interrogação sobre a própria historicidade e sobre a dimensão histórica da realidade individual, familiar, de sua classe, nacional e, enfim, do próprio "tempo histórico", ou seja, aquele que explica o processo que sofre a realidade social em estudo<sup>198</sup>. A análise da cidade do Rio Grande e das intrínsecas interfaces com o sistema portuário desta traz em si uma significativa oportunidade de estudo dos "tempos históricos", articulados na concepção de

---

<sup>195</sup>NADAI, Elza; BITTENCOURT, Circe. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, J. (Org.). O ensino de História e a criação do fato. 14.ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 96.

<sup>196</sup>ABUD, Katia Maria. Tempo e realidade: sujeitos históricos e concepções de História na Escola Básica. In: OLIVEIRA, M. M. D.; CAIMELLI, M. R.; OLIVEIRA, A. F. B. (Orgs.). Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008. p. 153.

<sup>197</sup>FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. 11.ed. Campinas: Papirus, 2010. p. 154.

<sup>198</sup>CABRINI, Conceição et al. O ensino de História (revisão urgente). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 21-2 e 36.

um "tempo social", ou seja, aquele que se embasa em uma determinada identidade cultural, caminho propício para melhor compreensão do alunado no que tange às grandezas temporais de passado e presente<sup>199</sup>.

A formação histórica da cidade do Rio Grande e a de seus estabelecimentos portuários são dois processos plenamente indissociáveis. Reciprocamente a história do Porto e da Barra acompanhou *pari passu* a história cidadina. A expedição fundadora que daria origem ao povoado, geoestrategicamente alocado naquela zona lindeira às águas e na única entrada do litoral rio-grandense, chegou às terras gaúchas, atravessando a já então conhecida como "Barra diabólica". O núcleo urbano se desenvolveria no entorno costeiro. Perdida a vila, durante a invasão espanhola, preparou-se boa parte da resistência e da retomada lusitana pela via marítima. Por meio de seu ancoradouro, progressivamente, o vilarejo se transformou em cidade e no mais importante entreposto comercial gaúcho. As melhorias no acesso marítimo foram o tema de maior mobilização da coletividade rio-grandina por séculos, sustentando aquilo que se transformou em uma aspiração comunitária. A paulatina construção do Porto Velho, pedaço a pedaço, contou com muito do esforço dos cidadãos da urbe. A arrancada para a construção dos molhes da Barra e do Porto Novo foi um dos fatores motores para um incremento econômico citadino, atingindo uma fase de significativa industrialização. A estagnação entremeada por crises econômicas que atingiram a metade sul-gaúcha, o que inseriu o Rio Grande nesse processo, tinha nas atividades portuárias uma tentativa de reação diante de tais males. A expansão portuária, com a criação do Superporto, significou uma alternativa naquele caminho de dificuldades, o que culminou com o presente tempo, em que o sistema portuário rio-grandino tende a constituir uma das possíveis opções de contornar, ao menos em parte, os óbices socioeconômicos que ainda cercam a comunidade.

Essa história portuária pode ser estudada sob o prisma conjuntural da formação histórica local, regional, nacional e mundial. Ao longo da evolução rio-grandina, o Porto não

---

<sup>199</sup>As asserções que se seguem constituem trechos de: ALVES, Francisco das Neves. Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária. Porto Alegre: CORAG, 2008.

significou apenas a porta de entrada e saída de mercadorias, mas foi também um entreposto para um intercâmbio humano, social, político, ideológico, religioso, entre outros. Durante muito tempo, o Porto rio-grandino era ponto de passagem praticamente obrigatório para a maioria deles aqueles que pretendiam entrar ou sair do Rio Grande do Sul. Por ali chegavam contingentes populacionais, correspondências, jornais, livros, espetáculos artísticos e ideias, o que consistiu, enfim, em uma interface com o mundo à sua volta. Em síntese, além de ter constituído um mercado de trocas econômicas, o Rio Grande efetivou também trocas de natureza cultural. O passar dos séculos e o progresso dos meios de transporte levariam a caminhos alternativos para chegar ao território sulino, mas o sistema portuário rio-grandino não perderia o papel de ligação do extremo-sul brasileiro e até alargaria fronteiras, do sul da América Meridional com o mundo.

A partir dessa conjuntura de interfaces entre cidade e porto, deu-se a construção de uma memória e de uma cultura portuária no âmbito da comunidade. Ocorreria assim uma articulação entre memória e identidade cultural, tendo em vista que aquela é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca, na febre e na angústia, é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades contemporâneas<sup>200</sup>. Além disso, a própria memória coletiva, como designativa do caráter social da construção da memória humana, remete ao sentido da identidade de grupos<sup>201</sup> e de suas inter-relações com os fundamentos culturais de uma sociedade.

Essas conexões entre história, cultura e memória ocorreriam a partir de uma concatenação temporal, no sentido de um tempo social, ou seja, aquele que é concebido como uma categoria de pensamento e, como tal, o resultado de uma elaboração ou construção simbólica solidária com o sentido e os recortes gerais de cada cultura. A ênfase no caráter social procura acentuar a relatividade da noção ocidental de tempo, em face não só das classificações diversas das demais culturas, mas também das diferentes modalidades em

---

<sup>200</sup>LE GOFF, Jacques. História e memória. 3.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 476.

<sup>201</sup>DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória social. In: SILVA, Benedito (Coord.). Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 740.

que ela própria se expressa - historicidade, tradição, evolução, revolução, entre outras<sup>202</sup>. Os "tempos" observáveis na evolução da cidade portuária advieram do próprio papel dominante que o conceito de mudança assumiu contemporaneamente na ideia de história, ou seja, as sociedades humanas passaram a ter a noção de que o conceito de tempo deveria ser considerado não como uma condição a priori, mas uma consequência de suas próprias experiências de mundo, o resultado de uma longa evolução. Dessa forma, constata-se uma relação recíproca entre tempo e história, pois, assim como a ideia de história é baseada no tempo, também este, tal como é concebido, torna-se uma consequência da história<sup>203</sup>.

É nesse tempo social que se movem os historiadores<sup>204</sup>, de modo que o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento<sup>205</sup>. A categorização em "tempos" não traz em si uma ideia de unidades fechadas e estanques entre si, uma vez que devem ser levados em conta os fenômenos das continuidades e das rupturas nos tempos históricos, de modo que tais tempos, concernentes à história portuária rio-grandina, aparecem de forma inter-relacionada, interacionada e até alternada entre si, apresentando vários elementos constitutivos de continuidade e, por vezes, alguns níveis de ruptura.

Desse modo, nos quadros da cidade portuária gaúcha, o "Tempo de aspiração" equivale à formação histórica rio-grandina desde a gênese da cidade, ainda no século XVIII, passando pela crescente mobilização de diversos segmentos comunitários no sentido de melhorar o acesso à navegação no litoral rio-grandense, chegando ao início dos anos oitenta da centúria seguinte, com a formação da Comissão de Melhoramento da Barra do Rio Grande

---

<sup>202</sup>DUARTE, Luiz Fernando Dias. Tempo social. In: SILVA, Benedito (Coord.). Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1205.

<sup>203</sup>WHITROW, Gerald James. O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 206-207.

<sup>204</sup>GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. p. 30.

<sup>205</sup>LE GOFF, 1994. p. 426.

do Sul. O "Tempo de planificação" vai desde a década de oitenta, do século XIX, até o início da centúria seguinte, com a assinatura do contrato que daria o encaminhamento definitivo à questão da Barra, sendo marcado pela elaboração de projetos mais consolidados na tentativa de trazer luz aos óbices do acesso marítimo. O "Tempo de concretização", que se desenrolou no segundo e terceiro lustro do século XX, caracterizou-se pelas marchas e contramarchas até que fossem encetadas as obras e culminasse com a inauguração dos molhes da Barra e do Novo Porto, em 1915. O "Tempo de encampação" é o mais breve deles, desenrolando-se nos cinco anos que se seguiram aos atos inaugurais do Porto e da Barra, nos quais se desenvolveriam as negociações e a efetiva transferência do sistema portuário rio-grandino para o Estado do Rio Grande do Sul. O "Tempo de conservação" estende-se desde os anos vinte até a década de setenta do século XX, demarcado pela afirmação do Porto estadual com alguns avanços e a predominante e recorrente faina de garantir a manutenção das estruturas portuárias. Finalmente, o "Tempo de expansão", entre os anos setenta e a virada do milênio, corresponde ao período desde a construção do Superporto, perpassando as amplas transformações pelas quais passaria a conjuntura do sistema portuário, até o tempo presente. Nesse quadro, entremearam-se algumas rupturas e continuidades, de modo que as ações de cada tempo foram interativas. Em outras palavras, em todos esses tempos, permaneceram os atores sociais a aspirar, a planificar, a concretizar, a conservar e a expandir ideias, atos e edificações.

O primeiro desses "tempos", o da "aspiração", abarcou um período significativo da formação da vila/cidade e da capitania/província. Envolveu variadas conjunturas históricas, ao perpassar pela incorporação do território sulino ao projeto colonial português, com os revezes da invasão hispânica e a retomada de curso, com a reconquista lusitana; pelas transformações advindas do período joanino e a formação do Estado Nacional; pela instabilidade e crise dos primeiros tempos da jovem nação, agitado o Rio Grande do Sul pela Revolução Farroupilha; até a consolidação e apogeu do Império Brasileiro, para, a partir da Guerra do Paraguai, iniciar-se o seu processo de declínio. O núcleo inicial em torno da fortificação, formado pelo povoado, a vila e a cidade, desde a sua gênese, teriam um contato epidérmico

com o ambiente litorâneo que tanto influiria na edificação da urbe. A vizinhança das águas lá estaria a interagir com a comunidade que se plasmava, fosse pelo papel inicial, estratégico-militar, fosse aquele adquirido a partir do século XIX, o de entreposto comercial. Porém, a costa que aproximava os rio-grandinos do resto da capitania/província, do Brasil e do mundo, em um grande intercâmbio de mercadorias, homens, ideias e informações, era a mesma que isolava essa gente, desde os pioneiros, muitas vezes abandonados à própria sorte, até épocas posteriores, quando os habitantes da cidade que tentava civilizar-se, constantemente, viam obstaculizado o seu contato com o mar.

A história do Rio Grande, desde a fundação até o início dos anos oitenta do século XIX, foi marcada pelo recorrente enfrentamento do ser humano com a natureza, segundo as próprias concepções civilizatórias de então. Organizar e estruturar uma ordenação urbana que, em um primeiro momento, servisse para enfrentar as intempéries, para progressivamente atender às demandas do convívio social e às exigências do modelo europeu de civilização, foi uma labuta contínua no período. A questão da navegação estaria completamente inserida nesse processo, como bem ficou evidenciado na paulatina construção do cais e as transformações nas ruas contíguas, de modo a possibilitar maior comodidade às lides mercantis e promover o aformoseamento da cidade - para usar expressão tão em voga na época - de modo a dar-lhe uma feição de verdadeiro cartão-postal ao mundo com o qual queria se relacionar, assim como na interminável batalha contra a "Barra diabólica" e os enormes prejuízos dela advindos. Esse "tempo de aspiração" agiria como verdadeiro catalisador de uma memória histórica, pois, em um contexto em que a vida cotidiana passava a ser penetrada pela necessidade de memória<sup>206</sup>, seria visto - e construído no campo da memória social - como "exemplo às gerações vindouras" da "perseverança dos moradores" do Rio Grande na busca incessante por atingir suas metas, contribuindo decisivamente para a edificação da identidade cultural de uma comuna portuária.

---

<sup>206</sup>LE GOFF, 1994, p. 461.

Já no "tempo de planificação" o mundo passava por amplas transformações advindas dos confrontos imperialistas entre os países europeus. No Brasil, acirrou-se o processo de declínio monárquico até a efetivação da nova forma de governo, a qual foi acompanhada por grave crise política e bélica no Rio Grande do Sul, com a Revolução Federalista. Na cidade portuária gaúcha, as auspiciosas perspectivas, com a formação da Comissão de Melhoria da Barra, pouco a pouco se esvaeceram. As intermináveis discussões parlamentares, a mudança na forma de governo, a deflagração revolucionária, as poucas condições de investimento governamental e/ou o pequeno interesse de algumas autoridades públicas foram alguns dos empecilhos que protelaram os avanços do "intento magno" dos rio-grandinos.

Ainda assim, um diferencial ficaria evidenciado em relação à época das aspirações, quando todo tipo de plano apareceu, desde os mais bem estruturados até os mais estapafúrdios. Isso porque, nesta etapa de planificações, os projetos foram elaborados na sua maioria por especialistas, os quais, ainda que discordantes entre si pontual ou estruturalmente, eram normalmente entabulados a partir de interpretações científicas - afinal era o momento em que a ciência tornava-se onipotente. Assim, nada mais justo, segundo a concepção desses tempos, que, por meio do conhecimento científico, o homem conseguisse, cada vez mais, superar a natureza. Não foi nessa época que isso aconteceu, no que tange à Barra, mas desses tempos de planejamentos restaria a certeza de que a solução para o acesso marítimo seria a edificação de um sistema de molhes, ideia que acabaria por ser efetivada na prática no "tempo de concretizações" que se anunciava. Em uma época em que se acelerava o movimento científico, destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança<sup>207</sup>, tal plano viria também a ocupar um dos lugares mais altos no panteão da memória e da criação de identidades culturais em torno da história portuária rio-grandina que seria plasmada no seio da sociedade do porvir.

O "tempo da concretização" efetivar-se-ia nos primórdios do século XX, quando os enfrentamentos imperialistas europeus redundariam na deflagração da I Guerra Mundial,

---

<sup>207</sup>LE GOFF, 1994, p. 464.

ao passo que, no Brasil, consolidava-se o modelo oligárquico e, no contexto gaúcho, a ditadura castilhistaborgista. A empreitada não foi fácil, com obstáculos de toda ordem, ainda mais tendo em vista a magnitude das obras a serem executadas, a dependência do investimento de capitais internacionais, os diferentes e divergentes interesses em jogo e culminando com um conflito bélico de abrangência mundial. Ainda que "conquistada" pela ação da ciência e do homem, que estariam a sobrepujar as forças da natureza, a "Barra diabólica" não seria "eliminada" como um todo em seu papel de óbice ao progresso rio-grandense. Isso porque a conservação das condições de navegabilidade permaneceria como premissa básica para o desenvolvimento das relações de intercâmbio através do litoral gaúcho.

O ano de 1915 marcaria a passagem do navio Benjamin Constant pela Barra e a inauguração do Novo Porto. Deste modo, este ano foi potencializado como "data magna" na construção de uma memória coletiva em torno do tema e alocado como episódio de relevância crucial na elaboração de uma cultura identitária no Rio Grande - ainda mais em uma época em que a comemoração se apropriava de novos instrumentos de suporte (como monumentos, placas, fotografias, entre outros) e exercia um grande domínio em que a política, a sensibilidade e o folclore se misturavam nas construções memoriais<sup>208</sup>. Entretanto, o próprio "tempo de concretização" já trazia em si os germens da nova época que se anunciava, com o "tempo de encampação", que se efetivaria em curtíssimo prazo, prenunciando-se o breve no cronológico, mas de importância inexorável.

Desde o agravamento até o término da I Guerra e o início do instável período do entreguerras, ao passo que no Brasil o sistema oligárquico começava a dar os seus primeiros sinais de desgaste que viriam a culminar com a crise dos anos vinte que também atingiria o Rio Grande do Sul, foram elementos que caracterizaram o "tempo de encampação". O regime castilhistaborgista pretendia colocar um projeto de desenvolvimento estadual em prática, com o objetivo de livrar-se das pesadas taxações que prejudicavam as atividades mercantis pelo Porto rio-grandino. Já a Companhia Francesa, que fizera as obras e era concessionária

---

<sup>208</sup>LE GOFF 1994, p. 465-466.

ria do Novo Porto, vinha enfrentando as dificuldades econômicas daquela conjuntura. Com a venda de seus direitos, a empresa teria algum retorno dos investimentos, sem ter de enfrentar as delongas administrativo-burocráticas brasileiras e, fundamentalmente, como uma alternativa às dificuldades oriundas da guerra, as quais praticamente levaram os investidores à ruína.

As práticas capitalistas e imperialistas passavam por mais um momento de inflexão durante o conflito mundial, prenúncio das transformações que viriam a se consolidar nos anos seguintes e cujos reflexos seriam sentidos também no contexto nacional, regional e local. No campo da memória, a encampação seria incorporada como um dos momentos fundamentais da história portuária rio-grandina, criando-se a identidade cultural de uma sólida conclusão do processo que tivera seu ápice nos acontecimentos inaugurais. No quadro dos verdadeiros lugares da história, deve-se procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva - estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória<sup>209</sup>. Se em 1915 o homem dominara a natureza, a encampação traria a socialização - para usar o termo dos governantes rio-grandenses -, ou, pelo menos, a estatização desse progresso. As mudanças que se anunciavam, entretanto, criariam novas contingências, para as quais teria de preparar-se o sistema portuário rio-grandino.

Ainda que, durante o "tempo de conservação", tenham acontecido avanços no estabelecimento portuário rio-grandino, a essência do período foi a manutenção das transformações espaciais oriundas de 1915. Manter tais estruturas, entretanto, não foi empreendimento de fácil execução, uma vez que a ação do próprio tempo, a inclemência das intempéries e o fator corrosivo das agitadas águas constituíam fatores de inexorável desgaste. Além disso, as mais de cinco décadas que se seguiram à construção do Novo Porto e à desobstrução da Barra caracterizaram-se por ampla instabilidade no contexto internacional, nacional e regional.

---

<sup>209</sup>LE GOFF, 1994, p. 473.

Saindo-se da primeira conflagração mundial, passou-se a viver a agitação do entreguerras para desembocar na eclosão da II Guerra Mundial e, encerrada essa, começariam as crises e incertezas da época da Guerra Fria. O Brasil de então constituiria um alternar entre períodos de alguma estabilidade, outros de profunda vulnerabilidade institucional e ainda outros mais graves, que redundariam em regimes autoritários, todos eles trazendo indeléveis consequências para o Rio Grande do Sul. Tais vicissitudes trariam consigo várias etapas de dificuldades financeiras, e, a partir das constantes mudanças governamentais, uma crônica falta de continuidade administrativa, elementos fatais à concreta promoção de uma política de desenvolvimento infraestrutural.

Nessa época, o país passaria por um crescimento de proporções significativas e por mudanças drásticas no perfil político-ideológico e socioeconômico, em uma desenfreada tentativa de superar o modelo agrário-exportador e adentrar os caminhos da industrialização, advindo daí um alto custo social e de endividamento financeiro. Nesse ambiente, o sistema portuário nacional sofreria por várias vezes problemas de solução de continuidade em sua evolução. A estrutura portuária rio-grandina se conservaria, mesmo que enfrentando os desgastes naturais, os temporais, a falta de verbas, as descontinuidades administrativas e as rivalidades com o Porto da capital, por vezes acalentadas nos meios governamentais. Nessa fase, no campo da memória coletiva, dar-se-iam os primeiros passos em direção à valorização do Porto e da Barra como verdadeiros patrimônios históricos que contribuiriam com a construção de uma identidade cultural de rio-grandinos e rio-grandenses.

Constituía uma época que clarificava a importância do papel que a memória coletiva desempenhava. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva passa a fazer parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção<sup>210</sup>. Durante esse tempo de conserva-

---

<sup>210</sup>LE GOFF, 1994, p. 475.

ção, as lutas, mobilizações e reivindicações da coletividade em prol de seu Porto não deixariam de existir e acabariam por constituir a semente dos novos tempos os quais já se anunciavam a partir da ânsia por expandir.

O "tempo histórico de expansão", que perpassou desde as três últimas décadas do século XX até a virada para o novo milênio, constituiu uma época de transformações e incertezas. A conjuntura internacional passaria da Guerra Fria à consolidação de um processo de globalização, o qual transformava o mundo em um conjunto de comunidades, ainda que discrepantes, em intensa comunicação e interligação de interesses entre si. O Brasil, e, por consequência, o Rio Grande do Sul, passaria da linha dura dos governos militares e do sonho do "Milagre Brasileiro" para a crise do regime e a gradual redemocratização. Isto culminaria na Nova República, que, como fase de transição, trazia no seu âmago tanto características do passado como do porvir, em um misto de resquícios de práticas autoritárias, demagógicas, populistas e desenvolvimentistas.

O papel do Estado na economia foi repensado nesta época, abrindo-se espaços cada vez mais profundos para um processo de privatizações, e a estrutura portuária nacional exemplificaria muito a contento tal fenômeno. A chamada "lei modernizadora" de 1993 significaria mais um momento de inflexão na existência dos portos brasileiros, o que não deixaria de também ocorrer no Porto do Rio Grande. As discussões prosseguiram à extenuação entre princípios de privatização, da manutenção do papel do Estado e, mais recentemente, das concessões às empresas privadas das estruturas portuárias. Da grande aplicação de verbas estatais na construção do Superporto à mais contemporânea injeção de investimentos privados, o "tempo de expansão" resultaria em uma nova feição do sistema portuário rio-grandino e, ao que tudo indica, tal expansionismo tende a evoluir ainda mais. Nessa conjuntura de recorrente modernização, Porto Velho, molhes da Barra, Porto Novo e Superporto passariam cada vez mais a aparecer como um conjunto de elementos constitutivos preñes de simbolismo, no qual passado, presente e futuro sobrevivem lado a lado nos resquícios da memória e na edificação da identidade cultural de uma comunidade essencialmente portuária.

Esse processo histórico, vinculado à presença dos estabelecimentos portuários rio-grandinos, está relacionado à questão de que o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura de tais vestígios<sup>211</sup>, em uma constante busca de interação entre o passado e o presente, em que as ações dos personagens daquele venham a fazer sentido para este tempo. Constituiu-se, então, um processo de constante busca de renovação e afirmação do passado, tendo em vista que a memória está sempre em evolução e sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, de modo que às vezes fica latente por longos períodos, depois desperta subitamente<sup>212</sup>. O Porto Velho, encravado bem no centro histórico da cidade, o Porto Novo, uma verdadeira "fronteira" citadina e plenamente incorporado ao cenário urbano e o Superporto, embora mais isolado, localizando-se à margem de uma das vias de acesso à urbe, passavam a fazer parte do cotidiano das pessoas, alocados em seus espaços de ir e vir, por vezes despercebidos, mas, em outras, notados, e, a partir daí, possivelmente rememorados. Por conseguinte, cais, armazéns, prédios, guindastes, navios, entre tantos outros elementos inerentes à vida portuária, têm a função demarcada e permanente de reavivar a memória social e edificar inter-relações que demarcam indelévels identidades culturais dos rio-grandinos com seu Porto.

Épocas de grande pujança e profundas crises no cenário mundial, nacional, regional e local foram acompanhadas intimamente pelas atividades portuárias rio-grandinas. A porta de entrada e saída do Rio Grande do Sul, esteve sempre conectada ao mundo, em um intercâmbio constante, passando pelos incipientes contatos comerciais, incrementados a partir das rupturas com o pacto colonial, provenientes da abertura dos portos de 1808, até a virada para o novo milênio, quando a globalização planetária aproximou os mais recônditos lugares, que tiveram nas lides mercantis um de seus pontos essenciais de contato. Desde a época em que receber uma correspondência ou um jornal da Europa ou mesmo do centro do país,

---

<sup>211</sup>LE GOFF, 1994, p. 424.

<sup>212</sup>NORA, Pierre, citado por: HOBSBAWN, Eric J. A Era dos Impérios (1875-1914). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 13.

por vezes, consistia uma proeza, até a contemporaneidade, quando o planeta viria a se encontrar plenamente interligado nas teias da internet, o papel do Porto se incrementaria cada vez mais na interação entre o local e o internacional, envolvendo, ao longo de todos esses tempos, desde as mais comezinhas às mais estruturais permutas.

O Porto não nasceu à margem da sociedade e sim em um processo de completa interação e articulação, advindo daí uma plena identidade da comunidade com uma cultura portuária. A construção de tal processo não se dá por um prisma unívoco e imutável de identificação, mas sim em uma perspectiva multifacetada e variável, que envolve o espaço interior e o exterior, o mundo pessoal e o público, em uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis<sup>213</sup>, de acordo com concepções conjunturais, mas também percepções circunstanciais, que permitem a cada indivíduo perceber a importância do Porto para si. Nesse sentido, cada cidadão poderá criar uma identidade cultural em relação ao Porto, ou seja, aquela que nasce de suas próprias convicções. O papel da história e da memória através daqueles "tempos históricos" é possibilitar ao indivíduo uma visão de como a sua realidade foi construída historicamente, de maneira que ele perceba que o sistema portuário rio-grandino foi também uma edificação da própria comunidade, à qual está interligado de modo intrínseco. Dessa maneira, a partir das interfaces coletivas, a história de vida desse mesmo indivíduo, direta ou indiretamente, está vinculada à formação histórica portuária do Rio Grande.

Como cabe ao professor explicitar e indagar qual noção de tempo tem sido (ou será) objeto do trabalho na sala de aula - na medida em que se supõe, em nível teórico, ser a História a disciplina encarregada de situar o aluno diante das permanências e rupturas das sociedades e da atuação dele enquanto agente histórico<sup>214</sup> - o estudo dos "tempos históricos" a partir daquele ambiente portuário citadino é amplamente possível, tendo em vista a plena convivência da comunidade como um todo e, portanto, do alunado com ele. Em tal experiência, podem ser evidenciadas algumas das qualidades que fornecem as singularidades que

---

<sup>213</sup>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 11-13.

<sup>214</sup>NADAI; BITTENCOURT, p. 95-96.

dão especificidade à narrativa histórica, tais como a mobilização da experiência do tempo passado gravado na memória, que permite a compreensão da experiência do tempo presente e expectativas do futuro; a organização da unidade interna das três dimensões do tempo (presente, passado e futuro), por meio do conceito de continuidade, que ajusta a experiência real do tempo às intenções e expectativas humanas e o estabelecimento de identidades<sup>215</sup>.

As possibilidades de atividades são múltiplas: compreendem a já tradicional utilização da linha do tempo, mas envolvem tantas outras, como o uso de relatos de visitantes estrangeiros, notícias e opiniões expressas em jornais, registros fotográficos e cartográficos, relatórios e projetos, todos estes documentos que abundam em quantidade/qualidade a respeito de cada um daqueles "tempos". Outra possibilidade, extremamente acessível, é a visita ao Porto Velho, o qual integra o centro histórico citadino e faz fronteira com importantes instituições culturais, como a Biblioteca Rio-Grandense, o Museu da Cidade e tantas outras referências em termos de patrimônio cultural. Tal visita pode estender-se ao Acervo Histórico do Porto e, num futuro que se espera bem próximo, às novas instalações culturais projetadas para a extensão do cais do Porto Velho. Tais atividades podem estimular e aprofundar uma identidade cultural que já está presente ou latente no conjunto do alunado para com a história de sua cidade portuária.

---

<sup>215</sup>ABUD, Katia Maria. Tempo: a elaboração do conceito nos anos iniciais de escolarização. In: *Historiae - Revista de História da Universidade Federal do Rio Grande*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2012, v. 3, n. 1, p. 16.





## **A caricatura como fator de motivação para entender um microcosmo da ação do imperialismo no Brasil**



Estudar a ação do imperialismo no Brasil constitui ponto fundamental na formação escolar no que tange à História. Desde as relações coloniais com Portugal, passando pela ação britânica no contexto luso-brasileiro a partir do século XVII, e o seu recrudescimento durante o período joanino que se estendeu a toda a existência do estado nacional monárquico, para, da república em diante, iniciar a influência norte-americana nos destinos brasileiros, em um processo que se consolidaria dos anos trinta em diante, muitos têm sido os enfoques acerca da atuação imperialista na conjuntura histórica brasileira. Assim, o entendimento de tal evolução histórica só se torna possível levando em conta as interferências do imperialismo nesse mesmo processo.

Na virada do século XIX para o XX, as potências chegavam praticamente ao auge de suas disputas imperialistas, fatiando entre si as terras afro-asiáticas e da Oceania. Para a América, não havia a necessidade da sustentação de um aparelho colonizador, pois as formas de domínio se davam a partir de investimentos de capitais, bens e serviços, enraizando as já tradicionais relações de dependência. O Brasil, ao mudar sua forma de governo, começaria a dar os primeiros passos em direção à mudança da sua zona de influências da britânica para a estadunidense. Ainda assim, tal processo não se consolidaria imediatamente e a mais poderosa nação imperialista da época não deixaria de manter seus interesses voltados às terras brasileiras. A Grã-Bretanha continuava a praticar a "diplomacia da canhoneira" e por

diversas vezes interviu em países ditos independentes.

Ainda nos primeiros tempos republicanos, consolidada a nova forma de governo, as autoridades públicas teriam como uma de suas prioridades a demarcação definitiva das fronteiras internacionais, vindo a entabular diversos acordos com seus vizinhos sul-americanos. As maiores dificuldades da pasta das relações exteriores brasileiras estiveram ligadas às negociações com os países europeus que ainda tinham possessões no território sul-americano, notadamente no que tange à região das Guianas, tanto a francesa quanto a inglesa. Nesse meio tempo, surgiria uma outra querela internacional a ser resolvida pela diplomacia brasileira, uma vez que os ingleses haviam se instalado numa pequena ilha rochosa na costa brasileira sob o argumento de por ali passar um cabo telegráfico. Surgia a questão da Ilha da Trindade que, a princípio, poderia parecer sem maior importância, mas que bem revelou uma das facetas pelas quais era encarado o imperialismo no Brasil.

A Ilha da Trindade, localizada há mais de mil quilômetros da costa do Espírito Santo, foi incorporada à possessão portuguesa, após a sua "descoberta", ainda nos primórdios do século XVI, mas permaneceria praticamente abandonada nas centúrias seguintes, contando apenas com incursões ao longo do tempo de navegadores portugueses, ingleses e franceses. A falta de condições para a exploração econômica, as amplas dificuldades de acesso e o terreno essencialmente montanhoso constituíam fatores para a ausência da ocupação humana. Muitas das expedições que exploraram tão acidentado solo originaram-se das esperanças - baseadas em estórias e lendas - de encontrar os "tesouros da Trindade", ou seja, riquezas ali escondidas ainda à época da pirataria, em empreitadas que adentraram o século XX, sem qualquer sucesso no que tange a tais fortunas<sup>216</sup>.

Trindade iria permanecer com um pedaço de terra pouco conhecido até o final do século XIX, quando, em janeiro de 1895, a Inglaterra a ocupou, para por ali passar o cabo telegráfico em direção à Argentina. O governo brasileiro só veio a ter conhecimento dessa ocupação em

---

<sup>216</sup>LOBO, Bruno. Conferência sobre a Ilha da Trindade. In: Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. v. 22. p. 108-123 e 128-131.

julho de 1895, através do jornal britânico Rio News, que circulava no Brasil e trazia em suas páginas uma transcrição do periódico inglês Financial News, que divulgava aquela ação britânica<sup>217</sup>. Diante da notícia, as autoridades brasileiras passaram a pleitear junto ao governo britânico o abandono daquela posição, mormente através do representante brasileiro em Londres. Diante do pedido brasileiro, a Grã-Bretanha argumentava que considerara a ilha em estado de abandono, tanto que já houvera ocupado a mesma, pelo menos por três vezes, ao longo do século XVIII. Além disso, as autoridades inglesas justificavam que aquela ocupação não era de natureza militar e, sim, apenas para promover o progresso das comunicações, com a instalação do cabo submarino que deveria ligar-se à Buenos Aires.

Diante da manutenção da presença britânica na Ilha da Trindade, o Governo Brasileiro passou a concentrar esforços no intento de edificar argumentos visando à retomada da posse daquele território. Nesse sentido, as autoridades republicanas exigiam a devolução imediata e protestavam contra a usurpação dos "direitos históricos" que o país teria sobre a ilha. Vários funcionários e instituições como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Público foram mobilizados para reunir a documentação necessária à sustentação dos argumentos brasileiros<sup>218</sup>. O principal ponto de argumentação brasileiro estava ligado ao fato de que aquela ilha já estava vinculada ao território brasileiro desde a época colonial e que, com o reconhecimento da independência brasileira realizado pela Inglaterra, automaticamente, deveria também estar reconhecida pelos britânicos a posse daquelas terras para o Brasil.

A reação das autoridades brasileiras se deu, em grande parte, a partir das manifestações contrárias à opinião pública quanto àquela invasão, mormente através do Congresso e da imprensa, pois, muitos jornais passaram a mover verdadeira cruzada patriótica contra a Grã-Bretanha. O governo brasileiro ficava na delicada situação de estar obrigado, diante da

---

<sup>217</sup>CARVALHO, Carlos Augusto de. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro das Relações Exteriores em 30 de abril de 1896. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 57.

<sup>218</sup>CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. História da organização do Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Ed. da UnB, 1983. p. 168.

pressão da opinião pública, a enfrentar uma grande potência, com a qual o Brasil mantinha relações comerciais fundamentais e laços históricos de dependência política e econômica. Os próprios encarregados dos negócios diplomáticos brasileiros de então viam na questão da Ilha da Trindade um fator que comprometia as negociações referentes a outras fronteiras, podendo significar aquela querela diplomática em torno da ilha um elemento de retrocesso na fixação dos limites territoriais do país. Setores da diplomacia nacional chegaram a referir-se a tais desacertos como um estorvo desagradável e injustificado, referindo-se à mesma com expressões como "maldita Trindade", "ilha deserta" e "estéril rochedo"<sup>219</sup>.

Para resolver a questão, a Grã-Bretanha sugeriu o arbitramento como modalidade para dirimir as dúvidas quanto à posse da ilha. As autoridades brasileiras, que continuavam pressionadas pela opinião pública, não aceitaram a instauração de um árbitro para por fim ao conflito de interesses, argumentando que a soberania brasileira sobre a Ilha da Trindade era um elemento incontestável e, portanto, não passível de um julgamento internacional. A querela diplomática só viria a ser resolvida a partir da participação de Portugal, cujo rei, Carlos I, se apresentaria para servir como mediador da questão. O Governo Brasileiro, que há pouco tempo restabelecera relações diplomáticas com Portugal, viu com bons olhos a mediação lusitana, aceitando-a como forma de resolver a pendência territorial com a Grã-Bretanha. Aos documentos levantados no Brasil a respeito da posse da região em litígio, foram somados outros, obtidos no próprio país responsável pela mediação da disputa. Após a análise da referida documentação, a nação mediadora daria razão ao Brasil, ficando a Inglaterra obrigada a abandonar a Ilha da Trindade. Essa decisão seria seguida de festejos, solenidades, deslocamentos navais e colocação de marcos na ilha, representando a reconquista da nacionalidade brasileira<sup>220</sup>.

Estava encerrada mais uma das questões de limites do Brasil, esta considerada - inclusive pelos próprios responsáveis pela diplomacia brasileira à época - como de menor monta

---

<sup>219</sup>VIANNA FILHO, Luiz. A vida do Barão do Rio Branco. São Paulo: Martins, 1958. p. 251-253.

<sup>220</sup>CERQUEIRA, Dionisio E. de Castro. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro das Relações Exteriores em 14 de maio de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. p. 3-6.

em relação às outras que envolviam as fronteiras territoriais com os países limítrofes. Nesse sentido, a controvérsia envolvendo a Ilha da Trindade chegou a ser apreciada como um empecilho, bastante prejudicial às demais negociações que o país realizava, principalmente, com as nações europeias sobre os limites no extremo-norte do país. As manifestações de algumas autoridades públicas de então, referindo-se a uma certa "inutilidade" da ilha, revelavam o pequeno interesse destas autoridades por aquele território insular, de modo que a reação governamental à ocupação britânica se deu, em grande parte, a partir da pressão da opinião pública. Não ficava evidenciada nas declarações governamentais uma maior preocupação com o avanço de uma potência como a Inglaterra, em plena fase de expansão imperialista e esplendor de um império colonial, cujo estabelecimento de uma base às costas brasileiras, poderia parecer, imediatamente, de pouca importância. Porém, a médio e longo prazo, haveria a possibilidade de se tornar um estratégico ponto de apoio à política imperialista britânica<sup>221</sup>.

No que tange ao ensino, um dos argumentos que poderia surgir se refere à real relevância da questão da Ilha da Trindade no estudo da História do Brasil nas escolas, quando, muitas vezes, não há sequer tempo e condições de se abordar a formação das fronteiras brasileiras à época da República Velha como um todo. Entretanto, esse acontecimento constitui um microcosmo importante para melhor compreender a ação imperialista da Grã-Bretanha naquela época. Os ingleses ocuparam a ilha, considerando-a abandonada e ali se estabeleceram com total tranquilidade, bem nos moldes das práticas intervencionistas muito praticadas então pela nação mais poderosa do mundo. Diante da invasão, as autoridades públicas brasileiras só se mobilizaram pressionadas pela opinião pública, pois estavam interessadas em outras questões que julgavam prioritárias. Os governantes do Brasil pareciam não se dar conta dos potenciais riscos da Grã-Bretanha ter uma possessão bem na costa brasileira, pois, ainda que se tratasse de um "estéril rochedo", havia o papel estratégico da-

---

<sup>221</sup>ALVES, Francisco das Neves. A política exterior brasileira à época da República Velha: a Questão da Ilha da Trindade. In: *Bíblis - Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2001. v.13. p. 105-112.

quela posição. Por analogia, se poderia traçar um paralelo, ainda que rudimentar, entre a ilha brasileira e as pendências que viriam a ocorrer entre a Inglaterra e a Argentina, tendo em vista as Ilhas Falklands/Malvinas.

Verificada a importância da abordagem do tema da Ilha da Trindade no ensino da História, pode ser destacada uma das possibilidades de sua inserção na sala de aula, vinculada ao uso de documentos. Já há algum tempo, o historiador passou a ter um olhar diferente sobre a documentação que analisa, preocupando-se mais com as suas entrelinhas, com as suas condições de produção e com o ambiente no qual ela foi entabulada. Tal concepção de documento histórico implica, necessariamente, repensar também seu emprego nas escolas, já que sua utilização se tornou indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente, porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. Além disso, o contato com essas fontes facilita a familiarização do discente com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina, fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada<sup>222</sup>.

Dessa forma, partindo-se do pressuposto de que não há ensino nem pesquisa em História sem documento<sup>223</sup>, uma das possibilidades de fonte histórica a ser utilizada são os jornais do passado. A leitura dessa imprensa precisará de um apoio direto do professor que mediará o contato com a documentação, notadamente pelo estilo de redação e as dificuldades impressas e pelos cuidados no discernimento entre informação e opinião. Nessa linha, é necessário estar atento aos padrões de notícias, aos preconceitos, às omissões e também às ênfases<sup>224</sup>, pois, sendo um meio de comunicação influente, o jornal tem sido analisado em seu papel de formador da opinião pública ligado a interesses variados, fazendo parte do

---

<sup>222</sup>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2009. p. 116.

<sup>223</sup>HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. *O ensino de História e seu currículo: teoria e método*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 98.

<sup>224</sup>FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 11.ed. Campinas: Papirus, 2010. p. 214.

jogo político e do poder<sup>225</sup>. Assim, a utilização de periódicos, sobretudo os antigos, no ensino de História, precisa levar em consideração os contextos sociais nos quais os mesmos foram produzidos, ao mesmo tempo em que sua análise detalhada nos ajuda a compreender melhor estes contextos, revelando novos detalhes e ligações<sup>226</sup>. No conjunto dessa imprensa do passado, aquela vinculada à caricatura avulta em importância como recurso didático, tendo em vista o intenso apelo da imagem para o ensino<sup>227</sup>.

No caso do estudo da questão da Ilha da Trindade, a imprensa avulta em importância, uma vez que foi o jornalismo um dos grandes vetores de formação junto da opinião pública da cruzada antibritânica que forçaria o governo brasileiro a agir. Dentre esses jornais, esteve um dos mais importantes da imprensa caricata brasileira, a Revista Ilustrada, editada no Rio de Janeiro entre 1876 e 1898, com excelente qualidade gráfica e uma tiragem sem equivalente em qualquer periódico ilustrado da América do Sul. A publicação tinha grande abrangência, sendo regularmente distribuída em todas as províncias e nas principais cidades do interior, com assinatura por toda parte<sup>228</sup>. Ela chegou a ser considerada como o periódico de maior popularidade de sua época<sup>229</sup>, vindo a constituir um documento histórico retrospectivo cujo valor cresceu com o passar do tempo<sup>230</sup>.

Por ocasião da querela diplomática com a Inglaterra pela Ilha da Trindade, a imprensa caricata brasileira teria um papel preponderante. De acordo com tal perspectiva, a Revista Ilustrada participaria ativamente da "cruzada santa" contra o invasor e da profissão de fé

---

<sup>225</sup>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 336.

<sup>226</sup>ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. Ensino de História. São Paulo: Cengage Learning, 2010. p. 29.

<sup>227</sup>BRANCATO, Sandra M. L. O uso da caricatura no ensino da História. In: SEFFNER, F.; BALDISSERA, J. A. (Orgs.). Qual História? Qual ensino? Qual cidadania? Porto Alegre: ANPUH/Ed. da UNISINOS, 1997. p. 206.

<sup>228</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 217-218.

<sup>229</sup>TÁVORA, Araken. D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura. São Paulo: Documentário, 1976. p. 10-12.

<sup>230</sup>LOBATO, Monteiro. A caricatura no Brasil. In: Ideias de Jeca Tatu. São Paulo Brasiliense, 1955. p. 18.

<sup>231</sup>LIMA, Herman, História da caricatura no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 247, 250-252 e 259.

patriótica, exortando os brasileiros à reação contra o ato daquela nação, na maioria das vezes, representada pela sua imagem-símbolo, designada pela figura de John Bull. Tal figura humana em trajes típicos seria utilizada recorrentemente pela folha caricata, demonstrando que tal simbologia tinha, à época, todo um sentido para o leitor/observador do jornal que identificava na figura a ação imperialista britânica. Nas caricaturas em que aquele símbolo britânico era o protagonista - sintetizando a feição do inimigo - ele aparecia em variadas situações e cenas, demonstrando a belicosidade e o "apetite" insaciável do imperialismo inglês. Por vezes, entretanto, o personagem levava certa desvantagem em sua ação belicosa, como a de que representar a reação brasileira não se faria esperar. Algumas das caricaturas que estampava John Bull nas páginas da Revista Ilustrada são, a seguir, destacadas na forma de "fichas de leitura".



REVISTA ILUSTRADA. n. 691, a.20. jul. 1895, p. 8.

**Legenda:** Mestre John Bull se agarra como uma ostra à Ilha da Trindade! Sempre a mesma história: "No Cairo, em Malta, em Nazaré, no Egito... Mundo infinito". - Mas, desta vez... boas!

**Comentário:** O símbolo dos britânicos aparecia numa forma híbrida, meio figura humana, meio animal, devorando os rochedos da Ilha da Trindade, naquela que se transformaria em recorrência em tal representação, demonstrando a voracidade do imperialismo inglês. A legenda se referia ao amplo espaço geográfico que abrangiam essas ações imperialistas, voltando-se ao continente europeu e ao africano, bem como ao Oriente Médio. A sugestão era que se o mundo fosse infinito a "mesma história" sempre se repetiria, prolongando-se também ilimitadamente as pretensões britânicas. Desejava o periódico caricato que, ao menos desta vez, em relação à Trindade, houvesse um resultado diferente.



REVISTA ILUSTRADA. n.692, a.20. ago.1895, p. 8.

**Legenda:** A Ilha da Trindade. Mister John Bull parece que está meio engasgado com esse almoço de gargantua fin de siècle, com batatas.

**Comentário:** A folha ilustrada mantinha o enfoque voltado a um John Bull "devorador", mas, desta vez, em moldes mais "civilizados", aparecia à mesa com talheres e guardanapo ao pescoço. O prato principal, entretanto, é a própria Ilha da Trindade, acompanhado por um vinho do Porto - em uma referência à qualidade do produto, ou ainda às tradicionais relações de predomínio para com Portugal. O almoço estava à disposição do guloso Bull, entretanto, ele se encontrava diante de um certo aperto, pois havia se engasgado com a comida, em uma clara alusão à vontade do semanário de que o imperialismo inglês não saísse, mais uma vez, como o vencedor. A legenda fazia menção ainda a uma criatura de feroz voracidade que ainda estaria a atuar naquela virada do século XIX.



REVISTA ILUSTRADA. n.702, a.20. nov.1895, p. 5.

**Legenda:** Mister John Bull ainda continua a sesta na tão cobiçada e (felizmente para nós) ainda não surrupiada Ilha da Trindade.

**Comentário:** O cenário da caricatura, mais uma vez, eram os rochedos da Ilha da Trindade, sobre os quais John Bull descansava tranquilamente como se nada pudesse incomodá-lo. Tal posição do personagem revelava a forma pela qual os ingleses haviam ocupado a ilha, sem qualquer resistência e sequer com o conhecimento das autoridades brasileiras. O pavilhão nacional ainda hasteado demonstrava a meta do hebdomadário de que aquele território permanecesse sob a posse do Brasil. Tal anseio era reforçado pela legenda, através da exclamação de que o ato britânico ainda não fora concluído de todo para a "felicidade" dos brasileiros. A acusação de roubo quanto ao ato inglês era evidente, ao destacar o fato de que a ilha fora "surrupiada".



REVISTA ILUSTRADA. n.702, a.20. nov.1895, p. 5.

**Legenda:** Arbitramento à mão armada e em nome da civilização... Direito internacional... Fin de siècle. E esta?

**Comentário:** John Bull aparecia com as feições de um malfeitor que, trabuco à mão, assaltava um cidadão que, simbolizando o Brasil, via roubada suas posses, como o dinheiro e o relógio de algibeira que se encontrava à mostra. O alvo fundamental do roubo, entretanto, é a própria Ilha da Trindade, desta vez representada por uma maleta. Se a acusação antes fora mais velada e sutil, desta vez é direta e incisiva, sendo os britânicos chamados de ladrões. Na legenda, a folha discordava completamente da sugestão de um arbitramento para resolver a questão, tendo em vista que a razão estava naturalmente ao lado dos brasileiros. Desse modo, tal indicação estaria a ser muito mais um ato de força que subverteria os ditames do direito internacional.



REVISTA ILUSTRADA. n.703, a.20. dez. 1895, p. 4.

**Legenda:** O arbitramento

E ainda não se lhe quebraram todos os dentes, mas temos fé que, apesar da vontade, não conseguirá engolir a presa. Pega!

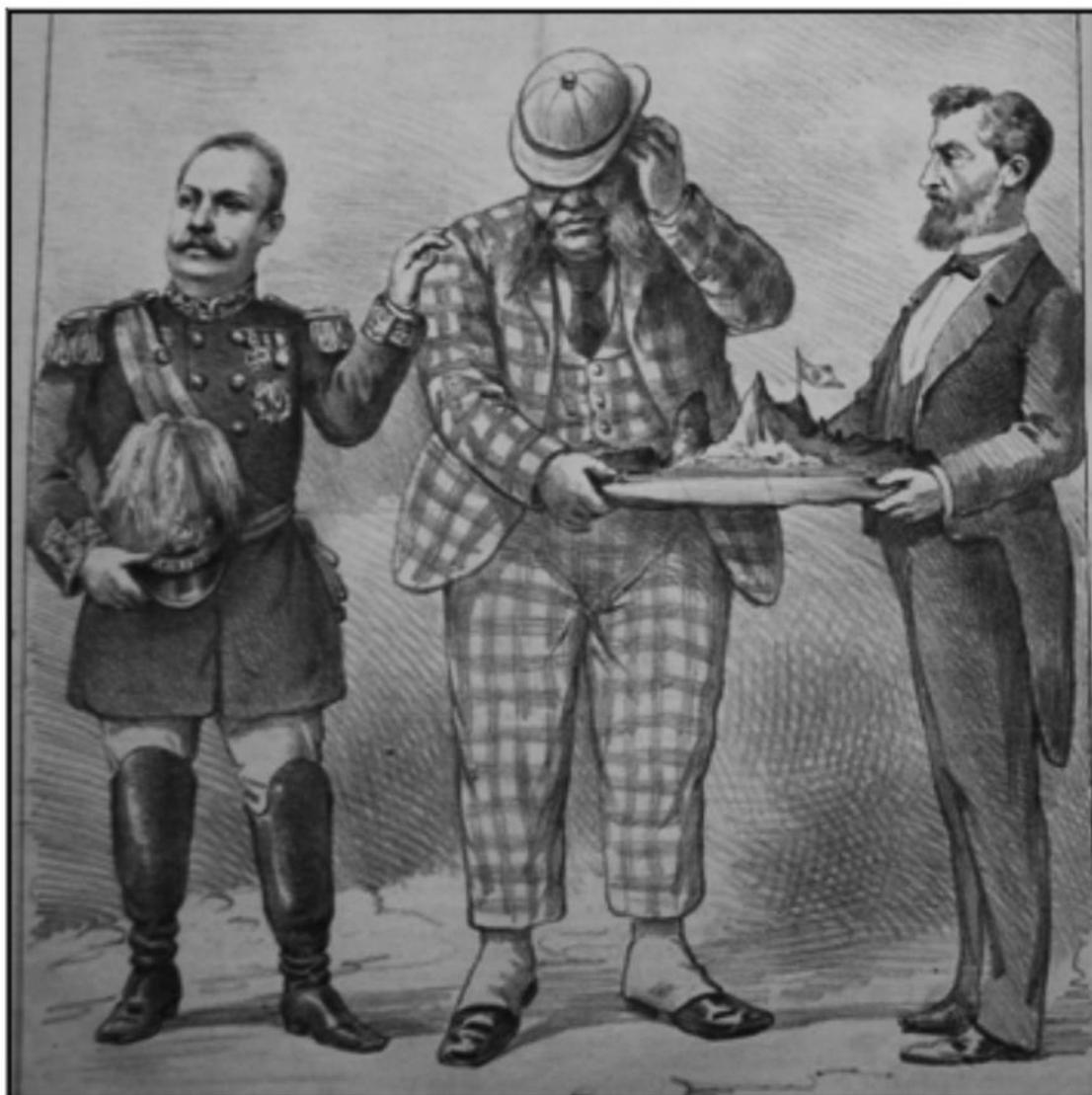
**Comentário:** Mais uma vez, aparecia a figura de um voraz John Bull, tentando deglutir a Ilha da Trindade. O desenho nessa oportunidade se concentra apenas na cabeça do personagem, no intento de mostrar mais detalhadamente o ato de engolir. Ao fundo, aparecia um mapa, referindo-se aos estudos histórico-geográficos realizados pela diplomacia na tentativa de demonstrar que aquele território pertencia ao Brasil. No título, a crítica se voltava, novamente, à questão do arbitramento e a legenda manifestava a esperança de que os ingleses não sairiam vencedores daquela disputa, explicitando, conforme o desenho, que Bull estaria a quebrar os dentes e não conseguiria devorar sua "presa".



REVISTA ILUSTRADA. n.705, a.21. jan.1896, p. 8.

**Legenda:** John Bull brigando com meio mundo. Quando a desgraça penetra... Aí cara dura!

**Comentário:** O imperialismo inglês aparecia como um brigão John Bull, que estaria a entrar em conflito com vários outros países, como era o caso do próprio Brasil e da república venezuelana. Todos os representantes das outras nações estavam indignados com a ação britânica, mas aquele que maior resistência oferecia era o presidente Cleveland, dos Estados Unidos, refletindo uma ingênua convicção do periódico de que a ação estadunidense poderia servir como um anteparo à América em relação às intenções inglesas.



REVISTA ILUSTRADA. a.21, n.720. ago.1896, p. 8.

**Legenda:** Felizmente, graças aos bons ofícios de Portugal, sir John Bull se decide a reconhecer a soberania do Brasil sobre a Ilha da Trindade.

**Comentário:** Era a vitória do Brasil, na perspectiva do semanário, mostrando um cabisbaixo John Bull que, consolado pelo mediador rei português, via-se obrigado a devolver a Ilha da Trindade ao presidente brasileiro.

A utilização de tais caricaturas em sala de aula pode ser observada por pelo menos duas vias. As possíveis dificuldades dos alunos em abstraírem e decodificarem os desenhos, as legendas e suas intenções editoriais. As potencialidades de promover o estudo do conteúdo, servindo as gravuras como um facilitador na aprendizagem. Só a ação docente poderá trazer em si a superação dos citados óbices e/ou a otimização de tal estratégia educacional. No primeiro caso, o professor deverá tomar os devidos cuidados ao trabalhar com jornais antigos, refletindo com os alunos sobre o caráter opinativo/informativo dos mesmos. Assim, deve trazer todas as explicações possíveis sobre o contexto histórico e fazer correlações com o presente, como no caso da própria caricatura e seu papel na contemporaneidade. No segundo, vencidos os obstáculos, o professor terá a oportunidade de demonstrar as formas pelas quais, através da representação e do simbolismo, o periódico traduzia, em uma figura humana, como John Bull e todos os seus significados, o imperialismo inglês. A tendência é que o melhor entendimento do microcosmo, representado pela questão da Ilha da Trindade, possibilitará uma compreensão mais ampla do processo histórico das ações imperialistas britânicas daquele final de século XIX. Além disso, o apelo visual das imagens caricatas pode significar mais uma motivação para entender a História.